



CADERNOS DE SEMIÓTICA APLICADA

ISSN 1679-3404 – <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2>

Vol. 15 - N. 2
dezembro de 2022

unesp 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Reitor

Paschoal Barretti

Diretor da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Jean Cristtus Portela

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Matheus Nogueira Schwartzmann

CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada [Recurso eletrônico] / Faculdade de Ciências e Letras - Unesp. - Vol. 1, n. 1 (2003)- . Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras - Unesp, 2003- .

Semestral.

e-ISSN: 1679-3404.

I. Semiótica. 2. Linguística. 3. Linguagem.

I. Faculdade de Ciências e Letras.

CDD
CDD 410

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara

Url: <http://seer.fclar.unesp.br/casa/>

Endereço eletrônico: casa@fclar.unesp.br

Endereço para correspondência:

CASA - Cadernos de Semiótica Aplicada

Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Rodovia Araraquara-Jaú, km 1

Caixa Postal 174

Araraquara – São Paulo – Brasil

14.800-901

Os artigos publicados nos CASA - Cadernos de Semiótica Aplicada são indexados por:

Diadorim

Elektronische Zeitschriftenbibliothek

ERIH PLUS, JURN

Latindex

MLA Directory of Periodicals

ROAD

REDIB

WorldCat

Apoio:

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da FCL/Unesp –
câmpus de Araraquara – PROEX/CAPES

CADERNOS DE SEMIÓTICA APLICADA

ISSN 1679-3404 – <http://dx.doi.org/1021709/casav.15i2>

VOL. 15 n. 2

Dezembro de 2022

| EQUIPE EDITORIAL

Editor Responsável

Arnaldo Cortina (Unesp)

Editor Adjunto

Matheus Nogueira Schwartzmann (Unesp)

Editores Assistentes

Patrícia Verônica Moreira (Unesp)

Thiago Moreira Correa (Unesp)

Flávia Karla Ribeiro Santos (Ibict e Unesp)

Gustavo Henrique Rodrigues de Castro (Unesp)

Flávia Furlan Granato (Unesp)

Comissão Editorial

Arnaldo Cortina (Unesp)

Ivã Carlos Lopes (USP)

Jean Cristtus Portela (Unesp)

Maria Giulia Dondero (Université de Liège/FNRS)

Matheus Nogueira Schwartzmann (Unesp)

Silvia Maria de Sousa (UFF)

Conselho Editorial

Alessandro Zinna (Université de Toulouse “Jean Jaurès”)

Alexandre Marcelo Bueno (UPM)

Ana Claudia Mei de Oliveira (PUC)

Ana Cristina Fricke Matte (UFMG)

Anderson Vinicius Romanini (USP)

Anne Beyaert-Geslin (Université de Bordeaux III)

Antônio Vicente Seraphim Pietroforte (USP)

Denis Bertrand (Université Paris 8-Vincennes-Saint-Denis)

Diana Luz Pessoa de Barros (USP – UPM)

Elizabeth Harkot-de-La-Taille (USP)

Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Eric Landowski (CNRS – PUC)
Geraldo Vicente Martins (UFMS)
Glaucia Muniz Proença Lara (UFMG)
Heidi Bostic (Baylor University)
Irene de Araújo Machado (USP)
Jacques Fontanille (Université de Limoges)
João Queiroz (UFJF)
José Américo Bezerra Saraiva (UFC)
Jose Luiz Fiorin (USP)
Kati Eliana Caetano (UTP)
Lúcia Teixeira de Siqueira e Oliveira (UFF)
Luiza Helena Oliveira da Silva (UFT)
Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan (Unesp)
Maria Giulia Dondero (Université de Liège – FNRS)
Maria Lucia Santaella Braga (PUC)
Marion Colas-Blaise (Université du Luxembourg)
Massimo Leone (Università degli Studi di Torino)
Norma Discini de Campos (USP)
Oriana de Nadai Fulaneti (UFPB)
Óscar Quezada Machiavello (Universidad de Lima)
Pierluigi Basso (Université Lumière Lyon 2)
Regina Souza Gomes (UFRJ)
Renata Coelho Marchezan (Unesp)
Sémir Badir (Université de Liège)
Thomas Broden (Perdue University)
Vera Lúcia Rodella Abriata (Unifran)
Waldir Beividas (USP)

Revisão, normalização e projeto gráfico

Letraria

Projeto de Capa

Diego Meneghetti / Estúdio Teca

SUMÁRIO

- 9 EDITORIAL
Arnaldo Cortina (Unesp) e Roberto Leiser Baronas (UFSCar)

DOSSIÊ: LINGUÍSTICA POPULAR E ESTUDOS DO DISCURSO: UMA RELAÇÃO DE NUNCA ACABAR

- 13 "AMAZÔNIA": ENTRE SEMANTISMOS DA CULTURA LOCAL E DA CULTURA GLOBAL
Laécio Fernandes Oliveira (UEPB)
Linduarte Pereira Rodrigues (UEPB)
- 33 SABENÇA(S) DOS/AS LINGUISTAS POPULARES
Roberto Leiser Baronas (UFSCar)
Marinez Santana Nazzari (UFMT)
- 49 CARTAS DA BAHIA: GÊNEROS DO DISCURSO E LINGUÍSTICA POPULAR
Marcelo Rocha Barros Gonçalves (UFMS)
- 66 PRECARIZAÇÃO NA ATIVIDADE DE TRABALHO DIGITAL: O CASO DOS ENTREGADORES DO IFOOD
Jackelin Wertheimer Cavalcante (UFSCar)
Renata de Oliveira Carreon (Unicamp)
- 82 LINGUÍSTICA POPULAR, SOCIOTERMINOLOGIA, AUTORIDADE: O CASO DOS FÓRUNS DE ENERGIA RENOVÁVEL
Stefano Vicari (UniGe)

VARIA

- 105 INTERSEÇÃO ENTRE AS ISOTOPIAS POLÍTICA E RELIGIOSA CRISTÃ NOS COMENTÁRIOS DE APOIO AO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO
Mariana Manzano Lopes (UFPB)
Oriana de Nadai Fulaneti (UFPB)

- 126 MERCADO LINGUÍSTICO E CAPITAL SIMBÓLICO NO DISPOSITIVO
ESCOLAR: UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS
Cinthia Yuri Galelli (IFSP)
Nildiceia Aparecida Rocha (Unesp)
- 149 A LINGUAGEM FAZ O CÉREBRO. MENTE SEMIOLOGAL EM CÉREBRO
NEURONAL
Waldir Beividas (USP)
- 170 O CIÚME NO CONTO "OS DOZE PARAFUSOS", DE MOREIRA CAMPOS
Gustavo de Oliveira (USP)
José Leite Jr. (UFC)
- 185 DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO ÀS PRÁTICAS: UM DIÁLOGO ENTRE BNCC E
SEMIÓTICA
Renata Cristina Duarte (USP)

EDITORIAL

Os *Cadernos de Semiótica Aplicada* (CASA), neste número 2 do volume 15, de 2022, apresentam-se subdivididos em duas partes. Inicialmente publicam a seção “Dossiê”, cujo tema é “Linguística popular e estudos do discurso: uma relação de nunca acabar”, que traz trabalhos inéditos sobre o tema, em razão do MICARELPop¹, evento preparatório para a realização do II Seminário Internacional de Estudos em Linguística Popular (SIELiPop) em homenagem a Mário de Andrade e Antenor Nascentes, que deverá ser realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), durante o período de 16 a 18 de março de 2023 (even3.com.br)². Esse dossiê foi organizado com apoio do CNPq, processo número 408891/2021-0. Além disso, conta com a seção “Varia”, constituída por artigos diversos e que refletem questões ligadas ao discurso e ao texto, como é a proposta do periódico.

Dessa forma, portanto, este número dos CASA traz a público dez diferentes trabalhos que organizam as duas diferentes seções. A seção “Dossiê”, sobre linguística popular, é composta por cinco artigos, enquanto a seção “Varia” contempla outros cinco textos.

Abrindo a seção “Dossiê”, temos o artigo “Amazônia: entre semantismos da cultura local e da cultura global”, de Laécio Fernandes Oliveira e de Linduarte Pereira Rodrigues, que partiu de uma discussão sobre o conceito de cultura, evidenciando tensões entre a noção de cultura local e a de cultura global para o tratamento da questão amazônica no Brasil. O desenvolvimento da argumentação sobre esse tema realizou-se por meio do exame de dois textos publicitários que mostram a Amazônia como foco do discurso que discute a soberania nacional e a fragilização das diferentes culturas próprias dos povos que habitam a região.

1 O MICARELPop, termo criado enquanto palavra-valise que junta “micareta” (carnaval fora de época) e “linguística popular”, foi um evento preparatório, uma espécie de esquentar, para o II SIELiPop de 2023. Esse evento preparatório foi realizado na UFSCar no período de 12 a 13 de julho de 2022 e contou com a presença de jovens e experientes pesquisadores nos campos da linguística popular e do discurso. Toda a programação do evento está disponível em [I MicareLPop cronograma.pdf](#) - Google Drive

2 Inicialmente o II SIELiPop estava previsto para ocorrer no período de 08 a 10 de dezembro, de 2022. Todavia, por conta do corte de verbas que a UFSCar e outras Universidades e outros Institutos Federais têm sistematicamente sofrido, especialmente em 2022, o evento teve de ser adiado para março de 2023.

Em seguida, aparece o texto intitulado “Sabença(s) dos/as linguistas populares”, escrito por Roberto Leiser Baronas e por Marinez Nazzari, que partiu da apresentação das práticas linguísticas dos sujeitos não linguistas, segundo a perspectiva da pesquisadora francesa Marie-Anne Paveau, que classifica essas práticas em quatro categorias: as prescritivas, as descritivas, as intervencionistas e as militantes. A partir dessas noções, Baronas e Nazzari propuseram mais duas categorias, quais sejam, as práticas dos não linguistas por eles denominadas sagradas e profanas.

O terceiro artigo do dossiê, intitulado “Cartas da Bahia: gêneros do discurso e linguística popular”, produzido por Marcelo Rocha Barros Gonçalves, examinou a visão de não especialistas sobre língua e linguagem, por meio da análise de cartas de leitores e de redatores dos periódicos *O Progresso e Folha do Norte*, publicados durante o século XX, em Feira de Santana, na Bahia. A discussão estabelecida no artigo examinou a noção de gênero do discurso segundo a perspectiva da Análise do Discurso francesa.

Em seguida, apresenta-se o texto “Precarização na atividade do trabalho digital: o caso dos entregadores de iFood”, escrito por Jackelin Wertheimer Cavalcante e por Renata de Oliveira Carreon. O propósito central do artigo, que se fundamenta nas perspectivas discursivas da AD francesa, consistiu em examinar aspectos inerentes ao surgimento e à expansão de uma nova categoria do proletariado digital de serviços, privada de vários direitos trabalhistas, dentre eles, o princípio de organização enquanto categoria, cujos trabalhos adquiriram grande importância para as diversas empresas que se especializaram no atendimento digital. Por meio de análises de manifestações ocorridas no WhatsApp e no Facebook, inseridas em reportagem sobre a campanha publicitária de atendimento do iFood, as autoras procuraram mostrar o processo de exploração do trabalho e da mobilização dos trabalhadores frente à realidade, que ocasionaram dizeres polêmicos, responsáveis por uma guerra de narrativas sobre o iFood.

Encerrando o dossiê da revista, sobre a linguagem popular, temos o artigo “Linguística popular, socioterminologia, autoridade: o caso dos fóruns de energia renovável”, produzido pelo professor Stefano Vicari e traduzido do italiano, língua original do texto, por Livia Maria Falconi Pires e Pâmela da Silva Rosin. Tal como aparece expresso em seu artigo, o Prof. Vicari propôs mostrar uma integração da perspectiva da Linguística Popular no quadro dos estudos socioterminológicos, partindo, mais especificamente, das noções de confiança e de autoridade. Para realizar seu intento, escolheu o campo da terminologia das energias renováveis, na maneira como circulam nos fóruns da internet.

Concluída a seção Dossiê, a revista passa a publicar outros cinco artigos que tratam de diferentes temas ligados a questões discursivas, elencados na seção “*Varia*”.

O primeiro deles, intitulado “Interseção entre as isotopias política e religiosa cristã nos comentários de apoio ao presidente Jair Bolsonaro”, produzido por Mariana Manzano Lopes e por Oriana de Nadai Fulaneti, procurou verificar, por meio da proposta teórica da semiótica discursiva, a estrutura e o funcionamento dos mecanismos de produção

de sentido de 267 comentários realizados por apoiadores do Presidente da República do Brasil, que tratavam das temáticas política e religiosa. Para tanto, analisaram o vídeo “ONU 2021: Presidente Jair Bolsonaro expõe verdades que desesperam a imprensa e a esquerda”, divulgado pelo canal oficial de Bolsonaro no YouTube, e que reproduz o pronunciamento do Presidente Jair Messias Bolsonaro, durante a abertura da 76ª Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, realizada em Nova Iorque, em setembro de 2021.

Por meio da mobilização do imaginário social, construído historicamente pelas práticas políticas, econômicas, educacionais e discursivas, amparadas pela memória a respeito do papel e do valor das línguas estrangeiras em nossa sociedade, o artigo “Mercado linguístico e capital simbólico no dispositivo escolar: um estudo discursivo sobre as línguas estrangeiras”, de Cinthia Yuri Galelli e de Nildiceia Aparecida Rocha, propôs explorar a relação que os estudantes estabelecem com as línguas a partir de enunciações coletadas em uma entrevista, com o intuito de identificar as condições de produção de enunciados. A base teórica a partir da qual o artigo é construído assenta-se sobre os estudos de Pierre Bourdieu e de Michel Foucault.

Em seguida, aparece o artigo “A linguagem faz o cérebro. Mente semiológica em cérebro neuronal”, do semioticista Waldir Beividas, cujo objetivo central consistiu em apresentar argumentos teóricos para a inserção das assim denominadas razões “semiológicas” da linguagem humana na construção e na concepção do mundo diante de explicações causais dessa construção pela massa de neurônios do cérebro humano, provenientes das neurociências.

No artigo “O ciúme no conto ‘Os doze parafusos’, de Moreira Campos”, produzido por Gustavo de Oliveira e por José Leite Júnior, a discussão das paixões no discurso está focada a partir dos trabalhos fundadores de Greimas e da vertente tensiva de seus seguidores. A análise da obra de Moreira Campos empreendida pelos autores procurou mostrar que a noção da paixão não está limitada às imagens construídas em sua narrativa a respeito do ciúme, mas, além disso, no estilo do autor e do discurso literário em geral.

Por fim, o texto produzido por Renata Cristina Duarte, intitulado “Dos campos de atuação às práticas: um diálogo entre BNCC e semiótica”, procurou ressaltar a importância de se pensar o ensino a partir das necessidades de aprendizagem decorrentes das práticas sociais. Com base nesse propósito, examinou como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleceu campos de atuação social, responsáveis pela ordenação das práticas de linguagem que devem ser trabalhadas pelo componente curricular Língua Portuguesa. Assim, partindo do referencial teórico-metodológico da semiótica discursiva, procurou estabelecer um diálogo entre a noção de prática semiótica e as categorias organizadoras da BNCC com o intuito de fornecer recursos para garantir o desenvolvimento de competências e de habilidades que visem a uma atitude crítica dos alunos ao longo de sua escolaridade básica.

Fecha-se, assim, este segundo volume do número 15 da revista CASA, mantendo, dessa forma, dois de seus propósitos fundamentais: sua abertura para a organização de dossiês que tratam de questões que giram em torno de sua proposta temática e, ao mesmo tempo, sua missão enquanto tribuna para o debate de diferentes abordagens dos estudos do discurso e do texto.

Arnaldo Cortina e Roberto Leiser Baronas

Araraquara, dezembro de 2022.

“AMAZÔNIA”: ENTRE SEMANTISMOS DA CULTURA LOCAL E DA CULTURA GLOBAL

“AMAZÔNIA”: BETWEEN SEMANTISMS OF LOCAL CULTURE AND GLOBAL CULTURE

Laécio Fernandes OLIVEIRA¹
Linduarte Pereira RODRIGUES²

Resumo: A ideia de cultura como lugar de estabilização e normatização é desconstruída por Bauman (2012). À cultura cabe o acolhimento da mudança resultante do embate de forças que ora tentam preservar ora flexibilizar. Este movimento aponta para o que Bhabha (1998) nomeou de um lugar fronteiro, onde tudo acontece. Este contexto referencia o mundo global, com fronteiras porosas, e sua heterogeneidade cultural. Assim, o artigo objetiva evidenciar, a partir dos estudos linguísticos, semântico-culturais de Ferrarezi Jr. (2013), como a Amazônia, Floresta Tropical, apresenta-se, por meio de uma dimensão linguística e extralinguística, como elemento de tensão entre a cultura local e a cultura global. Para tanto, investe numa análise semântico-cultural de dois textos publicitários que expõem uma concepção de cultura e globalização ao modo de Bauman (2012) e Santos (1998), demonstrando a Amazônia, enquanto elemento polarizado pelo embate de forças locais e globais, que eleva ao centro da discussão a Soberania do Povo Brasileiro e a fragilização de Direitos Humanos da diversidade de povos e culturas locais.

Palavras-chave: Cultura. Semântica. Amazônia. Globalização.

Abstract: The idea of culture as a place of stabilization and normalization is deconstructed by Bauman (2012). It is up to culture to embrace the change resulting from the clash of forces that sometimes try to preserve and sometimes make it more flexible. This movement points to what Bhabha (1998) called a frontier place, where everything happens. This context refers to the global world, with porous borders and cultural heterogeneity. Thus, the article shows, from the linguistic, semantic-cultural

1 Doutorando da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: Ifoliveira.36@gmail.com

2 Docente da UEPB – Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: linduartepr@gmail.com

studies of Ferrarezi Jr. (2013), how the Amazon/Tropical Forest presents itself, through a linguistic and extralinguistic dimension, as an element of tension between local culture and global culture. In order to do so, it invests in a semantic-cultural analysis of two advertising texts that expose a conception of culture and globalization in the way of Bauman (2012) and Santos (1998), demonstrating the Amazon as an element polarized by the clash of local and global forces, which elevates to the center of the discussion the Sovereignty of the Brazilian People and the weakening of Human Rights of the diversity of peoples and local cultures.

Keywords: Culture. Semantics. Amazon. Globalization.

| Introdução

Um dos maiores desafios das nações, na atualidade, é coexistirem pacificamente. A ideia de aldeia global, implantada na consciência coletiva e sustentada numa lógica de acesso generalizado aos bens culturais produzidos pela humanidade, torna-se, segundo Santos (1998), uma falácia, uma ideia moldada pelo sistema hegemônico, imperialista, que opera sob a égide do grande capital estruturado no seio das grandes guerras. Essa estrutura funciona como base de um ideal de desenvolvimento condicionado à flexibilização de fronteiras físicas e virtuais, com objetivos claros de comercialização e lucro, tornando os grandes centros urbanos consumidores potenciais e caldeirões efervescentes de diversidade cultural e desigualdades sociais. Estas características do fenômeno global, impostas ao mundo, fragilizam nacionalidades e negam direitos universais.

Este fenômeno se torna popular no período moderno, no contexto das navegações marítimas, quando o homem transpunha os mares com o objetivo de comercializar, nas cidades mais populosas, bens e produtos. Neste cenário, a colonização, a dominação e a subjugação de um povo, de início, passa pela ocupação, exploração e divisão de riquezas territoriais, a exemplo do que ocorreu com os indígenas brasileiros sob o olhar português, que tomamos como referência, visto que a colonização ocorreu de diversos modos nos distintos territórios³ da América Latina. Conforme Silva (2002), há um massacre brutal até que se chegue à subjugação cultural (imposição linguística, religiosa, por exemplo) dos sobreviventes, como estratégias para solidificação da conquista. Processo que, para Santos (1998), apresenta-se como um sistema rudimentar, pautado na violência, com vistas à conquista política e à expansão territorial, por meio de uma estrutura fragmentada.

3 Situamo-nos no território brasileiro com foco nos contextos e cenários voltados para Amazônia, que passou a ser nomeada na contemporaneidade de “Amazônia internacional”, geograficamente, situada numa área ao norte da América do Sul, a qual abrange nove países: Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Já na atualidade, o diferencial é a manutenção de uma estrutura homogênea e hegemônica de poderes político-econômicos fortalecida no/pelo poder intelectual que, embora funcione a partir de uma estrutura (global-local), inversa à pré-modernidade, mantém com ela semelhanças, tendo em vista que nações, político-econômica e intelectualmente, pertencentes a uma ordem hegemônica, fazem uso de uma dinâmica imperativa do linguístico-cultural, impondo-se sobre países subdesenvolvidos. Fato que evidencia o fenômeno das culturas híbridas, ocasionando embate entre o elemento local e o elemento estrangeiro, através de um movimento dialético que origina o elemento fronteiro/híbrido (BHABHA, 1998).

As complexas relações do mundo global levam-nos a pensar o espaço/território geográfico numa perspectiva crítico-política ou geopolítica, como meio social de atuação do homem, que passa a refletir nas materialidades discursivas suas relações/tensões socioculturais, entre os eixos – nacionais e internacionais – e seus interesses. Outrossim, pensar os lugares (ser brasileiro e/ou ser estrangeiro) e as posições aí ocupadas. A linguagem, na perspectiva das línguas naturais e enquanto instância sociopolítica de constituição e atuação do homem no mundo, apresenta-se como lugar de visualização e análise dessas relações.

Deste contexto, consideramos a problemática da construção semântico-cultural em torno do termo Amazônia, compreendendo-o como espaço linguístico de embate cultural e de suas respectivas significâncias políticas e territoriais, mediante a imagem de mundo global com fronteiras porosas e culturalmente heterogêneo. Assim, objetivamos evidenciar como a Amazônia, Floresta Tropical, constitui-se, por meio de uma dimensão linguística e extralinguística, um elemento de tensão entre a cultura local e a cultura global. Para tanto, desenvolvemos uma análise semântico-cultural de dois textos publicitários, com circulação em suportes digitais, cuja leitura evidenciou a Amazônia sob uma polarização e embate de forças locais e globais, elevando ao centro da discussão a soberania do povo brasileiro e a fragilização dos direitos humanos da diversidade de povos e culturas locais.

Deu suporte teórico à leitura os estudos sobre o conceito de cultura (BAUMAN, 2012) em diálogo com o entendimento de território transnacionalizado e de globalização (SANTOS, 1998), correlacionados ao entendimento de fronteira (BHABHA, 1998) e aos estudos sobre Semântica Cultural (FERRAREZI JR., 2013), que nos permitiram visualizar fenômenos semânticos, situados em contextos e cenários, resultantes das práticas sociais humanas, culturalmente determinados na/pela representação de mundos e seus eventos. E à medida que buscam apresentar a Amazônia/Brasil ao americano/europeu, destacando potencialidades econômicas, ao mesmo tempo, promovem a fragilidade e a submissão do local/nacional em detrimento do global/internacional, mediante eventos como as queimadas anuais na Amazônia.

| Globalização, Cultura e Território Transnacionalizado

Neste ponto do artigo, situaremos o conceito de globalização, a partir do desenvolvimento industrial e suas etapas, passando pelo momento tecnológico e suas influências para estruturação e desenvolvimento de um pensar global, campo propício ao conceito de cultura desenvolvido por Bauman (2012), que nos condiciona a pensar a transnacionalidade e estabelecer uma ligação teórica com o conceito de fronteira (BHABHA, 1998).

O que conhecemos como processo violento de colonização deu início ao desenvolvimento da ideia de mundo contemporâneo que vislumbra uma convivência pacífica entre nações e a fictícia homogeneidade política/cultural, destoante da diversidade de povos e seus limites territoriais. Todavia, a história tem comprovado o quão difícil é a propagação e manutenção dessa convivência harmoniosa. O mundo, enquanto materialidade histórica, evidencia-se como ambiente conflituoso, pela atuação de forças antagônicas proporcionadoras de eventos de horror que inspiram pelo suplício que infligem. Serve-nos de referência o acontecimento da segunda guerra mundial, no século XIX, e todo horror causado, presente no imaginário coletivo.

Nesse período, os países Alemanha, França, Itália e EUA, protagonistas da grande guerra, vivenciavam a segunda fase da revolução industrial. Causa de grandes mudanças na estrutura sociopolítica e econômica e no modo de vida das sociedades. Esta fase impulsionou o sistema capitalista, o aumento do fluxo de mercadorias e pessoas. No século XX, a industrialização ganha grande proporção mundial e passa a ser conhecida como revolução tecnocientífica, visto que áreas como biotecnologia e robótica se tornaram realidade. Avanços na genética, dentre outras áreas, transformaram o modo de produção, impactando as relações sociais, o modo de vida e o espaço geográfico.

O século XXI, com o aparato da IV revolução ou indústria 4.0, ou “a fábrica inteligente”, segundo o alemão Klaus Schwab (2018), autor do livro *A quarta revolução industrial*, inaugura uma nova era. De acordo com exposição do site Starte, os limites tecnológicos deste século extrapolam o universo da nanotecnologia, neurotecnologia e inteligência artificial. A promoção, o avanço e a convergência de áreas científicas apontam para a potencialização do fenômeno da globalização, cuja essência, afirma Santos (1998), é a diminuição das distâncias e do tempo, conectando pessoas e lugares, com transmissão instantânea de informações e superação das barreiras socioculturais e de localização geográfica. Assim está em curso a implantação do pensamento político-cultural de mundo global, que se contrapõe a um mundo essencialmente heterogêneo, pela coexistência de povos e suas etnias, caracterizados pelas múltiplas relações que desempenham.

É neste contexto que está situada a obra *Ensaio sobre o conceito de cultura* do sociólogo Bauman (2012), em que se reflete sobre a complexidade da cultura como fenômeno

atravessado, sistematicamente, por movimentos semânticos. Influenciado por Lévi-Strauss, o sociólogo postula que o par metodológico sincronia – diacronia, aplicado pelos estudos culturais como opostos, formulado outrora por Ferdinand de Saussure no âmbito dos estudos linguísticos, como processos históricos pelos quais é possível observar alterações nas estruturas das línguas – configura um reflexo metodológico dos opostos continuidade/descontinuidade, não como elementos de oposição, mas complementares – um *continuum* – contrário à horizontalidade sincrônica do “agora”, e está sujeito a forças antagônicas (BAUMAN, 2012).

Nesta perspectiva e frente à difícil tarefa de conceituar a cultura, estudiosos de diversas áreas elaboraram definições descritivas, históricas, normativas, psicológicas, estruturais e genéticas. Contudo, para Bauman (2012), quem mais se aproximou foram os sociólogos e antropólogos com a conhecida ideia de cultura ligada aos valores, e cultura neutra em relação aos referidos valores socioculturais. Esta última, concepção passageira, comprometida com os valores, foi a que conquistou empatia entre as teorias sociais. Entretanto, à cultura é inerente um universo discursivo perpassado por diversas áreas, que envolvem desde aspectos cognitivos a aspectos institucionais, e reduzi-los à dicotomia da aquisição hereditária ou atribuí-los aos processos de refinamentos ou falhas educacionais seria perda de tempo, assim como tentar preencher o abismo semântico entre eles, unindo-os numa só definição (BAUMAN, 2012).

O termo *cultura*, segundo o estudioso, está imerso no campo da natureza filosófica do significado, que pode ser entendido a partir do uso, conforme suas várias teorias, “minha opção é pela teoria do uso, ou seja, aquela que tenta elucidar o significado de elementos linguísticos semanticamente carregados pelo estudo dos locais em que aparecem tanto na dimensão paradigmática quanto na sintagmática” (BAUMAN, 2012, p. 53). Desse modo, o sociólogo postula que o termo cultura está imerso em três universos discursivos distintos, porém não separados. Vejamos:

Em cada um dos três contextos, ele organiza um campo semântico diverso, singulariza e denota diferentes classes de objetos, põe em relevo diferentes aspectos dos membros dessas classes, sugere diferentes conjuntos de questões cognitivas e estratégias de pesquisa. Isso significa que, em cada caso, o termo, embora mantendo intacta sua forma, conota um conceito diverso. Há um só termo, porém três conceitos distintos. É possível apontar numerosos pontos de contato comuns aos três campos. (BAUMAN, 2012, p. 55).

O primeiro campo discursivo apontado pelo sociólogo traz a noção hierárquica de cultura cuja origem encontra-se na Grécia, atravessa todo período histórico e atinge o mundo ocidental. Nesta concepção, a cultura determina características do ser humano e pode ser adquirida ou herdada; sua efetivação dar-se-ia por meio da ação consciente e prolongada com foco num “estado ideal”. No mundo moderno, de acordo com o estudioso, a cultura hierárquica é ressignificada em prol dos intelectuais, que passam a propagar a cultura como elemento singular capaz de conduzir à ascensão

social, mas, também, voltar-se para o que seja útil à coletividade. Assim, diz o autor, a educação seguida do dinheiro é “o atributo inexorável do conceito hierárquico de cultura” (BAUMAN, 2012, p. 56), uma condição humana elevada a ser alcançada. Neste estágio fica-se impossibilitado de falar em “culturas”, o termo mais apropriado é cultura.

O segundo campo discursivo – cultura enquanto conceito diferencial – é usado para “explicar as diferenças visíveis entre comunidades de pessoas (temporária, ecológica ou, socialmente, discriminadas)” (BAUMAN, 2012, p. 63). Este conceito, originário das ciências sociais, é utilizado para invalidar possíveis resquícios de solidez ou particularidades desviantes que não podem “dar conta de regularidades que, de outro modo, seriam universais e onipotentes (onde ele compartilha a função que lhe é atribuída com ideias, tradição, experiência de vida etc.)” (BAUMAN, 2012, p. 63). Nesta noção de cultura, a preocupação é observar as diferenças existentes entre os diversos grupos sociais e qualificá-los. Sob a ótica do sociólogo, esta noção é essencialmente das sociedades modernas, mesmo mantendo resquícios da cultura hierárquica, em que intelectuais/ antropólogos utilizavam-se do diferencial para apontar outros núcleos sociais.

Rodrigues (2009) parte desta visão para demonstrar como, na contemporaneidade (auxiliados pelas ciências Filosofia, Sociologia e Antropologia), ainda não encontramos um equilíbrio acerca de uma definição mais precisa sobre cultura. Nas palavras dele:

Com a filosofia passou-se a distinguir uma cultura alta de uma cultura baixa, [...] passou-se a apontar as diferenças que ‘marcavam’ uma cultura da elite, clássica, da dos subalternos, vulgar. Dessa forma, concluía-se que a cultura era um bem adquirido com estudo e investimentos materiais que nem todos tinham e têm acesso. O assustador é que as práticas de vida, reconhecidas como de culturas almeçadas, seriam aquelas advindas de uma classe social superior, erudita, dominante, descrita como alta cultura. [...] Para a sociologia, não existem culturas superiores e nem culturas inferiores, pois o bem cultural é algo relativo, diz respeito às diferentes maneiras de se vestir, agir, crer, a partir de valores e normas diversas. Pela antropologia foi possível enxergar a cultura como a totalidade dos padrões apreendidos e desenvolvidos pelo curso da humanidade na história. Daí a etnologia propôs a cultura como o complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade. Assim sendo, cultura passa a figurar como formas de organizações dos povos, seus costumes e tradições, transmitidas de geração para geração, a partir de uma vivência e de uma tradição comum, longe de julgamentos de melhor ou pior forma de contexto de atuação social. (RODRIGUES, 2009, p. 2).

Como percebido, para o autor, cultura é mais abrangente, perdendo seu aspecto particular, tornando-se responsável por condições sociais de existencialidade (Etnias, Ambientais e Econômicas) e engloba questões sobrenaturais/divinas, também influenciadoras do cultural, mas que ainda não são consideradas por boa parte dos

pesquisadores que atuam nos estudos socioculturais, mesmo que a cultura seja condicionante na formação humana. Nesta perspectiva, de acordo com Bauman (2012), a atenção não é para entender as misturas culturais, mas se voltar para justificar a autoidentidade das sociedades e reafirmar a ideia de que o contato com o outro não é positivo nem buscado. Por conseguinte, diz o sociólogo:

Se a noção hierárquica de cultura coloca em evidência a oposição entre formas de cultura 'requintadas' e 'grosseiras', assim como a ponte educacional entre elas; se a noção diferencial de cultura é ao mesmo tempo um produto e um sustentáculo da preocupação com as oposições incontáveis e infinitamente multiplicáveis entre os modos de vida dos vários grupos humanos – a noção genérica é construída em torno da dicotomia mundo humano – mundo natural; [...] a distinção entre '*actus hominis*' (o que acontece ao homem) e '*actus humani*' (o que o homem faz). O conceito genérico tem a ver com os atributos que unem a espécie humana ao distingui-la de tudo o mais. Em outras palavras, o conceito genérico de cultura tem a ver com as fronteiras do homem e do humano. (BAUMAN, 2012, p. 80).

Na terceira noção de cultura, buscam-se aspectos singulares da humanidade distintos de outros seres vivos, e a cultura enquanto produção e acesso por meio de símbolos, que possibilitam a vida social; já sua sobrevivência é condição universal do homem. Portanto, a cultura é condição de existência da vida social e a linguagem é seu sustentáculo universal. Neste universo, Bauman (2012) desenvolve relações discursivas pautado nas ciências (Antropologia, Semiótica, Sociologia), sendo influenciado por estudiosos e áreas distintas, gerando uma dinâmica teia discursiva na qual muitos pontos evidenciam a complexidade do termo cultura e a busca por conceituá-lo. Proporcional é a clareza das suas descrições, como a que reproduzimos a seguir, sobre a noção do conceito genérico de cultura, em que o estudioso é influenciado por Piaget acerca da singularidade do homem, que pode "transformar-se transformando o mundo, e estruturar-se construindo estruturas; e essas estruturas são dele mesmo, uma vez que não são para sempre predestinadas a partir de dentro ou de fora" (BAUMAN, 2012, p. 90).

Nesta perspectiva, Santos (1998) adverte sobre a importância das sociedades globais, frente ao fenômeno da globalização, refletirem sobre o território, espaço fragmentado e instância transnacionalizada, mergulhada na imaterialidade, como uma característica da transitoriedade deste tempo. Aspecto que tem impedido a compreendê-lo como materialidade das vivências humanas. Pensá-lo sob esta ótica é refleti-lo a partir dos conflitos entre o local e o global, reconhecendo novas estruturas: horizontalidades, verticalidades, espaço banal e em redes.

O território são formas, mas o território usado são formas e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez, posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado temos a fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez,

e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 1998, p. 16).

Deste ponto, defronta-se uma “dialética do território, das geografias das desigualdades produzidas pelo sistema-mundo” (SANTOS, 1998, p. 11), que evidenciam o território numa dimensão histórico-processual-global, fragmentada pela ruptura dos laços territoriais e políticos locais, na busca por novas fronteiras, novos Estados – ou Estado Nação – com fragilização do espaço nacional. Isto é, o mundo pós-moderno é comandado pela noção de território-transnacional, de modo que o local se torna espaço/abrigo de todos e o transnacional é racionalizado, de interesse do capital e lugar de atuação de forte conteúdo ideológico que se impõe ao local, tornando-o um mero servidor, produzindo e acentuando desigualdades socioespaciais (SANTOS, 1998).

Para o geógrafo, nesta estrutura moderna, as horizontalidades estão para vizinhanças, lugares interligados pelas proximidades territoriais; já as verticalidades estão para todos os pontos distantes uns dos outros, interligados pelas diversas relações ou processos sociais que nos conduzem à noção de redes, justificando a noção de verticalidade. Para Santos (1998), as redes configuram um espaço singular, espaço de uns, sendo urgente pensar a ideia de espaço banal, um espaço de todos ou todo o espaço – essa é a estrutura atual do mundo, explica o autor, com lugares adjacentes e em redes, e estes lugares formadores das redes, também, formam o espaço banal: são os mesmos lugares, contudo funcionam de modo diferente, podendo ser até divergentes, opostos. Entretanto, suas ações são simultâneas, diz o estudioso, e possibilita eventos solidários, mesmo diante da diversidade de pessoas, das relações que estabelecem e dos lugares. Seu funcionamento dá-se pela racionalidade de mercado mundial, cujos agentes (governos, organizações, universidades etc.), financiados pelo forte capital, fundamentam uma globalização maléfica, promovendo ataques práticos, ideológicos ao Estado Territorial. Este estado ideológico, criado pelo mercado, estimula um imaginário coletivo de mercado das coisas, até mesmo da natureza, ideias, ciência, informação e da política; sustentado na ideia democrática de mercado e do neoliberalismo, pautado num ideal de território compartilhado (SANTOS, 1998).

Sob essa ótica, a tendência é uma união verticalizada dos lugares, pois, com frequência, criam-se fundos internacionais para os países subdesenvolvidos, estimulando as redes em nome do grande capital; de modo que os lugares devem se unir horizontalmente e reconstruir uma base de vida singular passível de criar normas locais e regionais. Isto pode ser feito graças à ciência, às tecnologias da informação, demonstrando forças que ora unificam, em outras situações, ora possibilitam o fragmentado. Assim, a verticalidade atende a uma democracia de mercado, em que o “território é suporte das redes que veiculam regras e normas utilitárias “que atendem à manutenção de forças etnocêntricas, condicionando a horizontalidade à limitação destas forças e à totalidade dos atores. A este modo, o território, em suas dimensões, materializa conflitos entre mercados, que tendem a unificá-los; já a sociedade civil tende a generalizá-los (SANTOS, 1998).

Este trabalho entre forças antagônicas, para Bauman (2012), coloca a cultura na difícil tarefa de evidenciar fronteiras criadas como resultado da imposição de forças e à contraposição emergente das periferias invisíveis das sociedades e, pensando numa cultura global impulsionada por forças hegemônicas, entre nacionais e estrangeiros com território transnacionalizado, numa perspectiva geopolítica, destacam-se a Antropologia, a Sociologia com a difícil tarefa de elaborar métodos/teorias que evidenciem a cultura para além do singular.

[...] os particularistas, pluralistas ou humanistas extremados, ou ainda os relativistas radicais, têm insistido na singularidade de cada cultura – seja em referência a seu espírito, feição, configuração, estilo, padrão, e assim por diante, seja pela ênfase no evidente, de que ‘não há duas culturas exatamente iguais’. (BAUMAN, 2012, p. 76).

Entretanto, demonstram o diálogo entre diversas culturas, seus hibridismos, suas continuidades e descontinuidades, sua constante mudança. Para o sociólogo, há uma origem cultural que é constantemente alimentada por outros elementos que compõem sua matriz. O exemplo a ser seguido é o dos estudos linguísticos, pois não há hesitação ao uso do termo “linguagens” no plural, sua verificação é simples fato, sua pluralidade é uma realidade, como que cada linguagem se constitui distinta, definidamente. Infelizmente, isto ainda não ocorre com as culturas (BAUMAN, 2012, p. 75).

Um trabalho que orienta neste sentido é o do indiano Bhabha (1998). Em *O local da cultura*, o autor apresenta uma escritura de um lugar fronteiro, movente, de onde surge o discurso híbrido. Já na introdução, fala pelas palavras de Heidegger: “Uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente” (BHABHA, 1998, p. 19). Neste lugar fronteiro é que se deve observar o *continuum* entre presente e passado, as margens entre as descontinuidades/continuidades, reflexo dos pares metodológicos sincronia/diacronia, mencionados por Bauman (2012).

Bhabha (1998, p. 19) alerta que, embora tenhamos atribuído à cultura o lugar do “além” e, por isto, somos tão afeiçoados ao prefixo “pós” (pós-colonialismo, pós-modernismo etc.); este lugar utópico não pode ser eixo isolado, sem conexão com o passado. Entre as polaridades, claro e escuro, existe o ponto que marca a ausência, não na totalidade, mas de um e início do outro, uma transição que segue uma escala de *continuum* e *descontinuum*.

Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio do século, mas, este *fin de siècle*, encontramos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. (BHABHA, 1998, p. 19).

Processo que, segundo o autor, dá-se por uma desorientação, um desajuste de caminho, no “além” – movimento que não cessa e que é bem caracterizado pelos pares adverbiais de lugar (“aqui; lá”); nas múltiplas direções, “para lá e para cá”; “para frente e para trás”. Um movimento dinâmico por meio do qual se constituiu um distanciamento das concepções particulares de “classe” e/ou “gênero” enquanto núcleo de organização primária, originando posicionamentos de sujeitos mais cientes quanto às realidades étnicas; de gênero; de gerações; das institucionalizações; da localidade geopolítica e das questões da sexualidade – que condicionam as identidades no mundo contemporâneo (BHABHA, 1998, p. 20). Este movimento dá condições a pensar os espaços/territórios enquanto instâncias discursivas político-culturais.

Nesta perspectiva geopolítica, é propício pensar as posições – nacional e estrangeiro – pautado nos movimentos e processos produzidos a partir das diferenças culturais. Conforme Bhabha (1998, p. 20), esses “entre lugares” geram as condições para manifestações subjetivas – singular ou coletiva – propícias à constituição de novas identidades e estruturação da ideia de sociedade. Segundo o indiano, esse processo envolve questões sociais complexas e intercâmbios de valores que nem sempre ocorrem de modo dialógico e coparticipativo, mas antagônico, permeado de conflitos sempre emergentes à força da linguagem.

Oliveira e Rodrigues (2018), em *Cultura e linguagem: da dialética de classes*, concordam e reforçam acerca deste aspecto. Em *A leitura nas culturas híbridas: ação de linguagem e multimodalidade*, eles explicam que linguagem e cultura são estruturas universais condicionadas ao humano (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2019), aquela como geradora de signos que, através das práticas sociais, condiciona esta e, por meio de um movimento multidirecional, é produto do homem e ao mesmo tempo o produz. Fato que autoriza a reflexão seguinte, no âmbito da Semântica Cultural, expondo semantismos (local/global) entorno do lugar-símbolo “Amazônia”.

| “Amazônia”: à luz da Semântica Cultural

A Semântica Cultural – doravante SC – é definida como linha de estudo Linguístico-Semântico que investiga “a relação entre os sentidos atribuídos às palavras ou demais expressões de uma língua e a cultura em que essa língua está inserida” (FERRAREZI JR., 2013, p. 71). A SC ocupa-se da construção e da concessão dos sentidos fruto do diálogo entre a língua do falante e sua respectiva cultura. Estudos nesta linha de investigação ganham força no século XX, com destaque nas duas últimas décadas, recuperando um dos exemplos citados pelo linguista, no eixo filosófico russo, o “Círculo de Bakhtin”, na década de 30, que se dedicava às relações entre língua natural e cultura. Diante disso, gostaríamos de sinalizar que o diálogo que a Linguística e suas vertentes têm construído com outras ciências (Antropologia, Sociologia, Filosofia etc.) vêm possibilitando uma ampliação do olhar sobre os fenômenos da linguagem e sua íntima relação com os estudos culturais (RODRIGUES, 2009, 2017).

Com o advento computacional e aparato tecnológico, em desenvolvimento, houve maior destaque e percepção para as relações entre língua e cultura. Ferrarezi Jr. (2013) destaca a dificuldade de traduzir, no universo computacional e, contemporaneamente, em rede, de encontrar a tradução de palavras/enunciados com sentidos aproximados no universo cultural de línguas distintas, principalmente quando se evidencia o aspecto convencional das línguas naturais, com maior complexidade e abrangência dos fatos linguísticos, frente a uma visão lógica e/ou estritamente estrutural. Assim, no contexto do século XXI, a Linguística abrange diversas correntes teóricas, que ampliam sua visão sobre os fenômenos da linguagem, graças ao diálogo com outras áreas das ciências sociais e humanas. Consonante com o autor, o maior ganho, fruto deste diálogo, é a percepção de língua natural, além da herança ou sistematização de regras gramaticais. Com isso, adquiriu-se um saber científico na língua, tanto sobre a influência das línguas naturais na organização e visão do mundo pelos falantes, quanto na forma de registro e constituição de saberes culturais; permitindo maior aceitação de explicações fundadas em bases culturais, como a SC com grande capacidade de análise descritiva das línguas naturais (FERRAREZI JR., 2013).

Como princípio teórico, a SC adota o conceito de língua natural que norteia a abordagem do objeto em estudo a partir da Semântica de Contextos e Cenários, que entende a língua natural como um “sistema socializado e culturalmente determinado de representação de mundos e seus eventos” (FERRAREZI JR., 2013, p. 74). Ao cerne desta conceituação, o semanticista afirma que estão intrínsecos aspectos singulares ao objeto, tais como: sistema (aspectos estruturo-funcionais); algo socializado (aspectos sociolinguísticos); algo culturalmente determinado (aspectos antro-po-culturais); forma de representação (aspectos semântico-pragmáticos); e de mundos e seus eventos (aspectos referenciais e criacionais) como criamos nossos mundos a partir da relação linguagem e pensamento.

Sob este prisma, a língua é um sistema que se “alimenta e retroalimenta” das relações que o homem estabelece nos mundos real e imaginário, resultante na cultura entendida como qualquer edificação originária da mente do homem (material ou abstrata), com capacidade de representá-la. Por isso, língua, cultura e pensamento estão ciclicamente em funcionamento pela ação humana, e um estudo no cerne da SC busca o funcionamento da língua (do individual ao coletivo), por seus fatores internos e externos/convencionais e como influenciam a constituição de sentidos atribuídos às palavras e diversas construções linguísticas no/do cotidiano.

Nesta perspectiva, Ferrarezi Jr. (2013, p. 78) estabelece três níveis de constituição e atribuição de sentidos: o **sentido menor** (sentido literal, atribuído a um sinal, quando for possível identificá-lo, habitual-genericamente utilizado numa cultura); **sentido médio** (sentido atribuído a um sinal a partir de um contexto, com dimensão linguística ampliada, porém não totalmente completa/especializada); **sentido maior** (sentido totalmente especializado – tem sua dimensão linguística/contexto – inserido num cenário/dimensão de uso/extralinguístico/cultural). Estes três níveis de constituição e atribuição de sentidos serão explicados em seguida a partir da análise do termo –

Amazônia – comumente cercado de semanticismos culturais em âmbito publicitário internacional.

É unânime, num primeiro momento, ao se ouvir a pronúncia da palavra – Amazônia – pensar-se no sentido genérico estabelecido, linguístico-culturalmente, como a maior floresta equatorial do mundo, com maior parte localizada no Brasil, na região norte, e todos os elementos que lhes são inerentes (maior biodiversidade do planeta e extensão territorial, riquezas minerais e diversidade étnica de povos nativos). Evidentemente que o grau de conhecimento cultural sobre estes aspectos dependerá do nível intelectual e engajamento político do falante. Nestes termos, temos aí a dimensão do **sentido menor** estabelecida pela SC. Porém, frente a essa incalculável riqueza, outros sentidos circulam em torno da “Amazônia”, impulsionados por interesses econômicos e políticos, supostamente, em prol do desenvolvimento local/nacional.

Vale destacar que, por sua localização, extensão territorial e potencial econômico, a Amazônia desenvolve-se enquanto símbolo econômico, político e cultural. A região ganhou maior visibilidade com a instituição do termo Amazônia Legal, pela Lei n. 1.806, de 06/01/1953, revogada pela Lei n. 5.173, 27/10/1966, que definiu a delimitação geopolítica para fins de aplicação de políticas de soberania territorial e econômica para a promoção de seu desenvolvimento. Dados do Instituto Brasileiro de Estatística, doravante IBGE, referentes ao ano de 2019, vinculados ao portal Agência IBGE Notícias, confirmam a área territorial da Amazônia legal com 5.015.067,749 km², correspondendo a cerca de 58,9% do território brasileiro que é de 8.510.295,914 km², abrangendo um total de 772 municípios. Quanto à Amazônia internacional, alcança oito países, ao norte da América do Sul.

Logo, é possível pensar o território, geopoliticamente, de acordo com Santos (1998), refletindo-o a partir de relações sociopolítico-culturais, desenvolvidas em seu entorno, orquestradas à luz dos interesses de forças antagônicas, que põem em destaque resistências locais frente às pressões nacionais, geralmente, vinculadas a um sistema de poder hegemônico, internacional, funcionando por meio de uma lógica cultural hierárquica (BAUMAN, 2012). Neste contexto, situamos o **sentido médio** do signo – Amazônia – no âmbito da SC, tendo sua dimensão linguística ampliada sob o comando de alguns acontecimentos, descritos no parágrafo seguinte.

Alguns fatos históricos evidenciam este movimento semântico envolvendo a Amazônia, que vive sob a égide de uma lógica cultural etnocêntrica, implantada sobre o território brasileiro, desde a colonização, à luz imperialista, ressignificada pela modernidade e pela contemporaneidade. Conforme o *site* do IMAZON (2015) – Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia, nos anos 1950, o governo Vargas, para promover o desenvolvimento da produção agropecuária e a integração da região à economia nacional, criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA – instituindo a Amazônia Legal, área que passou a englobar nove estados brasileiros, 61% de seu território; substituída pela Superintendência do Desenvolvimento

da Amazônia – SUDAM (em 1966) que, além do capital nacional, buscava investimentos internacionais. No governo Castelo Branco, também, houve inventos na Zona Franca de Manaus – área de livre comércio com isenção fiscal. Nos anos 70, o governo Médici põe em funcionamento o projeto rodovia – Transamazônica – fruto do plano de integração nacional e expansão de fronteiras econômicas, em prol do desenvolvimento local e sua colonização. Estrategicamente, esse projeto incentivou que nordestinos ocupassem áreas desabitadas. Sob o lema do nacionalismo sobre quaisquer interesses, o projeto mirava “resolver” dois dos problemas brasileiros: “o homem sem terra do nordeste e a terra sem homens na Amazônia”, discurso de Presidente em 1970 (YouTube, 2013).

Conforme reportagem realizada pela Globo News (em 03/02/2014) disponível no site G1.com, o projeto original Transamazônica visava interligar a “América do Sul de leste a oeste”, mas foi modificado para as “fronteiras do Brasil com o Peru”. Hoje, mesmo estagnada, a rodovia interliga os sete estados brasileiros (Paraíba, Ceará, Maranhão, Tocantins, Piauí, Pará e Amazonas). Em 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso, doravante – FHC – extinguiu a SUDAM e criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia, doravante – ADA – tornando-a uma autarquia responsável por orquestrar ações de desenvolvimento daquela região. Conquanto, em 2007, o governo Luiz Inácio Lula da Silva retorna com a SUDAM para gerenciar a Amazônia Legal. Segundo Magalhães (2015), no artigo intitulado *Amazônia Legal*, o termo Amazônia Legal é definido com base em critérios socioeconômico e políticos pelo governo brasileiro, que não deve ser confundido com Bioma Amazônia, que abrange toda extensão dos países por ele contemplado.

Não há de se obscurecer consequências de ações, neste nível, de impactos ambientais, nem menos reações e resistência dos povos locais. Logo, o termo – Amazônia – passa por um movimento semântico de ampliação de sua dimensão linguística, no contexto dos falantes, partindo da dimensão local, nacional, ganhando dimensão para além da floresta, que ganha identidade de região, sobrepondo-se à identidade de vários estados dos quais faz parte. Como exemplificação, podemos observar a publicidade do Banco da Amazônia no ano de 2016.

Figura 1 – Banco da Amazônia

Banco da Amazônia lança nova campanha de fim de ano

A campanha traz o conceito □A gente acredita na Amazônia Sustentável pra fazer o seu futuro feliz□.

Publicado em 14 de dezembro de 2016
por **Da Redação**



Fonte: <https://folhacapital.com.br/economia/banco-da-amazonia-lanca-nova-campanha-de-fim-de-ano/>

A publicidade circulou em mídias locais além das internacionais e, como informou à Folha Capital, a coordenadora de Publicidade – Ruth Helena Lima, “a campanha traz crianças” protagonistas, símbolo de alegria, esperança e qualidade de vida, na busca por uma imagem de um Banco parceiro do desenvolvimento amazônico, capaz de tornar “os sonhos de cada cidadão da Amazônia” possíveis de se realizar. Assim, percebe-se que a publicidade vende uma imagem do banco atrelada à Amazônia, enquanto região, ao mesmo tempo em que promove o apagamento da identidade do próprio estado do Amazonas e da cidade Manaus, onde mantém sua sede. Não por acaso, consta na história da instituição, iniciada na década de 60, o financiamento do ciclo da borracha e auxílio no desenvolvimento da Amazônia em suas várias fases, mantendo-se, em pleno século XXI, como instituição de capital misto, em grande parte, internacional, com interesse local. Assim, nota-se entorno da Amazônia, bem como de sua expressão linguística, o desenvolvimento de uma lógica cultural diferencial, típica das sociedades modernas, ao modo de Bauman (2012), em que aspectos identitários tornam-se “insignificantes” frente aos aspectos mais gerais como questões econômicas em pleno desenvolvimento industrial e capitalista, à luz de um poder global.

Imerso num sistema colonialista, o Brasil tem sua soberania, sistematicamente, fragilizada sob efeito de políticas neoliberais, e atualmente ultraliberais, típicas do sistema capitalista global, com aberturas violentas ao capital estrangeiro, ao modo do Banco da Amazônia. Marques, cientista política e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em entrevista ao jornal *on-line O Sul*, em 2019, destaca que, desde o período militar, existem temores sobre derrocada da soberania brasileira, em terras amazônicas, pautada no sistema colonial de demarcação de fronteiras, por meio do aliciamento de indígenas por estrangeiros. Segundo o jornal, os temores continuam fortes, pelo menos no discurso do atual Presidente da República – Jair Bolsonaro – que imerso em questionamentos mundiais sobre escassa atuação brasileira, frente às questões ambientais, principalmente as queimadas em solo amazônico, retoma tais rumores, instigado pelo discurso do atual líder francês – Emmanuel Macron – ao dizer que o mundo precisa voltar-se para Amazônia, pois ela seria “nosso bem comum”, ressignificando o discurso “a Amazônia era patrimônio da humanidade” de seu antecessor – François Mitterrand (1981 e 1995). Para o presidente brasileiro, a atuação francesa é a ponta do *iceberg* internacional que intenciona questionar a soberania brasileira, em solo amazônico, visando sua internacionalização, utilizando-se de financiamentos internacionais e atuação de ONGs.

De “bem comum”, “patrimônio da humanidade”, a Amazônia também foi considerada, segundo Ocimar Manzi, coordenador no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em entrevista ao portal Terra, equivocadamente, “o pulmão do mundo”, por sua função invertida. Ironicamente, torna-se mais coerente concordar com o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, no artigo intitulado “Amazônia: alvo estratégico do capitalismo” (*site Brasil247*, 2019), ao pontuar que, frente ao dilema amazônico “internacionalização *versus* patriotismo”, só há uma saída – “não internacionalizar a Amazônia: amazonizar o mundo”.

Como buscamos demonstrar, os fatos já apresentados asseveram uma total especialização do termo – Amazônia – concebido ao modo da SC, pela inserção da dimensão linguística num cenário usual, extralinguístico/cultural. Fato que põe em destaque a transnacionalização do território amazônico à luz do que pontua Santos (1998), um lugar sob atuação em redes de forças verticalizadas, por meio de financiamento internacional do grande capital, situado no contexto de uma cultura de mercado global, condicionante de forças horizontais – locais e nacionais – que, segundo o autor, ultrapassa territorialidades e tende a criar movimentos globais de resistência em redes.

A celeuma em torno do território amazônico reflete bem o pensamento do geógrafo, ao expor conflitos entre forças multidirecionais: interesses de líderes mundiais, como o Presidente Bolsonaro, que articulou, em 2019, uma campanha vinculada aos canais midiáticos internacionais, em defesa da soberania brasileira, conforme anúncio do jornal francês *Financial Times*:

Figura 2 – Amazônia pelo Brasil



Fonte: www.veja.abril.com.br/mundo/em-propaganda-oficial-no-exterior-governo-erra-grafia-em-ingles/

À guisa do que se pode nomear de título “Amazônia pelo Brasil” já está subentendida a ideia a que se pretende a publicidade – reafirmar a Soberania brasileira – explícita no subtítulo traduzido a este modo: “O Brasil reafirma suas ações de proteção, desenvolvimento sustentável e preservação da Amazônia”. Contudo, há de destacar-se que a reportagem referida é replicada com tom crítico pela revista *Veja*. A situação pode ser percebida ao passo que o destaque da revista é para o equívoco na grafia de uma palavra no texto, conforme a redação da jornalista Marin, em matéria intitulada *Em propaganda oficial no exterior, governo erra grafia em inglês*, site – VEJA/2019: “sovereing”, em vez do correto “sovereign”. Pelo Twitter, o governo postou em seu perfil a mesma peça publicitária com um equívoco adicional – a palavra “sustentável” – surgiu em inglês como “susteinable”, em vez de “sustainable”. A metalinguagem, em questão, evidencia supostas posições midiáticas nacional/internacional, institucionais, sobretudo, dos sujeitos contemporâneos que, condicionados ao agir do outro, tornam seu agir um *habitus* (RODRIGUES, 2017).

Este embate exige uma compreensão ao modo de Bhabha (1998), pois sua complexidade está para além das fronteiras midiáticas – governamentais e capitalistas. Na outra ponta, encontram-se os povos indígenas que, ofuscados em seus direitos humanos, saem em defesa do seu direito à terra e do direito de viver nela; estão ambientalistas; artistas; a juventude, com destaques mundiais, a exemplo da jovem sueca, ativista ambiental, Greta Thunberg, e os movimentos de massa, que juntos formam um movimento cultural antagônico à cultura capitalista global, livre de fronteiras, que poderíamos nomear, no contexto amazônico, de “amazonizar o mundo”. Assemelhando-se ao sugestionado por Bauman (2012), no conceito de cultura genérica, em que as singularidades globais compõem a essência cultural, que deve ser vista sempre como plural e em permanente formação. Visão que se evidencia, em cenário contemporâneo, nas complexas posições: nacional e estrangeiro, constantemente em conflito, como num *continuum*, refletindo o par de lugares “aqui” e “lá” (BHABHA, 1998).

Este movimento de análise permitiu-nos apontar para a necessidade de estabelecer, enfim, um lugar “além” ou um “entre lugar”, uma “nova identidade”, ou um **sentido maior** para a Amazônia, inaugurado no âmbito de uma cultura de apaziguamento, tolerância e acolhimento do diverso, longe dos lugares já institucionalizados pelas sociedades capitalistas globais, dos territórios demarcados/desfragmentados, isto é, um convite a olhar a partir da fronteira, onde tudo acontece – a Amazônia Mundial – floresta em chamas, lugar de conflito, que não faz fronteira com estados brasileiros, com países sul-americanos, mas que se fixa no local da cultura, ponto de mutação (CAPRA, 1982), de conflitos que polarizam a dúvida-mãe do ceticismo: Plana?! Redonda!? A Amazônia terrestre continua sendo semantizada por “povos gentios”.

| Considerações finais

Neste artigo, buscamos construir um contexto de acontecimentos históricos, de representação de mundo(s) e cenários orientados à luz da SC. Com este fim, trilhamos pelos postulados de Bauman (2012) e ensaiamos um percurso pelos três conceitos de cultura: hierárquico – em que há uma cultura superior, que deve ser almejada e buscada por meio da educação, sendo impossível conceber a existência de culturas; o diferencial – impregnado da concepção hierárquica e pautado em bases antropológicas e sociológicas, em que a noção de valores humanos orienta a diferenciação neste conceito, bem observado na modernidade; genérico – busca a coexistência da pluralidade de culturas, em continuidade e constante diálogo, característico do mundo contemporâneo, híbrido e sua fluidez, uma cultura da práxis (RODRIGUES, 2017).

Neste sentido, dialogamos com a perspectiva de Santos (1998), por conceber o território como espaço representativo de tensões e conflitos gerados a partir de interesses político-econômicos locais/nacionais/internacionais, contrastados pela globalização, fenômeno que dilui fronteiras, conduz à transnacionalização de territórios e imprime ao mundo uma cultura de mercado, sob a égide de um poder hegemônico. Sobre tensões e conflitos, gerados pelos embates entre as posições complexas – nacional *versus* estrangeiro – foram-nos enfáticas as palavras de Bhabha (1998), alertando-nos para o surgimento de um lugar fronteiro indicativo do movimento de continuidade/descontinuidade, tendo a linguagem como força emergente.

Esta teia discursiva é abraçada pela SC que iluminou nosso percurso até a análise das peças publicitárias, de modo que pudemos enxergar o caminho percorrido pelo elemento/sinal – Amazônia – de um **sentido menor**, construído numa dimensão estritamente linguística, para um **sentido médio**, inicialmente, com a dimensão linguística inserida no cenário de uso, cujo sentido ainda não totalmente especializado, e posteriormente para um **sentido maior**, totalmente especializado, dimensão de uso extralinguística, contexto cultural global. Cenário em que refletimos sobre as complexas posições nacional/estrangeiro, frente aos interesses políticos globalizados, em que observamos o *continuum* dos acontecimentos históricos inter-relacionados às instâncias sociopolítico-culturais de atuação do homem no mundo.

Esse trajeto tridimensional da especialização dos sentidos permitiu-nos perceber o elemento – Amazônia – enquanto floresta tropical, com todo seu potencial econômico, ambiental e de biodiversidade, característica que o conduz à posição de território transnacionalizado, fragilizador da Soberania Brasileira e dos Direitos Humanos, pela condição de negação do direito à terra, dos povos nativos, de viver nela e decidi-la.

Referências

Agência IBGE Notícias. *IBGE atualiza Mapa da Amazônia Legal*. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28089-ibge-atualiza-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BAUMAN, Z. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Banco da Amazônia. Nossa história. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/relacoes-com-investidores/sobre-o-banco/nossa-historia>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. *Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966*. Presidência da República, Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1966.

CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.

FERRAREZI JR., C. Semântica Cultural. In: FERRAREZI JR., C.; BASSO, R. (org.). *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 71-87.

G1 GLOBO.COM. Projeto polêmico, transamazônica faz 40 anos sem nunca ter sido concluída, 2014. Disponível em: www.g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/02/projeto-polemico-transamazonica-faz-40-anos-sem-nunca-ter-sido-concluida.html. Acesso em: 24 jun. 2022.

IMAZON. A floresta habitada: história da ocupação humana da Amazônia. Belém-Pará. 2015. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MAGALHÃES, L. Amazônia Legal. Site: *Toda matéria*, 2015. Disponível em: www.todamateria.com.br/amazonia-legal/. Acesso em: 06 jan. 2020.

MARIN, D. C. Em propaganda oficial no exterior, governo erra grafia em inglês. *Revista Veja Online*, 2019. Disponível em: www.veja.abril.com.br/mundo/em-propaganda-oficial-no-exterior-governo-erra-grafia-em-ingles/. Acesso em: 06 jan. 2020.

OLIVEIRA, L. F. de; RODRIGUES, L. P. Cultura e linguagem: da dialética de classes. *Anais XXVII Jornada Internacional, GELNE*: Recife – PE, 2018. v. 1. p. 1-12.

OLIVEIRA, L. F. de; RODRIGUES, L. P. A leitura nas culturas híbridas: ação de linguagem e multimodalidade. In: LENDL, A.; SOUZA, F. M. de. (org.). *Ensino de línguas na contemporaneidade: multimodalidade e tecnologias digitais*. São Paulo: Mentis Abertas, 2019. p. 33-50.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. UNIC / Rio / 005 – 2009.

ORTEGA, J. *Indústria 4.0: entenda o que é a quarta revolução industrial*. Startse, 2019. Disponível em: www.startse.com/noticia/nova-economia/60414/industria-4-0-entenda-o-que-e-quarta-revolucao-industrial. Acesso em: 30 dez. 2019.

OLIVEIRA, P. R. de. *Amazônia: alvo estratégico do capitalismo; é preciso amazonizar o mundo*, 2019. Disponível em: www.brasil247.com/blog/amazonia-alvo-estrategico-do-capitalismo-e-preciso-amazonizar-o-mundo. Acesso em: 06 jan. 2020.

O SUL. *Brasil: A história do interesse estrangeiro na Amazônia*. Online, 2019. Disponível em: www.osul.com.br/a-historia-do-interesse-estrangeiro-na-amazonia/. Acesso em: 06 jan. 2020.

RODRIGUES, L. P. Cultura clássica, cultura vulgar: considerações acerca do ideal de autor, leitor e leitura. *Revista Sociopoética*: Campina Grande: ADUEP, v. 1, n. 3, p. 1-16, 2009.

RODRIGUES, L. P. Por uma linguística da prática. In: ATAÍDE, C. et al. (org.). *GELNE 40 ANOS: experiências teóricas e práticas nas pesquisas em Linguística e Literatura*. São Paulo: Blucher, 2017. p. 69-89.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (org.). *Território, Globalização e fragmentação*. Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional. 4. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

SILVA, D. N. Descobrimento da América. In: *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/descobrimento-da-america.htm>. Acesso em: 29 abr. 2022.

SCHWAB, K. *A Quarta Revolução Industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

Terra. A Floresta Amazônica pode ser considerada o 'pulmão do mundo'? Disponível em: www.terra.com.br/noticias/educacao/voce-sabia/a-floresta-amazonica-pode-ser-considerada-o-pulmao-do-mundo.html. Acesso em: 07 jan. 2020.

Rodovia Transamazônica: início da construção 1970. Vídeo (4 min. 33 segs.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IPZ0h9yJ26M>. Acesso em: 05 jan. 2020.

Como citar este trabalho:

OLIVEIRA, Laécio Fernandes; RODRIGUES, Linduarte Pereira. "Amazônia": entre semantismos da cultura local e da cultura global. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 13-32, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.16755>.

SABENÇA(S) DOS/AS LINGUISTAS POPULARES

WISDOM OF THE FOLK LINGUISTIC

Roberto Leiser BARONAS¹

Marinez Santana NAZZARI²

Resumo: Neste artigo, inicialmente apresentamos a classificação proposta por Marie-Anne Paveau (2005 e 2020) acerca das práticas linguísticas dos não linguistas. Essas práticas, segundo a autora francesa, formuladas a partir de uma primeira proposta de classificação perquirida por Brekle (1989), podem ser pensadas em quatro categorias: prescritivas, descritivas, intervencionistas e militantes. Na sequência, buscamos acrescentar a essas categorias mais duas: as práticas linguísticas sagradas e as práticas linguísticas profanas dos não linguistas. Nosso desejo é contribuir para a legitimação da Linguística popular no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Linguística popular. Práticas linguísticas sagradas. Práticas linguísticas profanas.

Abstract: In this article, we first present the classification proposed by Marie-Anne Paveau (2005 and 2020) about the linguistic practices of non-linguists. According to the French author, these practices, formulated from a first classification proposal by Brekle (1989), can be thought of in four categories: prescriptive, descriptive, interventionist, and militant. In the sequel, we seek to add to these categories two more: sacred linguistic practices and the profane linguistic practices of non-linguists. Our wish is to contribute to the legitimization of popular linguistics in the Brazilian context.

Keywords: Folk linguistic. Sacred linguistic practices. Profane linguistic practices.

1 Docente da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. E-mail: baronas@ufscar.br

2 Doutoranda na UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: nazzari.mari@gmail.com

| Uma pequena nota de advertência³

Antes de entrar na ordem deveras complexa do discurso, para brincar seriamente com Michel Foucault, em sua aula inaugural no *College de France*, entendemos ser necessária uma pequena explicação acerca do termo *sabença*⁴, presente no título deste artigo. Esse termo segundo o *Dicio – Dicionário Online de Português* é a “reunião ou somatório de vários conhecimentos ou sabedoria”⁵. No dicionário eletrônico (meudicionario.org)⁶, pode-se ler ainda um segundo sentido para *sabença*, a saber, “bom senso”. Me parece que a linguística popular opera justamente com as *sabenças* produzidas pelos não linguistas acerca da sua língua e da língua dos outros. Essas *sabenças* podem ser de diversas naturezas: populares, eruditas e/ou uma mistura delas. Nesse caso, esse termo poderia ser entendido como uma palavra valise, que junta **sabedoria + crença: *sabença***. Cumpre destacar que por extensão sonora de sentido, é possível esgravatar ainda um quarto sentido para *sabença*, uma espécie de pedido de benção, *peço-lhe a bença: s(u)abençã(o)*. É com esse último sentido, isto é, pedindo a benção dos não linguistas, justamente por reconhecer a grande contribuição para as ciências da linguagem dos seus saberes e fazeres (metalinguísticos, epilinguísticos e metadiscursivos), que iniciamos este artigo.

1. Primeiras palavras

De maneira diferente de outros domínios que se ocupam da língua, buscando construir esse objeto com base no seu uso e na reflexão sobre esse uso, a linguística popular se debruça sobre as práticas linguísticas dos não linguistas. Assim, enquanto os primeiros operam no âmbito do linguístico, o das práticas languageiras, a segunda trabalha no âmbito das percepções, das observações, das avaliações, das intuições, das atitudes e das crenças linguísticas, isto é, o que se inscreve na ordem discursiva do metalinguístico,

3 Versões bastante modificadas deste artigo foram apresentadas em *lives*, durante o seminário *Diversidade, discurso e ensino*, promovido pelo GEPEDTEC da Unifesp, em 29/04/2022, disponível em “Diversidade, Discurso e Ensino” - YouTube e na mesa redonda 03 *Linguagem e resistência*, durante o Congresso Internacional de Letras – CONIL, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, em 18/08/2022, disponível em Mesa-redonda 03: “Linguagem e Resistência” - YouTube.

4 Como bom ladrão de palavras, tomo esse termo de empréstimo do livro homônimo *Sabença*, organizado por Maria Aparecida Moura, Maria das Dores Pimentel Nogueira e Terezinha Maria Furiati. O livro “*Sabença* é uma iniciativa que toca nossas mentes e corações, pois trata de um processo de criação, produção, afeto, memória e formação tão importantes para a visibilidade, o reconhecimento e a multiplicação da cultura popular de uma região do estado de Minas Gerais [Vale do Jequitinhonha] tão rica em saberes e fazeres dos mais diversos”. Disponível em Versão digital do livro *Sabença – Saberes Plurais* (ufmg.br)

5 Disponível em *Sabença - Dicio, Dicionário Online de Português*

6 Disponível em Definição de *sabença* – Meu Dicionário (meudicionario.org)

do epilinguístico e do metadiscursivo. Essas diferentes ordens são pensadas por Paveau (2020) enquanto práticas linguísticas prescritivas, descritivas, intervencionistas e militantes.

2. As práticas prescritivas

Esse tipo de prática é a mais comum na nossa sociedade e está presente desde alhures em diferentes ambientes: não digitais, pré-digitais e digitais. Trata-se de uma questão de falar “bem” ou “mal”, de falar uma “boa” ou uma “má” língua. As prescrições concernentes aos usos são atinentes a um normativismo forte, aliado ao purismo (condenação de empréstimos, de neologismos, da linguagem inclusiva etc.). Esse tipo de prática está ancorado frequentemente em duas das zonas mais instáveis da língua, o léxico e a ortografia. Em alguns países como a França, a ortografia é uma espécie de obsessão cultural nacional e permanece como uma potente ferramenta de segregação social. O léxico, por sua vez, é igualmente um lugar privilegiado de expressão da cultura elitista e, no caso brasileiro, nos parece que é também uma obsessão cultural nacional. Nesse sentido, é difícil de inventariar o sem-número de trabalhos que buscam recolher as palavras “raras”, “desaparecidas” ou “novas”, que devem ser cultivadas ou encontradas para alimentar a “riqueza da língua”⁷.

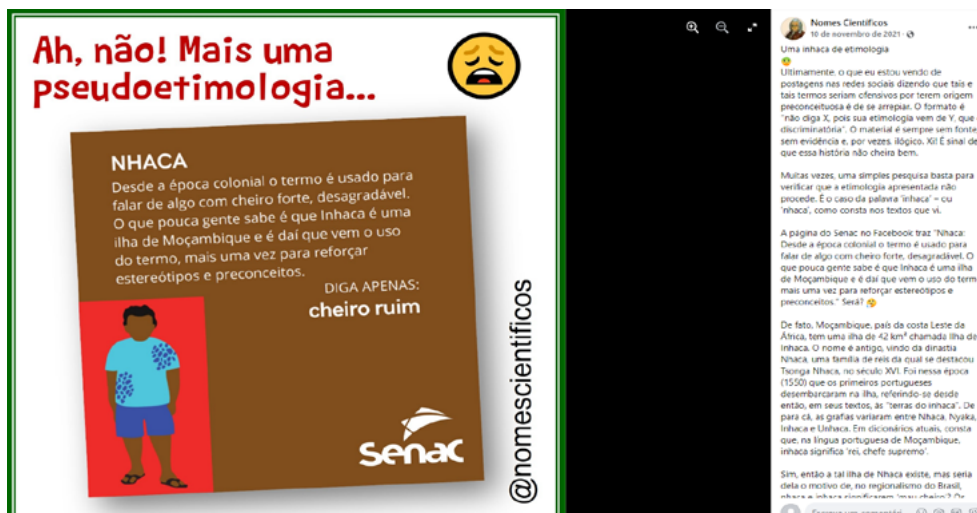
A forma típica do discurso prescritivo é a oposição entre “dizer” *versus* “não dizer”, que também encontramos manifestada textualmente em espaços que a princípio não se encarregariam dessas questões, como é o caso da rede social profissional LinkedIn⁸. Cumpre destacar que essas práticas prescritivas estão presentes também em espaços que a princípio extrapolariam os usos linguísticos, isto é, elas operam mais propriamente no âmbito do discurso do que no linguístico *stricto sensu*, uma vez que buscam corrigir

7 Como se pode ver na descrição do *link Novas Palavras* da Academia Brasileira de Letras – ABL: “A Academia Brasileira de Letras apresenta toda semana uma palavra ou expressão que passou a ter uso corrente na língua portuguesa, podendo ser um neologismo, um empréstimo linguístico ou mesmo um vocábulo que, apesar de já existir há algum tempo na língua, tem sido usado com mais frequência ou com um novo sentido nos dias de hoje. A criação, o uso e a difusão de uma nova palavra ou expressão vêm da necessidade que temos de nomear algo que faz parte da nossa realidade ou que nossa inteligência e percepção foram capazes de identificar com mais intensidade. Conhecer o significado de novas palavras enriquece nosso vocabulário e nos faz mergulhar na atmosfera intelectual em que vivemos. Mais do que isso, contribui para o pleno desenvolvimento de nossa capacidade de comunicação, amplia a compreensão que temos do mundo e nos torna aptos a identificar problemas, buscar soluções e sermos agentes de mudança em prol de uma sociedade mais humana, ética e justa”. Disponível em Novas Palavras | Academia Brasileira de Letras

8 A esse respeito ver os perfis de Dalva Corrêa (<https://br.linkedin.com/in/dalvacorreia>) e Meu Português Online (<https://www.linkedin.com/company/meu-portugues-online>). Ver a publicação de Viviane Quenzer e Lígia Mara Boin Menossi de Araújo intitulada: “O LinkedIn e os não-linguistas: reflexões a partir de uma visada discursiva”. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/12773/19278>.

cientificamente, por exemplo, a etimologia popular de certas expressões cujo uso reforça estereótipos e preconceitos em relação aos negros. Como se pode verificar na postagem a seguir, publicada nas redes sociais Facebook e Instagram, no perfil @nomescientificos.

Imagem 1 – Post publicado nas redes sociais Facebook e Instagram



Fonte: <https://www.facebook.com/senacsao paulo/photos/a.496190102806/10158132237017807/?type=3>

A postagem – “Ah, não! Mais uma pseudoetimologia...” – parte de um dos verbetes publicados na Cartilha “Palavras racistas?”⁹ questionando a etimologia popular da expressão *Nhaca*, que reforça um discurso estereotipado e preconceituoso em relação aos negros. A justificativa é a de que se trata de uma pseudoetimologia: “Não existe até o momento textos da época colonial que ligam o termo ‘inhaca’ no sentido de ‘cheiro ruim’ a qualquer pessoa dos Nhaca de Moçambique ou da ilha de Nhaca. Houve aí, sim, uma homonímia (grafias iguais) entre as duas palavras de origens diferentes”. Esse tipo de prática linguística/discursiva corretiva por mais bem intencionada que seja, especialmente num momento em que o negacionismo científico disputa com a ciência a busca por uma *vontade de verdade* (FOUCAULT, 1971)¹⁰ para além de elitista,

9 Este material, elaborado pelos GTs Humanidades e Para Elas, do Programa do Sistema Fecomércio-RS/Sesc/Senac de diversidade - Para Todos, faz um convite à reflexão e à mudança. Disponível em Cartilha-Palavras-Racistas.pdf (fecomercio-rs.org.br)

10 Segundo Foucault: “[é] claro que, colocando-nos, no interior de um discurso, ao nível de uma proposição, a partilha entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas, numa outra escala, se nos pusermos a questão de saber, no interior dos nossos discursos, qual foi, qual é, constantemente, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos da nossa história, ou, na sua forma muito geral, qual o tipo de partilha que rege a nossa vontade de saber, então talvez vejamos desenhar-se qualquer coisa como um sistema de exclusão (sistema histórico, modificável, institucionalmente constrangedor)” (grifo nosso).

pois desconsidera qualquer outro saber que não o científico, apaga todo o caráter político da etimologia popular. Como sabiamente nos diz Marie-Anne Paveau (2020, p. 30): “Esses saberes [populares] não podem ser nem refutados e nem comprovados [pois] funcionam como crenças que incitam a determinadas ações”. O enunciado-pergunta que abre a Cartilha *Palavras Racistas* materializa a asserção anterior de Paveau acerca do caráter performativo-político dos saberes populares¹¹:

VAMOS REPENSAR NOSSO VOCABULÁRIO? Estudos dizem que chegamos a pronunciar 20 mil palavras por dia. Mas você já parou para pensar no significado das palavras do nosso vocabulário? E em quantas vezes reproduzimos, mesmo sem querer, expressões e termos racistas ou que reforçam estereótipos?

3. As práticas descritivas

Essas práticas podem ser entendidas a partir de dois eixos. No primeiro, temos o conjunto de descrições e, no segundo, o das pré-teorizações linguísticas do funcionamento da língua, muito fortemente embasada pelas percepções e pelas observações empíricas. As primeiras engendram vereditos do tipo “isso não é português” (no sentido de que o “isso” não é correto linguisticamente falando) ou julgamentos de adequação entre os nomes e as coisas (por exemplo, “esse nome não é satisfatório”) ou “diga o que isso significa”. No nosso cotidiano, esse tipo de atividade está permanentemente presente nas falas de todos os locutores: apreciações sobre as palavras, expressões, acentos, maneiras de falar. Esse tipo de atividade descritiva está muito presente no digital. Nesse ambiente, encontramos centenas de páginas tratando do valor estético das palavras: feias, bonitas, ofensivas, fortes, por exemplo: no *site do Dicio – Dicionário Online de Português*, encontramos, por exemplo, “As 25 palavras mais feias da língua portuguesa”¹², as que supostamente deveriam ser banidas da língua”. As dez primeiras são escroque, catarro, escracho, prurido, esculacho, furúnculo, conspurcar, escravocrata, defenestrar e caxumba. A não ser por uma certa dificuldade de pronúncia de alguns vocábulos (prurido, conspurcar e defenestrar – uma espécie de trava-língua) essa sequência não apresenta nenhuma lógica, nenhum ponto em comum, nenhuma regularidade discursiva. Entendemos que se trata de percepções subjetivas da parte dos redatores.

As pré-teorizações, por sua vez, buscam descrever certos fenômenos linguísticos com base em observações empíricas. A partir de um aguçado senso de observação, certos não linguistas descrevem fatos linguísticos, elaborando verdadeiros estudos sistemáticos sobre esses fatos. Um exemplo lapidar dessa prática é a *Gramatiquinha da*

¹¹ Mais à frente, na apresentação das práticas militantes, ampliaremos essa discussão.

¹² Disponível em *As 25 palavras mais feias da língua portuguesa - Dúvidas de Português no Dicio*.

*fala brasileira*¹³, do escritor Mário de Andrade. Trata-se de um conjunto de ensaios sobre a fala brasileira, ancorado numa concepção variacionista de língua arrojada para a época (início do século XX) e que foi elaborado por Andrade com base em variadas fontes. O escritor, segundo Almeida (2022, p. 27), “recolhe exemplares da língua nacional nos estudos de filólogos e gramáticos, nos cronistas viajantes, nas cartas de amigos ou de desconhecidos, nas canções populares, nas obras de poetas, romancistas e cordelistas, nos trabalhos de campo, ou seja, nas oitivas”.

Ainda que durante a vida do escritor os originais d’*A gramatiquinha* não tenham logrado publicação pelo seu inacabamento e, por conseguinte, permanecido arquivados – no primeiro momento na casa do escritor e, posteriormente, a partir de 1968, no IEB-USP –, não são papéis que simplesmente foram engavetados e esquecidos. Trata-se de uma “obra em preparo”, um *work in progress* que o acompanhou até seus anos finais. Em decorrência das incorporações documentais, sugere-se que houve uma consulta permanente ao material reunido, uma vez que se configura uma espécie de inventário de formas linguísticas que está à disposição do pesquisador. (ALMEIDA, 2022, p. 19).

13 Em maio deste ano, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, a Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, juntamente com o Instituto Guimarães Rosa, com a organização de Aline Novais de Almeida e colaboração de Ataliba de Castilho, Livia Rivello Baranda Kimori e Sérgio Rodrigues, publicou este importante conjunto de manuscritos de Mario de Andrade sobre a fala brasileira. “Para o estabelecimento do texto, [a] edição tomou como texto-base o manuscrito d’*A gramatiquinha* da fala brasileira, localizado na série Manuscritos Mário de Andrade, no arquivo do escritor, no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Além disso, cotejou os originais com a dissertação de mestrado *Edição genética d’A gramatiquinha fala brasileira de Mário de Andrade*, de Aline Novais de Almeida, defendida em 2013 na FFLCH-USP, sob orientação de Telê Ancona Lopez”. O livro está disponível em Biblioteca Digital da Fundação Alexandre de Gusmão (funag.gov.br)

Imagem 2 – Capa do livro *A gramatiquinha da fala brasileira* de Mário de Andrade



Fonte: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1187>

4. As práticas intervencionistas

Os não linguistas propõem também intervenções sobre a língua. Trata-se de proposições frequentemente espontâneas, geralmente regularizantes e destinadas a facilitar os usos linguísticos, tornando-os mais acessíveis. No português brasileiro, há inúmeros termos ou expressões que foram introduzidos inicialmente por determinados grupos sociais e que com o desenrolar do tempo passaram a ser utilizados por uma comunidade maior. Um bom exemplo é o termo “sipá”, criado inicialmente pelos jovens no início dos anos 2000, a partir da partícula “se” + o elemento “pá” e que significa *talvez, quem sabe* e é muito utilizado atualmente por diferentes grupos sociais. O *print* a seguir retirado do *Dicionário Colaborativo InFormal*¹⁴ atesta a nossa asserção:

¹⁴ Disponível em Sipá (dicionarioinformal.com.br).

Imagem 3 – Print do termo “sipá” no Dicionário InFormal

Sipá

4 Definições encontradas.

Definições Sinônimos Antônimos Relacionadas Exemplos Flexões Rimas Reversa

1. Sipá

Significado de Sipá Por [Furtado \(SP\)](#) em 28-12-2008

Abreviação para "se bobear";
"se for possível", "talvez", etc.

Sipá apareço naquela festa

Sipá ateh pego aquela mina

80 7

Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/sip%C3%A1/#:~:text=Forma%20abreviada%20de%2022se%20p%C3%A1,Voc%C3%AA%20vai%20%C3%A0%20festa%3F>

Outra expressão criada pelos jovens desta vez no ambiente digital na primeira dezena dos anos 2000 e que passou a ser utilizada por diferentes grupos é “só que não”. Essa expressão geralmente aparece no final das frases ou textos para desdizer o que acabara de ser dito, geralmente com um sentido de ironia ou sarcasmo. Ultimamente essa expressão tem aparecido nas postagens das redes sociais em forma de abreviatura “sqn”. “Vou pra Paris, sqn”.

Imagem 4 – Print da definição da expressão “só que não”¹⁵

Só que Não | Expressão

🏠 / Expressões / Só que Não | Expressão

Expressões

Qual o significado de **só que não**? A expressão idiomática **só que não** tem um sentido cultural que pode ser considerada figurativa, gíria ou de contexto popular.

Significado de só que não

_ expressão irônica usada para desdizer o que se acabou de dizer

Referências

Expressão composta pelos vocábulos: só, que, não.

Uma expressão idiomática ou “idiotismo” é um conjunto de duas ou mais palavras que se caracteriza por não ser possível identificar o seu significado mediante o sentido literal dos termos.

Fonte: <https://portuguesalettra.com/expresoes/so-que-nao-expressao/>

Essas intervenções frequentemente são chamadas de “erros” pelos defensores da abordagem normativa e purista. Todavia, a abordagem da linguística popular analisa esses fenômenos de outra maneira. Com efeito, para Marie-Anne Paveau (2020, p. 31) os saberes populares sobre a língua “não são necessariamente crenças falsas, equivocadas a serem eliminadas da ciência”, mas, pelo contrário, representam “saberes perceptivos, subjetivos e incompletos a serem integrados aos dados científicos da linguística”.

5. As práticas militantes

Praticamente em todas as culturas, existe um estereótipo bem difundido: o da palavra como arma capaz de machucar ou mesmo de matar. Encontramos, em diferentes países, por exemplo, muitos provérbios sobre esse tema: “As adagas que não estão nas mãos podem estar nas palavras” (Inglaterra); “As flechas perfuram o corpo e as palavras más perfuram a alma” (Espanha); “As feridas da língua são mais perigosas do que as das espadas” (mundo árabe); “A espada tem dois gumes, a língua tem cem” (Vietnam). Há ainda uma extensa lista de provérbios bíblicos que asseveram além desse caráter bélico da língua o seu caráter edificante: “O que guarda a boca e a língua guarda sua alma das angústias”; “O Senhor nos concedeu um órgão capaz de dar vida ou de levar à morte: a língua”; “Prata escolhida é a língua do justo, mas o coração dos perversos vale muito pouco. Os lábios dos justos apascentam a muitos, mas, por falta de senso, morrem os tolos”.

15 Disponível em Só que Não | Expressão | Português à Letra (portuguesalettra.com)

O militância social ou político é baseado em um discurso sobre as palavras, geralmente, esse discurso se posiciona à distância (AUTHIER-REVUZ, 1998) de tudo o que pode remeter a sentidos estereotipados e preconceituosos em relação a determinados grupos sociais, especialmente os mais invisibilizados. Na Análise do Discurso, vários trabalhos recentes sobre o gênero mostraram a centralidade das práticas linguísticas populares nos discursos que se desenvolveram nos debates em torno do casamento de pessoas do mesmo sexo (HUSSON, 2018) ou em discursos sobre intersexualidade (MARIGNIER, 2016). Na maioria dos ativismos, encontramos reflexões sobre quais palavras usar ou não usar, sobre as maneiras de falar ou sobre as formas do debate. O dicionário ou léxico é quase um elemento obrigatório de todo ativismo, e o advento da internet reforçou essa prática lexicográfica. Apresentamos a seguir dois exemplos, um no contexto do militância antirracista, proposto pela autora Grada Kilomba em seu livro *Memórias da plantaço: episódios de racismo cotidiano* (2019) e o outro nos debates engendrados pela cantora Anitta, sobre os sentidos do verbete *patroa* no *Dicionário do Google* (2020).

Na carta de Kilomba (2019, p. 14) à edição brasileira de seu livro, ela nos diz:

Não posso deixar de escrever um último parágrafo, para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, de fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*.

Depois dessa advertência acerca da dimensão política da língua de criar, de fixar e perpetuar relações de poder e de violência, Kilomba elabora uma espécie de glossário de termos, que, segundo ela, por possuírem usos problemáticos em língua portuguesa, merecem novas terminologias. Transcrevemos aqui dois desses termos:

[Sujeito] No original em inglês, o termo *subject* não tem gênero. No entanto, a sua tradução corrente em português é reduzida ao gênero masculino – o *sujeito* – sem permitir variações no gênero feminino – a *sujeita* – ou nos vários gêneros LGBTQIA+ - xs – *sujeitxs* -, que seriam identificados como erros ortográficos. É importante compreender o que significa uma identidade não existir na própria língua, escrita ou falada, ou ser identificada como um erro. Isto revela a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa, e a urgência de se encontrarem novas terminologias. Por esta razão opto por escrever este termo em itálico: *sujeito*. (KILOMBA, 2019, p. 15).

[Escravidão/o] Na minha escrita uso o termo “escravizada/o”, e não “escrava/o”, porque “escravizada/o” descreve um processo político ativo de desumanização, enquanto *escrava/o* descreve o estado de desumanização como a identidade natural das pessoas que foram escravizadas. No entanto, o termo aparece por vezes de forma figurativa; nesses casos, opto por escrevê-lo em itálico: *escravo*. (KILOMBA, 2019, p. 20).

Em setembro de 2020, a cantora Anitta, indignada com os sentidos do verbete patroa – *mulher do patrão e dona de casa* – dispostos no *Dicionário do Google*, desencadeou em suas redes sociais todo um movimento para a mudança desses sentidos. À época disse Anitta: “Mano do céu, inacreditável. Não estou acreditando que isso está no nosso dicionário”. Dada à repercussão muito negativa, gerada pelas críticas da cantora brasileira, o buscador, uma semana depois, alterou os sentidos de patroa para “proprietária ou chefe de um estabelecimento privado comercial, industrial, agrícola ou de serviços, em relação aos seus subordinados, empregadora, chefe de uma repartição pública”. Tão logo o buscador alterou os sentidos, a cantora comemorou em suas redes sociais:

Imagem 5 – Print da publicação da cantora Anitta em uma rede social sobre a mudança nos sentidos no verbete *patroa*



Fonte: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2020/09/apos-critica-de-anitta-definicao-de-patroa-no-dicionario-do-google-e-alterada.shtml>

Como se pode constatar nos exemplos arrolados, essa prática linguística de manter à distância certas palavras e expressões, que podem remeter a sentidos estereotipados e preconceituosos em relação a determinados grupos sociais, especialmente os mais invisibilizados, tem uma dimensão política e ética. Pode parecer cair na prescrição

e pode ser considerada como um “diga” versus “não diga”, como em muitos sites e perfis normativistas e puristas, que se debruçam sobre usos linguísticos e de fato aparentemente tem essa forma (PAVEAU, 2020). Mas o que a diferencia é o objetivo político-emancipatório, isto é, o objetivo de instaurar a dignidade do negro, ou das mulheres, ou de qualquer outro coletivo minorizado. Propor uma ética da língua, refletindo sobre a sua virtuosidade¹⁶ (PAVEAU, 2015), é nisso que se diferencia de uma simples prescrição normativa, ligada à correção da linguagem. Nesse sentido, é possível asseverar que as práticas militantes são a contraparte das práticas prescritivas. Enquanto as segundas defendem a preservação de determinados valores sociais, as primeiras buscam justamente subverter tais valores.

6. As práticas sagradas

As práticas linguísticas sagradas dos não especialistas partem da concepção muito antiga de que algumas pessoas eleitas ainda mantêm uma comunicação direta com Deus por meio de uma língua perfeita, inequívoca e divina. Com efeito, desde as idades mais remotas até a Renascença, acreditava-se que a perfeição ter-se-ia manifestado na língua adâmica, falada no Jardim do Éden, e a única de origem divina. Todas as outras seriam apenas formas decadentes, advindas da catástrofe da Queda e da punição pela ousadia humana da construção da Torre de Babel, instaurando uma espécie de desgraça engendrada pela diversificação das línguas. A preocupação com a multiplicidade das línguas, desde que se estabeleceu a *confusio linguarum* e passou a reinar a confusão babélica, bem como a tentativa de descobrir ou inventar uma língua comum a todo o gênero humano, não é uma exclusividade europeia, mas perpassa a história de todas as culturas. Nesse sentido, alguns eleitos por Deus ainda mantêm a língua perfeita¹⁷ e se comunicam diretamente com Ele ou por meio do Espírito Santo.

Um recente episódio no contexto político brasileiro é exemplar dessa prática linguística sagrada dos não especialistas. Referimo-nos aqui ao uso de diversas línguas pela primeira-dama brasileira Michelle Bolsonaro, quando da escolha do evangélico André Mendonça, para uma vaga de Ministro no Supremo Tribunal Federal – STF, em dezembro de 2021. Na ocasião Michelle, bastante emocionada levanta os braços e enuncia “Glória à Deus”, dá pulos de contentamento, fala “aleluia” e produz enunciados numa língua estranha, incompreensível para os que estavam no evento, logo após abraça o novo juiz da Suprema Corte brasileira.

16 Segundo Marie-Anne Paveau em seu livro *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas* (2015), as relações entre ética e linguagem, que envolve a dimensão moral dos enunciados, precisa refletir sobre aquilo que é ofensivo, emancipador, imoral ou moral, correto ou incorreto do ponto de vista político, histórico e ideológico.

17 A ideia de que alguma vez existiu uma linguagem que expressasse de forma perfeita e inequívoca a essência de todas as coisas e conceitos possíveis ocupou as mentes dos filósofos, teólogos e místicos por pelo menos dois milênios. Em seu livro *A busca pela língua perfeita: na cultura europeia* (2018), Umberto Eco investiga esse projeto utópico de se descobrir uma língua original, perfeita e única para todo o gênero humano.

Segundo a doutrina pentecostal, quando uma pessoa recebe uma forte presença do Espírito Santo, uma das formas de expressar contentamento por essa presença é começar a falar em outras línguas. “Aquele que fala línguas, fala com Deus, mas não com os outros, visto que os outros não poderão entendê-lo...” (I CORINTIOS, 2008, p. 1.477). A princípio poderíamos dizer que o episódio do uso das diversas línguas por Michelle Bolsonaro não se enquadraria no que Paveau (2020) entende por práticas linguísticas e seriam sim práticas languageiras. No entanto, o uso de diversas línguas na doutrina pentecostal possui um valor metadiscursivo. Trata-se da maneira que o fiel encontra para expressar contentamento pela forte presença do Espírito Santo e se aproximar de Deus. Se nas práticas linguísticas militantes temos os sujeitos se posicionando à distância de certas palavras ou expressões, uma vez que podem remeter a sentidos estereotipados e preconceituosos em relação a determinados grupos sociais, no caso das práticas sagradas, temos justamente o contrário, isto é, os sujeitos buscando se aproximar de uma língua que seria perfeita inequívoca, divina.

7. As práticas profanas¹⁸

As práticas linguísticas profanas são uma espécie de contraparte das práticas linguísticas sagradas e remontam também a tempos imemoriais. Elas estão ancoradas no imaginário social de que existem objetos (materiais e simbólicos) e pessoas sagradas e que por conta dessa sacralidade, esses objetos e pessoas não podem ser violados.

A grande repercussão do episódio do Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Sérgio Von Helder, que chutou em um programa de televisão, da TV Record, *Palavra de Vida*, a imagem de Nossa Senhora Aparecida, justamente no dia da Padroeira do Brasil, em 12 de outubro de 1995, é lapidar da existência desse imaginário de sacralidade, no contexto brasileiro. Por conta da rápida repercussão negativa, Von Helder foi transferido pela direção da Igreja Universal para os Estados Unidos. Anos mais tarde, desligou-se da Igreja Universal do Reino de Deus.

Especificamente no âmbito das práticas linguísticas profanas, temos um outro episódio emblemático ainda em curso no contexto político brasileiro. Trata-se do Projeto de Lei (PL 2/2019), que proíbe o uso supostamente indiscriminado do nome ou expressão *Bíblia Sagrada* em qualquer publicação impressa e/ou eletrônica com conteúdo (livros, capítulos e versículos). O PL, até o momento em tramitação na Câmara dos Deputados, é de autoria do Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA). A seguir, printamos uma matéria da própria Câmara dos Deputados sobre o PL 2/2019.

18 Trabalhamos aqui com uma acepção distinta da que Paveau (2020) emprega ao conceituar a prática linguística profana. Para a autora francesa, *profana* é sinônimo de leigo, para nós é sinônimo de algo ou alguém que deturpa a santidade das coisas.

Imagem 6 – Print da postagem da Câmara dos Deputados sobre o PL 2/2019

Projeto restringe uso da palavra ‘bíblia’ em publicações impressas ou eletrônicas

Proposta em análise na Câmara dos Deputados prevê pena de até 5 anos de reclusão para quem usar a palavra ‘bíblia’ fora do contexto das religiões cristãs

14/02/2019 - 14:28

O Projeto de Lei 2/19 proíbe o uso indiscriminado da palavra “Bíblia” ou da expressão “Bíblia Sagrada” em publicações impressas ou eletrônicas. Segundo o texto, essas palavras só poderão ser usadas para se referir aos livros, capítulos e versículos considerados sagrados pelas religiões cristãs.

Pela proposta, o descumprimento da medida sujeitará o infrator às penas previstas para os crimes de estelionato (reclusão de 1 a 5 anos) e ofensa a culto religioso (detenção de 1 mês a 1 ano).

Autor do projeto, o deputado Pastor Sargento Isidório (Avante-BA) afirma que a proposta pretende evitar que alguns segmentos sociais, “intolerantes com a manutenção da verdade religiosa”, passem a utilizar as palavras “Bíblia” e “Bíblia Sagrada” para se referir aos seus próprios livros de ética.

“Queremos prevenir mais uma violência contra os cristãos brasileiros. É o caso da polêmica do livro em edição que se especula chamar bíblia gay. Há indícios de que tal livro pretende tirar referências que condenam o homossexualismo. Seria uma verdadeira heresia e total desrespeito às autoridades eclesásticas”, diz o deputado.

Pastor Sargento Isidório afirma que esse tipo de publicação abriria precedente para o surgimento de outros livros apelidados de bíblia para segmentos como “homicidas, adúlteros, prostitutas e mentirosos”. “Ou seja, livros chamados de bíblia para livrar todo tipo de pecadores”, diz o parlamentar.

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2190408>

Diferentemente de outros projetos legislativos que proíbem o uso de termos, como é o caso da linguagem neutra/linguagem inclusiva¹⁹, presentes em grande parte das casas legislativas brasileiras, o PL 02/2019, ao criminalizar as práticas linguísticas profanas, atenta contra a liberdade de expressão, uma vez que propõe sanções legais – o descumprimento da medida sujeitará o infrator às penas previstas para os crimes de estelionato (reclusão de 1 a 5 anos) e ofensa a culto religioso –, isto é, o PL parte

19 A esse respeito ver a dissertação de mestrado *Por uma linguística popular (mais) inclusiva: a construção do gênero neutro como dissidência linguística*, de autoria de Robert Moura Sena Gonçalves, defendida no PPGL da UFSCar, em junho de 2022.

do princípio de que a língua e os seus discursos sobre (a língua) fossem propriedades privadas. No entanto, como sabiamente nos diz Paveau (2020): “A língua é um bem comum e os discursos sobre a língua também o são”.

8. Um breve efeito de fim

Por mais que possa emanar um odor de uma prática epistemológica estruturalista, que busca classificar/*taxionomizar* todos os fenômenos (linguísticos, culturais, sociais...), uma espécie de *velha velharia* como disse alhures Paul Henry, com um forte cheiro de naftalina, como afirmou recentemente em outro contexto, uma candidata a presidente do Brasil, referindo-se a correligionários, que decidiram apoiar um candidato de outro partido político, nas eleições presidenciais de 2022, o nosso objetivo neste artigo foi ampliar a classificação proposta inicialmente por Paveau (2005 e 2020) acerca das práticas linguísticas dos não linguistas. Além dessas propostas pela pesquisadora francesa, reescritas em prescritivas, descritivas, intervencionistas e militantes, perquirimos mais duas, a saber, as sagradas e as profanas.

Esse intento se justifica, por um lado, pelo fato de a Linguística popular engendrada no Brasil ainda estar em fase de legitimação, trabalhando sempre numa perspectiva integracionista entre os saberes *folk* e os saberes das ciências da linguagem e, por outro, pelo fato de o contexto político brasileiro, que dia a dia coloca em xeque os pilares da democracia, conquistada a duras penas pelos brasileiros, assim o exigir.

| Referências

ANDRADE, M. A gramatiquinha da fala brasileira. In: ALMEIDA, A. N. (org.). *A gramatiquinha da fala brasileira*. Brasília: FUNAG, 2022. p. 37-123.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BÍBLIA. I Coríntios. In: BÍBLIA: *Antigo e Novo Testamentos*. Tradução da Editora Santuário. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. p. 1465-1481.

ECO, U. *A busca da língua perfeita: na cultura europeia*. São Paulo: EdUNESP, 2018.

FOUCAULT, M. *L'Ordre du discours: leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

HUSSON, A-C. *Les mots du genre: activité metalinguistique folk et constitution d'un événement polemique*. 2018. Thèse de doctorat, Université Paris XIII, Sorbonne Nouvelle, 2018.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MARIGNIER, N. *Les matérialités discursives du sexe; la production du genre dans le discours sur sexes atypiques*. 2016. Thèse de doctorat, Université Paris XIII, Sorbonne Nouvelle, 2016.

PAVEAU, M.-A. Linguistique populaire et enseignement de la langue: des catégories en communes? *Le français aujourd'hui*, v. 151, p. 95 -107, 2005.

PAVEAU, M.-A. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Tradução Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2015.

PAVEAU, M.-A. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e as crianças-linguistas. In: BARONAS, R. L.; COX, M. I. P. *Linguística popular/ Folk linguistics: práticas proposições e polêmicas – homenagem a Amadeu Amaral*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

Como citar este trabalho:

BARONAS, R. L.; NAZZARI, M. S. As sabenças dos/as linguistas populares. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 33-48, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em “dia/mês/ano”. <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17038>.

CARTAS DA BAHIA: GÊNEROS DO DISCURSO E LINGUÍSTICA POPULAR

LETTERS FROM BAHIA: DISCOURSE GENRES AND FOLK LINGUISTICS

Marcelo Rocha Barros GONÇALVES¹

Resumo: Neste trabalho, pretendemos discutir as cartas de leitores e redatores dos jornais impressos *O Progresso* e *Folha do Norte* originalmente publicadas na primeira metade do século XX no município de Feira de Santana – Bahia. Nossa entrada nos textos dar-se-á sob a perspectiva da Linguística Popular (PAVEAU, 2020; GONÇALVES, 2021a) ou *Folk Linguistics* (NIEDZIELSKY; PRESTON, 2003) e da Análise do Discurso, especialmente no que tange à questão dos Gêneros Discursivos na forma que deu Maingueneau (2020) para o tema. Este ensaio é, por assim dizer, um pequeno estudo de “manifestações de não especialistas em matéria de língua e linguagem” (GONÇALVES, 2021b, p. 611) expressas através de uma determinada “unidade tópica de discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 65).

Palavras-chave: Linguística Popular. Análise do Discurso. Gêneros do Discurso.

Abstract: In this essay, we intend to discuss the letters of readers and editors of the printed newspapers *O Progresso* and *Folha do Norte*, originally published in the first half of the 20th century in the municipality of Feira de Santana - Bahia. Our entry into the texts will take place from the perspective of Folk Linguistics (PAVEAU, 2020; GONÇALVES, 2021a; NIEDZIELSKY; PRESTON, 2003) and Discourse Analysis, especially regarding the issue of Discourse Genres in the form that gave Maingueneau (2020) to the theme. This essay is, so to speak, a small study of “manifestations of non-specialists in terms of language” (GONÇALVES, 2021b, p. 611) expressed through a certain topical unit of discourse (MAINGUENEAU, 2015, p. 65).

Keywords: Folk Linguistics. Discourse Analysis. Discourse Genres.

¹ Docente da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: marcelo.barros@ufms.br

| Introdução

Ensaíamos neste trabalho discutir as cartas de leitores e redatores dos jornais impressos *O Progresso* e *Folha do Norte* originalmente publicadas na primeira metade do século XX no município de Feira de Santana – Bahia. Nossa entrada nos textos dar-se-á sob a perspectiva da Linguística Popular (PAVEAU, 2020; GONÇALVES, 2021a) ou *Folk Linguistics* (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003) e da Análise do Discurso, especialmente no que tange à questão dos Gêneros Discursivos na forma que deu Maingueneau (2020) para o tema. Este ensaio é, por assim dizer, um pequeno estudo de “manifestações de não especialistas em matéria de língua e linguagem” (GONÇALVES, 2021b, p. 611) expressas através de uma determinada unidade tópica de discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 65).

Neste *carrefour* epistemológico (BARONAS; CONTI, 2019), pretendemos discutir como estes sujeitos falantes “leigos” operam e manipulam estruturas mais ou menos rígidas de “dispositivos de comunicação sócio-historicamente condicionados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 130). Numa perspectiva antieliminativa (PAVEAU, 2019), estas práticas linguísticas podem revelar estratégias bastante interessantes sobre o trabalho destes falantes não linguistas com os gêneros do discurso, seja com a vasta tipologia de cartas (de despedida, de cobrança, de expediente, etc.), seja com a própria estrutura (interna) de interlocução e interação destes tipos textuais.

Trabalhamos aqui com as cartas que foram posteriormente compiladas em edição fac-similada e semidiplomática em CD-ROM sob o título de *Publica-se em Feira de Santana* (ver CARNEIRO; OLIVEIRA, 2006), como produto do projeto *Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro* (CNPq - Processo 401433/2009-9/Consepe: 102/2009), sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Nas palavras das organizadoras, o projeto trabalhou:

[...] em parceria com o *Programa para a História do Português* (PROHPOR), coordenado por Sônia Bastos Borba Costa, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e com o projeto nacional *Para a História do Português Brasileiro* (PHPB) – coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho, da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) –, via PHPB-Bahia, coordenado por Tânia Conceição Freire Lobo, da UFBA. (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2006, p. 5).

Neste trabalho² aproveitamos também, por fim, para prestar uma singela e merecida homenagem à professora e fundadora do PROHPOR Rosa Virgínia Mattos e Silva (1940-2012)³ no ano em que lamentamos uma década de seu passamento.

2 Agradecemos ao CNPq (Processo nº 408981/2021-0) e à UFMS (Projeto de Pesquisa Abecedário Popular da Linguística Brasileira (1881-1922)) pelo financiamento parcial desta pesquisa.

3 Ver <https://bit.ly/3Uz54KQ>, elaborado por Roberto L. Baronas.

Para tanto, organizamos o presente texto como segue: um breve panorama dos estudos em Linguística Popular, uma discussão sobre as unidades tópicas e não tópicas do discurso (em especial, o gênero Carta), algumas cartas para análise de suas estruturas internas e do trabalho destes sujeitos e algumas considerações finais sobre como estes saberes populares podem infletir os (e nos) estudos linguísticos.

| Linguística Popular ou Folk

Já trabalhamos em outros momentos de investigação com a apresentação de um quadro geral para a área de estudos que se consolidou como linguística popular ou *folk linguistics* (no original em inglês).

Em Gonçalves (2021b), apresentamos a Linguística Popular no âmbito da Historiografia Linguística, retomando desde o trabalho de Bloomfield (1944) que desconsiderava as manifestações terciárias de falantes leigos sobre língua e linguagem até a análise de Brekle (1984) que asseverava a importância e pertinência da Linguística Popular ora como uma disciplina da Linguística, ora fazendo parte do conjunto de dados para uma história da linguística. Nas palavras do próprio Brekle (1984, p. 56, tradução nossa⁴), a Linguística Popular deveria ser tomada, ao mesmo tempo, “como uma disciplina da linguística no sentido de uma sócio-psico-linguística que lidaria com as opiniões e práticas que qualquer “falante natural” opera no uso da língua” e “como fazendo parte do conjunto de dados para uma história da linguística”.

Em Gonçalves (2021a), apresentamos um panorama geral da Linguística Popular incluindo a recente produção brasileira numa geografia mais expandida: do trabalho seminal de Hoenigswald (1966) até os trabalhos de Niedzielsky e Preston (2003) nos EUA e as contribuições de Paveau (2020) na França. O projeto da *Gramatiquinha* do escritor brasileiro Mário de Andrade, neste sentido, mostrou-se bastante rico naquele momento para a discussão das práticas linguísticas, especialmente as práticas descritivas e militantes, ou seja, de um modo geral, das manifestações sobre língua e linguagem realizadas por falantes comuns, pessoas de carne e osso. Vale lembrar que tomar Mário de Andrade como um linguista não é por absoluto um trabalho novo e inédito – ver Scliar Cabral (1986) e De Oliveira Bonermann e Cox (2019), nem também significa dizer que o debate está definitivamente encerrado ou finalmente vencido.

Nossa preocupação neste trabalho está centrada naqueles “locutores naturais” de Brekle (1984, p. 56), os não especialistas portanto, aqueles falantes que, ao se manifestar sobre a língua ou a linguagem (sua ou mesmo dos outros), produzem um saber sobre a língua(gem), realizam uma prática linguística sobre as manifestações languageiras.

4 No original: “comme discipline de la linguistique dans le sens d’une socio-psycho-linguistique qui s’occuperait des opinions et des pratiques que n’importe quel ‘locuteur naturel’ fait fonctionner dans l’usage de la langue” e “comme faisant partie de l’ensemble des données pour une histoire de la linguistique.”

Estes saberes e estas práticas linguísticas podem mesmo, por vezes, constituir-se como uma metalinguagem, mas nem sempre e não no sentido de uma mera terminologia ingênua sobre a língua, e sim no sentido da elaboração de uma hipótese sobre língua, uma hipótese para a língua. Desta forma, os não especialistas para a Linguística Popular não são exatamente pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade ou falantes exóticos específicos, tipos curiosos, jocosos, etc.

Neste ensaio pretendemos contribuir para a discussão sobre estes não especialistas quando realizam práticas linguísticas, notadamente quando trabalham com “dispositivos de comunicação sócio-historicamente condicionados” (MAINGUENEAU, 2010, p. 130), como já enfatizamos. Já anteriormente delineadas enquanto “práticas profanas” (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2019, p. 4262), estas práticas linguísticas foram apresentadas por De Oliveira Bonermann e Cox (2019, p. 4273) conforme o quadro seguinte, levando em consideração a categoria dos não especialistas:

Quadro 1 – Da linguística científica à linguística *folk*

Linguistas profissionais	Fornecem descrições linguísticas;
Cientistas não linguistas	Propõem descrições linguísticas, a exemplo do que faz Pierre Bourdieu em <i>A distinção: crítica social do julgamento</i> ;
Linguistas amadores	Fornecem prescrições e descrições linguísticas, a exemplo do que faz o jurista Gérard Cornu em seu manual de linguística jurídica;
Logófilos, glossomaníacos e outros “loucos da língua”	Empreendem intervenções na língua, quer por invenção, quer por deformação, a exemplo de Jean-Pierre Brisset ou George Orwell;
Preparadores, revisores e redatores	Sugerem descrições e prescrições (incluindo correções);
Escritores, ensaístas	Ensaiam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo de Artaud que, dotado de um saber linguístico, epilinguístico e plurilinguístico, se esforça para elaborar outra língua, cujas características são, essencialmente, a mistura e a transgressão ao sistema;

Ludolinguistas	Fazem descrições-interpretações linguísticas, a exemplo de humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras;
Falantes engajados	Realizam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo do “ateliê de análise e de crítica do discurso político” intitulado, antifrasticamente, “O mundo reencantado de Nicolas Sarkozy”, proposto em 2007, em Paris, no 19º Distrito, pela Coordenação dos Trabalhadores Temporários e Precários da Île-de-France, com o intuito de desenvolver meios eficazes de combater os efeitos do discurso político autorizado sobre os eleitores.
Falantes comuns	Realizam práticas linguísticas descritivas, prescritivas e interventivas, podendo ser encontrados entre quaisquer categorias profissionais que não tenham por hábito refletir sobre a língua, a exemplo de vendedores de loja, autores desconhecidos das colunas de leitores de jornais e revistas e usuários de <i>blogs</i> e fóruns, etc.

Fonte: De Oliveira Bonermann e Cox (2019, p. 4273)

Mais recentemente, Paveau (2020, p. 19-20) expande não só o modelo tripartite de práticas profanas como o proposto acima, incluindo aí as práticas linguísticas ditas militantes, nas quais o “questionamento de usos linguísticos, especialmente os de caráter racista, homofóbico, machista, etc.” pode ser formulado pelos não especialistas; mas expande também as categorias dos não especialistas, na medida em que inclui a categoria das crianças linguistas. Assim, além das práticas normativas, descritivas e intervencionistas já verificadas anteriormente, há/haveria ainda as práticas linguísticas militantes e quanto às categorias dos praticantes, ao *continuum* entre os linguistas profissionais e os falantes comuns, seria acrescentada a categoria das crianças linguistas.

Por fim, e não menos importante, é preciso reconhecer que estas manifestações espontâneas realizadas por não especialistas podem ocorrer sobre todos os níveis de análise linguística, ou seja, desde os estratos mais baixos aos mais altos (e por que não externos às Ciências da Linguagem?) da situação linguística. Assim, o falante comum pode traçar comentários sobre a sua própria fonação ou mesmo sobre situações reais de argumentação, etc. Com isso reconhecemos que quando falamos de uma Linguística Popular, estamos na verdade falando de uma fonologia popular, uma sintaxe popular, etc., e assim por diante, até os níveis superiores que abarcaria uma argumentação popular (DOURY, 2021) ou mesmo uma pragmática popular (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2021).

Neste *desideratum*, cremos que tomar as cartas como dispositivos de comunicação deste tipo pode melhor revelar as práticas linguísticas destes falantes sobre as estruturas mais ou menos rígidas e fixadas do gênero do discurso. Nas próximas seções, pretendemos apresentar as Unidades Tópicas do discurso e o Gênero Carta.

| Unidades Tópicas do Discurso: tipos e gêneros

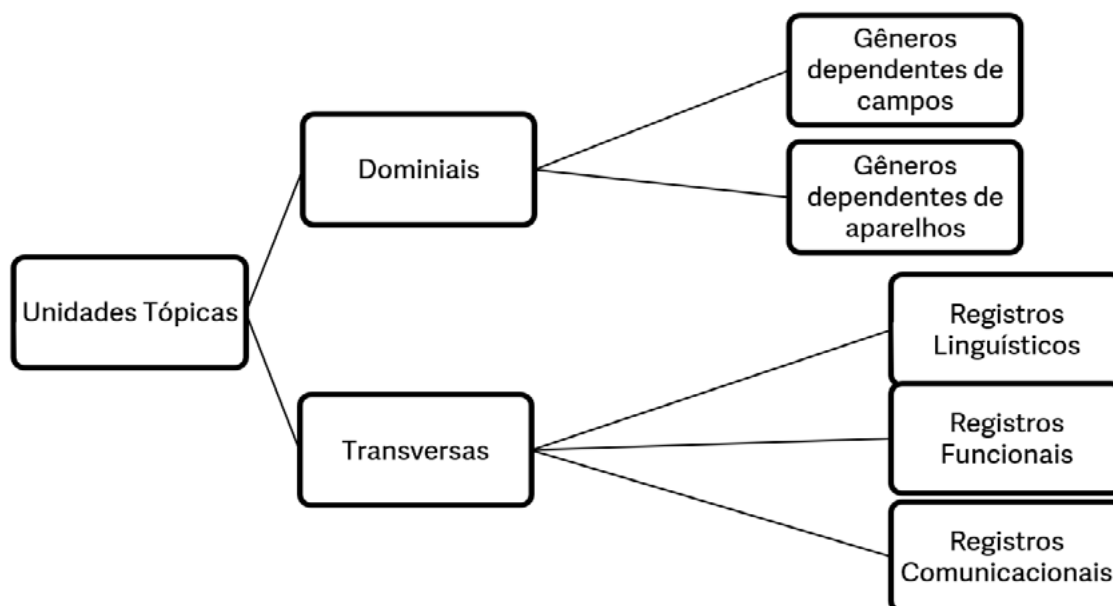
Maingueneau (2020, p. 206) apresentou um quadro bastante interessante sobre as unidades tópicas e não-tópicas do discurso quando tomou o conceito de formação discursiva para estabelecer o papel do pesquisador em Análise do Discurso. Ao distinguir dentro das unidades tópicas aquelas que são dominiais e aquelas que são transversais, trouxe à baila as noções de “tipos e gênero do discurso”. Para ele:

As unidades que poderíamos dizer dominiais correspondem a espaços já “pré-recortados” pelas práticas verbais. Pode tratar-se de tipos de discursos, associados a certo setor de atividade da sociedade – discurso administrativo, publicitário, político... – com todas as subdivisões que queiramos. Esses tipos englobam gêneros de discursos, entendidos como dispositivos sócio históricos de comunicação, como instituições de fala reconhecidas. (MAINGUENEAU, 2020, p. 206).

Nesse sentido, os tipos e os gêneros de discurso seriam tomados numa relação de reciprocidade, ou seja, o *tipo* seria um agrupamento de gêneros enquanto o *gênero* só o seria quando pertencente a um tipo (MAINGUENEAU, 2020).

As unidades transversas, por sua vez, “[...] atravessariam as unidades pertencentes a um domínio, mas seriam estabilizadas sobre uma cartografia linguística ou comunicacional.” (MAINGUENEAU, 2020, p. 202). Desta maneira, estas unidades seriam transversas em relação ao gênero e ao posicionamento, e definidas conforme os registros segundo critérios puramente linguísticos, funcionais e comunicacionais. Por fim, propomos o seguinte organograma sinóptico das unidades tópicas.

Figura 1 – Unidades Tópicas



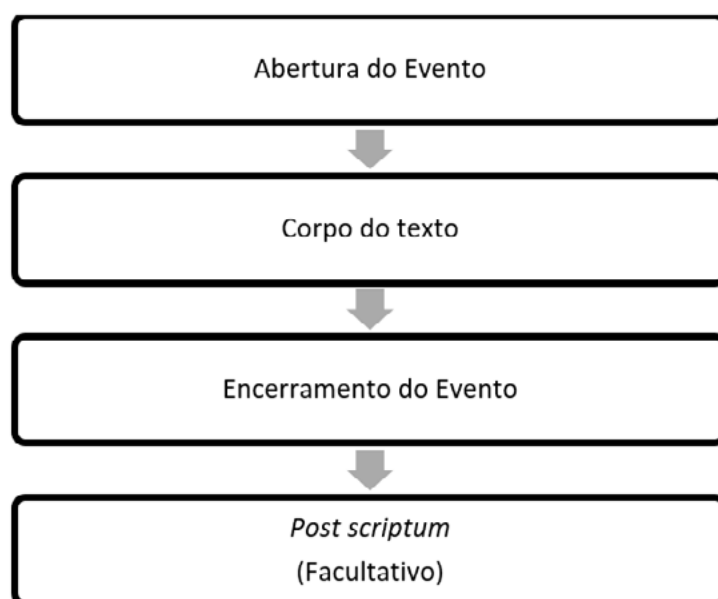
Fonte: Adaptado de Maingueneau (2020, p. 205).

| O Gênero Carta

Por óbvio que a questão dos Gêneros do Discurso é amplamente – e de longa data – discutida nos estudos da linguagem. Desde os mais antigos estudos epistolares clássicos (as cartas de Horácio no século I a.C.) até o investimento recente da Linguística Textual (MARCUSCHI, 2002) ou mesmo da Argumentação (SENA; FIGUEIREDO, 2013) ou da (Nova) Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005), vemos a carta como um objeto mais ou menos definido no radar das investigações. Silva (2002), por exemplo, dedica um esmerado trabalho sobre as cartas pessoais, “das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos”, como indica o próprio título. E é inegável a contribuição que seu trabalho e outros (e em outras áreas) deram para discussão sobre o assunto, especialmente se pensarmos de um ponto de vista “estritamente” normativo-linguístico, tomado aí a partir de algumas características estruturais pré-determinadas, ou seja, as cartas enquanto suas características e tipicidades.

Silva (2002, p. 67) vai opor as cartas de caráter público às de caráter privado, para, finalmente, apresentar uma estrutura composicional geral do gênero, o que a própria autora denomina adiante como “protótipo da noção de carta”. Abaixo vemos o seguinte esquema proposto:

Figura 2 – Representação da estrutura composicional da carta



Fonte: Silva (2002, p. 132)

Mas qual o estatuto afinal separaria as cartas das demais unidades tópicas?

As cartas parecem guardar para si minimamente a característica da correspondência – o *entre dois*. No amplo espectro de teorias linguísticas (específicas e gerais), reconhece-se que a relação entre os dois sujeitos é necessária ou constitutiva às cartas, daí falar em diálogo, interação, interlocução, emissão, etc., *com*, *entre* e *para* alguém. Ponto pacífico nas mais variadas epistemologias, a relação *eu-tu* nem sempre se resume à interlocução entre duas pessoas físicas específicas, ou seja, tanto emissor quanto receptor podem representar os mais variados papéis na vida pública ou privada: há cartas nas quais o *eu* pode representar desde uma pessoa a uma instituição, uma empresa, um coletivo, etc. e o mesmo pode acontecer com o destinatário, o *tu* ser (representado por) *vários*. Os exemplos são dos mais variados: cartas pessoais de caráter privado, a carta do apóstolo Paulo aos Romanos, a carta de Getúlio Vargas de 1954, a Carta das Nações Unidas, etc...

O que ocorre nas cartas que as diferenciam de um simples diálogo é que nelas a interlocução se dá em turnos com início marcadamente visível, ou seja, está marcada no tempo do evento pelas manifestações do autor remetente a um destinatário. Há um marco temporal claramente especificado que inicia o evento da correspondência, ou seja, o início de um turno. Outra característica estrutural marcadamente fundamental das cartas é que elas são suportadas pela escrita, uma vez que a interlocução não é presencial.

Na nossa perspectiva, as cartas poderiam ser consideradas conforme os tipos de discurso enquanto unidades tópicas dominiais, que “corresponderiam a espaços já “pré-recortados pelas práticas verbais” (MAINGUENEAU, 2020, p. 201). Parafrasticamente, repetimos que tomadas as cartas segundo os tipos de discurso, elas poderiam ser associadas a certo(s) setor(es) da atividade social – discurso administrativo, publicitário, político, jornalístico... – e englobariam “gêneros de discursos, entendidos como dispositivos sócio-históricos de comunicação, como instituições de fala reconhecidas.” (MAINGUENEAU, 2020, p. 201).

Na próxima seção, vamos tratar de algumas cartas constantes nos jornais *O Progresso* e *Folha do Norte*, publicadas na primeira metade do século XX em Feira de Santana na Bahia. Distantes de uma abordagem exaustiva do assunto, pretendemos nos ater a certos tipos verificados, bem como a algumas características observadas.

Cartas da Bahia

Observando as cartas de leitores e redatores de dois jornais de Feira de Santana *O Progresso* e *Folha do Norte*⁵ (1901-1950) como gênero do discurso, seus tipos, pensando também em caracteres distintivos recorrentes, poderíamos quem sabe até falar em grupos ou classes, como é o caso das cartas de despedida, as cartas de cobrança, de protestos⁶, de expediente, etc. As cartas de despedida, como o próprio nome sugere, apresentam o ato de despedir, de dizer adeus, e são bastante recorrentes, como verificamos por exemplo n’*O Progresso* em 09/03/1901 e na *Folha do Norte* em 14/06/1941 e 28/03/1942 (em CARNEIRO; OLIVEIRA, 2006, respectivamente p. 7, 116 e 122). Geralmente, a despedida é feita por um indivíduo que, depois de algum tipo de prestação de serviço no município, diz adeus à Feira de Santana, Bahia.

Há ainda as cartas de cobrança, quase tipos cartoriais por assim dizer, nas quais protestos e dívidas de toda a sorte são cobrados publicamente, como é o caso da carta n’*O Progresso* de 05/01/1902 e na *Folha do Norte* em 25/12/1910, 24/02/1911 e 19/07/1913 (em CARNEIRO; OLIVEIRA, 2006, respectivamente p. 21, 65, 68 e 80). Separamos dentre elas as cartas 13 de 23 de fevereiro de 1911 e 21 de 19 de julho de 1913, de autoria do Sr. João Regis Martins, dono da loja *Inah, a barateira e vantajosa*, para tecer alguns comentários especificamente sobre a maneira como são representados os destinatários.

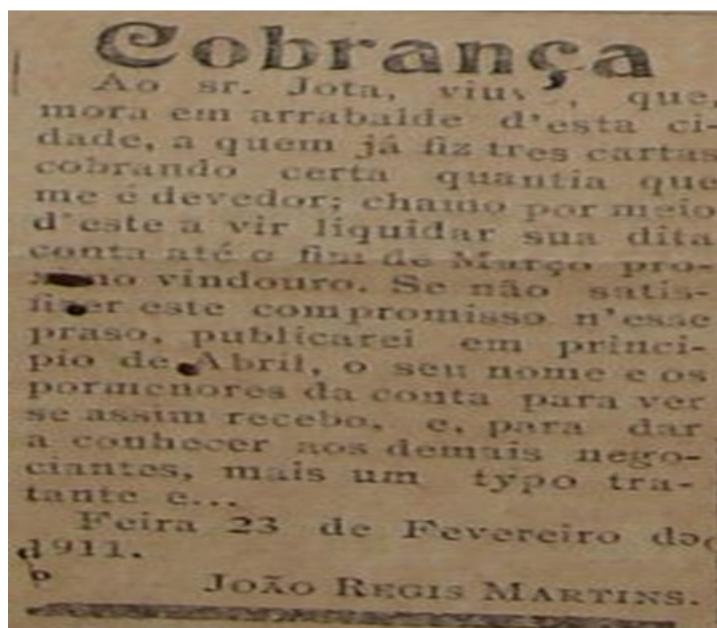
5 Ver <http://www.folhadonortejornal.com.br/sobre/>.

6 No sentido jurídico mesmo, melhor definido hoje nos termos da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997: “Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida”. Ver http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9492.htm#:~:text=L9492&text=LEI%20N%C2%BA%209.492%2C%20DE%2010,d%C3%ADvida%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A1ncias.

CARTA 13

Cobrança Ao sr. Jota, viuvo que,| mora em arrebalde d'esta ci-|dade, a quem já fiz tres cartas| cobrando certa quantia que| me é devedor; chamo por meio| d'este a vir liquidar sua dita| conta até o fim de Março pro-|ximo vindouro. Se não satis-|fizer este compromisso n'esse| praso, publicarei em princi-|pio de Abril, o seu nome e os| pormenores da conta para ver| se assim recebo, e, para dar| a conhecer aos demais nego-|ciantes, mais um typo tra-|tante e...|| Feira 23 de Fevereiro do| 1911.|| JOÃO REGIS MARTINS.|

Imagem 1 – Carta 13

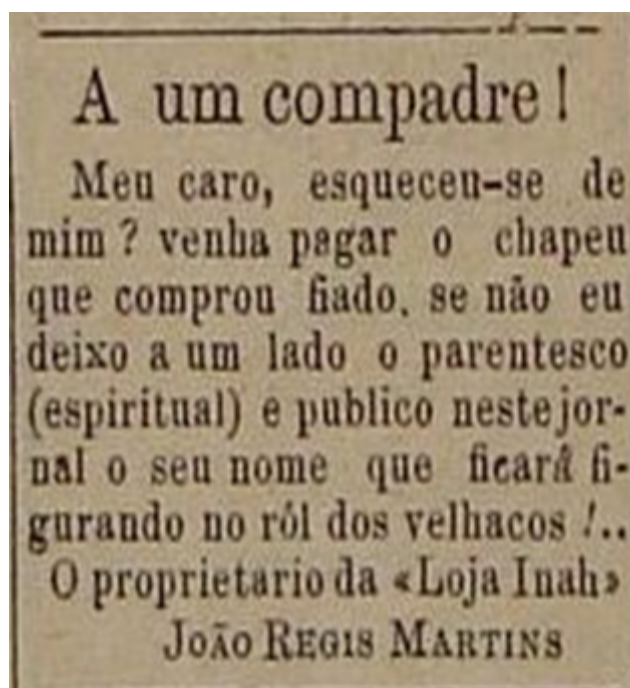


Fonte: Carneiro e Oliveira (2006, p. 68)

CARTA 21

A um compadre!| Meu caro, esqueceu-se de| mim? venha pagar o chapeu| que comprou fiado, se não eu| deixo a um lado o parentesco| (espiritual) e publico| neste jor-|nal o seu nome que ficará fi-|gurando no rôl dos velhacos!..|| O proprietario da "Loja Inah"| JOÃO REGIS MARTINS|

Imagem 2 – Carta 21



Fonte: Carneiro e Oliveira (2006, p. 80)

Nas cartas de cobrança do Sr. João Regis Martins, permeadas de humor e ironia, fixa-se uma estrutura básica: uma introdução com as qualificações do destinatário sempre anonimizado (Sr. Jota, o viúvo; o compadre que comprou o chapéu fiado), o objeto da cobrança (uma quantia em dinheiro; um chapéu) e o fechamento realizado pela assinatura do remetente. Há nestas cartas de cobrança, por assim dizer, uma espécie de ameaça aos devedores, que tornar-se-ão revelados aos leitores como *tratantes* ou *velhacos*.

Há também, dentre as cartas de cobrança, as cartas que poderíamos chamar de expediente, como se fossem tipos notariais. Vamos tomar aqui o significado do *Notário*, do escriba que redige os atos administrativos, no caso o *redactor*. Nestas ocorrências, a autoria remete evidentemente ao jornal (enquanto instituição mesmo) e serve para cobrar a assinatura do jornal, importante meio de subsistência do periódico. N'O *Progresso*, tomamos como exemplos as cartas 2 de 20 de janeiro de 1901 (*Expediente*) e 16 de 05 de fevereiro de 1902 (*Aos nossos dignos assignantes*).

Carta 02

EXPEDIENTE | De novo pedimos aos nossos | assignantes e aos devedores | desta Empreza o favor de pa-|garem as suas assignaturas e | debitos [[de]] de publicações. || Nunca declaramos que o paga-|mento de assignaturas e publi-

lações fosse adiantados por ser| praxe de todos os jornaes.|| E' rasoavel que deve ser| assim, desde que a principa| fonte de receita destas pequenas| Empresas, é assignaturas e pu-|blicações, o que nem sempre dá| para todos os compromissos.|| Isto de fazer diversas publi-|cações com promessas de bom| pagamento e ficar no desembolso| não é sério,e colloca-nos em| dificuldades.|| Temos 500 e tantos assignantes| e destes apenas 20% pagam, e| os demais....|| É triste registrar semelhante| facto, que mostra não haver| entre nós gosto para as causas| justas. Portauto <Portanto> pedimos que até| o fim do mez os nossos dignos| assignantes em atrazo e os senhores| devedores de trabalhos e pu-|blicações, venham, mandem ou| paguem ao cobrador quando lhe| apresentar o competente recibo.|| Do fim do mez em diante sus-|pendemos a remessa do nosso| humilde jornal aos que não le-|varem em conta o nosso pedido.|| Os que não desprezarem| e nunca deixaram de pagar as| suas assignaturas, trabalho e pu-|blicações, cordialmente agrade-|cemos e publicaremos os seus| respeitaveis nomes como nossos| auxiliaadores.|| Para os rebeldes teremos um| registro especial.|| Desta vez esperamos ser atten-|didos.||

Carta 16

Aos nossos dignos assignantes|| Aos nossos dignos assi-|gnantes, quer do centro| quer da cidade, ainda mais| uma vez rogamos a fineza| de mandarem satisfazer| o pagamento de suas as-|signaturas; luctamos com| muitas dificuldades para| a sustentação deste peri-|odico e é justo que ellas| sejam compensadas.|| Assim esperamos.||

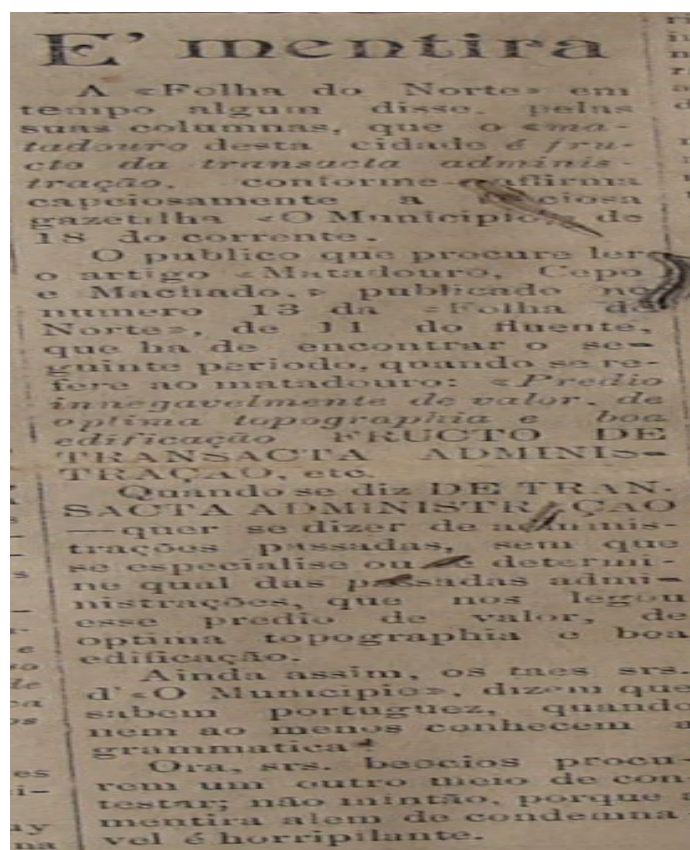
Nos documentos com os quais trabalhamos, chamou-nos atenção também a intensa correspondência entre os periódicos da região. Neste domínio (que poderíamos chamar de jornalístico), a interação revela não apenas os diferentes posicionamentos políticos dos jornais, mas sobretudo que as cartas seriam dependentes das instituições que as produzem, ou seja, configurariam unidades tópicas dominiais com gêneros dependentes de aparelhos. Destacamos duas destas correspondências no jornal *Folha do Norte*, a carta intitulada *É Mentira* de 25 de dezembro de 1909 e a *Carta Aberta* de 11 de dezembro de 1910.

Carta 04

E' mentira| A "Folha do Norte" em| tempo algum disse, pelas| suas columnas, que o "ma-|tadouro desta cidade é fru-|cto da transacta adminis-|tração, conforme affirma| capciosamente a [...|ciosa| gazetilha "O Municipio" de| 18 do corrente.|| O publico que procure ler| o artigo "Matadouro, Cepo| e Machado", publicado no| numero 13 da "Folha do| Norte", de 11 do fluente,| que ha de encontrar o se-|guinte periodo, quando se re-|fere ao matadouro: "Predio| innegavelmente de valor, de| optima topographia e boa| edificação FRUCTO DE| TRANSACTA ADMINIS-|TRAÇÃO, etc.|| Quando se diz DE TRAN-|SACTA ADMINISTR<A>ÇÃO|

— quer se dizer de adminis-|trações passadas, sem que| se especialise ou se determi-|ne qual das passadas admi-|nistrações, que nos legou| esse predio de valor, de| optima topographia e boa| edificação.|| Ainda assim, os taes srs.| d’ “O Municipio”, dizem que| sabem portuguez, quando| nem ao menos conhecem a| grammatica.|| Ora, srs. beocios procu-|rem um outro meio de con-|testar; não mintão, porque a| mentira alem de condemna-|vel é horripilante.|

Imagem 3 – Carta 04



Fonte: Carneiro e Oliveira (2006, p. 58)

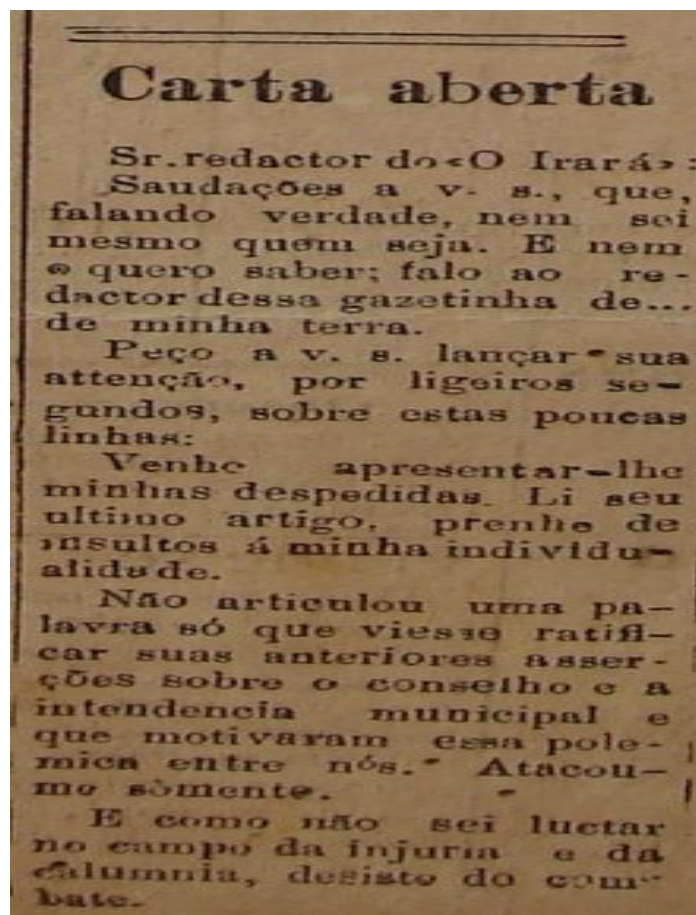
Carta 10

Carta aberta | Sr. redactor do “O Irará”:|| Saudações a v.s., que,| falando verdade, nem sei| mesmo quem seja. E nem| o quero saber; falo ao re-|dactor dessa gazetinha de...| de minha terra.|| Peço a v.s. lançar sua| atenção, por ligeiros se-|gundos, sobre estas poucas| linhas:|| Venho apresentar-lhe| minhas despedidas. Li seu| ultimo artigo, prenhe

de| insultos á minha individu-|alidade.|| Não articulou uma pa-|llavra só que viesse ratifi-|car suas anteriores asser-|ções sobre o conselho e a| intendencia

municipal e| que motivaram essa pole-|mica entre nós. Atacou-|me sòmente.|| E
como não sei lutar| no campo da injuria e da| calúnia, desisto do com-|bate.|

Imagem 4 – Carta 10



Fonte: Carneiro e Oliveira (2006, p. 64)

Nas duas cartas acima, nosso foco está centrado na construção da argumentação, ou naquilo que poderíamos chamar de uma retórica popular, uma argumentação popular (DOURY, 2021). Nestes casos, os recursos para o embate retórico se dão através de estratégias e manifestações espontâneas que poderíamos considerar popular e giram na administração local, o que atualmente representaria a prefeitura da cidade, ou dos próprios aparelhos/instituições, nos casos específicos, os jornais. Nas duas ocorrências, a estratégia argumentativa consiste no recurso às práticas normativas para desmerecimento ou desqualificação do interlocutor com vistas ao convencimento e à persuasão, em direção portanto aos lugares da argumentação, neste caso o lugar da essência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 106), e ao tipo de argumentação, por conseguinte um argumento de autoridade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 348).

Na primeira carta, o mote é a falta com a verdade, a imputação de má fé pela outra parte. Há um julgamento da maneira como o jornal opositor *O Município* interpreta o texto original e o argumento principal é o de que são desconhecedores da *grammatica*. Verificamos neste ponto um recurso comum em instrumentos linguísticos normativos, como gramáticas, dicionários e manuais, que consiste quase numa errata, numa correção portanto: onde se lê x, leia-se y; ou como na carta “quando se diz x, quer se dizer y”. Por último, como uma espécie de *falácia ad hominem*, vale destacar a escolha lexical do termo beócio (*Srs. beocios*), expressão canonizada na língua portuguesa para indicar os simplórios, os ignorantes, etc.

Na segunda, o opositor é o redator do jornal *O Iará* e novamente a estratégia da argumentação está centrada na desqualificação ou mesmo desconhecimento do seu interlocutor (...*falando verdade, nem sei mesmo quem seja*). Mais uma vez, a desqualificação do opositor está baseada em práticas normativas (*Não articulou uma palavra só que...*) e, neste caso, a falta com a verdade e as ofensas são o motivo da desistência da argumentação, da despedida do combate. Nas duas cartas, ilustrativamente, o recurso ao diminutivo serve como desqualificação dos jornais oponentes, como ocorre em *gazetilha* e *gazetinha*.

Por último, destacamos que as cartas dos jornais de Feira de Santana, ou *Cartas da Bahia* como apelidamos, estão incluídas no que Silva (2002, p. 67) considera como “gêneros epistolares de esfera pública” e portanto são utilizadas em diversas situações comunicativas. Nesta perspectiva, as práticas comunicativas desses gêneros não estão circunscritas unicamente a um domínio ou campo discursivo específico, como o ambiente acadêmico, religioso ou jornalístico, ao contrário, podem estar assentadas nas mais vastas atividades do convívio social.

| Considerações finais

Mobilizamos neste ensaio dois conjuntos teóricos distintos, a saber a Análise do Discurso e a Linguística Popular, para analisar manifestações de não especialistas sobre língua e linguagem. Utilizamos este manancial teórico com o intuito de melhor compreender os investimentos de falantes comuns, leigos em matéria de estudos linguísticos, quando operam sobre os gêneros do discurso, em específico Cartas que circularam em jornais impressos no início do século XX, no município de Feira de Santana, na Bahia.

Por último, asseveramos a importância do trabalho da professora e pesquisadora Rosa Virginia, especialmente pelos seus esforços para a constituição e construção de grandes *corpora* da língua portuguesa no Brasil.

| Referências

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. Linguística Popular – A Linguística “fora do templo”. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, p. 4257-4270, 2019.

BARONAS, R.; CONTI, T. Notas sobre a possibilidade de um trabalho no *carrefour* epistemológico entre a linguística popular e os estudos do discurso. *Revista Fórum Linguístico*, Florianópolis, p. 4285-4294, 2019.

BLOOMFIELD, L. Secondary and tertiary responses to language. *Language*, p. 45-55, 1944.

BREKLE, H. E. La linguistique populaire. In: AUROUX, S. (dir.). *Histoire des idées linguistiques*. Bruxelles: Mardaga, 1989.

CARNEIRO, Z. de O. N.; OLIVEIRA, M. F. de. Publica-se em Feira de Santana Das cartas de leitores e redatores e dos anúncios em *O Progresso* e na *Folha do Norte* (1901-1997). UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, Editora da UEFS, 2006.

DE OLIVEIRA BONERMANN, N. B.; COX, M. I. P. Mário de Andrade: um (socio) linguista folk. *Fórum Linguístico*, v. 16, n. 4, p. 4271-4284, 2019.

DOURY, M. “Isso não é um argumento”: alguns aspectos acerca das teorizações espontâneas sobre a argumentação. Tradução de F. Gibbin e M. Gonçalves. In: GONÇALVES, M. R. B.; BARONAS, R. L.; CONTI, T. C. B. (org.). *Linguística popular/Folk Linguistics: saberes linguísticos de meia tigela?* Campo Grande: Editora UFMS, 2021.

GONÇALVES, M. R. B. Sobre a Linguística Popular de Mário de Andrade. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 4, e490, 2021a.

GONÇALVES, M. R. B. A Linguística Popular e a Historiografia Linguística. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 3, p. 609-620, 7 dez. 2021b.

HOENIGSWALD, H. M. A proposal for the study of folk-linguistics. *Sociolinguistics: Proceedings of the UCLA Sociolinguistic Conference 1964*, ed. by W. Bright, The Hague, Mouton, 1966.

HORÁCIO. *Epístolas*. Ed. Cotovia. 2017.

MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 61-87.

- MAINGUENEAU, D. Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020. p. 194-209.
- MARCUSCHI, L. A. *et al.* Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *Gêneros textuais e ensino*, v. 2, p. 19-36, 2002.
- NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. *Folk linguistics*. Walter de Gruyter, 2003.
- NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. Pragmática Popular. In: BARONAS, R. L.; GONÇALVES, M. R. B.; SANTOS, J. A. B. (org.). *Linguística popular: contribuições às ciências da linguagem*. Araraquara: Letraria, 2021.
- PAVEAU, M.-A. *Linguística folk: uma introdução*. Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara: Letraria, 2020.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L.; COELHO, F. O. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SCLIAR CABRAL, L. *As ideias linguísticas de Mário de Andrade*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.
- SENA, G. C. A; FIGUEIREDO, M. F. Um estudo da Teoria da Argumentação da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 2, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2013.
- SILVA, J. Q. G. *Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos*. 2002. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

Como citar este trabalho:

GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros. Cartas da Bahia: gêneros do discurso e linguística popular. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 49-65, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17062>.

PRECARIZAÇÃO NA ATIVIDADE DE TRABALHO DIGITAL: O CASO DOS ENTREGADORES DO IFOOD

PRECARIOUSNESS IN DIGITAL LABOR ACTIVITY: THE CASE OF IFOOD COURIERS

Jackelin Wertheimer CAVALCANTE¹

Renata de Oliveira CARREON²

Resumo: Este artigo visa refletir sobre discursos que permeiam as relações entre trabalhadores do novo proletariado de serviços na era digital. Baseado em perspectivas discursivas, abordaremos alguns aspectos importantes sobre o advento e a expansão de um novo proletariado digital de serviços, privado de vários direitos, inclusive o de organização e cujos trabalhos ganham impulso com novos modelos de negócios digitais, capazes de conectar distintas modalidades laborais. A fundamentação teórico-metodológica articula a Análise do Discurso desenvolvida por Dominique Maingueneau (2008) e a Análise do Discurso Digital tal qual pensada por Marie-Anne Paveau (2019, 2021). O objeto de análise é o material coletado pela reportagem realizada pela *apublica.org* (04.04.2022), que constitui o *corpus* relacionado a esse proletariado digital. Nesse caso, a linguagem relaciona-se a uma construção ideológica propulsora de metadiscursos que desvelam relações de poder. Estas, em última instância, remontam às relações entre trabalhadores subalternizados. Finalmente, por se inscreverem em situação de polêmica, os discursos depreendidos da reportagem permitem acessar vozes e entrever processos de interincompreensão regrada (MAINGUENEAU, 2008) e revascularização discursiva (BARONAS; LOURENÇO, 2022).

Palavras-chave: Análise do discurso. Discurso Digital. Linguística Popular. Revascularização. Precarização.

1 Doutoranda na UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. E-mail: jackelinwertheimer@gmail.com

2 Pós-doutoranda na Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. E-mail: renatacarreon@gmail.com

Abstract: This article aims to reflect on the discourses that permeate the relations between workers of the new service proletariat in the digital age. Based on discursive perspectives, we will address some important aspects of the advent and expansion of a new digital service proletariat, deprived of several labor rights, including labor organization rights, and whose job positions gain momentum with new digital business models capable of connecting different labor modalities. The theoretical-methodological foundation articulates the Discourse Analysis developed by Dominique Maingueneau (2008) and the Digital Discourse Analysis as conceived by Marie-Anne Paveau (2019, 2021). The object of analysis is the material collected by the report carried out by *apublica.org* (04.04.2022), which constitutes the corpus related to this digital proletariat. In this case, language is related to an ideological construction that propels metadiscourses that reveal power relations. These, ultimately, go back to the relationships between subaltern workers. Finally, as they are inscribed in a controversial situation, the discourses deduced from the report allow access to voices and glimpse processes of regulated inter-incomprehension (MAINGUENEAU, 2008) and discursive revascularization (BARONAS; LOURENÇO, 2022).

Keywords: Discourse analysis. Digital Speech. Popular Linguistics. Revascularization. Precariousness.

| Primeiras palavras

Em 2022, a Pública Agência de Jornalismo Investigativo (doravante Pública) publicou uma reportagem com detalhes de uma campanha publicitária elaborada para atender o iFood, uma empresa cujo principal produto é um aplicativo que funciona como um *marketplace*³ de restaurantes, bares, mercados etc., oferecendo serviços de entrega. Estes, por sua vez, são realizados por profissionais, juridicamente, considerados autônomos, sem vínculo empregatício e que têm seus pagamentos condicionados às entregas efetuadas e eventuais gorjetas dadas por clientes. Trata-se, portanto, de um trabalho “sem jornadas pré-determinadas, sem espaço laboral definido, sem remuneração fixa, sem direitos, nem mesmo o de organização sindical” (ANTUNES, 2018, p. 42). Para Antunes (2018), as consequências geradas por esse modelo laboral são muitas, podendo ir da eliminação de direitos trabalhistas ao incentivo ao trabalho isolado, desprovido do convívio social e coletivo.

Contudo, a despeito desse contexto, motofretistas de todo o país começaram a debater a precarização do trabalho e a forma como aplicativos de entrega exploram entregadores no Brasil. Tais discussões culminaram na organização de uma greve da categoria, ocorrida em primeiro de julho de 2020. A mobilização, que ficou conhecida

3 De acordo com o Sebrae, *marketplace* é “uma plataforma [...] onde um conjunto de empresas ofertam produtos e serviços no mesmo endereço na internet”. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/CE/Anexos/Cartilha%20Canais%20de%20Comercializa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marketplace.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

como *Breque dos Apps*, ocorreu simultaneamente em 13 estados e no Distrito Federal e tinha como pautas principais o aumento no valor pago por entrega, a providência de medidas de proteção contra a Covid-19 e a melhoria nas condições de trabalho.

Segundo a reportagem da Pública, *A máquina oculta de propaganda do iFood*, a visibilidade alcançada pela greve motivou o iFood a lançar, nacionalmente, uma carta aberta em horário nobre da TV aberta e um site para rebater as críticas perpetradas pelo movimento grevista. Além disso, a empresa decidiu monitorar atentamente tanto a greve quanto sua repercussão e adotar um modelo de publicidade não assinada por nenhuma instituição. A ideia de tal modelo de campanha publicitária é possibilitar, segundo fonte ouvida pela reportagem, a disseminação de “ideias e opiniões em um formato que imitasse a forma dos entregadores de se comunicarem, simulando [...] postagens e narrativas [que] vinham de verdadeiros entregadores” (LEVY, 2022). Segundo documentos, relatórios, fotos, relatos e capturas de telas a que agência de jornalismo teve acesso, trata-se de um formato alicerçado nas redes sociais e em conteúdos disparados em forma de memes de internet, piadas e vídeos, que promovem uma marca ou ideia, mas ocultam o anunciante e a agência por trás do conteúdo veiculado. Esses conteúdos eram disparados sistematicamente por meio de páginas e perfis em redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter, além de comentários em posts que abordassem o assunto. O método tinha como principal objetivo suavizar o impacto das greves e, simultaneamente, desnothear e esvaziar a mobilização dos entregadores.

Considerando o acontecimento histórico e discursivo do Breque dos Apps como produtor de dizeres polêmicos que evidenciaram uma guerra de narrativas sobre o iFood, utilizamos o material levantado pela reportagem da Pública como arquivo de pesquisa. De acordo com o método da Análise do Discurso, procedemos ao recorte discursivo: “com o gesto de recortar, o analista visa analisar o funcionamento discursivo do texto, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre os elementos significantes da língua-concha.” (SOUSA; GARCIA; FARIA, 2014, p. 103). Nosso corpus, composto por sequências discursivas recortadas do material da reportagem, é diverso: apresenta diálogos no WhatsApp entre a agência publicitária e também memes produzidos por ela “anonimamente”, como se fossem produzidos no interior do movimento grevista.

| Princípios teóricos

Os discursos estão sempre em condição de polêmica com outros discursos, uma vez que, para emergirem, negam seu Outro, fazendo do Mesmo o avesso daquilo que é silenciado no interior de outra formação discursiva. Interincompreensão regrada: os sujeitos estão sempre em condição de traduções mútuas, reguladas pelo fechamento de suas filiações. Em seus escritos, Maingueneau (2008) aponta para uma definição de espaço discursivo como uma rede de interações semânticas, que permitem várias posições enunciativas simultâneas como duas facetas de um mesmo fenômeno, o que, conseqüentemente, abre a possibilidade dos sujeitos (inter)incompreenderem-

se. Cada enunciado é, simultaneamente, fundado sob a égide de uma grade semântica e “traduzido”⁴ pelo coenunciador, em sua condição de Outro, em sua própria grade semântica. Sendo assim, os semas que são valorizados por enunciadores específicos, perpassados por lugares sociais e contextos socio-históricos específicos, podem não o ser para coenunciadores que, por sua vez, inscrevem-se em lugares sociais diferentes, ainda que ambos compartilhem de um mesmo contexto sócio-histórico.

Seguindo em seu raciocínio, o autor explica que os diferentes discursos existem em uma tensão contínua na qual “qualquer discurso que se desenvolva sobre outras bases que não as suas é relacionado, em última instância, a uma das formas de heresia que os fundadores repertoriaram desde a origem” (MAINGUENEAU, 2008, p. 105), de maneira a definir seu modo de coexistência com outros discursos.

Quando os discursos são gestados e materializados no interior de um ambiente particular como a internet, no entanto, é necessário observar um novo véu de complexidade do processo de interincompreensão postulado pelo importante discursivista francês, uma vez que não se pode reduzir os ambientes digitais a uma mera introdução de um novo *mídiu*⁵. É preciso compreender a polêmica da constituição dos discursos a partir de um outro olhar para o ambiente maquínico, entendendo-o como exterioridade constitutiva desses dizeres. De acordo com Paveau (2021), os discursos engendrados na internet e nas mídias sociais devem ser analisados, ecologicamente, como tecnodiscursos, de maneira a levar em conta todas as particularidades técnicas envolvidas no processo de enunciação. Para ela, a adição do prefixo “-tecn” não busca apenas alterar o sentido do radical da palavra, mas denota “uma opção teórica que modifica a episteme tradicional das ciências da linguagem” (BARONAS; LOURENÇO, 2022, p. 9). Trata-se, portanto, de entender o digital como condição de produção.

O presente artigo, que pretende refletir sobre tecnodiscursos acerca das relações entre trabalhadores do novo proletariado de serviços na era digital por meio do material coletado por uma reportagem, também publicada digitalmente por um portal busca, assim, articular ambas teorias: a da Análise do Discurso proposta por Maingueneau e a Análise do Discurso Digital proposta por Paveau. Embora a teoria do autor tenha sido pensada para materiais pré-digitais, não se pode negar que ela ressoa em muitos trabalhos produzidos, ainda hoje, no Brasil. Por isso, buscaremos essa articulação por meio da teoria da revascularização discursiva, proposta por Baronas e Lourenço (2022). Por meio dela, investiga-se “a necessidade de criar condições para que os sujeitos em situação de vulnerabilidade social possam falar e serem ouvidos, ingressando definitivamente na história”.

4 Maingueneau (2008) utiliza o termo “tradução” para se referir a certas regras de passagem de uma interpretação a outra sem que se toque na estabilidade do significante linguístico. Com isso, ele referencia zonas de interincompreensão recíproca que definem áreas de enunciação específica.

5 Para Maingueneau, o *mídiu* é mais que um canal de circulação, uma vez que exerce grande influência no discurso em si e na maneira como este se engendra.

Ao analisar a atividade de trabalho de profissionais da publicidade, com suas tensões entre a enunciação em mídias tradicionais e sociais, e as posteriores denúncias anônimas sobre elas, é possível vislumbrar uma trilha de formações discursivas mais ou menos patentes – e, num processo de interincompreensão regrada, também latentes – que determinam a relação entre trabalhadores subalternizados em diferentes graus. A análise que será realizada ao longo do presente artigo pretende “perceber que um determinado sujeito, diante de um obstáculo (uma obstrução discursiva), acaba encontrando percursos alternativos para ultrapassar essas dificuldades” (BARONAS; LOURENÇO, 2022, p. 17) e contrapor esse processo a uma percepção segunda: o da percepção de uma obstrução política, ideológica e laboral, típicas de um momento histórico marcado pela precarização do trabalho em meio à chamada revolução digital, que trouxe a internet ao centro do capitalismo contemporâneo. Trata-se, portanto, de uma relação de tensionamento entre o que Baronas e Lourenço (2022) convencionaram chamar de revascularização simples e complexa, respectivamente.

Nesse sentido, é importante falar sobre a relação entre os memes, o humor e os discursos postos em circulação no caso reportado pela Pública. Ao debruçar-se sobre textos humorísticos, Possenti (2008, p. 28) afirma que estes são “lugares privilegiados de língua e de discurso – ou de discursos e condições de produção”, uma vez que demandam uma série de manobras gramaticais e enunciativas, tais como, pressuposições, inferências, ambiguidades que remetem a ideologias opostas e a necessidade de que os falantes conheçam fatores culturais e ideologias correntes. Os memes, por sua vez, guardam muitas semelhanças com tais características, embora não tenham, necessariamente, um caráter humorístico. Profundamente imiscuídos com os fatores discursivos que os clivam, os memes demandam uma série de manobras de esclarecimento de sua “heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 31). Isso fica evidente nos processos de pressuposições, inferências e, principalmente, de apreensão dos laivos ideológicos que deles emergem.

Ao debruçar-se sobre memes de internet, Shiffman (2014, p. 41, tradução nossa⁶) os define como:

(a) grupos de itens digitais que compartilham de características em comum em termos de forma, conteúdo e posicionamento ideológico, (b) o qual foi criado por meio de uma sensibilização mútua em relação à existência de tais itens digitais; e (c) circulam, são imitados e transformados digitalmente por muitos usuários da internet.

6 No original: “(a) a group of digital items sharing common characteristics of content, form, and/or stance, which (b) were created with awareness of each other, and (c) were circulated, imitated, and/or transformed via the Internet by many users.” (tradução nossa).

Esse conceito mostra-se particularmente profícuo se observarmos o caso da chamada campanha Lado B do iFood, que usava diversas variações de memes correntes, além de criar os seus próprios materiais, para pautar debates conforme seus interesses. A saber, o termo “campanha Lado B” é definido pelo *briefing*⁷ da agência de publicidade em questão como um conjunto de estratégias que “tem como objetivo criar um leve rumor nas redes sociais sobre o assunto que queremos abordar no momento, no caso agora: MARCO REGULATÓRIO”⁸, isto é, o Projeto de Lei n. 3797/20⁹ que, em 2020, discutia a regulamentação para a contratação, via aplicativos, de prestadores de serviços de entrega e de motoristas, além de prever melhorias nas condições de trabalho e benefícios para a categoria.

As ações levadas a cabo em abril de 2021 envolveram desde a contratação de atores e microinfluenciadores de motofretistas para distribuir os adesivos e carregar faixas em atos dos motofretistas que pediam “vacinação já”¹⁰, até a “disseminação de posts e comentários de usuários falsos, que teriam sido criados por agências de publicidade a serviço do iFood no Twitter e Facebook” (LEVY, 2022). Tais conteúdos eram veiculados sobretudo em duas *fanpages*, isto é, páginas de Facebook que serviam para dar suporte à narrativa, além de um grupo de Facebook e outro de WhatsApp. A primeira *fanpage* é intitulada Não Breca Meu Trampo¹¹, por meio de um conteúdo de teor mais politizado e a segunda é chamada de Garfo na Caveira¹², mais focada em memes.

Segundo a reportagem, a primeira *fanpage*, que recupera pela memória a maneira como a greve ficou conhecida nas redes sociais, tinha como objetivo específico interagir com os entregadores, entendê-los e coletar dados, por meio de inteligência artificial, para criar um conteúdo mais assertivo para a empreitada de esvaziar a greve. O processo

7 No jargão publicitário, entende-se por *briefing* o documento em que são dadas as diretrizes iniciais para o planejamento e a realização de uma campanha publicitária, não tendo, necessariamente, um único autor definido, mas sendo fruto da atividade laboral de um ou mais profissionais de uma equipe.

8 A Pública teve acesso ao *briefing* da campanha, que pode ser visto em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2022/03/00003533-briefing-sqi-mrp-ladob-a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

9 O Projeto de lei segue em tramitação até o momento da elaboração do artigo. Para conhecê-lo, pode-se acessar a ficha de tramitação em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2257678>. Acesso em: 02 ago. 2022.

10 A reportagem explica que o tema da vacinação foi essencial para o sucesso da campanha, uma vez que era uma pauta patente entre os motofretistas e que não se relaciona diretamente às condições de trabalho.

11 A página pode ser acessada em: https://www.facebook.com/naobrecameutrampo/about/?ref=page_internal. Acesso em: 29 jul. 2022.

12 A página pode ser acessada em: <https://www.facebook.com/garfonacaveiraa/about>. Acesso em: 29 jul. 2022.

de planejamento e criação de tal conteúdo passava por estudos acerca da linguagem utilizada pelos motofretistas, batizada pelos criadores da campanha de “motoquês”. A descrição da página, por exemplo, ainda que faça uso dessa variedade linguística, evidencia uma formação discursiva mais alinhada a interesses de setores do alto empresariado digital. Isso porque tais empresas, a exemplo do iFood, contam com uma modalidade de gestão em que as relações de trabalho podem estar disfarçadas de transações entre empresas que, nas palavras de Antunes (2018, p. 37), são:

[...] baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc.

Na descrição da página, lê-se: “A gente quer melhorar de vida e ganhar mais. SEM patrão e salário mínimo. No corre bem feito a gente tira mais e não tem chefe pra encher o saco. A gente quer liberdade pra tramar pra quem a gente quiser!”. Tal posicionamento é reforçado por diversos *posts*, como o publicado em 25 de maio de 2021, em que se lê a frase “Bora pra mais uma semana! Não brecando meu corre, não tem quem me pare! #BoaSemanas”, acompanhada de uma foto de motofretistas em movimento. Nessa postagem, percebe-se a emulação de práticas discursivas engendradas por motofretistas, bem como das características compósitas de suas práticas discursivas digitais. De certa forma, pode-se dizer que tal prática homogeniza os motofretistas e corrobora discursos hegemônicos, neste caso representados, metonimicamente, pelo iFood.

A criação dos conteúdos da campanha como um todo foi embasada por estudos: segundo a reportagem, foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas, de maneira que fosse possível entender o papel do trabalho via aplicativo na vida dos motofretistas, a participação do dinheiro gerado por esse trabalho na renda familiar e o grau de vulnerabilidade social a que estão submetidos e a quantidade de tempo trabalhado. Além disso, uma empresa especializada teria monitorado e analisado mais de 19 mil mensagens trocadas em 15 grupos de WhatsApp, o que proveu conhecimento para a criação de um conteúdo com assuntos, estética e vocabulário verossímeis. Nesse sentido, tais dados nos interessam na medida em que dialogam com o que Paveau (2021, p. 20), em seu dispositivo de análise, propõe como características inerentes aos tecnodiscursos, como:

- Caráter compósito: simultaneamente linguageiro, multimodal e técnico da materialidade discursiva;
- Capacidade de ampliação: a maneira como as funções conversacionais e as ferramentas de escrita colaborativa simultâneas desenvolvem o conteúdo tanto quanto os enunciadores);

- Relacionalidade: a maneira como todos os discursos produzidos na *web* relacionam-se entre si e com as máquinas, além de só existirem a partir da subjetividade do internauta;
- Investigabilidade: ligada à possibilidade de rastrear os autores de cada discurso veiculado.

Para Paveau (2021, p. 20),

Os tecnodiscursos são indissociavelmente languageiros e técnicos, duas faces que de tão imbricadas não permitem que a materialidade propriamente languageira seja extraída das funcionalidades técnicas dos espaços conectados, sem que, com isso, as análises sejam prejudicadas.

É justamente a confluência do languageiro com o técnico que propiciou aos criadores da campanha Lado B do iFood colocarem-se em uma paradoxal posição de porta-vozes dos motofretistas, ainda que infiltrados. Afinal, se por um lado oferecem aos entregadores subalternizados a possibilidade de eles mesmos criarem seus espaços de enunciação ao comentar e compartilhar *posts*, por outro acabam reproduzindo as estruturas de poder e opressão. Isso porque a campanha tinha o intuito de conquistar o engajamento de motofretistas em *posts* que exaltavam o trabalho no modelo imposto pelos aplicativos intercalando humor e peças sérias. É como se, diante do imperativo de fazer valer os interesses do cliente, os trabalhadores da agência de publicidade responsável pela campanha criassem “percursos alternativos para a resolução/desobstrução de seus problemas” (BARONAS; LOURENÇO, 2021, p. 1), ainda que estes não dissessem, pessoalmente, respeito a eles, publicitários.

Para explicar com mais precisão esse processo, é necessário observar certas questões sobre a maneira como se engendram os tecnodiscursos. Para isso, é proveitoso refletir acerca do trabalho de Marie-Anne Paveau sobre a Ressignificação em contexto digital (2021). Nele, a autora se debruça sobre a ciberviolência e analisa contradiscursos produzidos na *web* a partir de uma ofensa advinda de um primeiro discurso. Nessa esteira, surge o conceito de ressignificação, entendido como “inversão ou renegociação semântica e axiológica por recontextualização dos enunciados ofensivos (verbais, icônicos ou compósitos [...]) a partir da carga ofensiva” (PAVEAU, 2021, p. 23), permitindo a interação entre os internautas por meio de dispositivos tecnodiscursivos. Nesse contexto, podemos pensar que as demandas dos trabalhadores de aplicativos mostravam-se prejudiciais aos interesses do cliente, de modo que era necessário ressignificar, isto é, colocar para circular nas redes sociais uma produção tecnodiscursiva análoga, mas capaz de recontextualizar enunciados potencialmente perigosos por meio de uma retomada enunciativa (BARONAS; LOURENÇO, 2021, p. 11).

Surge daí a necessidade de produzir discursos sobre os discursos produzidos pelos grevistas, uma vez que o trato com o chamado motoquês era essencial para o logro

da campanha. É possível observar, na reprodução de alguns diálogos, possivelmente realizados via aplicativos de mensageria digital, que os publicitários analisam as produções discursivas e planejam modos de simulá-las. O simulacro previsto na interincompreensão de Maingueneau (2008), agora formulado pelo digital, com a ajuda da máquina, da mineração de dados e da possibilidade de circulação ilimitada, ganha novos contornos. A interincompreensão, a polêmica constitutiva dos dizeres, passa a ser digital, produzida no seio da máquina que, quase como coautora, possibilita a circulação desses dizeres do opressor como se fossem do oprimido. Estranho espelho da Análise do Discurso que, entre o real da língua e o real da história, encontrou o real da máquina.

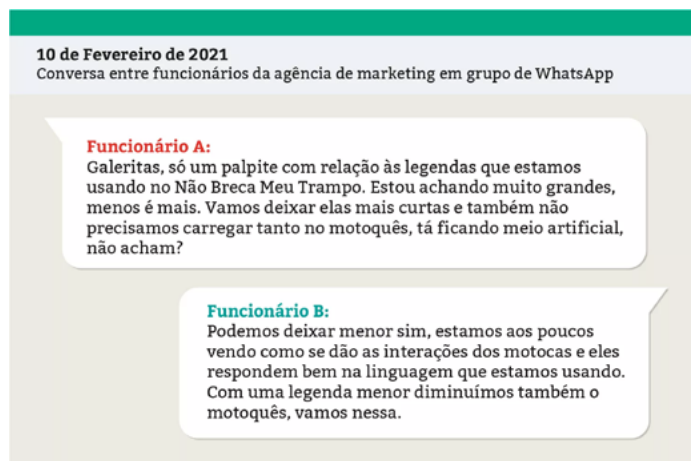
Não é possível, no entanto, desconsiderar que os dizeres produzidos pela agência, textualizados nas conversas de WhatsApp revelam saberes profanos sobre a língua. Na emergência de uma campanha publicitária que, para além de atingir o público, devesse tornar-se ele, houve a construção de hipóteses e de saberes sobre o “motoquês” que levaram à adoção dessa variedade da língua nas páginas do Facebook. Sobre isso, Paveau (2021, p. 15-16) afirma:

Propomos por enquanto chamar popular o saber espontâneo dos atores sociais sobre o mundo (depositado entre outros espaços nos provérbios e nos ditos populares, por exemplo), que se diferencia do saber acadêmico ou científico, da mesma maneira que o saber prático se distingue do saber teórico. O saber espontâneo é constituído de saberes empíricos, não suscetíveis de verificação lógica (o saber espontâneo não é verdadeiro nem falso, visto que é um saber aproximativo, como explica F. Markovits) e também de crenças que constituem guias para a ação dos atores sociais: as lendas urbanas ou as influências da lua sobre as plantações ou ainda se o céu está mais ou menos nublado como possibilidade de chuva são crenças reveladas do saber espontâneo.

É notório, nesse sentido, que esses saberes produzidos por não linguistas, ligados a modelos culturais estabelecidos (MURILLO, 2020), levam a um conjunto de comportamentos também culturalmente partilhados. No caso, os saberes *folk* sobre o motoquês levaram à construção de posts, tuítes e memes que, de fato, construíram efeitos da ordem do pertencimento. Acreditou-se que se tratava de pessoas pertencentes ao movimento grevista. Em tópico procedente, veremos o funcionamento desses discursos.

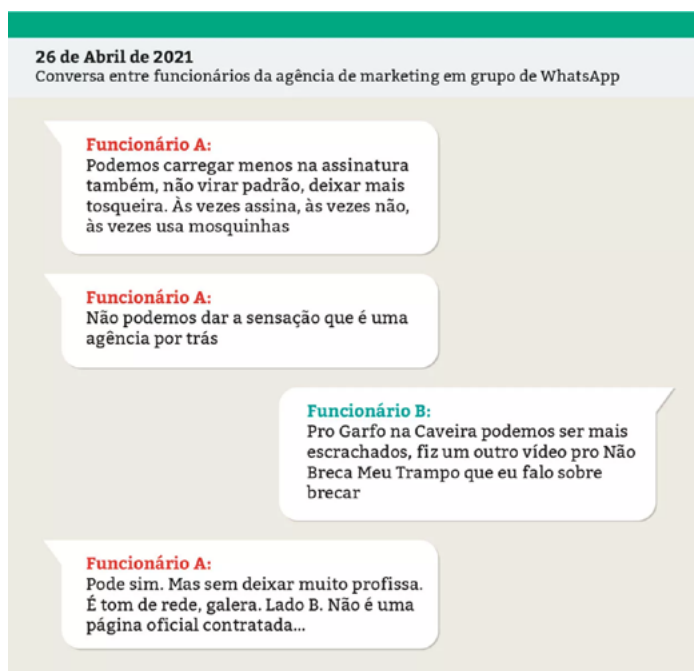
| Princípios de análise

Recorte 1 – Imagem que alude a *print screens* de telas de WhatsApp com conversas entre funcionários da agência envolvida na campanha Lado B do iFood



Fonte: Elaboração da reportagem *A máquina oculta de propaganda do iFood*, publicada pela Pública

Recorte 2 – Imagem que alude a *print screens* de telas de WhatsApp com conversas entre funcionários da agência envolvida na campanha Lado B do iFood



Fonte: Elaboração da reportagem *A máquina oculta de propaganda do iFood*, publicada pela Pública

Ao observar os diálogos, nota-se, por exemplo, um juízo de valor sobre o motoquês, como ao referir-se à linguagem como “tosqueira”, “escrachada” e avaliá-la como despadronizada, o que se opõe a um registro linguístico mais “profissional”, supostamente atribuído à redação publicitária. Paveau (2020) classifica as práticas dos não linguistas em prescritivas; descritivas, intervencionistas e militantes. No nosso entendimento, os diálogos elencados se inscrevem nas práticas descritivas, uma vez que estão fortemente embasados nas percepções subjetivas dos locutores: “também não precisamos carregar tanto no motoquês, tá ficando meio artificial, não acham?”. A descrição perquirida não segue nenhum tipo de regularidade linguística e/ou discursiva.

Ademais, pode-se dizer que, no caso relatado pela reportagem, desenhou-se um contexto de mútua ciberviolência velada, uma vez que, apesar dos conteúdos veiculados não demonstrarem uma violência explícita, a relativa opacidade em relação aos conflitos de interesses e as repetidas tentativas e invalidação da greve descortinam os conflitos e as relações de poder entre os atores.

Paveau (2021, p. 71) afirma que a questão do poder é central na Análise do Discurso e que também tem grande relevância para a Análise do Discurso Digital. A autora assevera que é necessário considerar o poder de quem “detém as competências digitais além ou ao lado das primazias sociologicamente mais tradicionais como [...] o poder econômico”, de modo que, *on-line*, o detentor do poder discursivo é aquele que possui as qualificações necessárias para lidar com as novas tecnologias. Tal análise, contudo, não considera um contexto em que há deslizamentos na morfologia do trabalho (ANTUNES, 2018), da qual emerge um novo proletariado do setor de serviços. Este é constituído tanto de profissionais altamente qualificados quanto por pouco, mostrando-se “*mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do século XX*” (ANTUNES, 2018, p. 103, grifo do autor).

Antunes (2018) explica que os segmentos mais qualificados, intelectualizados e próximos ao avanço tecnológico-informacional-digital vivenciam um sistemático processo de “envolvimento” e, em alguns casos, até mesmo de manipulação no interior do espaço de trabalho. O autor afirma ainda que, em contrapartida, os trabalhadores precarizados, por sua condição de despossuídos, tendem à rebeldia. Pode-se observar exatamente este fenômeno entre os publicitários e os entregadores de aplicativos. Se, por um lado, os publicitários envolvidos com a campanha Lado B demonstraram envolvimento com os valores propalados pelos setores hegemônicos do capital, por outro, os entregadores demonstram uma pulsão rebelde de autopreservação e organizaram-se em um movimento grevista e associações de classe. Nesse contexto, a alta qualificação, bem como o apego a saberes profanos sobre a língua, permitiu aos publicitários analisar uma grande quantidade de dados, por meio de inteligências digitais, e traçar estratégias para esvaziar a greve por meio de monitoramento contínuo, até que a campanha fosse considerada um sucesso.

Observemos, por exemplo, o caso da página Garfo na Caveira, que apresentava um conteúdo mais focado em memes. Nela encontramos diversas textualidades seriadas,

ou seja, um conjunto de formulações que têm um traço comum como elemento repetível (DIAS, 2019), que (co)operam a produção de sentidos e os efeitos de humor. Segundo Dias (2019, p. 65),

As textualidades seriadas, tal como venho buscando definir, se produzem nesse processo de serialização que, por um lado, se caracteriza pela repetição explícita de um elemento da série (aquele que garante a legibilidade pela identidade do texto como pertencendo a uma série) e, por outro lado, se caracteriza pela variação do dizer, sua regularização no interior de uma série.

Nesse sentido, podemos encontrar na página a textualidade seriada dos memes protagonizados por Julius, personagem coadjuvante da série de comédia dramática *Todo mundo odeia o Chris* (*Everybody hates Chris*). Conhecido por sua avareza, sua relação com dinheiro e pelo esforço contínuo para prover para a família, o carismático personagem mantinha, em diversos episódios, dois ou mais empregos simultâneos, o que é o mote de muitas piadas e gera uma série de memes longevos, que se proliferam em redes sociais desde 2009, quando o último episódio foi ao ar.

Imagem 3 – Print screen de post, reações digitais e comentário na página Garfo Na Caveira



Fonte: Reportagem *A máquina oculta de propaganda do iFood*, publicada pela Pública

Ao observar o *post* da página Garfo na caveira, uma das peças da campanha Lado B do iFood, em sua natureza compósita, podemos dividi-lo em: (a) uma legenda, que alude à comoção; (b) o meme em si, que é dividido em duas partes, sendo uma foto de um motofretista que presta trabalho para dois aplicativos; (c) a imagem do personagem Julius, que está sorridente e conta, na parte superior, com uma legenda (“Que orgulho, esse é o meu garoto”).

Ao observarmos a primeira parte do *post*, em que vemos a frase “Enche até os olhos de lágrima”, seguido de um *emoji* de choro e a primeira parte do meme, é possível interpretá-la como uma comoção empática, de compartilhamento de um eventual sofrimento gerado por uma situação laboral precarizada, que transfere aos trabalhadores e trabalhadoras toda a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade. Contudo, como acontece em conteúdos humorísticos, há uma ruptura nesse primeiro efeito de sentido possível, causada pela segunda parte do meme. Esta mostra a imagem de Julius, um notório e carismático personagem da classe trabalhadora sorrindo e se dizendo orgulhoso. Ocasionalmente pela utilização de uma técnica de superposição “de um pano de fundo conhecido quanto à associação ‘certa’ entre os diversos sentidos possibilitados por determinado material linguístico” (POSSENTI, 2009, p. 225), o humor no *post* utiliza-se do prazer que o chiste provoca para desestruturar “a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc.” (ANTUNES, 2018, p. 37). Tal desestruturação é simbolizada, num processo de interincompreensão regrada, pela valorização de uma aparente autoexploração do trabalhador que, em situação de vulnerabilidade social, vê-se obrigado a trabalhar para duas plataformas digitais simultaneamente. No caso do personagem Julius, a valorização da situação precarizada é associada à personagem Rochelle, sua esposa. Num bordão humorístico, a personagem diz, reiteradas vezes, “meu marido tem dois empregos”, numa espécie de (in)consciência de seu lugar social e, em última instância, de um certo enaltecimento carismático de sua falta de consciência de classe, o que produz um efeito de sentido de enaltecimento, um certo orgulho da situação de proletariado. Nesse contexto, a superexploração da força de trabalho torna-se motivo de satisfação e valorização, em vez de estimular a conscientização sobre a própria submissão no contexto do sistema capitalista.

Uma possível consequência de tal processo é evidenciada pelas reações que, divididas entre curtidas e risadas, somam 2.400 interações, além de 31 comentários e 502 compartilhamentos até o momento em que a captura de tela foi feita. Até mesmo o comentário, feito no *post*, pelo perfil de Edmar Maray¹³, por sua vez, parece reiterar o efeito de sentido que o *post* pretende causar. O conjunto composto pelo *post*, as reações a ele e o referido comentário evidenciam um cenário em que “todos os espaços existentes de trabalho fossem *potencialmente convertidos em geradores de mais-valor*” (ANTUNES, 2018, p. 38, grifo do autor).

13 A reportagem não explica se o perfil em questão é parte das peças da campanha publicitária que criou a página Garfo na caveira, em que o *post* analisado foi veiculado.

Do âmbito do discurso, pode-se dizer que, ao entender que os memes produzidos pelo empreendimento publicitário mobilizam “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência” (MAINGUENEAU, 2008, p. 34) e se delimitam reciprocamente, observamos que cada peça publicitária em questão, seja ela um meme, um conjunto de *posts*, comentários, vídeos etc., remete a discursos que têm uma mesma função social (a saber, as mediações das relações de trabalho), divergem sobre a maneira com a qual se deve lidar com ela. As formações discursivas concorrentes, neste caso, têm como atores sociais principais o iFood e os trabalhadores, sejam motofretistas, que se mobilizaram em uma greve, sejam publicitários que denunciaram seus contratantes – a saber, as agências de publicidade e o iFood – para a reportagem da Pública mesmo temendo represálias profissionais.

Trata-se de um novo processo de revascularização discursiva: temendo represálias profissionais, publicitários envolvidos na campanha Lado B do iFood encontram na mídia tradicional uma maneira de resolver uma demanda pessoal: a necessidade de denunciar injustiças e opressões que eles mesmos ajudaram a perpetrar. Baronas e Lourenço (2022, p. 26-27) afirmam que os processos de revascularização discursiva podem ser simples e complexos, tendo naturezas distintas e de igual importância. Para eles, a revascularização discursiva complexa procura “desobstruir problemas coletivos” e a simples “objetiva dirimir problemas mais individuais”.

Mas como classificar discursivamente a situação de revascularização discursiva desvelada pelo caso de denúncia sobre a campanha Lado B do iFood? Dotado de complexidade, o caso desvela certa consciência de classe, uma vez que, ainda que profissionalmente qualificados e com pleno domínio técnico do funcionamento das redes e mídias sociais, os publicitários também são trabalhadores proletarizados, ainda que um pouco menos subalternizados que os motofretistas. Nesse sentido, tornou-se importante denunciar a campanha Lado B como uma forma de solidariedade, apoio e, quiçá, redenção junto aos entregadores. Contudo, por frequentarem círculos mais próximos aos dos reais detentores do poder econômico (neste caso, grandes nomes da publicidade e do *marketing* brasileiro) e por serem mais qualificados, intelectualizados e próximos ao avanço tecnológico-informacional-digital, tais profissionais da publicidade não podem usar suas próprias redes sociais como um espaço para resolver o problema de ordem moral que se desenha. Por isso, a reportagem os mantém em anonimato, uma vez que estes temem represálias profissionais após a publicação da denúncia. Este é, precisamente, o maior indício do caráter simples desse processo de revascularização discursiva, já que a busca pela imprensa tradicional procura evitar danos pessoais.

| Conclusão

A sociedade contemporânea é atravessada por uma tendência de fundo: a precarização das relações de trabalho, que ganham novo impulso com os novos modelos de negócios digitais, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Nesse contexto, motofretistas organizam-se por melhorias em suas precárias condições

laborais, ainda que enfrentem dificuldades em suas lutas, organizadas essencialmente por meios digitais. Estas dificuldades advêm das próprias características dos tecnodiscursos (PAVEAU, 2021): rastreáveis, replicáveis, ampliáveis e relacionáveis, as práticas linguísticas dos próprios motofretistas servem como insumo para campanhas publicitárias. Lado B que, disfarçadamente, procuram esvaziar as mobilizações dos trabalhadores ao emular suas práticas discursivas. Contudo, como em um processo de nova revascularização discursiva (BARONAS; LOURENÇO, 2022), alguns dos mesmos publicitários, que outrora trabalharam contra os motofretistas, acabam por encontrar em denúncias para a mídia tradicional uma maneira de denunciar os jogos de poder, práticas de manipulação linguística e discursiva.

Referências

- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão* [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARONAS, R. L.; LOURENÇO, J. Notas sobre uma possível teoria da Revascularização Discursiva. *Alfa*, São Paulo, v. 86, e13708, 2022.
- DIAS, C. Textualidades seriadas: entre a repetição, a regularização e o deslocamento, o caso dos memes. *RASAL linguística*, p. 55-74, 2019b.
- LEVY, C. A máquina oculta de propaganda do iFood. *A Pública, Agência de Jornalismo Investigativo*, 04 de abril de 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/a-maquina-oculta-de-propaganda-do-ifood/#Desmobilizando>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008.
- MURILLO, C. V. J. Linguística popular: o espanhol na Costa Rica segundo os ticos e alguns centro-americanos residentes no país. In: BARONAS, R. L.; GONÇALVES, M. R. B.; SANTOS, J. A. B. (org.). *Linguística popular: contribuições às ciências da linguagem*. Araraquara: Letraria, 2021. p. 25-78.
- PAVEAU, M. A. *Análise do discurso digital: dicionário de formas e práticas*. São Paulo: Pontes, 2021.
- PAVEAU, M. A.; LOURENÇO, J. C.; BARONAS, R. L. *Ressignificação em contexto digital*. São Paulo: EdUFSCar, 2021.
- POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. São Paulo: Parábola, 2008.
- POSSENTI, S. *O humor é universal*. Campinas: JoLIE 2:2, 2009.

SHIFFMAN, L. *Memes in Digital Culture*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2014.

SOUSA, L. M. A.; GARCIA, D. A. FARIA, D. O. Paradigma indiciário, língua-concha, recorte e funcionamento: a metodologia em AD. *Língua e instrumentos linguísticos*, n. 33, 2014.

Como citar este trabalho:

CAVALCANTE, Jackelin Wertheimer; CARREON, Renata de Oliveira. Precarização na atividade de trabalho digital: o caso dos entregadores do lfood. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 66-81, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17069>.

LINGUÍSTICA POPULAR, SOCIOTERMINOLOGIA, AUTORIDADE: O CASO DOS FÓRUNS DE ENERGIA RENOVÁVEL

POPULAR LINGUISTICS, SOCIOTERMINOLOGY, AUTHORITY: THE CASE OF RENEWABLE ENERGY FORUMS

Stefano VICARI¹

Tradução de Livia Maria Falconi Pires² e Pâmela da Silva Rosin³

Resumo: Neste presente trabalho, proponho mostrar o interesse de integrar a perspectiva da Linguística Folk (NIEDZSIELSKI; PRESTON, 2000) ou Linguística Popular (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2008) no quadro dos estudos socioterminológicos (GAUNDIN, 1999), a partir, especialmente, das noções de confiança e autoridade. Para tal, escolhi o campo da terminologia das energias renováveis tal como ela circula em fóruns da internet. Analisarei as estratégias criadas pelos dispositivos do fórum e desenvolvidas pelos usuários para construir um discurso legítimo e digno de confiança sobre o qual se fundamenta a negociação, a aceitação e a apropriação dos termos da especialidade nestes dispositivos. De fato, os fóruns mostram tanto a existência de estratégias de legitimação de fontes convocadas pelos usuários ao longo dos debates, quanto as hierarquias dos locutores que podem discutir questões mais ou menos técnicas.

Palavras-chave: Linguística Popular. Socioterminologia. Energias Renováveis. Autoridade. Confiança.

1 Docente da UniGe – Università degli Studi di Genova. E-mail: stefano.vicari@unige.it

2 Docente da UNICEP – Centro Universitário Central Paulista. E-mail: liviamfpires@yahoo.com.br.

3 Docente no Estácio – Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto. E-mail: pamelasilvarosin@gmail.com

Abstract: In this paper, I propose to show the interest in integrating the perspective of Folk Linguistics (NIEDZSIELSKI; PRESTON, 2000) or Popular Linguistics (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2008) in the framework of socioterminological studies (GAUNDIN, 1999), starting, especially, from the notions of trust and authority. To this end, I have chosen the field of renewable energy terminology as it is broadcasted in Internet forums. I will analyze the strategies created by forum devices and developed by users to build a legitimate and trustworthy discourse on which the negotiation, acceptance, and appropriation of the specialty terms in these devices is based. In fact, the forums show both the existence of source legitimation strategies summoned by users throughout the debates and the hierarchies of the speakers who may discuss more or less technical issues.

Keywords: Folk Linguistics. Socioterminology. Renewable energies. Authority. Trust.

Nesta contribuição⁴, proponho mostrar o interesse de integrar a perspectiva da Linguística Folk (NIEDZSIELSKI; PRESTON, 2000) ou da Linguística Popular (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2008) no quadro dos estudos socioterminológicos (GAUNDIN, 1999), a partir, especialmente, das noções de confiança e autoridade. Para tal, escolhi um campo em que já trabalhei há alguns anos após a minha tese de doutorado, ou seja, a terminologia das energias renováveis tal como ela circula em fóruns da internet.

Na primeira parte, explicarei a minha abordagem teórica e metodológica a fim de mostrar a centralidade da noção de autoridade e, portanto, de confiança epistêmica nos estudos da Linguística Popular, e em seguida, debruçar-me-ei sobre as discussões metaterminológicas que surgiram nestes fóruns. Particularmente, analisarei as estratégias criadas pelos dispositivos do fórum e desenvolvidas pelos usuários para construir um discurso legítimo e digno de confiança sobre o qual se fundamenta a negociação, a aceitação e a apropriação dos termos da especialidade nestes dispositivos. De fato, longe de constituírem lugares onde toda opinião e todo locutor se equivalem, os fóruns mostram tanto a existência de estratégias de legitimação de fontes convocadas pelos usuários ao longo dos debates quanto as hierarquias dos locutores que podem discutir sobre questões mais ou menos técnicas.

1. Linguística Popular, confiança, autoridade

A Linguística Folk (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2000) ou a Linguística Popular (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2008) pode ser definida como

[o estudo do] saber espontâneo dos atores sobre o mundo (depositado em provérbios ou ditados, por exemplo), que se distingue do saber erudito ou científico como o *know-how* se distingue do “saber que” e os sentidos comuns do saber científico. Esse saber espontâneo é constituído de conhecimentos

4 Texto original

empíricos, não suscetíveis à verificação lógica (o saber espontâneo não é nem verdadeiro nem falso, fala-se então do “saber aproximado”) e de crenças que constituem guias para ação: as lendas urbanas ou as influências da lua sobre o crescimento das plantas são as crenças no âmbito do saber espontâneo. (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2008, p. 5-6)⁵.

Coloca-se como objetivo analisar “o conjunto de declarações que podem ser qualificadas como práticas linguísticas profanas (isto é, que não provêm de representantes da Linguística como disciplina estabelecida, os ‘não linguistas’ como N. Niedzielski e D. Preston os chamam), designando, avaliando ou referindo-se aos fenômenos languageiros” (ACHARD-BAYLE; PAVEAU, 2008, p. 8). Por esses objetivos, a Linguística Folk insere-se assim no quadro mais geral do estudo do folclore de uma comunidade e, particular, da construção e da circulação dos saberes e dos conhecimentos através dos discursos ditos do senso comum no interior do tecido social, que se insere no quadro mais geral do domínio da epistemologia social.

De fato, a epistemologia social enquanto “estudo do conhecimento que sublinha as suas dimensões sociais” (GOLDMAN, 2004, p. 144) ocupa um lugar privilegiado nas práticas de aquisição do conhecimento (ORIGGI, 2004, p. 169) e, em particular, tenta compreender as condições em que os locutores adquirem os saberes e os conhecimentos pelo intermédio de outrem. Compreende-se, pois, bem o interesse de recorrer às noções de confiança e de autoridade neste tipo de análise, de tal modo que “questões-chave relevantes para o folclore [...] são: quem tem a autoridade, num dado arranjo social, de descontextualizar e recontextualizar (por exemplo, para fazer) um dado texto? Quem decide se o desempenho é legítimo, autoritativo ou “bom”? (HAMER, 2008). Quais discursos são, então, legitimados e, portanto, entram no senso comum? Quem detém esses discursos? A partir de que posturas?

A fim de responder a essas questões, é, pois, desejável recorrer à noção de confiança que deve ser entendida como “um estado cognitivo e motivacional complexo, uma mistura de racionalidade, de sentimentos e de compromissos sobre uma relação com os outros” (ORIGGI, 2008, p. 13) que se constrói através de “um espaço de discurso permitindo a criação de uma nova forma de legitimidade moral. [...] o ato de confiança é principalmente discursivo [...]” (ORIGGI, 2008, p. 84). Isso significa não apenas que os mecanismos de construção de confiança podem ser observados no discurso, mas também que, ainda de acordo com Origgi (2008, p. 84-85), este espaço de discurso é “o de um discurso partilhado, em que cada um está disposto a aceitar as normas de racionalidade, sem se submeter de uma maneira diferencial à vontade de outros”.

5 N.T.: Em todas as citações optou-se por tradução nossa.

2. Linguística Popular e Socioterminologia: o interesse de uma integração

Colocada nestes termos, a abordagem teórica e metodológica da Linguística Popular parece muito fecunda no âmbito de abordagens terminológicas sociais preocupadas em considerar a circulação social dos termos e, particularmente, a apropriação das terminologias por parte dos cidadãos. A abertura da terminologia para além das comunidades de especialistas e das organizações oficiais é observável em diferentes abordagens terminológicas recentes, por exemplo, a Teoria Comunicativa de Cabré (1998, p. 50), na qual ela afirma que:

Não é desejável para a normalização de uma língua que se crie um fosse entre os verdadeiros usuários da terminologia e os organismos oficiais, dado que a implantação da terminologia exige a participação de todos os cidadãos e uma atitude ativa na utilização social da língua.

No entanto, é com a abordagem socioterminológica proposta por Gaudin (1993) que a dimensão social dos termos adquire todo o seu valor. Em particular, afirma-se claramente a importância da consideração dos mecanismos de circulação dos termos e dos conhecimentos terminológicos no tecido social, para além das fronteiras entre os gêneros científico – técnico – vulgarização (GAUDIN, 2003; HUMBLEY, 2018). O objetivo da socioterminologia é, pois, o de colocar a tónica no funcionamento discursivo e pragmático dos termos nos textos que circulam no interior de uma dada sociedade em que a interferência das redes de comunicação obriga os cientistas a ter em conta as necessidades de comunicação anteriormente inexistentes:

A diversidade dos textos refere-se a uma variedade de funções sociais e cognitivas. Os concorrentes denominacionais deixam então de remeter a uma simples hierarquia que se opõe aos registros do erudito e do profano, dentro do qual o legítimo se oporia ao ilustrativo, para remeter aos mundos construídos, a grupos sociais, a diferentes universos de discurso. (GAUDIN, 2003, p. 117).

Os termos são então considerados como praxemas (GAUDIN, 1993) cujo significado não é fixo, mas negociado dentro das interações. Os termos são considerados a partir do seu funcionamento em discurso, das condições sociais do enunciado e são estudados “na sua dimensão interativa e discursiva” (GAUDIN, 1993, p. 295). É precisamente o estudo desta dimensão interativa que estaria na base da abordagem glotopolítica proposta por Gaudin (2003, p. 180) quando defende a importância de refletir sobre os “modos de elaboração e de difusão dos termos necessários aos usuários” antes de propor qualquer tipo de planificação terminológica. Pela adoção de um ponto de vista glotopolítico, os estudos socioterminológicos se inscrevem desde o início no contexto mais vasto dos estudos das mentalidades languageiras, tal como a Linguística Folk (LF) e do estudo da construção e da circulação dos saberes e dos conhecimentos mais ou menos especializados.

Neste contexto, a contribuição da LF é fundamental, pelo menos, por três razões. Em primeiro lugar, a LF permite colocar a tônica nos processos de construção dos saberes ordinários cuja análise passa pela observação das práticas metalinguísticas e discursivas: a reconstrução do conjunto de representações circula em torno de certas realidades cuja discussão foi outrora regulada para os círculos eruditos que constitui hoje uma prioridade sobretudo nos domínios em que a participação ativa do cidadão e sua adesão são necessidades primárias, como o das energias renováveis:

A negociação terminológica, a informação e a consulta das partes interessadas são fatores favoráveis para que as decisões sejam seguidas de fato. Para isso, é necessário que as condições de adesão social estejam reunidas e que as decisões tomadas assentem numa fina descrição das práticas e em uma consulta prévia dos usuários. (GAUDIN, 2003, p. 178).

Um melhor conhecimento desses processos cognitivos e discursivos pressupõe, portanto, a compreensão das autoridades reconhecidas pelos usuários em terminologia e permitiria assim, se for o caso, atuar sobre essas representações: qualquer terminólogo que pretenda propor políticas linguísticas deveria, assim, se interessar pela questão da confiança epistêmica e no papel desta na construção das representações ordinárias dos termos.

Em seguida, a LF permitiria destacar os processos discursivos e cognitivos do que Gaudin (2003) intitula de sociogênese dos termos: como e por que os novos termos são aceitos ou rejeitados pela comunidade de falantes? Quais são as razões que conduzem à escolha de novos termos? Quais são as variáveis discursivas que entram em jogo? A análise do discurso metaterminológico comum oferecia pistas aos terminólogos profissionais e contribuiria para o desenvolvimento da reflexão teórica em vários aspectos: da relação entre o conceito e significado às condições que determinam o sucesso ou o fracasso das políticas propostas.

Por fim, a LF permitiria abandonar a visão dicotômica entre saberes ordinários e conhecimentos científicos em que uns e outros pertenceriam a tipologias textuais e a locutores distintos e bem limitados, em favor de uma visão escalar, que vê diferentes tipos de discursos e, portanto, os empregos dos termos, sobre um *continuum* cujas fronteiras são porosas. Essa concepção parece preferível por duas razões. Em primeiro lugar, ela está mais próxima da realidade das interlocuções e das comunicações atuais, onde sobretudo as novas tecnologias permitiriam a constituição de comunidades epistêmicas espontâneas, através de *blogs* e fóruns, em que peritos e menos peritos comunicam sobre as mesmas questões. Em segundo lugar, esse *continuum* e esses suportes obrigam a repensar as distinções ontológicas entre as categorias de locutores (peritos *versus* não peritos) em termos de posicionamentos enunciativos e de situações de comunicação, mais do que em termos de pertença estável a categorias preestabelecidas. Os fóruns constituem, com efeito, um modo de sociabilidade de saber mais ou menos especializado, fortemente representativo das práticas languageiras e das

terminológicas contemporâneas dos locutores mais ou menos peritos (de engenheiros a técnicos, passando pelos falantes comuns) para fazer face aos problemas colocados pelo emprego de termos de especialidade ao longo das interações.

3. Objetivos, corpus e metodologia

3.1 Objetivos

A rede, e particularmente, a *web 2.0*, favoreceu a constituição de rodas de conversação de grupos de locutores com graus de competência variados que interagem em torno de interesses comuns, sobretudo através de fóruns de discussão. Estes constituem, com efeito, um modo de sociabilidade do saber mais ou menos especializado fortemente representativos das práticas linguageiras e terminológicas contemporâneas dos locutores e representa um terreno de inquérito privilegiado para observar a forma como circulam os termos nos discursos realizados pelos falantes mais ou menos peritos (de engenheiros a técnicos, passando pelos falantes comuns) para fazer face aos problemas colocados pelos termos de especialidade.

Minha hipótese é de que estas interações abalam os papéis respectivos entre peritos, público e divulgador, assim como as fronteiras claras entre discursos vulgarizador e discurso perito (CONCEIÇÃO, 2005; DESMET, 2007), a experiência se constrói, sobretudo, ao longo das negociações intersubjetivas entre os intervenientes, através de estratégias tecno-discursivas e discursivas específicas a esses ambientes. A análise das modalidades de construção de especialização neste tipo de comunidades discursivas híbridas, em que o uso de pseudônimos garante o anonimato ao menos parcial dos intervenientes, permitiria, assim, observar as modalidades através das quais se constrói a “confiança epistêmica” (ORIGGI, 2008).

A terminologia das energias renováveis parece-me o terreno de observação ideal para compreender como os termos e, com eles, os conhecimentos terminológicos funcionam e se difundem para além dos círculos de especialistas, e isso ao menos por duas razões.

Primeiramente, ela é ainda relativamente recente e instável nos mesmos textos jurídicos e técnicos, pelo menos há uma dezena de anos (ZANOLA, 2008): se esta indefinição parece ultrapassada entre os especialistas de hoje, permanece nos discursos ordinários e favoreceria o desenvolvimento de verdadeiras “sequências metaterminológicas” ao longo das interações em torno dos termos, bem como dos debates sobre as questões terminológicas variadas.

Por último, deve-se considerar que domínio constitui um setor em crescimento nos últimos anos, graças também à adoção de uma política comum europeia (diretiva 2001/77/CE, diretiva 2003/30/CE e diretiva 2009/28/CE) promovendo a difusão de novas tecnologias para o desenvolvimento sustentável do mercado energético. Os consumidores são então chamados não somente a optar por soluções energéticas recentes e de alto

nível tecnológico, mas também a se desembaraçar numa verdadeira selva de apoios financeiros e econômicos distribuídos pelas empresas públicas e privadas, estatais e europeias. A necessidade de uma informação precisa e pormenorizada surge, portanto, como uma etapa fundamental e passa através da apropriação de uma terminologia capaz de captar noções e conceitos novos e inéditos.

Ora, se é verdade (1) que as sociedades contemporâneas, sobretudo as democracias maduras, são caracterizadas por uma forte densidade informacional, (2) que “a divisão do ‘trabalho cognitivo’ é gerada pelas estruturas sociais que participam no processo de produção de difusão da informação” e (3) que a “legitimidade das fontes de informação releva a reputação que lhes confere esta organização social” (ORIGGI, 2004, p. 168), a consideração das diferentes comunidades epistêmicas com padrões variáveis dentro de uma sociedade aparece como um elemento indispensável para entender não só como o discurso pode transmitir conhecimentos especializados fora das comunidades de “especialistas”, mas também as condições para que os conhecimentos e, por conseguinte, as terminologias especializadas possam ser aceitas e consideradas como fiáveis pelos locutores.

Proponho-me a estudar, através das marcas tecnodiscursivas que constroem nestes espaços um discurso marcado pelo selo da confiança, autoridade, tanto no nível das características do tipo de suporte (fórum) quanto no nível das trocas metaterminológicas, a partir de três práticas amplamente difundidas no *corpus*, a saber, definições, reformulações e denominações, como o objetivo de fornecer elementos de resposta às seguintes questões: como e por que os novos termos são aceitos ou recusados pela comunidade de falantes? A origem institucional, científica ou técnica de certas decisões em matéria terminológica é suficiente para que os escritores estejam dispostos a aceitá-las como se fossem evidentes por si mesmas?

3.2 Corpus

O *corpus* deriva de três fóruns (Econologie.com, Chaleurterre.com, Forums.futura-sciences.com) criados por especialistas para debater sobre as energias renováveis e divulgar os conhecimentos relativos à sua exploração. Trata-se de três portais de informação em acesso livre e gratuito, criados entre 2000 e 2003, cujo objetivo é debater, promover e divulgar os conhecimentos em torno das energias renováveis: propõem-se explicativamente favorecer a simples troca de opiniões e de propostas sem qualquer fim lucrativo e a partir da participação de peritos do setor. É assim que se pode ler na página inicial da *Futura-sciences*:

A nossa equipe editorial é constituída por jornalistas especialistas em física, biologia, cosmos, espaço, saúde, novas tecnologias, universo da casa e problemáticas ambientais.

Para além das nossas penas diárias, das nossas assinaturas recorrentes e das nossas intervenções pontuais, numerosas personalidades apoiam Futura: Yann Arthus-Bertrand, Isabelle Autissier, Yves Coppens, Jean-Louis Étienne, Claudie Haigneré, Axel Kahn, Étienne Klein, Jean-Pierre Luminet, Joel de Rosnay... Estamos orgulhosos por eles ainda estarem do nosso lado, 17 anos depois. Para além destes apoios imediatos, estamos felizes na Futura por sermos lidos por cada vez mais profissionais e amadores esclarecidos. O conhecimento é o nosso bem comum, a precisão do trabalho científico, a nossa bússola. (<https://www.futura-sciences.com/qui-sommes-nous/>).⁶

Embora a Econologie.com tenha sido criada por um engenheiro especialista em energias renováveis, os outros dois são fruto de uma colaboração entre vários especialistas (profissionais e técnicos) que trabalham no domínio. Especialistas de um lado, mas também falantes comuns, simples apaixonados pelas questões ambientais, por outro, esses fóruns apresentam uma forte hibridade discursiva:

Quando a bioclimática sairá das sombras? [...] há uma grande diferença entre nós neste fórum e o grande público. Falemos também ao nosso padeiro... e numa linguagem vulgarizada..... (r17777, 05/01/2005, <https://www.econologie.com/>)

Olá a todos Já que estamos nos balões, gostaria de ter a opinião de especialistas do solar que são servidores neste fórum.... Tenho há 30 anos cerca de 24 m² de painéis solares que me aquecem um piso (polo04, 05-09-08 <http://www.chaleurterre.com/forum/>).

Estes fóruns caracterizam-se, além disso, pela sua dimensão explicitamente militante em favor da difusão das energias renováveis no território:

A econologia é a contração de economia(s) e ecologia, este neologismo foi inventado por Christophe Martz. Christophe é engenheiro ENSAIS M2001. O site está *on-line* desde 2003 para democratizar o conceito de econologia, para o bem das gerações atuais e futuras... A econologia tem, evidentemente, como objetivo mostrar que é possível conciliar: economia(s), ecologia e ambiente. Fique à vontade para visitar os fóruns e participar de uma comunidade muito ativa! (<https://www.econologie.com/>).

As discussões são um tanto orientadas para a aquisição de *know-how* práticos e procedurais, como testemunhado pelas intervenções dos próprios escritores:

6 N.T.: Todos os exemplos que compõem o *corpus* de análise foram traduzidos de modo a propiciar seu melhor entendimento, dada a especificidade dos termos do campo das energias renováveis. Optou-se por manter apenas as pontuações originais e, quando o caso, foram feitas adequações ortográficas pontuais para a compreensão global do texto.

Olá, Papykiwi, [...] a razão de ser deste fórum é dar uma resposta concreta a um problema prático e, portanto, na minha opinião, é melhor escolher termos compreensíveis para todos. (Capt Maloche, 21-10-09 <http://www.chaleurterre.com/forum/>).

Ora, se segundo a definição que Jacobi dá do discurso de vulgarização, a saber, “qualquer prática discursiva que proponha uma reformulação do discurso científico” (JACOBI, 1985, *on-line*), esses fóruns fariam parte dos discursos de divulgação no sentido lato, a sua composição (hibridação de comunidades discursivas eruditas e não eruditas), a sua dimensão poderia dizer-se “intervencionista” em matéria energética (promoção das energias renováveis em detrimento das energias ditas “tradicionais”), bem como o ambiente tecnológico em que são criados, devem permitir observar os mecanismos discursivos de circulação dos conhecimentos e de construção da confiança um pouco diferentes dos que caracterizam os discursos de divulgação e de divulgação monológicos, tal como circulam em suportes mais tradicionais (manuais, brochuras, revistas especializadas) e que foram objeto de numerosos estudos, pelo menos no âmbito das energias renováveis (GILARDONI, 2012; ORLANDI, 2012; PIACENTINI, 2012; ZANOLA, 2008, 2010).

Este estudo propõe-se a observá-los em 800 comentários terminológicos publicados entre 2003 e 2012, e selecionados a partir de um certo número de palavras-chave metalinguísticas nos motores de busca dos fóruns⁷

4. Estratégias da construção da confiança no discurso

4.1 Processos de construção do Ethos

4.1.1 O Ethos “tecnodiscursivo”

Os fóruns *on-line* permitem aos inscritos acessar uma série de parâmetros relativos à “identidade digital” dos membros do fórum (ALLOING, 2014), ou seja, o conjunto de traços que permitem identificar a atividade de um indivíduo em qualquer dispositivo *on-line*. Esses traços constituem indicadores de reputação de natureza tecnodiscursiva (PAVEAU, 2017), na medida em que sua elaboração é possibilitada por algoritmos e cálculos predispostos pelas plataformas em conjunto com as informações declarativas dos usuários. Esses indicadores permitem, assim, a construção da credibilidade pré-discursiva dos participantes, pois os outros participantes podem ter pistas sobre o grau de confiabilidade dos usuários.

Nos três fóruns do *corpus*, enquanto se o *Chaleurterre* se limita a mostrar para cada perfil a data de registro e o número de mensagens publicadas (índices bastante quantitativos), os outros dois apresentam uma gama mais rica de informações, das quais aqui estão dois exemplos:

⁷ Veja a lista ao final da contribuição.

Tabela 1.1 – Componentes do ethos tecnodiscursivo em *Futura-sciences* e *Econologie.com*

 <p>DINOULIX</p> <p>Date d'inscription: juillet 2005</p> <hr/> <p>Localisation: Montpellier</p> <hr/> <p>Âge: 51</p> <hr/> <p>Messages: 294</p> <hr/>	 <p>Ahmed</p> <p>Econologue expert</p> <p></p> <p>Messages : 7405</p> <p>Inscription : 25/02/08, 18:54</p> <p>★★★★★★★★</p> <p>★★★</p> <p>Localisation : Bourgogne</p> <p>Messages aimés x 564</p>
<p><i>Futura-science;</i> <i>Pseudônimo: trocadilho avc doulix</i> <i>(plataforma de bioengenharia)</i> <i>Data de inscrição</i> <i>Número de mensagens escritas.</i></p>	<p><i>Econologie:</i> <i>Pseudônimo</i> <i>Hierarquia de usuário</i> <i>Número de mensagens escritas.</i> <i>Data de inscrição</i> <i>Número de mensagens amadas por outros administradores do site.</i></p>

Fonte: Elaboração própria

Embora seja difícil determinar com precisão o peso dessas informações na dinâmica das trocas, assim como a forma como são reutilizadas pelos escritores, não se pode negar que sua presença contribui para a constituição do que podemos chamar de “ethos tecnodiscursivo” e fornece aos escritores índices de reputação (na *Econologie.com*: número de mensagens apreciadas por outros usuários da internet, estrelas correspondentes ao grau de apreciação) e informações pessoais (interesses, localização) que permitem identificar melhor o grau de envolvimento dos usuários nas interlocuções e, de modo mais geral, nos fóruns.

4.1.2 Ethos dito

Em um bom número das discussões selecionadas, observamos estratégias para legitimação do dizer, que estão sob o título do que Maingueneau (2014, p. 34) chama de “ethos dito”, ou seja, “o que o orador diz de si mesmo” e que mostram a ênfase colocada no “eu” dos escritores. Eles não hesitam em intervir na primeira pessoa durante os diálogos

e inscrever uma certa *expertise* no discurso, por vários meios. Desta forma, eles podem explicar seu domínio de conceitos e da terminologia com base em sua formação:

[...] Em minhas várias leituras sobre o assunto, nunca me deparei com o nome turbina eólica para designar outra coisa que não seja uma máquina que possa funcionar de forma autônoma na maioria das vezes [...] fred (verdifred, 06-01-2010, <https://www.econologie.com/>).

e/ou através de experiência profissional, como nos trechos a seguir:

De fato, é em grande parte por esta ignorância que jogam os políticos. Algumas pessoas acreditam que a energia nuclear leva, necessariamente, a Chernobyl. Por razões profissionais, tive que trabalhar três anos seguidos na URSS, na época do companheiro alegre chamado Brejnev. Fiquei então chocado com a total falta de segurança nas instalações industriais soviéticas, com o desprezo pelo meio ambiente (Guil-laume56 [engenheiro], 23-11-2006, <https://forums.futura-sciences.com/>).

Olá, estou intrigado com seu tema... Embora eu não conheça muito bem as máquinas que vocês estão falando, meu treinamento como técnico eletricista e meu passado como controlador de trabalho (se isso existe!) me levam a estas reflexões [...] (jeanloup, 13-02-12, www.chaleurterre.com/forum).

Formação e experiência pessoal justificam, portanto, as intervenções dos escritores, pelo menos aos seus olhos, nas discussões e lhes permitem fazer críticas ao discurso ambiental dos políticos, que são frequentemente acusados no *corpus* por causa de suas supostas ambiguidades, assim como acontece com os anúncios publicitários:

Olá, eu queria testemunhar porque há um ano fiz uma renovação ecológica em minha casa e vi muitos vendedores corruptos, com negociações abusivas; o problema da renovação energética é que é um mercado novo com muitos termos técnicos que as pessoas nem sempre entendem, e muitas empresas aproveitam a ignorância e a fraqueza dessas pessoas. Portanto, se eu posso lhe dar alguns conselhos se você quiser renovar sua casa ou instalar produtos que lhe permitirão economizar energia (bombas de calor, isolamento, painéis solares, etc.), é passar primeiro por um escritório de engenharia térmica, que lhe aconselhará, ou para se informar sobre este mercado! (givais, 07-01-2009, www.chaleurterre.com/forum).

Somente a experiência pessoal, de natureza não profissional, é então apresentada para advertir contra possíveis esquemas derivados de um suposto uso indevido da terminologia técnica ou, pelo menos, de sua opacidade.

A elaboração do “*ethos* dito” (AMOSSY, 2010) também inclui processos que são mais diretamente atribuíveis à dinâmica de argumentação entre escritores, como no caso a seguir:

Acho que você está usando energia para nenhuma grande coisa: 1- trata-se de definição. O todo é ser coerente. De minha parte, quando falo sobre isso para os cálculos, especifico a definição de antemão, de modo que não há o risco de cometer um erro. 2- Uma coisa que você tem que concordar é que, desde o início, temos por definição: rendimento < 1. É por isso que nunca falamos de eficiência para um refrigerador, mas de COP⁸, porque os engenheiros de refrigeração sempre querem se distinguir ;-) [...] (ber-nardd, 12-11-2010, <https://www.econologie.com/>)

O escritor especifica suas próprias práticas discursivas com relação à terminologia e insiste na importância de confiar em definições para uma comunicação correta. Dessa forma, ele cria dele mesmo um *ethos* de especialista, utilizando instrumentos terminológicos para apoiar seu argumento e para rejeitar o discurso de outros, mesmo que o interlocutor se baseie em fontes científicas:

Olá ummolae, Então você está em completa contradição sobre a definição da lei da água com a maioria dos fabricantes de bombas de calor, assim como os estudos de Nicolas Beaudis Extract: “A lei da água torna possível determinar a temperatura de partida do circuito hidráulico de acordo com a temperatura externa” e Nicolas Flach-Malaspina, entre outros. Extrato: “Por exemplo, o uso da regulamentação da ‘lei da água’: este tipo de regulamentação permite adaptar o ponto de ajuste da bomba de calor de acordo com a temperatura externa”. Atenciosamente, Alain³⁰.

Olá Alain 30 Conheço estes textos e os acho pouco claros e é por isso que existe uma confusão na compreensão da terminologia. Para fazer uma lei da água medindo o ar exterior, sempre achei estranho, por isso outros a chamam de lei do aquecimento para diferenciá-la bem. Não vamos entrar em um debate semântico sobre a questão, que é de pouco interesse. (ummolae, 08-01-12, <http://www.econologie.com>).

Embora o primeiro escritor cite em sobre-enunciação (RABATEL, 2004) dois textos científicos para assegurar sua argumentação e criticar o emprego de termos da parte de seu interlocutor, este último não só não hesita em contradizer estes textos, como também constrói um *ethos* como conhecedor do campo, capaz de concluir criticando os nomes utilizados. A inclusão no discurso de uma autoridade externa, embora científica, nem sempre é suficiente para que os escritores a aceitem como óbvia: eles constroem *ethos* de especialistas, de conhecedores da terminologia especializada, e assim modificam os papéis discursivos e as respectivas posições dos interlocutores.

8 N.T.: *Coefficient de performance*, em português: coeficiente de desempenho.

4.1.3 Ethos mostrado

Em muitos casos, o *ethos* dos escritores “se mostra no ato de enunciação, não é dito no enunciado” (MAINGUENEAU, 2014, p. 34) e, no *corpus*, isso acontece principalmente a partir de uma frutífera atividade reformulatória que acompanha a inscrição de termos no discurso. Nestes exemplos, os escritores mostram seu domínio do campo especializado, pela seleção de uma terminologia reservada a uma comunidade de especialistas na qual eles próprios se incluem:

Se um Pac⁹ para permanentemente antes de atingir sua capacidade máxima, é como um carro que só é usado na cidade. No jargão, chamamos isso de ciclo curto porque fica sem vapor antes de atingir sua capacidade máxima. [...]. (Mortillus, le 20-04-2007, <https://forums.futura-sciences.com>)

Por que instalar 2 sistemas termodinâmicos? Ao pegar uma unidade de água, como Altherma, mas mais potente (pode ter que mudar de fabricante porque o grande Altherma ainda não está disponível) e adicionar os convectores de ventoinha (VC em nosso jargão) para sótãos, me parece bom. (givais, le 08-03-2007 <http://www.chaleurterre.com>).

O uso do “nós” inclusivo é apoiado no último exemplo pelo uso do possessivo (“nosso jargão”) e permite ao escritor mostrar sua competência na matéria: estas duas autorreformulações têm reformulantes menos transparentes do que os reformulados, o que mostra que eles não cumprem nenhuma função pedagógico-didática.

O domínio de terminologia específica também pode ser mostrado sem a adição de comentários metalinguísticos construídos em torno de verbos *dicendi*, como nos extratos seguintes:

Cuidado, não é bem assim que você tem que fazer para produzir água quente. é necessário separar o circuito do aquecedor solar (que virá para descarregar as suas calorias no seu acumulador, ou melhor, permutador) do seu abastecimento de água da rede deste mesmo acumulado. (bones, le 24-07-2006, <http://www.econologie.com/forums/>).

Penso que para obter o melhor rendimento (ou melhor, produtividade ao longo do ano), é necessário estudar a possibilidade de construir do zero um gerador feito sob medida... diretamente acoplado ao tambor e, portanto, de baixa velocidade! (Christophe, le 18-06-2009 <http://www.econologie.com/forums/>)

Aqui, os escritores se limitam a reformular um termo com outro termo que não é o mais transparente, acrescentando o marcador de reformulação parafrástica “ou melhor” e, no

9 PAC – *pompe à chaleur*, em português: bomba de calor.

segundo trecho, o corte. Dessa forma, eles demonstram sua busca pela palavra certa e, ao fazê-lo, sua capacidade de lidar com precisão com o assunto em questão.

Este tipo de reformulação, cujo objetivo é didático, representa cerca de 21% (48 de 232) do total de reformulações identificadas no *corpus*, o que o torna um dos principais processos através dos quais ocorre a construção discursiva do *ethos* mostrado e, portanto, a legitimação das declarações dos escritores.

5. Formas de construção de um discurso compartilhado: o apelo aos pré-discursos

5.1 Apelos à memória da língua

Para justificar suas declarações, nas discussões em torno dos empregos de termos de especialidade, os escritores muitas vezes se apoiam no que podemos chamar, segundo Paveau (2006, p. 144), a “memória da língua”, ou seja, uma espécie de

[...] “armazém de memórias” relativo ao sentido das palavras, à propriedade das expressões, à correção de expressões, etc., análogo, sobre o plano descritivo, ao tesouro coletivo e social que F. de Saussure opõe à fala.

Os escritores recorreriam a ele em discurso para garantir e preservar o que consideram ser o verdadeiro sentido dos termos que usam ou para corrigir o uso de que fazem os outros. Em particular, no *corpus*, estes apelos são inscritos no discurso pela reviravolta “por definição” que serve, por si só, para justificar as declarações de definição forjadas por eles mesmos, sem necessariamente recorrer a uma obra lexicográfica.

O termo “eficiência útil” não quer, de fato, nada dizer segundo as definições que eu conheço. Em física, só conheço “eficiência energética”, por um lado, e “eficiência”, por outro, que é sinônimo de “eficiência termodinâmica”. Já esclareci os termos que utilizo no fluxo deste tópico. Se “fazer frio” em seu vocabulário significa “absorver calor”, então uma expansão adiabática reversível não faz frio de acordo com sua definição, pois por definição de “adiabático”, ela não absorve nenhum calor nem libera nenhum calor. A gente observa somente uma queda na temperatura do gás [...]. (anonyme, le 27-05-2007, <http://www.chaleurterre.com>).

Neste trecho, várias estratégias para legitimar as declarações são sobrepostas. Primeiramente, o escritor restringe o campo de especialização no qual o significado do termo que ele usa é válido (“em física”) e, ao fazê-lo, mostra, entre outras coisas, seu domínio da terminologia técnica. Em segundo lugar, ele inscreve um silogismo no discurso (“Se estiver frio...”) no qual ele se opõe a um vocabulário individual (“em seu vocabulário”) aos elementos definidores de “adiabático” usando a frase preposicional “por definição”, que provavelmente inscreve no discurso uma memória da linguagem cuja autoridade seria indiscutível. É com base na autoridade de que goza neste tipo de

discurso que os escritores criticam o uso tortuoso de termos por parte dos políticos, publicitários e, como no caso a seguir, vendedores corporativos.

Olá, eu já fiz questão de dizer em outro lugar neste fórum, mas não se deixe enganar por vendedores que querem lhe vender uma máquina mais poderosa dizendo-lhe que você economizará dinheiro porque ela funcionará com menos frequência. Por definição, a potência nominal é a potência correta de operação. [...] Os vendedores jogam muito com os medos das pessoas. (esperanza, le 21-11-08, <http://www.econologie.com/forums/>).

Enquanto neste exemplo, “por definição” introduz um enunciado de definição no qual o escritor se limita a fornecer um julgamento para sua demonstração sem realmente dar uma definição do termo em questão, esse sintagma pode, igualmente, introduzir elementos de definição na forma de um hiperônimo seguido por uma lista:

Boa noite e bom fim de semana, águas residuais é um termo vago. Toda a água dita suja (água de lavar louça, água de banho, água de toalete, água de lavagem, etc.) é, por definição, água residual. Amaciar¹⁰, tratamento de água, aquamagasin.¹¹ (Isis13, 14/09/2006, www.futura-sciences.com/forum).

A particularidade da forma textual da lista reside no fato de que ela funciona como um “proto-dicionário” ou uma “enciclopédia embrionária” (GOODY, 1979 [1977], p. 149) e, desta forma, permite apresentar o conhecimento de forma óbvia e objetiva (ECO, 2009), na medida em que produz um efeito de pré-construção (PAVEAU, 2006): os elementos da lista estão de fato inscritos no discurso como pré-existentes a seu discurso.

Outros processos também podem ser enxertados na memória da língua, como no exemplo a seguir:

A gente usa esse tipo de proteção quando um fenômeno mecânico pode ser a causa de uma sobrecorrente [...]. É assim que uma proteção de relé térmico é colocada a montante de um ventilador, quando por definição, em estado estável, o ventilador opera com torque resistivo constante... [...] por que instalar uma proteção inútil? (anônimo, em 25-10-05, <http://www.econologie.com/forums/>).

O uso da pergunta retórica é particularmente eficaz na medida em que endossa a resposta e encerra qualquer possibilidade de objeção: ajuda a legitimar os dizeres do escritor, cuja argumentação reside em um regime enunciativo de objetividade reforçado pelo uso da forma infinitiva do verbo (“pôr em prática”), que confere à enunciação uma validade universal, baseada no senso comum, ou mesmo na evidência.

10 N.T.: Amaciar, neste sentido, objetiva corrigir a dureza da água muito calcária da França.

11 N.T.: Aquamagasin é uma empresa de tratamento de água doméstico. Disponível em: <https://www.aquamagasin.com/>

6. Construção da evidencialidade

Muitas estratégias de legitimação do discurso são baseadas na construção discursiva da evidencialidade, na medida em que permitem que os escritores se refiram tanto à fonte do conhecimento do enunciador quanto à natureza dessa fonte, dependendo se é o que se ouve de um terceiro não especificado, se ouve dizer ou inferir, ou se são fatos apurados pela visão, pela audição ou por qualquer outro sentido (GUENTCHÉVA, 2004, p. 13-14). No *corpus*, a estratégia mais comum é representada por questões retóricas, que normalmente são apresentadas na forma de listas:

Enviado por gilles38: “uma vez que estamos finalmente queimando de novo o calor que desviámos”. Mas o que está dizendo aqui? Esta energia vem do centro do planeta; e pensa que estamos reinjetando energia nele? [...] Enviado por gilles38: “Então não é pior do que [...] ou mesmo usar energia solar que também está em quantidade finita!” Energia solar, em quantidade finita? Cf. dicionário, uma palavra bastante antiquada: “argúcia (desonestidade)”; em francês mais moderno, a expressão “má-fé” é mais relevante; -> embora isto possa ofender o seu bom senso: 1º) a energia solar aumenta com o tempo (a Terra acabará por ser queimada: você não sabe disso?; 2º) a inserção de tubos tão profundos quanto possível na terra não tem absolutamente nada a ver com a colocação de painéis solares : [...] 3º) ... mais também, uma energia preciosa: [...] Enviado por gilles38: “Para além disso, é alimentado por mecanismos (radioatividade natural e sedimentação do núcleo) que ocorrem ao longo de milhares de milhões de anos” 1º) “a ocorrer ao longo de milhares de milhões de anos” ou seja: ocorrendo numa escala tal que nós, seres desprovidos de qualquer responsabilidade, não vamos nos preocupar com isso, não é? 2º) A radioactividade era muito elevada no início da formação do sistema solar. Só podemos ver os resquícios disto. 3º) “Sedimentação do núcleo: do que está falando? Bem, estamos falando exatamente do que (e é aqui que meço a extraordinária má-fé da sua resposta) matará a magnetosfera: o núcleo líquido da terra será cada vez mais reduzido, o que enfraquecerá a magnetosfera até que desapareça. Enviado por gilles38: “Para qualquer aplicação humana prática, não é, portanto, inesgotável”. A Terra, inexaurível ??? As pessoas ainda pensam assim? (DINOULIX, le 10/02/2007).

Neste longo trecho, o escritor repete as mensagens de seu interlocutor a cada vez e depois as refuta por meio de perguntas retóricas, mostrando o absurdo de suas proposições. O padrão argumentativo é repetido em todo o trecho: repetição das palavras do outro, perguntas retóricas, demonstrações lógicas apresentadas na forma de argumentos listados e em um regime enunciativo fortemente desubjetivado (uso do “nós” indefinido, o presente ou futuro epistêmico, ausência de axiológicos, etc.).

Dito isto, a expressão da subjetividade e, em particular, do envolvimento emocional dos escritores, não é rara no *corpus*:

Estou mais uma vez enfurecido: - por que “inventar” um conceito confuso: “biocatalisadores” ??? - um catalisador acelera uma reação mas não injeta energia - [...] Portanto, não é uma simples catálise! Eu conheço os biocatalisadores: são enzimas. Mas eles também não “sobem” as encostas energéticas [...] Para mim, eles são caçadores de notoriedade ou reclamações, como você deseja! (Did67, 09-02-04, <https://www.futura-sciences.com/>).

A raiva do escritor, que não hesita em mostrar seu estado de espírito no início do comentário, é seguida por uma demonstração lógica que se abre com uma pergunta retórica seguida de conectores argumentativos espalhando o raciocínio. É então uma raiva justa (PLANTIN, 2011), justificada com base no conhecimento que o orador não hesita em apresentar como proveniente de sua própria experiência (“Eu sei...”, “Para mim...”) e da qual ele afirma seu julgamento peremptório no final da mensagem.

A evidencialidade se constrói igualmente pela presença de marcadores de evidencialidade epistêmica, ou seja, por sintagmas constituídos de substantivos indefinidos de agentes seguidos por um verbo epistêmico (PAVEAU, 2006):

Os terminais solares, energeticamente não é genial ecologicamente não vamos falar sobre isso, mas [...] Todos podem constatar que funciona - Uma vez colocado no jardim, ele funciona e temos a ilusão de que ele acende de graça - (verdifre, 08-09-2008, <https://www.econologie.com/>).

Para quem quer saber mais, não perca o programa com Robert...[...] Todos conhecem o fluído frigorígeno, a bomba de calor Ar/ar pode ser conectada à antiga instalação acrescentando um balão ECS. Robert entendeu tudo! (givais, 26-11-07, www.chaleurterre.com/forum).

Estas frases permitem enfatizar a natureza indefinida, mas óbvia e compartilhada do conhecimento que os escritores introduzem: o conhecimento assim transmitido é apresentado como pré-existente ao discurso e, portanto, óbvio e objetivo, sem que o recurso explícito a outras fontes de conhecimento mais definidas seja necessário.

7. O lugar do discurso lexicográfico e científico

Entre as autoridades mencionadas pelos escritores no decorrer das interlocuções, dicionários e glossários especializados desempenham um papel importante no desenvolvimento das definições. Dito isto, em cerca de 42% das referências a obras lexicográficas (31 ocorrências em 74), as definições do dicionário são comentadas e ajustadas pelos participantes com base em seus conhecimentos pessoais; a autoridade dos dicionários não parece ser evidente por si mesma:

Boa noite, desculpe-me MacBill, mas o que é que o CO2 tem a ver com o fato de ser ou não renovável? Fonte Wikipedia: Uma energia renovável é uma

fonte de energia que se renova a si própria suficientemente depressa para ser considerada inesgotável numa escala de tempo humana. A energia renovável provém de fenômenos naturais regulares ou constantes causados pelas estrelas, principalmente o Sol (radiação, ciclo de evaporação, fotossíntese, biocombustíveis, etc.). A energia que pode ser extraída da própria rotação da Terra em relação ao sistema Terra-Lua (maré) * a energia que pode ser explorada do gradiente geotérmico resultante do calor acumulado e produzido pelas reações nucleares internas da Terra (energia geotérmica). (anônimo, le 17/08/2003, <https://www.futura-sciences.com/>).

A citação direta do trecho da Wikipédia não impede o esclarecimento do escritor no final do trecho citado, que denuncia um “abuso” terminológico. Em geral, os escritores também podem apontar lacunas no dicionário, como no exemplo a seguir, no qual notamos a falta de definição dos dois termos ‘agrocombustível’ e ‘biocombustível’:

Bom dia Christophe
Aparentemente, nos vários xxxpedia eles não fazem a mesma nuance que você. <http://fr.ekopedia.org/Agrocarburant> <http://fr.wikipedia.org/wiki/Agrocarburant> (Alguns dicionários parecem ignorar as palavras agrocombustível e biocombustível. Se não houver uma definição “oficial”, talvez seja o caso de “registrar” uma e ter em conta a sua ideia feita a partir de culturas alimentícias ou não. (Flytox, le 30-12-07, <https://www.econologie.com>).

A identificação da lacuna é, portanto, uma oportunidade para embarcar no empreendimento de forjar definições dentro do fórum. A mesma desconfiança também pode ser encontrada em relação ao discurso técnico e científico, que, por vezes, é inscrito no discurso pelos escritores:

A pequena empresa de Santa Barbara, Califórnia, diz estar pronta para construir sua primeira planta piloto em escala real [...]. A tecnologia desenvolvida pela car-bon Sciences utiliza microorganismos, que ela chama de “biocatalisadores”. (Nota do [econologie.com](http://www.econologie.com): poderia ser microalgas?) [...] Fonte: <http://www.carbonsciences.com/> (Christophe, le 10-02-03, <https://www.econologie.com>).

saberemos muito em breve... se vamos falar sobre isso novamente ou se é outro esquema, sob a capa da verborragia pseudocientífica. (Did67, em 10-02-04, <https://www.futura-sciences.com/>).

A referência a um *site* de vulgarização científica pelo primeiro escritor é recebida com um aviso do interlocutor, para quem a fonte utilizada não parece ser incontestável. Além disso, mesmo quando os cientistas são mencionados nas interlocuções sem referências precisas, eles são bastante desconfiados:

Absolutamente, Zac, e é aí que o cara na sua garagem é importante, porque ele vai olhar para fora da caixa e poderá explorar uma ideia que não teria chegado

a um cientista cujo raciocínio e mente foram formatados por seu treinamento e seu ambiente. (ex-oceano, 20/04/2011 <http://www.chaleurterre.com/forum/>).

Se por um lado, os escritores se referem ao discurso científico, por outro, parece que eles favorecem a experiência no campo, em detrimento da formação que eles consideram distante das necessidades práticas e utilitárias que as trocas nos fóruns deveriam permitir satisfação aos olhos dos escritores.

| Para concluir

Do ponto de vista das diferentes estratégias de legitimação do discurso, me parece que estes fóruns não se enquadram nas categorias tradicionais do discurso especializado (vulgarização – técnica – científica).

De fato, eles se caracterizam por um forte hibridismo enunciativo: escritores que são mais ou menos especialistas na área, cidadãos comuns interessados nas instalações, mas também técnicos que trabalham com energias renováveis interagem para diversos fins, com a aquisição de *know-how* prático parecendo ser uma constante em todo o *corpus*.

As estratégias para construir um discurso comum refletem a construção de um discurso objetivo e compartilhado, legitimado por sua mera enunciação e pelo recurso a várias autoridades, que não são completamente rejeitadas, mas questionadas.

Finalmente, a socioterminologia proporciona à Linguística Popular um terreno privilegiado para a observação de práticas metalinguísticas situadas, ancoradas em contextos cotidianos, cujos interesses vão muito além das questões puristas típicas do discurso linguístico na França.

A adoção da perspectiva da Linguística Popular nos permite fazer perguntas sobre a validade (teórica ou mais prática) dos conhecimentos mobilizados e, em particular, mostrar sob quais condições os locutores estão dispostos a confiar na terminologia → condições para o sucesso dos termos no tecido social sob três PDV:

- Natureza e forma do termo – teoria espontânea das relações entre termos conceito – significado
- Sua utilidade: ela preenche lacunas terminológicas? É suficientemente transparente?
- Sua modalidade de proposição: quem tem autoridade, em um determinado contexto, para propor novos termos? Que modalidade de proposta seria mais eficaz?

| Lista de palavras-chave para a constituição do corpus

termo*
definido*
palavra*
chamada*
"ou seja"
"em outras palavras"
"em outros termos"
significado*
terminologia
"quer dizer"
termo*
nomeado*
literalmente
designar*
locução
sinônimo
antônimo
homônimo
expressão
"ou melhor"
fale*

| Referências

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. (ed.). Linguistique populaire? *Pratiques* [en ligne], n. 139-140, dez. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pratiques/1168>. Acesso em: 21 nov. 2022.

ALLOING, C. Vers une approche instrumentale de l'identité numérique : les attributs identitaires comme structuration de l'environnement informationnel ? In : PINTE, Jean-Pierre (dir.). *Enseignement, préservation et diffusion des identités numériques*. Hermes Lavoisier, 2014. p. 39-68.

- AMOSSY, R. *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris : PUF, 2010.
- AUTHIER-REVUZ, J. La mise en scène de la communication dans des discours de vulgarisation scientifique. *Langue française*, v. 53, p. 34-47, 1982.
- CABRE, M. T. *Théorie Communicative de la Terminologie*. La terminologie : théorie, méthode et applications, 1998.
- CONCEIÇÃO, M. C. *Concepts, termes et reformulations*. Lyon : Presses Universitaires de Lyon, 2005.
- DESMET, I. Terminologie, culture et société. Éléments pour une théorie variationniste de la terminologie et des langues de spécialité. *Cahiers du Rifal*, v. 26, p. 3-13, 2007.
- ECO, U. *Vertige de la liste*. Paris : Flammarion, 2009.
- GAUDIN, F. *Pour une socioterminologie: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.
- GAUDIN, F. Le lecteur de vulgarisation: un profane ou un prochain ? *L'autre en discours*, Dyalang et Praxiling, Service des publications, Université Montpellier III, p. 287-306, 1999.
- GAUDIN, F. *Socioterminologie: une approche sociolinguistique de la terminologie*, Bruxelles: Duculot De Boeck, 2003.
- GILARDONI, S. Il mercato italiano del fotovoltaico: terminologia e comunicazione aziendale. In : ANNA, Giaufret ; MICAELA, Rossi (dir.). *La terminologia delle energie rinnovabili tra testi e re-pertori: variazione, standardizzazione, armonizzazione*. Genova : Genova University Press, 2012. p. 139-152.
- GOLDMAN A. Why Social Epistemology is Real Epistemology. In: HADDOCK, Adrian; MILLAR, Alan; PRITCHARD, Duncan (dir.). *Social Epistemology*, Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 1-29.
- GOODY, J. *La Raison graphique*. Paris : Editions de Minuit, 1979 [1977].
- GUENTCHEVA, Z. La notion de médiation dans la diversité des langues. In: DELAMOTTE-LEGRAND, R. (dir.). *Des faits de langue*. Les médiations langagières, aux discours. Rouen, Dyalang : Publications de l'université de Rouen, 2004. p. 11-33.
- HAMER LYNNE, 2008. « Folklore ». *Encyclopedia of the Social and Cultural Foundations of Education*, SAGE Publications, en ligne: http://www.sageereference.com/foundations/Article_n160.html. Consulté le 10 février 2013.

HUMBLEY, J. *La néologie terminologique*. Limoges : Lambert-Lucas, 2018.

JACOBI, D. *Sémiotique du discours de vulgarisation scientifique*, Semen, 2, 1985. Disponível em: <http://semen.revues.org/4291?&id=4291>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MAINGUENEAU, D. Retour critique sur l'éthos. *Langage et société*, p. 31-48, 2014.

MOIRAND, S. Dialogisme et circulation des savoirs ; ou la construction trilogale des discours sur la science dans la presse ordinaire. In : CABASINO, Francesca (dir.). *Du dialogue au polylogue: approches linguistiques, socio-pragmatiques, littéraires. Actes du 3^e Colloque International Do.Ri.F.* – Università Rome, CISU, p. 23-39, 1998.

MOLES, A. Oulif, J. Le troisième homme – Vulgarisation scientifique et radio. *Diogenes*, v. 58, p. 29-40, 1967.

MORTUREUX, M.-F. Les vocabulaires scientifiques et techniques. *Les Carnets du Cediscor*, v. 3, 1995. Disponível em : <http://cediscor.revues.org/463>. Acesso em: 21 nov. 2022.

NIEDZIELSKI, N.; PRESTON, D. *Folk Linguistics*. Berlin, New York: De Gruyter, 2000.

ORIGGI, G. *Qu'est-ce que la confiance ?* Paris: Vrin, 2008.

ORLANDI, A. Solare fotovoltaico e testi divulgativi. Un'analisi contrastiva, dal termine al testo. In : ANNA, Giaufret; MICAELA, Rossi (dir.). *La terminologia delle energie rinnovabili tra testi e repertori: variazione, standardizzazione, armonizzazione*. Genova: Genova University Press, 2012. p. 79-116.

PAVEAU, M.-A. *L'analyse du discours numérique*. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris : Hermann, 2017.

PAVEAU, M.-A. *Les prédiscours*. Sens, mémoire, cognition. Paris : PUF, 2006.

PERELMAN, C. Olbrechts-Tyteca, L. *Traité de l'argumentation*. La nouvelle rhétorique. Bruxelles : Université de Bruxelles, 2008.

PIACENTINI, M. Fiers de réfléchir sur de si grands objets : il discorso scientifico di divulgazione pedagogica, Premesse analitiche. In : ANNA, Giaufret; MICAELA, Rossi (dir.). *La terminologia delle energie rinnovabili tra testi e repertori: variazione, standardizzazione, armonizzazione*. Genova : Genova University Press, 2012. p. 117-138.

PLANTIN, C. *Les bonnes raisons des émotions*. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné. Berne : Peter Lang, 2011.

RABATEL, A. L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. *Langages*, v. 156, p. 3-17, 2004.

REBOUL-TOURE, S. *Écrire la vulgarisation scientifique aujourd'hui*. Colloque Sciences, Médias et Société, Lyon, ENS-LSH, 2004. Disponível em : http://sciences-medias.ens-lsh.fr/article.php3?id_article=65. Acesso em : 21 nov. 2022.

ZANOLA, M. T. Energie tradizionali e rinnovabili : pro-poste di interventi terminologici. *AIDAInformazioni*, v. 26, p. 113-128, 2008.

ZANOLA, M. T. La terminologie des énergies renouve-lables entre communication institutionnelle et savoirs spécialisées. *Dialogos*, v. 22, p. 83-99, 2010.

Como citar este trabalho:

VICARI, Stefano. Linguística popular, socioterminologia, autoridade: o caso dos fóruns de energia renovável. Tradução de Livia Maria Falconi Pires e Pâmela da Silva Rosin. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 82-104, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17075>.

INTERSEÇÃO ENTRE AS ISOTOPIAS POLÍTICA E RELIGIOSA CRISTÃ NOS COMENTÁRIOS DE APOIO AO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO

INTERSECTION BETWEEN POLITICAL AND CHRISTIAN RELIGIOUS ISOTOPIES IN THE COMMENTS THAT SUPPORT THE PRESIDENT JAIR BOLSONARO

Mariana Manzano LOPES¹

Oriana de Nadai FULANETI²

Resumo: Grupos religiosos fizeram parte da base de apoio de Jair Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018 e, ainda hoje, o fazem. Avessos a pautas progressistas e alinhados a um “evangelho de resultado”, que defende princípios do capitalismo e do liberalismo econômico, esses indivíduos hoje participam ativamente do debate político, especialmente nas redes sociais. Nos textos de apoio ao presidente, essas pessoas sobrepõem o religioso ao nacionalista e promovem aquilo que Fiorin (2013) chamou de sacralização do discurso político. Este trabalho então verificou a estrutura e o funcionamento da intersecção entre o político e o religioso nos comentários de apoiadores do presidente. Para isso, analisou, embasado no quadro teórico da semântica discursiva da semiótica francesa, os mecanismos de produção de sentido em 267 comentários extraídos do vídeo: *ONU 2021: Presidente Jair Bolsonaro expõe verdades que desesperam a imprensa e a esquerda* (\$) ³ no canal oficial de Bolsonaro no YouTube. Por meio da análise, compreendeu-se quais os principais mecanismos, em especial, no tratamento de temas e figuras, que essas pessoas utilizam para manifestar seu apoio ao presidente. Os principais resultados revelam que os mecanismos utilizados sobrepõem

1 Doutoranda da UFPB - Universidade Federal da Paraíba. E-mail: ma_malopes@yahoo.com.br

2 Docente da UFPB - Universidade Federal da Paraíba. E-mail: od.fulaneti@uol.com.br

3 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LyHL4ql-T_s. Acesso em: 08 nov. 2021.

as isotopias política e religiosa na tematização de uma guerra santa na qual o inimigo é aquele que não comunga dos valores cristãos e o sujeito político é sacralizado em diferentes graus de intensidade.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Sacralização do sujeito político. Semântica discursiva. Isotopia. Discurso religioso.

Abstract: Religious groups have been part of Jair Bolsonaro's support bases since the presidential campaign in 2018 and still do today. Averse to progressive agendas and agreeing with a "gospel of results", which defends principles of capitalism and liberalism, these individuals actively participate in political debate, especially on social media. In the comments that support the president, these people use the overlap between religion and nationalism and promote what Fiorin (2013) called the sacralization of political discourse. This work then verified the structure and functioning of the intersection between the political and the religious in the discourse of comments by supporters of President Bolsonaro. For this, based on the theoretical framework of the discursive semantics of French Semiotics, we analyzed the mechanisms of production of meaning in 267 comments in support of the President that contained Christian religious thematic elements, extracted from the video: *ONU 2021: Presidente Jair Bolsonaro expõe verdades que desesperam a imprensa e a esquerda* (\$) on the official channel of Jair Bolsonaro on YouTube. Through the analysis, it was understood which are the main mechanisms, especially in the treatment of themes and figures, used by these people to express their support for the president. The main results reveal that the mechanisms used overlap the political and religious isotopies in the thematization of a holy war where the enemy is the one who doesn't share Christian values, as well as how the political subject is sacralized in different degrees of intensity.

Keywords: Bolsonarism. Sacralization of the political subject. Discursive semantics. Isotopy. Religious speech.

1. Introdução

Kalil (2018) apurou que fiéis religiosos, especialmente os cristãos, assim como líderes religiosos cristãos, fizeram parte das bases de apoio à eleição de Jair Bolsonaro como presidente da república em 2018. Entendendo os preceitos do cristianismo como forma de conduta adequada e íntegra, essas pessoas repudiam temas como a "ideologia de gênero", vista como pecado e degeneração. Um dos argumentos que engajou fortemente os religiosos no apoio a Bolsonaro no período eleitoral foi a suposta existência de um conjunto de materiais didáticos destinados a crianças em idade escolar que recebeu popularmente o nome de "kit gay".

Kalil (2018) complementa que esse grupo também é bastante resistente a pautas consideradas de movimentos progressistas, como aborto, discussões de gênero e sexualidade e flexibilização do uso recreativo de drogas, alegando que o avanço dessas

pautas estaria supostamente ameaçando a “família tradicional” e que os valores cristãos e os preceitos de Deus estariam sendo abandonados.

Para Solano (2018), a penetração das igrejas evangélicas, principalmente as neopentecostais, como articuladoras sociais, especialmente nas periferias, é grande aliada na disseminação de valores como o capitalismo, a meritocracia e o esforço individual. Em paralelo, o aumento de parlamentares evangélicos e a formação de uma bancada evangélica “fortalece o poder de representantes religiosos fundamentalistas no Congresso, dificultando a viabilidade das pautas progressistas” (SOLANO, 2018, p. 4), fortalecendo a crise da democracia e os extremismos de direita no Brasil.

Tosi (2018) também alerta para a presença, no país, de grupos evangélicos neopentecostais de inspiração norte-americana, além de setores das igrejas católica e protestante que pregam um “evangelho de resultado”, centrado no sucesso econômico. Alguns desses grupos utilizam o púlpito como palanque político-partidário e se aliam a grupos econômicos e políticos que defendem a violência, o armamento da população, além de espalharem mensagens de intolerância e de ódio no espaço público. Segundo o autor, esse “movimento que está crescendo assusta e preocupa: é uma onda de fanatismo que não promete nada de bom, e que promove um obscurantismo intolerante e regressivo contra a ciência, a filosofia, a liberdade de pensamento, a pluralidade ideológica” (TOSI, 2018, p. 413).

Fiorin (2019) apurou que uma das características dos discursos da extrema direita é a criação de duas isotopias: a nacionalista e a religiosa. Na isotopia nacionalista, a distinção entre nacional e estrangeiro não é espacial, uma vez que o conceito de nação é ideológico, a nação é um conjunto de valores. “Assim, esse discurso, fundado numa axiologia simplista, que estabelece uma luta entre o bem e o mal, estabelece inimigos internos, que são os que não comungam dos valores conservadores que caracterizam a nação brasileira” (FIORIN, 2019, p. 374).

Nessa perspectiva, o verdadeiro brasileiro é aquele cujos valores ideológicos são semelhantes aos do governo. Os outros são os inimigos e tudo passa a ser visto como uma luta entre a direita e a esquerda. Na isotopia religiosa, o “marxismo cultural” e o globalismo estariam promovendo uma cruzada contra os valores cristãos, os valores religiosos e contra Deus. Nos discursos da extrema direita, essas duas isotopias se sobrepõem (FIORIN, 2019).

Soma-se a isso mais uma camada, a de que o debate político atual acontece predominantemente no espaço da internet. Fulaneti (2018) sintetiza que a intensa participação da internet no movimento político desenha uma nova forma de fazer política. A rede de computadores, por um lado, possibilita uma forma de comunicação horizontalizada, rápida, econômica e que aproxima as comunidades políticas; por outro lado, não se pode ignorar o potencial da *web* para práticas distintas como a disseminação de *Fake News* e o crescimento das redes de ódio e intolerância.

Definida pela complexidade, a comunicação na internet conjuga elementos de proximidade e distância, descontração e formalidade; incompletude e completude; subjetividade e objetividade. Por isso, tem seus sentidos exacerbados, já que engloba as possibilidades de interação das duas modalidades, a falada e a escrita, de onde resultam interatividade intensa, preservação e grande extensão do alcance dos conteúdos veiculados nas redes (BARROS, 2015).

Partindo dos pressupostos que Jair Bolsonaro tem entre seus aliados e apoiadores muitos fiéis e líderes religiosos cristãos que aderem aos preceitos do liberalismo econômico, mas são extremamente conservadores no que diz respeito aos costumes; que os discursos político de extrema direita frequentemente constroem uma isotopia religiosa e que os discursos produzidos na internet possuem como característica a complexidade, este trabalho tem então como objetivo investigar como se dá a construção de sentidos nos comentários das redes sociais em apoio a Jair Bolsonaro, que trabalham com a temática do religioso e a sobreposição do nacionalista e religioso, identificando quais mecanismos discursivos são utilizados para a construção dessa isotopia, tendo como foco principal a apreensão da imagem de Jair Bolsonaro delineada nesse discurso.

Para isso, além desta breve introdução, o artigo se constitui de mais quatro seções. Na primeira, apresentamos o referencial teórico, particularmente o conceito de isotopia na semiótica francesa e trazemos algumas contribuições de autores que discutiram a sacralização do discurso político e o processo de deificação do sujeito político. Na segunda seção, expõem-se os procedimentos metodológicos utilizados para a condução da análise. No terceiro tópico, avançamos com as análises e discussão dos resultados. Por fim, são tecidas as considerações finais, com a síntese dos principais resultados e sugestões para pesquisas futuras.

2. Referencial teórico

2.1. O conceito de isotopia na semiótica francesa

Dentro do arcabouço da semiótica francesa, o conceito de isotopia está situado no nível discursivo, patamar mais concreto e superficial do percurso gerativo de sentido, especificamente dentro da semântica discursiva, que corresponde ao nível de análise mais concreto, no qual se dá o tratamento dos temas (forma abstrata) e das figuras (forma concreta) que compõem um texto.

Para Barros (2005), o ato de tematizar um discurso consiste em formular os valores de modo abstrato e organizá-los em forma de percursos. Os percursos são constituídos pela recorrência de traços semânticos, concebidos abstratamente. Para analisá-los, devem-se empregar princípios da análise semântica e determinar os traços que se repetem no discurso e o tornam coerente.

Segundo Fiorin (2018), a tematização e a figurativização são os níveis de concretização do sentido, e a oposição entre temas e figuras remete, em princípio, à oposição entre abstrato e concreto, observado que os conceitos de abstrato e concreto não se opõem de maneira absoluta, mas constituem um *continuum*. A figura remete a algo existente no mundo natural, é o elemento linguístico que tem um correspondente perceptível no mundo. Já o tema é um investimento semântico, portanto, de natureza puramente conceitual e que não remete ao mundo natural. Assim, as figuras revestem os temas, dando-lhes maior concretude e revelando os valores e as ideologias. Por exemplo, o tema do aborto pode ser figurativizado por uma criança morta ou por uma mãe salva no hospital, o que resultaria em discursos ideologicamente opostos.

Tomada de empréstimo do domínio da físico-química, a noção de isotopia foi ressignificada no seu novo campo de aplicação. Esse conceito designou, num primeiro momento, a iteratividade de classemas no decorrer de uma cadeia sintagmática que garantia homogeneidade ao discurso-enunciado. Nessa interpretação, o sintagma que reúne ao menos duas figuras sêmicas pode ser considerado o contexto mínimo para o estabelecimento de uma isotopia (GREIMAS; COURTÉS, 2008). Na análise do enunciado “Deus te abençoe”, temos um exemplo dessa aplicação, pois a reunião dos sememas “Deus” e “abençoe” reiteram o classema da “divindade”, formando uma isotopia mínima.

Num segundo momento, o conceito de isotopia se ampliou e passou a designar a “recorrência de categorias sêmicas, quer sejam estas temáticas (abstratas) ou figurativas” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 246) e não mais unicamente a iteratividade de classemas. É a isotopia que garante, pela recorrência de temas e figuras que compartilham um mesmo campo semântico, a coerência textual.

Assumindo o último conceito de isotopia apresentado, buscaremos, em nossa análise, investigar o funcionamento das isotopias política e religiosa presentes no *corpus* estudado.

2.2. A sacralização do discurso político e o processo de deificação do sujeito político

Tosi (2018) analisou três possíveis relações entre religião e política: 1) a religião como importante instrumento de governo, com duas possibilidades em si: a religião que utiliza a política e uma política que utiliza a religião; 2) a religião “contra” a política, que é tanto incompatível como crítica à política e que se propõe transformá-la; 3) a política como religião, que cria uma religião própria. Aqui, interessa-nos principalmente a primeira e a terceira relação propostas por Tosi.

Na explicação da religião como instrumento de governo, ao localizar a aliança entre o cristianismo e o Império Romano no século IV, Tosi (2018, p. 385) afirma que essa relação foi fortalecedora tanto para a religião quanto para a política, pois “não há nada mais poderoso do que falar em nome de Deus [...] nada é mais poderoso do que uma guerra

santa". E complementa que o temor a Deus é uma força extremamente poderosa para a política, muito mais do que o amor a Deus.

Ao analisar o peso social e sociológico da religião, afirma que: "na medida em que alguns ou muitos homens creem que Deus existe, ele passa a existir e a ter uma existência realíssima e poderosíssima. Deus se torna um 'fato social' como diria Durkheim, e quanto mais pessoas acreditam nele, mais Deus se torna poderoso" (TOSI, 2018, p. 387).

Tosi (2018) esclarece que a relação entre Deus e os homens, quando aplicada à política, pode estabelecer-se de duas maneiras distintas: por um lado, a religião faz com que Deus, uma unidade abstrata, se torne um objeto nas mãos dos homens, que pode ser manipulado pelos líderes religiosos e políticos. Por outro lado, o homem, que Deus criou e domina, se torna um objeto nas mãos do Deus todo-poderoso. E é o fenômeno da alienação religiosa que permite o uso instrumental da religião na política, como poderoso mecanismo de projeção de medos, angústias e desejos.

No exame da política como religião, Tosi (2018) destaca que, com a secularização e a decadência da influência da religião sobre as sociedades, a religião perde o monopólio da gestão do sagrado, isso significa que a religião não possui mais a mesma influência sobre o imaginário coletivo, como antes. Isso não significa que a religião desapareça, mas que deve competir com outros poderes tão ou mais influentes, como a revolução científica, o agnosticismo, o ateísmo e a política como religião.

A renúncia aos símbolos religiosos por parte do Estado cria um vazio perigoso para a validação política junto às massas. Assim o Estado cria uma nova "religião de Estado", não mais assumindo uma religião oficial, como no caso do cristianismo Romano, mas criando uma religião política laica. Isso se dá através do surgimento de "novas ideologias políticas que assumem para si as características que antes eram monopólio das religiões" (TOSI, 2018, p. 404).

Essa "sacralização do Estado" pode se desenhar de duas formas, como uma "religião civil", típica das democracias, ou como uma "religião política", particular dos regimes totalitários (TOSI, 2018).

Partindo de uma outra perspectiva, a Semiótica Discursiva, Fiorin também discorre sobre as relações entre política e religião. Em seu artigo "A sacralização do discurso político" (2013), o semioticista elenca as características do discurso político e do discurso religioso para mostrar como eles se misturam. A respeito do discurso religioso, Fiorin afirma que este discurso não é ancorado no tempo e no espaço, o que denota que ele é válido para todos os tempos e para todos os lugares: "Sua temporalidade é a eternidade, ou seja, do não tempo e, por isso, opera no presente gnômico" (FIORIN, 2013, p. 24). O discurso religioso também é um discurso que se pretende verdadeiro, a que se adere pela fé, e por isso apresenta-se explicitamente na ordem do crer. No discurso religioso, o destinador-enunciador é da ordem da transcendência. A verdade do discurso religioso

provém do fato de que ele é proferido por uma instância transcendente que, quando não é a palavra divina codificada, por exemplo, na Bíblia, no Alcorão, ou na Torá, é o comentário dela (FIORIN, 2013).

O discurso religioso, na medida em que tem por objetivo dar explicações sobre a totalidade da realidade, é um discurso que se quer único. Como se pretende a verdade, ele funda uma ética que não admite outra e, por conseguinte, se estabelece como único. Por isso ele é o bem, que se opõe ao que não é ele, o mal. (FIORIN, 2013, p. 25).

Já o discurso político trabalha com os parâmetros da parcialidade “é um discurso válido para um tempo determinado, um espaço preciso” (FIORIN, 2013, p. 24), portanto sua temporalidade é do presente durativo; é um discurso que se pretende verdadeiro, mas essa verdade não tem alcance universal. No discurso político, o enunciador-destinatário está submetido a um destinador social ou a uma necessidade, assim, a verdade do discurso político, em princípio, deriva de sua adequação à realidade (FIORIN, 2013).

Fiorin (2013) concebe, a partir de Landowski (1982), que a verdade reconhecida no discurso político depende do reconhecimento prévio do sujeito. Nesse sentido, diz a verdade aquele em quem *eu tenho confiança*. Não há impessoalização da política, mas uma personalização. “Vota-se na credibilidade de alguém e não em argumentos verdadeiros no sentido tomista” (FIORIN, 2013, p. 25).

O discurso político tem sua base na disputa de poder, portanto é plural, almeja obter o reconhecimento de melhor projeto de poder em concorrência. Já o discurso religioso funciona como uma absolutização, regido pela exclusão, opera com a triagem⁴. “Por isso, confronta o exclusivo e o inclusivo, o puro e o impuro. Seu valor é absoluto, do domínio da intensidade. Por isso, é o discurso da certeza total” (FIORIN, 2013, p. 25). Assim, a oposição entre o “melhor” e o “pior” é do campo do político, pois permite gradação, já a oposição entre o “bem” e o “mal”, absoluta, é do campo do religioso.

Ambos os discursos, religioso e político, são persuasivos. Porém, o discurso religioso propõe uma ética e estabelece àqueles que creem um dever fazer e um dever ser. O discurso político propõe ao enunciatário a atribuição, para o enunciador, de um poder fazer e um poder ser (poder governar, poder ser o presidente). Desta forma, enquanto no discurso religioso o enunciador é o destinador, no discurso político o enunciador é também destinatário da principal modalidade em jogo, o poder (FIORIN, 2013).

Segundo Fiorin (2013, p. 32), a sacralização do político opera quando:

4 Zilberberg e Fontanille (2001) definiram os conceitos de triagem e mistura: o primeiro, fundamentado nos valores absolutos de exclusão, o segundo fundamentado em valores de universalização e participação.

a) uma entidade como a pátria, a raça, a revolução, o proletariado, torna-se absoluta, dando significado à história, estabelecendo uma ética, que divide o mundo em dois campos, o do bem e o do mal; b) estabelece-se o culto a um chefe que personifica a entidade mencionada; c) instaura-se uma operação de absolutização, pela qual o discurso almeja abarcar a totalidade da realidade e pretende a exclusividade; d) o operador do discurso é a triagem e os valores que nele circulam são valores do absoluto.

Para Fiorin (2013), o primeiro elemento que opera na sacralização da política é que há uma entidade divina que, à sua maneira, atribui sentido à história e subordina o destino dos indivíduos e da coletividade. Essa entidade tem valor supremo e, dotada de soberania absoluta, adquire uma transcendência.

Dessa forma, o campo político, investido de valores transcendentais, torna-se pivô de crenças, mitos, ritos e símbolos. Em direção a um mundo perfeito, baseado em dogmas e valores religiosos, trabalha-se com a orientação temporal voltada para o futuro, rompendo com o passado, propõe-se a criação de um novo mundo, um novo tempo. Essa visão permite postular um combate entre o bem e o mal. Os que se opõem são vistos como traidores ou inimigos e a separação entre os domínios do bem e do mal leva a uma homogeneização identitária por meio de uma operação de universalização abstrata, que não reconhece as diferenças, ou as considera nefastas por serem desestabilizadoras, o que leva a tentar eliminá-las (FIORIN, 2013).

Sobre a sacralização do campo discursivo político, Fiorin (2013, p. 34) alerta que há nele princípios de purificação e de exclusão, onde se pretende “regenerar a sociedade”. Há também a “deificação de um líder, que personifica a entidade, que dá sentido a tudo e submete os destinos individuais aos coletivos” (2013, p. 34); esse movimento considera que o líder corporifica o movimento e a nação, é a encarnação da vontade popular e das aspirações do povo.

O chefe deificado torna-se um pensador, um político genial, um profeta, um messias, um chefe infalível. Louva-se sua argúcia, sua inteligência, sua esperteza, sua capacidade de previsão, seu conhecimento do futuro e assim sucessivamente. Nele não há defeitos. Sua vontade é lei, ele não admite justificar seus atos, insurge-se contra os controles da sociedade democrática e revolta-se com a oposição. Ele apresenta-se como um messias, um salvador, um redentor [...] toda iconografia é fortemente carregada de simbologia religiosa. (FIORIN, 2013, p. 35)

A sacralização do discurso político realiza uma operação de absolutização, na qual a doutrina religiosa adquire o caráter de explicação única, porque apenas ela é verdadeira. Há também silenciamento do passado e certos fatos são considerados inexistentes ou são reescritos. O discurso sacralizado é tido como verdadeiro, defensor das boas causas e monopolizador da ética, da virtude e do conhecimento histórico. Todos os

outros são considerados errôneos e a oposição é excluída pela desqualificação ou pelo aniquilamento. Repudia-se a diferença (FIORIN, 2013).

Tosi (2018, p. 403) afirma que a “sacralização da política comporta os perigos dos êxitos autoritários que toda fala em nome de um absoluto pode comportar”. Na mesma linha, para Fiorin (2013, p. 36), “a sacralização do discurso político é a negação da política”, pois é somente na democracia que há espaço para o discurso político, o discurso da participação, da mistura, da pluralidade, da discordância, do acordo e do diálogo.

Em nossa análise, verificaremos como ocorre a relação entre o político e o religioso nos comentários dos adeptos do presidente Jair Bolsonaro.

3. Pressupostos metodológicos

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo e abordagem aplicada. Enquanto delineamento, esta pesquisa é um estudo de caso, pois investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real e os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos (YIN, 2015).

Para seu contexto, foram analisados comentários virtuais de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro no vídeo intitulado: *ONU 2021: Presidente Jair Bolsonaro expõe verdades que desesperam a imprensa e a esquerda* (\$) ⁵, no canal oficial de Jair Bolsonaro na rede de compartilhamento de vídeos YouTube. O vídeo, de 12 minutos e 20 segundos, diz respeito ao discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizado pelo presidente do Brasil em 21 de setembro de 2021.

As coletas foram realizadas entre os dias 03 e 08 de novembro de 2021. Dentre os 3.183 comentários presentes no vídeo no último dia de coleta, foram destacados apenas os comentários que conjugavam duas características: a) validação positiva e/ou apoio ao presidente e; b) presença de conteúdo religioso e/ou a presença de palavras, frases ou expressões de cunho religioso. Foram destacados 269 comentários.

Dentre os comentários destacados, dois deles apresentaram a palavra Deus na grafia judaica (D’us), em nenhum outro comentário foi possível identificar nenhuma outra referência que remetesse a outra religião que não fosse da matriz religiosa cristã. Como este trabalho tem como objetivo a análise dos mecanismos de construção do sentido dos textos de cunho religioso cristão nos comentários de apoio ao presidente, os dois comentários cuja palavra Deus foi identificada na grafia judaica foram excluídos da análise, resultando em 267 textos analisados.

A análise dos dados coletados foi amparada na metodologia proposta pela semiótica de linha francesa, com foco especial no tratamento de temas e figuras no quadro da semântica discursiva, do nível discursivo do percurso gerativo de sentido.

5 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LyHL4qI-T_s. Acesso em: 08 nov. 2021.

4. Resultados e discussão

As análises dos resultados foram divididas em três categorias: na primeira delas, buscamos entender como se constroem os discursos que sobrepõem o político e o religioso, especialmente no tocante ao tratamento dos temas e das figuras. Na segunda categoria, analisa-se como os enunciados instauram um suposto combate entre o bem e o mal, cujo bem é figurativizado pela expressão do cristianismo, do patriotismo e das condutas consideradas corretas pelo grupo que apoia o presidente e o mal está nos discursos figurativizados em elementos como a esquerda, a imprensa, o sistema e os interesses internacionais. O efeito de sentido de guerra, de batalha constante é característica marcada nestes discursos.

Na última categoria, procedemos com as análises buscando verificar, através da imagem projetada do presidente por seus apoiadores, como se constrói a sacralização do sujeito político Jair Bolsonaro.

4.1. As paixões benevolentes

Na maioria dos enunciados de cunho religioso que manifestam apoio ao presidente Jair Bolsonaro, a construção de sentidos se dá através da manifestação de desejos de benesses, manifestados principalmente nas formas de bençãos, proteção, iluminação e capacitação divina ao presidente, como em: “Deus te abençoe sempre”, “Deus proteja Bolsonaro”, “Deus te proteja e ilumine”, “que Deus te proteja e te capacite” e outros. Na figura 1, reunimos alguns comentários que exemplificam essa construção.

Figura 1 – Votos de benção, proteção, iluminação e capacitação divina.



Fonte: YouTube, canal oficial de Jair Bolsonaro (2021)

Em todos esses enunciados, Bolsonaro é sujeito de estado e Deus é o sujeito do fazer. Opera-se no desejo de que Deus conceda a Bolsonaro valores eufóricos de bençãos, proteção, iluminação e capacitação. Nesse desejo, há sempre um “eu”, mesmo que pressuposto, que deseja algo. Este “eu que deseja” se constrói discursivamente então como um “eu cristão”, “pessoa cristã”, “temente a Deus”, que deseja ao outro os valores euforizados de cunho cristãos, pois seu desejo está atrelado à ação do divino. Além disso, os verbos iluminar, abençoar, proteger e capacitar, recorrentes nos enunciados, são integrantes do léxico cristão.

Há também enunciados nos quais os votos de bençãos e proteção estendem-se não só ao presidente, mas também à pátria, sobrepondo o nacional e o religioso, como nos comentários: “que Deus abençoe o senhor e o nosso Brasil”, “Deus proteja o senhor, a sua família e o nosso Brasil”, “que Deus abençoe o nosso presidente e a nossa pátria” e “Deus abençoe e proteja sempre o nosso país e o nosso presidente”. Nestes casos, este “eu que deseja”, que sobrepõe o nacional e o religioso, apresenta-se não somente como um “eu cristão”, mas sobretudo como um “eu cristão e patriota”, esta noção de sujeito cristão e patriota está fortemente atrelada à figura do “cidadão de bem”, especialmente nos grupos bolsonaristas, em que os princípios da ética estão fortemente firmados na dualidade “cristão e patriota”. Na figura 2, reunimos alguns comentários que demonstram essa sobreposição.

Figura 2 – Sobreposição nacionalista e religioso



Fonte: YouTube, canal oficial de Jair Bolsonaro (2021)

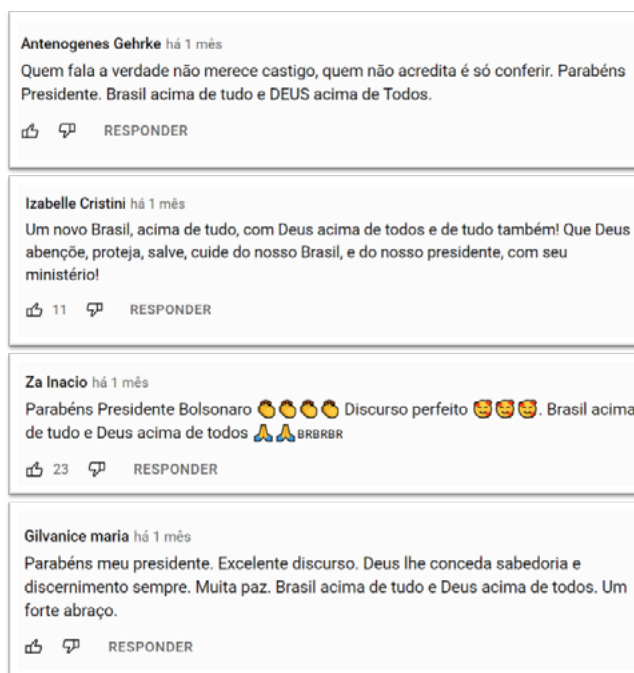
Destaca-se que, na maioria dos enunciados de cunho nacionalista, as palavras Brasil, nação, pátria e país estão precedidas dos pronomes possessivos “nosso” ou “nossa”. Isso

reforça a construção temática de que o país pertence às pessoas, mas não a qualquer pessoa, apenas àqueles considerados os verdadeiros brasileiros, que são os cristãos e patriotas, nessa perspectiva.

Alguns enunciados reforçam essa separação entre quem são os “verdadeiros brasileiros” dentro desta perspectiva, e foram identificados em afirmações como: “Deus abençoe o Brasil! Deus abençoe o povo de bem”; “Deus proteja Bolsonaro, o Brasil e os brasileiros de bem”. “Que Deus abençoe, proteja e ilumine o nosso presidente Bolsonaro, sua família e seus verdadeiros aliados” e “Deus abençoe o nosso presidente Bolsonaro e seus apoiadores”. Nesses discursos, fica demonstrado que os únicos merecedores das benesses divinas são “os aliados”, “os apoiadores”, assim como os “brasileiros de bem” e o “povo de bem”.

Na construção dos enunciados de apoio ao presidente e que sobrepõe as temáticas religiosa e nacionalista, o *slogan* de campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” também é recorrente. Repercutir esse discurso é uma forma de manifestar, além do apoio ao presidente, o alinhamento ideológico ao significado da mensagem que o texto propaga. Na figura 3, foram reunidos alguns comentários que manifestam esse alinhamento.

Figura 3 – Repercussão do *slogan* de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”



Fonte: YouTube, canal oficial de Jair Bolsonaro (2021)

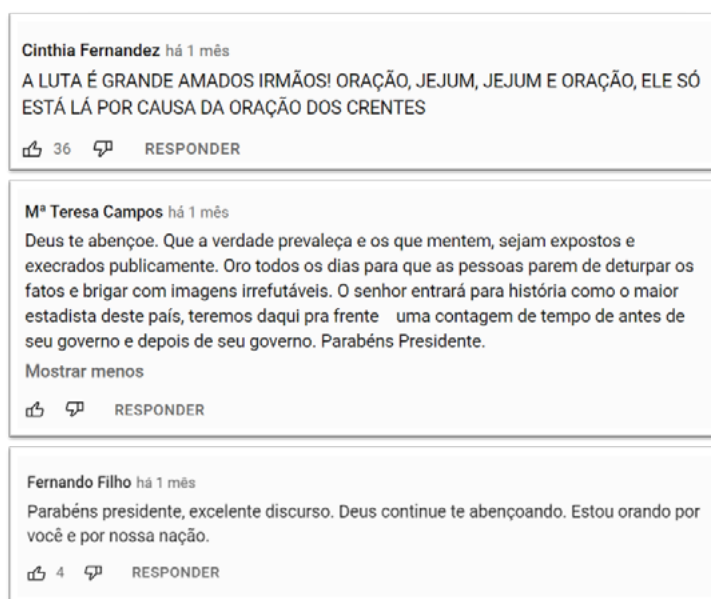
Ainda na sobreposição entre o nacional e o religioso, outras duas formas de discurso se destacam. A primeira, na afirmação da tríade “Deus, pátria e família” que foi identificada

em pelo menos quatro textos de apoio ao presidente, em dois deles acrescido também da palavra “liberdade” e em um texto acrescido da expressão “ordem e progresso”. A segunda forma, representada em frases de efeito como: “Bendita a nação cujo Deus é o Senhor”, “Feliz é a nação onde Deus é o Senhor” e “Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”.

Outro mecanismo de construção temático-figurativa observado nos enunciados de apoio a Bolsonaro é a utilização de expressões religiosas como: “aleluia”, “amém”, “fé”, “varão valoroso”, “Jesus é o Senhor”, “Maria Santíssima” e outros. O uso de textos bíblicos também tem destaque nos enunciados analisados, em especial, a citação do versículo 32 do capítulo 8 do Livro de João: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”; o texto, repetido muitas vezes pelo presidente da república, encontra também repercussão nos comentários de seus apoiadores.

Outra forma utilizada pelos apoiadores de Bolsonaro para manifestar seu apoio ao presidente é através da manifestação pública de suas orações; a título de demonstração, alguns textos foram reunidos na figura 4.

Figura 4 – Manifestação de orações em favor do presidente



Fonte: YouTube, canal oficial de Jair Bolsonaro (2021)

A utilização destes três recursos citados: as expressões religiosas, os textos bíblicos e a manifestação de orações são elementos importantes para compreender a imagem de si mesmos que os apoiadores pretendem manifestar no grupo no qual estão inseridos. Novamente a imagem de pessoa cristã, e portanto que se apropria do léxico cristão, que conhece a bíblia e que ora a favor do presidente e da pátria.

4.2. A perspectiva discursiva de uma guerra santa

Fiorin (2013) afirmou que uma das características da sacralização da política é a instalação de um combate entre o bem e o mal, uma espécie de guerra santa. Já compreendemos, através da análise da construção discursiva dos comentários de apoio a Bolsonaro com temática cristã e dos comentários que sobrepõem as temáticas cristã e nacionalista, que a noção do bem, da pessoa de bem, está figurativizada em elementos como no desejo de bençãos e proteção divina, na manifestação de orações, no uso de expressões e textos cristãos, na construção de si mesmo como um patriota cristão e na separação entre os “apoiadores”, os “aliados”, e os outros.

Se existe um aliado, é factível pensar que exista então um inimigo, que é aquele que não comunga das características apreciadas pelo grupo social em questão (patriota e cristão, neste caso). E que, se o *bem* está representado na forma do patriota cristão, o *mal* é aquele que manifesta outros valores, incompatíveis com os valores euforizados por aquele grupo.

Na maioria dos casos, o inimigo, a representação do mal, está simbolizado pela esquerda, em outros, a imprensa é considerada a inimiga na guerra ideológica travada por Bolsonaro e por seus apoiadores; para outros apoiadores, o inimigo é o sistema que impediria Bolsonaro de governar livremente; entre os inimigos internos, também estão os governadores e os prefeitos. Há ainda manifestações em que a guerra instaurada no Brasil é contra outros países.

Dentro da temática da guerra internacional, um rapaz utilizou o espaço para declarar: “Eu me senti representado, esses países que *acha* que são alguma coisa, *chupa* aqui é Brasil terra abençoada por Deus”. Na mesma linha, uma senhora disse: “Brasil é o último bastião de resistência mundial à NOM⁶, com a Graça de Deus!”.

Uma outra situação identificada foi a constatação de que, para alguns apoiadores, a guerra instaurada não tem um inimigo declarado, explícito, é uma guerra contra “eles, todos eles”, mas quem são “eles” não é claramente apresentado. Mesmo assim o clima de combate e vigilância é notadamente marcado.

Essa construção isotópica da guerra é figurativizada por uma série de expressões nos textos analisados, dentre as quais se destacam: “luta”, “lutar”, “enfrentar”, “batalha”, “vitória”, “venceremos”, “força”, “forças”, “missão”, “difícil missão”, “livre”, “livrar”, “livrado”, “liberdade”, “armadura”, “vigilância”, “cuidado”, “intervir”, “fazer o que é preciso”, “facção”, “criminalização”, “machuca”, “FFAA (Forças Armadas Brasileiras)” e “Selva”.

6 NOM: Nova Ordem Mundial.

Outra característica desses discursos é a desqualificação dos adversários e uso de palavras de baixo calão, presente em elementos como: “acéfalos da esquerda”, “ladrões”, “ladrões viciados em bebida”, “sistema apodrecido”, “limpar esse país da desgraça” e “chupa”.

No entanto, mais uma camada se coloca aqui, a da sacralização desta guerra, figurativizada em elementos como “força do criador”, “Deus tem nos livrado de muitas maldições”, “revestido com a armadura espiritual de Deus”, “uma batalha espiritual”, “poderosa nação temente a Deus” e “a justiça divina é implacável”. O que tornaria a guerra uma “guerra santa”, cujo objetivo não é somente derrotar o inimigo, mas derrotar o inimigo em nome do divino e com o respaldo desse divino.

Outro destaque é o fato de a temática da guerra estar fortemente atrelada às teorias conspiratórias, especialmente aquelas que encontram ampla repercussão dentro do bolsonarismo, como em construções como “nossa bandeira jamais será vermelha”, “último bastião de resistência mundial à NOM”. Os enunciados que enfatizam a prevalência da “verdade” por parte de Bolsonaro e seus apoiadores corroboram essa luta conspiratória.

Essa perigosa construção discursiva de uma guerra iminente culmina na manifestação, por parte de alguns apoiadores, de que existe um exército bolsonarista pronto para defender o presidente dos seus inimigos, um apoiador manifesta “Iremos lutar ao seu lado e sob a proteção de Deus até o fim”, um outro se coloca à disposição do presidente “precisar desse seu reservista BIMtz⁷, conte comigo”, outra apoiadora se coloca como “defensora com [a] vida se necessário”.

4.3. A sacralização do sujeito político

Na perspectiva de alguns apoiadores do presidente, Jair Bolsonaro ganha ares transcendentais, sagrados. No entanto, percebemos que a sacralização do sujeito Jair Bolsonaro não acontece de forma homogênea por todos os apoiadores, mas que ela se dá em níveis, com diferentes graus de intensidade, dos quais destacaremos três. No primeiro nível, mais atenuado, Bolsonaro é considerado um homem de valor e um bom governante, pois respeita e defende os princípios cristãos. Neste percurso, o valor de Bolsonaro está diretamente atrelado ao fato de ele ser cristão e manifestar valores cristãos. Na figura 5, reunimos alguns comentários que exemplificam essa constatação.

7 BIMtz: Batalhão de Infantaria Motorizado.

Figura 5 – 1º nível de sacralização do sujeito político



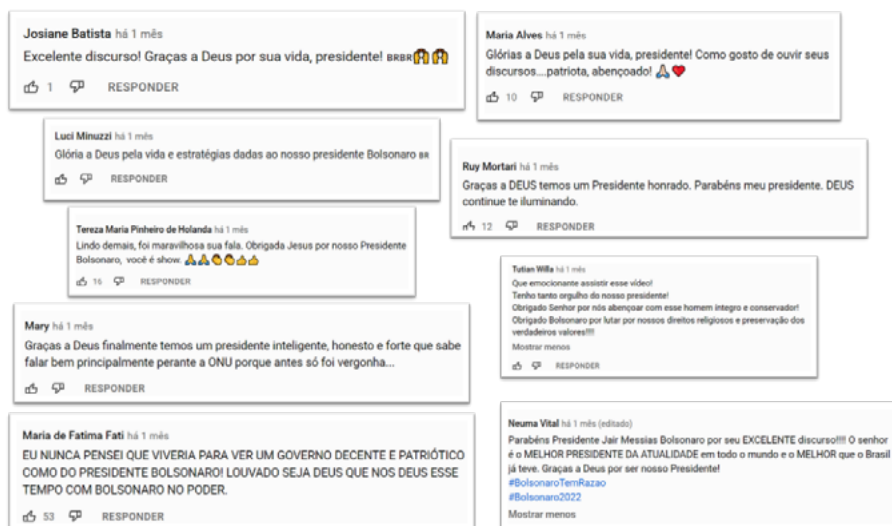
Fonte: YouTube, canal oficial de Jair Bolsonaro (2021)

Essa valorização do cristão e dos valores cristãos, como característica apreciada de um governante, subverte a política como espaço de neutralidade religiosa e a lógica do Estado Laico e é característica dos regimes teocráticos, onde o melhor governante é aquele que melhor manifesta os valores religiosos do grupo dominante. Corroborando a perspectiva de Fiorin (2013), esses discursos têm valor de absoluto, neles o *bem* está representado por aqueles que seguem os códigos de conduta religiosa em questão, já o mal está representado por aqueles que não seguem.

No segundo nível, mais intenso que o primeiro, Deus (o divino) é glorificado pela existência, vida, capacidade e eleição do governante. Neste nível ainda há uma separação

entre o divino e sujeito político sacralizado. As honras pelos feitos do governante ainda são de Deus, não existe a fusão da imagem do governante com o divino, mas cria-se o efeito de sentido de predileção do divino pelo governante. Os comentários reunidos na figura 6 demonstram essa construção.

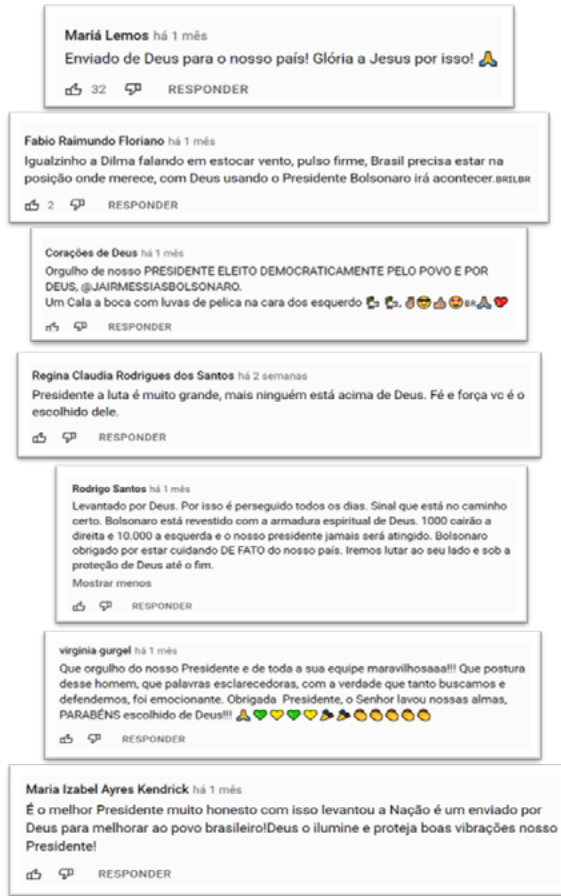
Figura 6 – 2º nível de sacralização do sujeito político



Fonte: YouTube, canal oficial de Jair Bolsonaro (2021)

Já no terceiro nível, mais intenso que os dois primeiros, o governante é abençoado, usado, enviado, escolhido ou eleito por Deus; há uma fusão da imagem do divino com a imagem do governante, e este é deificado, ganhando ares transcendentais, míticos. A figura 7 apresenta alguns comentários que demonstram essa deificação do sujeito político.

Figura 7 – 3º nível de sacralização do sujeito político

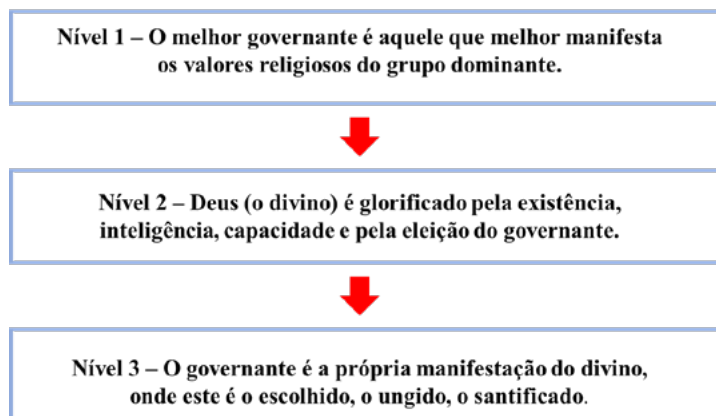


Fonte: YouTube, canal oficial de Jair Bolsonaro (2021)

A partir das análises dos comentários de apoio a Jair Bolsonaro, sintetizamos no quadro abaixo como essa sacralização do sujeito político acontece em três diferentes níveis, com diferentes graus de intensidade.

Quadro 1 – Níveis de sacralização do sujeito político

Três níveis de sacralização do sujeito político



Fonte: Elaboração própria

5. Considerações finais

Este trabalho identificou, através do tratamento de temas e figuras, proposto na semântica discursiva da semiótica francesa, como os apoiadores de Jair Bolsonaro constroem sentidos a partir do uso de elementos religiosos e cristãos, em seus textos de apoio ao presidente.

O estudo identificou, corroborando a perspectiva de Fiorin (2019), a sobreposição entre as isotopias nacionalista e religiosa, com o uso de temas e figuras de cunho religioso e nacionalista na construção de uma imagem dos apoiadores de Bolsonaro como cristãos e patriotas, reforçando a figura de “cidadão de bem” que essas pessoas pretendem apresentar perante o grupo social no qual estão inseridas. Verificam-se, além das benesses oferecidas ao líder, paixões benevolentes pelos aliados e pela pátria/nação.

Também foram identificados usos, tanto do texto de campanha do presidente “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, quanto de variações deste texto propostas por apoiadores, que mudam ligeiramente os sentidos do texto original, além do emprego de textos bíblicos ou que remetem a passagens bíblicas, com uso de expressões, frases de efeito e figuras de linguagem de cunho religioso.

A pesquisa revelou como alguns discursos são amparados na temática da guerra, em especial uma guerra santa, do bem contra o mal, da direita contra a esquerda, do Brasil contra os outros países e dos “verdadeiros brasileiros” contra os outros e a imprensa. Ou seja, observa-se a presença de um inimigo contra o qual são nutridos sentimento de ódio e malquerença.

Por fim, foi possível compreender como ocorre a sacralização do sujeito político Jair Bolsonaro a partir dos discursos de seus apoiadores. Sacralização essa que se dá em três níveis, com diferentes graus de intensidade. O grande perigo da sacralização de Bolsonaro é que, assim como não se contestam os dogmas do cristianismo, não se deve contestar Bolsonaro, o que denota o fanatismo de seus apoiadores.

Esperamos com esta pesquisa contribuir para o quadro da análise do discurso bolsonarista e do discurso da extrema direita como um todo. Para pesquisas futuras, em complemento ao apresentado até aqui, sugerimos o tratamento de símbolos que envolvem o discurso religioso bolsonarista, como o uso de *emojis*, fotos, imagens santificadas, bandeiras e gestos, que por limitações ficaram de fora desta análise.

Referências

BARROS, D. L. P. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ática, 2005.

BARROS, D. L. P. A complexidade discursiva na internet. *CASA – Caderno de Semiótica Aplicada*, v. 13, n. 2, p. 13-31, 2015.

FIORIN, J. L. A Sacralização da política. In: FULANETI, O. N.; BUENO, A.M. (org.). *Linguagem e política: princípios teórico-discursivos*. São Paulo: Contexto, 2013.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FIORIN, J. L. Operações enunciativas do discurso da extrema-direita. *Discurso & Sociedad*, v. 13, n. 3, p. 370-382, 2019.

FULANETI, O. N. Por uma análise do discurso político: o caso de Cristiane Brasil. *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*, v. 22, n. 2, p. 6-20, 2018.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

KALIL, I. O. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*. Out. 2018.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [2005].

SOLANO, E. *Crise da Democracia e extremismos de direita*. São Paulo: Fundação Fiedrich Ebert, 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

TOSI, G. Religião e política: três possíveis relações. *Religare*, v. 15, n. 2, p. 382-421, 2018.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZILBERBERG, C.; FONTANILLE, J. *Tensão e significação*. Tradução de Ivã C. Lopes, Luis Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Humanitas, 2001.

Como citar este trabalho:

LOPES, Mariana Manzano; FULANETI, Oriana de Nadai. Interseção entre as isotopias política e religiosa cristã nos comentários de apoio ao presidente Jair Bolsonaro. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 105-125, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.16857>.

MERCADO LINGUÍSTICO E CAPITAL SIMBÓLICO NO DISPOSITIVO ESCOLAR: UM ESTUDO DISCURSIVO SOBRE AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

LANGUAGE MARKET AND SYMBOLIC CAPITAL IN THE SCHOOL DEVICE: A DISCURSIVE APPROACH TO FOREIGN LANGUAGE

Cinthia Yuri GALELLI¹

Nildiceia Aparecida ROCHA²

Resumo: Este artigo focaliza como os sujeitos, estudantes de línguas estrangeiras (doravante LEs) da escola regular básica, mobilizam sentimentos e atitudes relacionados a um imaginário social, construído historicamente por meio de práticas políticas, econômicas, educacionais e, ao mesmo tempo, discursivas, que se sustentam por meio de uma memória sobre o papel e o valor das LEs em nossa sociedade. Assim, o objetivo proposto é explorar a relação que os estudantes estabelecem com as línguas a partir de enunciações coletadas em uma entrevista de caráter narrativo, a fim de identificar as condições de produção de determinados enunciados. Teoricamente, os estudos de Bourdieu (1983, 1998, 2000) são fundamentais – em especial os conceitos de *habitus*, capital simbólico (cultural, social e linguístico) e mercado linguístico –, ao considerarmos que em qualquer interação há lucros linguísticos que mobilizam interesses e que fazem funcionar as relações de poder (FOUCAULT, 2016). A análise deflagra que é no dispositivo escolar onde: se constroem saberes de âmbito ideológico sobre as LEs; se constitui o sujeito que enuncia sobre as LEs ao materializar o valor que as línguas adquirem no mercado linguístico; e se evidencia, manuseia, reproduz ou transforma o acesso aos capitais simbólicos na forma como são distribuídos socialmente.

Palavras-chave: Estudos discursivos. Língua estrangeira. Dispositivo escolar. Mercado linguístico. Capital simbólico.

¹ Docente do IFSP – Instituto Federal de São Paulo. E-mail: galelli.cinthia@ifsp.edu.br

² Docente da Unesp – Universidade Estadual Paulista. E-mail: nildiceia.rocha@unesp.br

Abstract: This paper aims to discuss how subjects, students of foreign languages (FLs) from regular schools, produce discourse based on feelings and attitudes that are related to a social imaginary, historically constructed by political, economic, educational, and discourse practices — supported by a memory of the role and value of FLs in our society. Hence, the connection forged between students and languages is analyzed from statements collected in a narrative interview in order to identify their conditions of production. For this purpose, Bourdieu's studies (1983, 1998, 2000) are fundamental, especially the concepts of the linguistic market, habitus, and symbolic capital (cultural, social, and linguistic). In addition, linguistic gains are seen as a result of any social interaction, bringing to light interests and making power relations work (FOUCAULT, 2016). The analysis indicates that, in the school device, ideological knowledge is gained of FLs, and the subject, who speaks about FLs, is formed by adding value to the languages in the linguistic market. Thus, the subject's discourse either makes clear, handles, reproduces, or transforms the access to symbolic capital in the way it is socially transmitted.

Keywords: Discursive studies. Foreign language. School device. Language market. Symbolic capital.

| Introdução

Qualquer língua, seja materna, segunda ou estrangeira, nas suas múltiplas variedades e graus de normalização, é passível de estabelecer conosco uma série de relações: fascinação, estranhamento, afetividade, desejo de apropriação, repulsa etc. Sobre elas,

[...] emitimos opiniões; escolhemos algumas como objeto de aprendizado porque lhes atribuímos a capacidade de ser suporte de tal ou qual saber; sofremos por sua causa quando são de estudo obrigatório; fazemos delas alvo de imitação, paródia e riso; comentamos sua facilidade ou dificuldade; comparamos umas com as outras ou com a própria língua; e até chegamos a ignorá-las, odiá-las ou, ao contrário, a apaixonar-nos por elas. (CELADA, 2008, p. 12).

Essas relações estão diretamente ligadas aos lugares que as línguas ocupam em dada sociedade e nos mercados linguísticos (BOURDIEU, 1983), em um momento histórico específico e que, por serem fenômenos datados e espacializados, são suscetíveis a deslocamentos, fazendo com que estas línguas, por alguma razão – sempre relacionada a determinadas construções de verdade e jogos de poder – adquiram ou percam um lugar de *status*, o que vai provocar a realocação dos papéis que elas exercem na sociedade (CELADA, 2008) e o reajuste das posições dos sujeitos que são, de alguma forma, atravessados por estas línguas.

Como o nosso interesse é focalizar o sujeito e suas posturas e atitudes para com as línguas estrangeiras, é importante definir que o concebemos como uma produção histórica, objetivado e subjetivado por distintos dispositivos, pelas relações entre

saberes/poderes e, principalmente, pelo discurso. Isso implica dizer que o sujeito não é livre, ele não produz a si mesmo, na individualidade, mas sim a partir da dimensão social e histórica (FOUCAULT, 1993).

Admitir que o sujeito é constituído pela exterioridade significa compreendê-lo como resultado de algo que lhe é anterior, assim, o que ele enuncia vai responder a outros enunciados, materializados de diferentes formas, provenientes de vários outros campos, de outros documentos, por meio de outras vozes etc. Esses enunciados estão envoltos a uma série de regras e é tarefa da Análise do Discurso (doravante AD) explicitar como a história está materializada na linguagem.

Feita essa definição de sujeito, retomamos a nossa ideia de que tudo o que ele enuncia sobre a língua estrangeira (doravante LE) e seu ensino e aprendizado está estritamente relacionado a um imaginário social, construído historicamente por meio de práticas políticas, econômicas, educacionais e, ao mesmo tempo, discursivas, que se sustentam por meio de uma memória. É sobre esses sujeitos, estudantes de LE – em nosso caso, da escola regular básica –, que tratamos neste artigo. Nosso objetivo é explorar a relação que os estudantes estabelecem com as LEs a partir de enunciações coletadas em uma entrevista de caráter narrativo, a fim de identificar as condições de produção de determinados enunciados, quais sentidos sobre as línguas eles mobilizam, a partir de já-ditos historicamente mantidos e regularizados. Sendo este artigo um recorte de um estudo anterior, fruto de uma pesquisa de doutorado, podemos dizer que são três os campos que instituem uma certa maneira de enunciar as e sobre as línguas: o mercado linguístico, a posse ou a falta de determinados capitais e o dispositivo escolar³.

No próximo tópico, discorreremos sobre o conceito de mercado linguístico e capitais simbólicos, de acordo com as teorias de Pierre Bourdieu (1983, 1998, 2000), conceitos que são mobilizados no escopo deste trabalho.

| Capital simbólico e o mercado linguístico

O sociólogo Pierre Bourdieu (2000) observou que não seria possível dar conta de entender o mundo social, nas sociedades de classes, nem o sistema educacional – um dos campos mais explorados por esse pesquisador –, apenas reduzindo as análises ao capital econômico, mas que se fazia necessário ampliar o conceito de capital e analisá-lo em todas as suas manifestações, o que nos parece correto, dado que o nosso objeto de estudo – a língua estrangeira – pertence à dimensão simbólica.

O sociólogo observa que, além do capital econômico (tudo aquilo que é ou que pode ser convertido em dinheiro, como imóveis, ações, automóveis, negócios etc.), há outros tipos de capitais existentes que podem vir a ser convertidos, sob certas condições, em

3 Estamos considerando o dispositivo escolar como uma rede de instituições com leis, medidas administrativas e discursos que regulam a educação no Brasil.

capital econômico, ou que a partir dele podem se estabelecer. Assim, Bourdieu (2000) vai discorrer em *Las formas del capital*, sobre as suas formas simbólicas, como a cultural e a social.

Segundo o autor, o capital cultural pode existir em três formas: a) sua forma incorporada, ou seja, os conhecimentos “abstratos” dos indivíduos; b) sua forma objetivada, como os bens culturais: obras de arte, livros etc.; c) em sua forma institucionalizada, como é o caso dos títulos acadêmicos (BOURDIEU, 2000). Assim, os indivíduos que não possuem acesso ao capital cultural, nem em sua forma institucionalizada, nem em sua forma objetivada e, portanto, com menos chances de tê-lo também em sua forma incorporada, vão enfrentar mais dificuldade de acesso a outros campos e a outros mercados, como o acadêmico, o laboral e também menos possibilidades de se tornarem detentores de capital econômico por meio de sua força de trabalho.

Ao explicar o capital cultural em suas diversas formas, o sociólogo francês critica as ideias que propagam a possibilidade de que a educação e o acesso a determinadas formas legitimadas de cultura possam levar os indivíduos a alcançarem a ascensão social, uma vez que uma das formas de acesso ao capital cultural se dá não só nos títulos e cursos acadêmicos, mas começa a se constituir na transmissão da família e nos outros meios que frequenta, por ser herdado de acordo com a sua posição na classe social⁴. É o que Bourdieu chama de *habitus*.

Essa noção refere-se a tudo aquilo que foi adquirido e profundamente internalizado (não no sentido inato ou essencialista, embora se apresente com essa aparência, mas adquirido histórica e socialmente, nas famílias e nas classes), e “se encarnou no corpo de forma durável, sob a forma de disposições permanentes” (BOURDIEU, 1983, p. 12). Note-se que o sociólogo não concebe da mesma forma o “hábito” do “*habitus*”, por definir o primeiro como algo mecânico, que foi adquirido repetidamente. O segundo, pelo contrário, apesar de ser também fruto do condicionamento, é gerador de práticas que podem adaptar-se, ajustar-se às situações, funcionando a cada momento como uma matriz de percepções e que organizam como os indivíduos percebem e atuam no mundo. Ele é o princípio unificador que traduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição e estilo de vida unitário, como o conjunto de escolhas relativas aos bens, às práticas, às pessoas. O *habitus* é ao mesmo tempo diferenciado, mas também diferenciador, ou seja, opera distinções. Em outras palavras,

[...] são princípios que geram práticas distintas e distintivas – o que o trabalhador come e, principalmente, o modo como come, o esporte que pratica e o modo como o pratica, as suas opiniões políticas e a sua maneira de as expressar,

4 Essa é somente uma das críticas que Bourdieu direciona ao sistema educacional; para o autor, não há como a escola transformar coletivamente a sociedade, uma vez que sua função é justamente a de reproduzir a sociedade de classes (SOARES, 2017).

diferem sistematicamente das atividades do chefe da indústria.⁵ (BOURDIEU, 1994 *apud* HERRERO VALEIRO, 2015, p. 49, tradução nossa).

É importante assinalar que as formas de capital cultural estão estreitamente imbricadas entre si e também com o capital econômico. Sua forma incorporada pressupõe um processo de interiorização que se dará mediante ensino e aprendizagem, mas que não é necessariamente o mesmo processo de escolarização. Exige tempo e gosto pelo saber. Este, socialmente construído, ao ter sido interiorizado, não pode ser transmitido instantaneamente, por herança ou por títulos, como o capital econômico. Além disso, a questão do tempo é importante para essa teoria porque a acumulação do capital cultural só pode se dar se a família puder garantir esse *habitus*, com, no mínimo, tempo livre ao indivíduo, ou seja, ele não precisaria usar o seu tempo para satisfazer as suas necessidades econômicas (para vender a sua força de trabalho) ou preocupar-se com elas, podendo se dedicar a outras atividades.

Em sua forma objetivada, o capital cultural tem relação inerente com a sua forma incorporada e com o capital econômico. A sua relação com este é óbvia, pois só se tem capital cultural objetivado quem possui recursos financeiros para obtê-los, além disso, os bens podem ser vendidos e, portanto, reconvertidos em capital econômico, como as obras de arte, os livros, os objetos com alto valor simbólico etc. No entanto, é também necessário possuir capital cultural incorporado para se criar um apreço a determinados bens, para interpretá-los com base no valor coletivo de classe – condição para que a relação entre os bens simbólicos se mantenha enquanto tais.

O capital cultural institucionalizado, por sua vez, confere ao portador dos títulos, diplomas e certificados, um capital garantido legalmente, independentemente se os conhecimentos exigidos tenham sido incorporados, de fato, pelo sujeito.

Através do título escolar ou acadêmico, se confere reconhecimento institucional ao capital cultural detido por uma pessoa determinada. Isso permite, entre outras coisas, comparar os detentores do título e, inclusive, intercambiá-los (substituindo um por outro). Mediante a fixação do valor monetário necessário para a obtenção de um determinado título acadêmico, resulta possível inclusive averiguar um tipo de troca que garante a convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico. Dado que o título é produto de uma conversão do capital econômico em capital cultural, a determinação do valor cultural do detentor de um título, com relação a outros, se encontra ligada indissoluvelmente ao valor

5 No original: “Les *habitus* sont des principes générateurs de pratiques distinctes et distinctives—ce que mange l’ouvrier et surtout sa manière de le manger, le sport qu’il pratique et sa manière de le pratiquer, les opinions politiques qui sont les siennes et sa manière de les exprimer différent systématiquement des consommations ou des activités correspondantes du patron d’industrie” (BOURDIEU, 1994 *apud* HERRERO VALEIRO, 2015, p. 49).

monetário pelo qual se pode intercambiar dito detentor no mercado de trabalho⁶. (BOURDIEU, 2000, p. 147, tradução nossa).

Bourdieu discorre também sobre o que ele chama de capital social que é uma “relação mais ou menos institucionalizada de conhecimento e reconhecimento mútuos” (2000, p. 148). O capital social são as relações sociais que estabelecemos, seja de pertencimento a um grupo institucionalizado (um partido, uma associação etc.) ou não institucionalizado, mas que pode ser identificável socialmente (um clã, o nome de uma família, uma profissão). Desse modo, o “volume do capital social possuído por um indivíduo dependerá tanto da extensão da rede de conexões que este possa mobilizar, como do volume de capital (econômico ou simbólico) possuído por aqueles com os quais ele está se relacionando” (*ibidem*, p. 150). De fato, pertencer a certos grupos pode levar não só a benefícios materiais, como favores propriamente monetários, mas, principalmente, tem o poder de conferir certo *status* àqueles que dele participam, legitimando ainda mais suas práticas discursivas ou não discursivas.

Como podemos observar, o capital cultural e o capital social dependem, em certa medida, do capital econômico, ainda que necessite de investimento de tempo e de esforço de transformação (se relacionar, fazer cursos, frequentar certos lugares etc.), por ser ele quem vai determinar os seus efeitos, ou seja, garantir maior alcance na relação de poder. Segundo Bourdieu (2000, p. 161), a “mútua convertibilidade dos diferentes tipos de capital é o ponto de partida das estratégias que pretendem assegurar a reprodução do capital (e da posição ocupada no espaço social)”.

O autor problematiza ainda o risco de perda envolvido nos diferentes tipos de capital. Pode ser arriscado investir no capital social com as mútuas obrigações que ele compreende (como presentes, visitas, favores), por exemplo, pelo risco de “ingratidão” dos pares do grupo, ao não aderirem mais a essas trocas de favores, por alguma razão. De igual modo, investir no capital cultural não é garantia de manutenção do poder nos distintos mercados, uma vez que os diferentes tipos de conhecimento adquiridos podem variar segundo as verdades da época, para usar os termos de Foucault (2016). Por exemplo, saber inglês hoje é importante para as relações capitalistas, mas o discurso do neoliberalismo já enuncia que essa língua não é mais um diferencial para o mercado de trabalho, agora há que se investir em alemão, mandarim etc.

6 No original: “A través del título escolar o académico se confiere reconocimiento institucional al capital cultural poseído por una persona determinada. Esto permite, entre otras cosas, comparar a los poseedores del título e incluso intercambiarlos (sustituyendo a uno por otro). Mediante la fijación del valor dinerario preciso para la obtención de un determinado título académico, resulta posible incluso averiguar un “tipo de cambio” que garantiza la convertibilidad entre el capital cultural y el capital económico. Dado que el título es producto de una conversión del capital económico en capital cultural. La determinación del valor cultural del poseedor de un título, respecto de otros, se encuentra ligada indisolublemente al valor dinerario por el cual puede canjearse a dicho poseedor en el mercado laboral” (BOURDIEU, 2000, p. 147).

A relação de valor de troca e de uso acerca das línguas em uma dada sociedade configura o que Bourdieu (1998) chama de mercado linguístico.

Os discursos alcançam o seu valor apenas através da relação com um mercado, que se caracteriza por uma lei especial de formação particular dos preços: o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências linguísticas dos interlocutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidades de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis a seus produtos. Tal capacidade não é determinada apenas do ponto de vista linguístico. As competências linguísticas constituem capacidades de produção socialmente classificadas e, ao mesmo tempo, configuram capacidades de apropriação e de apreciação que, por sua vez, definem mercados eles mesmos socialmente classificados. (BOURDIEU, 1998, p. 54).

Assim, todas as interações linguísticas são espécies de “micromercados”, que são, por sua vez, dominados por estruturas globais (BOURDIEU, 1983, p. 4). Nesse mercado, exerce o poder aquele que pode fazer funcionar, em seu proveito, “as leis de formação dos preços, e de retirar a mais valia específica” (*ibidem*).

Bourdieu (1983) diz que podemos falar de “capital linguístico” porque em qualquer interação há lucros linguísticos que podem não ter trocas econômicas evidentes ou não imediatas, mas que estão, de alguma forma, mobilizando interesses, ou como diria Foucault (2016), estão fazendo funcionar as relações de poder, por meio da língua e dos discursos, por meio da inscrição dos sujeitos em posições que os autorize, de acordo com as verdades da época estabelecidas em campos de saber.

O capital linguístico não é a mesma noção que competência linguística nos termos dos linguistas (como o modelo chomyskiano), pois o fato de possuir determinadas competências (gramaticais, lexicais, pragmáticas etc.) em uma língua não torna o falante dotado de capital, sua competência não possui valor em um mercado. Assim como no mercado das trocas materiais, ao falar (como produtores), temos a nossa língua (nosso produto) julgada pela sociedade e, por isso, nem todos os produtos e produtores vão ter a mesma grandeza.

Da mesma forma como no mercado econômico existem monopólios, relações de força objetivas, que fazem com que todos os produtores e todos os produtos não sejam iguais desde o começo, no mercado linguístico também há relações de força. Portanto, o mercado linguístico possui leis de formação de preços que fazem com que nem todos os produtores de produtos linguísticos, de palavras, sejam iguais. As relações de força, que dominam este mercado e que fazem com que certos produtores e certos produtos tenham um privilégio desde o começo, supõem uma relativa unificação do mercado linguístico. (BOURDIEU, 1983, p. 5).

Uma vez traçado o referencial teórico que sustenta este texto, a seguir empreendemos a análise do *corpus*.

| Análise das entrevistas

Nosso *corpus* se constitui de recortes (sequências discursivas) de entrevistas realizadas durante o ano de 2018⁷, para um estudo maior e anterior⁸. Essas entrevistas foram gravadas em áudio, em um só encontro de aproximadamente 30 minutos de duração. Naquele momento, optamos pelo método “Entrevista Narrativa” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002), com a intenção de que os próprios sujeitos determinassem como queriam contar as suas histórias, como informar determinadas categorias como tempo, lugar, motivos. Assim, os entrevistados podiam narrar os fatos que lhes pareciam mais importantes de acordo com a sua perspectiva, na sequência que preferissem. O próprio fato de enfatizar certos episódios e silenciar outros já constituiu, para as pesquisadoras analistas do discurso, elementos passíveis de serem analisados, como poderá se observar ao longo de nossas discussões.

Para este artigo, selecionamos quatro entrevistas de alunos e alunas do segundo ano do ensino médio, de uma cidade de porte médio do interior de São Paulo, cuja média da faixa etária é de 17 anos, e que são identificados como A1, A2, A3 e A4. Os alunos A1 e A2 estudavam em escola pública estadual. E as alunas A3 e A4 eram de escolas da rede privada de ensino.

A todos os participantes lhes foi apresentada a seguinte questão: “O que você pode me dizer sobre a sua relação com as línguas estrangeiras?”. Não houve, na pergunta, nenhuma menção a uma língua específica e o termo “línguas estrangeiras” foi usado no plural, para tentar garantir que os sentidos para as LEs fossem abertos às enunciações dos participantes. As transcrições a seguir tratam da primeira enunciação dos entrevistados, logo após a pergunta da entrevistadora, sem nenhuma interferência desta.

7 Apesar de haver passado quatro anos da coleta das entrevistas, consideramos que esses enunciados ainda permanecem como textualidades atuais, na medida em que não houve alteração significativa no mercado linguístico brasileiro, muito em razão do contexto da pandemia de covid-19 e do governo atual, que não estabeleceu políticas internacionais, educacionais ou linguísticas que alterassem o valor das línguas nesse mercado. Inclusive, quanto ao dispositivo escolar, houve uma acentuação do papel já colocado para as línguas sobre as quais discutimos, com a implementação, de fato, da BNCC, que fortalece o ensino do inglês, enquanto apaga as outras línguas.

8 As entrevistas foram realizadas para a coleta do *corpus* da seguinte tese de doutorado: GALELLI, C.Y. *Ontologia do presente das línguas estrangeiras no dispositivo escolar: capitalização da língua, do ensino e das subjetividades*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2019.

Sequências discursivas 1:

A1.1	<p>Foi bem direta... na minha concepção foi bem direta... tipo... porque eu jogo muito videogame eu sou muito ligado nesse mundo digital e... mais tecnológico assim... então é bem direto você ver coisas escritas em inglês e você fica meio chocado por você não entender entendeu... você fica meio... pá... não estou entendendo esse bagulho... mas eu não vou atrás né... eu acho que as pessoas todas são assim... né... vê e não vai atrás... aí quando você quer ir atrás é muito tarde sabe... não é tarde... mas é muito difícil de você conseguir... as escolas deveriam colocar isso daí... tipo... na quinta série quando eu tive aula de inglês... deveria ser uma aula mais focada... na quinta apresentar o verbo to be... daí na sexta apresentar outra coisa... mas não... na escola pública... na quinta até a oitava... até um pouco da primeira... só o verbo to be... Então você só aprende o básico do básico do básico... que você nem vai usar... entendeu... deveria ser mais... um pouco mais estabelecido num jeito que você possa usar... que você possa ler pelo menos um texto... assim...</p>
A2.1	<p>[A2] Eu acho que a língua estrangeira atualmente está muito interligada com a nossa língua...você pode perceber que as pessoas... tipo... falam... misturam muito português com brasileiro... principalmente na internet com gírias... a gente usa muitas gírias... muitas palavras americanas...ou de outras línguas.... Eu também não gosto muito do ensino da língua estrangeira na escola porque eu não aprendo quase nada... o que eu aprendo bastante mesmo é jogando ou em música... vendo tradução e etc.</p>
A3.1	<p>Ah... assim... eu gosto muito... tanto é que é a faculdade que eu vou fazer né ((riu))... mas é uma parte que eu gosto bastante... então a língua que eu mais tenho contato assim... é o inglês... sempre gostei desde pequena... sempre quis aprender... nesse último ano eu dei uma parada de estudar tipo fora da escola inglês porque eu tive que dedicar ao vestibular... essas coisas... então eu tive que dar uma parada... ma::s... deixa eu ver o que eu posso falar ((silêncio))</p>
A4.1	<p>Eu gosto bastante...eu faço inglês...é:: faço inglês por fora da escola que na escola... eu faço inglês por fora da escola porque o da escola eu não acho muito bom...o professor ele só chega e joga matéria na lousa...então...eu não acho isso legal e:: eu acho bem bacana porque é você se emergir em outra cultura né você aprender inglês e eu quero ter outr/mais experiência com a língua estrangeira porque eu não... é:: tenho vontade nenhuma de continuar no Brasil...depois do ensino médio eu tenho muita vontade de ir pra fora... então pra mim é muito importante aprender inglês eu quero aprender muito mais idiomas... é:: uns cinco idiomas...eu tenho muita vontade... de aprender... conhecer outras culturas... morar nos países... principalmente assim na Europa... eu quero muito muito mesmo conhecer...eu acho muito importante porque não é só você saber falar assim é::</p>

Na interação introdutória, três dos quatro participantes não destinaram suas narrativas ou reflexões a outras línguas estrangeiras em suas falas iniciais e espontâneas além do inglês. Atribuímos, num primeiro momento, essa desproporção enunciativa entre o inglês e as outras línguas ao fato de que é na escola onde grande parte dos brasileiros se tornam sujeitos aprendizes de LE, cuja oferta é quase exclusivamente dominada pelo inglês. Assim, nos parece pertinente que a construção dos sujeitos enquanto aprendizes de línguas estrangeiras se dê a partir desta língua, considerando que “a escola tem um papel importante na legitimação – ou na não legitimação – dos modelos representativos atribuídos às línguas, e ela pode usar os meios de agir sobre esses modelos, intervindo sobre o lugar [...] das línguas no espaço escolar” (MOORE, 1993 *apud* VERGUEIRO, 2009, p. 113).

Embora reconheçamos que num mundo caracterizado pelo fenômeno da globalização, o contato com o inglês na escola não constitui estaca zero para o sujeito (CELADA, 2002), consideramos que eles se reconhecem enquanto sujeitos aprendizes ou falantes de outra língua a partir do seu aprendizado formal, enquanto matéria obrigatória curricular. No entanto, esse fator não se dá ao acaso, pois a atribuição discrepante de valor do inglês está relacionada aos discursos do mercado econômico, à instrumentalização da língua a serviço desse mercado e à própria consonância com o dispositivo escolar que atribui valores bastante diferenciados e minorizados às outras línguas estrangeiras.

Sobre o apagamento de outras LEs nas entrevistas, recorremos ao pensamento de Eni Orlandi (2007) que discorre sobre as formas do silêncio e como esse concorre na construção de certos sentidos, entendendo que algumas de suas reflexões também se enquadram na maneira como o “não dizer” significa nas sequências discursivas aqui analisadas. Segundo a autora, “todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer” (ORLANDI, 2007, p. 12). Assim, quando os sujeitos da pesquisa dizem sobre o inglês (e algumas outras poucas línguas como o francês e o espanhol) e colocam em silêncio enunciados sobre as outras línguas, há notadamente significação nesse gesto textual: é pelo inglês que são subjetivados como sujeitos falantes de línguas. As outras línguas aparecem com valores específicos, pelas marcas deixadas na história dessas línguas no Brasil e pelo valor que recebem no mercado linguístico brasileiro e no dispositivo escolar, como seguiremos discutindo.

Exceção foi encontrada na fala de A4 (em A4.1), quando, apesar de enfatizar o inglês, enuncia espontaneamente – isto é, sem interferência da entrevistadora –, que quer aprender mais cinco línguas, motivada pelo desejo de sair do país e de conhecer outras culturas. No entanto, chama a atenção que nenhuma dessas outras cinco línguas tenham sido especificadas.

Embora, neste primeiro momento, a participante A3 (em A3.1) também não faça menção a outras línguas, ao longo de sua entrevista chega a dedicar enunciações ao espanhol, ao francês e ao alemão, devido ao apreço que a participante tem pelas línguas, justificado pelo argumento “tanto que é a faculdade que eu vou fazer”, referindo-se à faculdade

de Letras. Enquanto o gesto interpretativo dos outros participantes para a pergunta sobre “línguas estrangeiras” foi o de que essa designação é sinônima do inglês, para A3 é sinônimo de uma carreira de graduação – textualizando o desejo de possuir também o que Bourdieu (2000) chama de capital cultural institucionalizado.

Podemos observar também que A1, A3 e A4 interpretam “a sua relação” de modo bastante subjetivo: “porque **eu** jogo muito, sou muito ligado no mundo digital”, “**eu gosto** muito”, “**eu gosto** bastante”, o ponto de partida para seus relatos é voltado para o “gosto” pela língua ou pelo “uso” da língua em um momento de lazer: jogos. Para A2, no entanto, a pergunta vai suscitar sentidos para a língua estrangeira como “interligada com a ‘nossa’ língua”, porém, transparece, em seu enunciado, a ausência do “eu”: “você pode perceber que **as pessoas...** tipo... **falam...** **misturam** muito português com brasileiro... principalmente na internet”. O ponto de partida para a sua enunciação se aproxima de uma linguagem mais referencial sobre a língua e, embora essas marcas enunciativas apontem para a neutralidade e transparência do sentido de língua, há um deslizamento de sentido da própria língua materna – “as pessoas misturam português com brasileiro” – indicando uma alienação do sujeito para com a própria língua, o português é outra língua, seu valor se aproxima ao de uma língua estrangeira, para esse sujeito.

A relação que os sujeitos estabelecem com as LEs está estreitamente enunciada pelo ensino dessa(s) língua(a) na escola. Os sujeitos A1, A2 e A4 explicitam seu descontentamento com o ensino regular do inglês, mesmo quando não perguntados diretamente sobre isso. Os enunciados revelam a mobilização de um discurso conhecido pela comunidade interna e externa à escola: de que não se aprende inglês na escola. Os participantes A1 e A2 relatam que aprendem sozinhos, com os jogos e músicas, enquanto as participantes A3 e A4 sinalizam os estudos formais em escolas privadas de idiomas, como o lugar por excelência onde se aprende o inglês. Desse modo, podemos observar como a detenção do capital econômico proporciona o acesso a outros tipos de capital, já que pagar por um curso de línguas não é uma realidade para todos os estudantes brasileiros. O custo financeiro “investido” no aprendizado de línguas pode ser convertido em capital cultural incorporado (em forma de saber) e institucionalizado (certificação, diploma etc.).

Na próxima sequência de enunciados, observamos como esses sujeitos enunciam outras línguas estrangeiras:

Sequências discursivas 2:

A1.2	<p>[Entrevistadora]: E você gosta mais de línguas estrangeiras no geral ou é mais o inglês mesmo por conta dos jogos?</p> <p>[A1]: O espanhol também... acho bem interessante também... português não...eu não gosto de Portugal... o português de Portugal eu não gosto... eu acho horrível... eu acho o país horrível porque roubou tudo de nós... eu não acho aquele país certo... não deveria existir... ma::s... o espanhol... o inglês da Inglaterra eu acho interessante porque também né... é meio o sotaque do inglês né... ou o sotaque daqui é o sotaque da Inglaterra que foi o colonizador... ((falando mais baixo))</p>
A2.2	<p>[Entrevistadora]: Você acha importante?</p> <p>[A2]: Acho... principalmente inglês</p> <p>[Entrevistadora]: Por quê?</p> <p>[A2]: Porque é quase uma língua mundial se você for ver... eu acho importante saber um pouco de inglês pelo menos</p>
A3.2	<p>[Entrevistadora]: E você tem interesse por outras línguas também?</p> <p>[A3]:Tenho... tenho pelo alemão e:: pelo francês.</p> <p>Assim... alemão eu me interesse bastante porque... a minha família veio da Alemanha... né</p> <p>[Entrevistadora]: Ah... por isso esse sobrenome ((risos))</p> <p>[A3]: É... ((risos)) na verdade nem era assim esse sobrenome... mas aí quando eles vieram pro Brasil eles escreveram assim pra deixar mais fácil... senão as pessoas erram ((risos)) então eu sempre quis aprender alemão por causa disso... o francês... eu não sei... eu sempre achei uma língua bonita... eu sempre tive vontade de aprender... e o inglês... eu não sei... desde pequena eu sempre tive... sempre foi mais forte do que eu... assim... sempre parece que estava junto... eu e o inglês assim.</p>
A4.2	<p>[Entrevistadora]: E qual outra língua você gostaria de aprender?</p> <p>[A4]: Francês e italiano</p>

Como observado anteriormente, em A4.1, a participante A4 textualiza espontaneamente o desejo de aprender outras línguas estrangeiras, além do inglês, quando diz que gostaria de saber mais cinco línguas. No entanto, ao longo da entrevista, mesmo com

uma pergunta direta da entrevistadora, em A4.2, somente cita as línguas “francês e italiano”, mas não desenvolve enunciações sobre elas.

Do mesmo modo, A2 (em A2.2) não demonstra interesse pelo tema: quando perguntado se achava interessante o aprendizado de outras línguas, responde afirmativamente, mas volta o seu foco para o inglês. Quando utiliza o intensificador “principalmente”, há um pequeno gesto de abertura para os sentidos da importância de outras línguas estrangeiras, mas volta a restringi-lo para a língua inglesa, ainda que seu aprendizado não seja algo marcante em seu discurso: “um pouco de inglês, pelo menos”.

Por sua vez, o participante A1 (em A1.2) a partir de uma pergunta explícita da entrevistadora, chega a citar o espanhol como uma língua de seu interesse, mas inclui em seu enunciado o português. Assim como em A2.1, deixa emergir na textualidade uma equiparação do português como sendo uma língua estrangeira, como uma língua alheia à sua subjetividade, relacionando o português de Portugal como uma outra língua, com sentidos de repulsa. O que seu enunciado revela é o sentido de língua estrangeira muito interligado ao sentido de nação, mesmo quando cita a influência dos EUA e a globalização. A materialização dessa vinculação entre uma língua – um povo – uma nação, é compreensível pelo estabelecimento de um discurso que sustentou os ideários de identidade e cultura nacional, na construção dos Estados modernos, cujo intuito era a unificação dos estados para melhor governar (ANDERSON, 2008). Assim, suas falas sobre as línguas passam, quase sempre, pelos países que a utilizam e, assim, seu interesse nas línguas está ligado ao uso prático, aos países com os quais pretende estabelecer alguma relação, como textualizado também em A1.3: “Hoje o mundo tá muito globalizado... tem/a influência do inglês hoje é muito forte no país... no mundo inteiro...principalmente os EUA... que é a potência enorme aí... tem que aprender só o português...você vai viver aqui... na Angola... em Moçambique e em Portugal...que eu nem gosto...”.

A participante A4 dedica mais tempo de sua entrevista a narrar e justificar suas afinidades com as línguas que cita. Antes de nos determos no discurso sobre a língua espanhola, vejamos como as outras línguas citadas pelas participantes A3 e A4 fazem parte de uma rede de formulações advindas do valor das línguas do mercado linguístico brasileiro e as possibilidades de acesso ao capital cultural: o francês é percebido como uma língua bonita, o alemão e o italiano são, para grande parte dos sujeitos brasileiros, sobretudo os do estado de São Paulo, línguas de herança, o que vai despertar sentidos sobre essas línguas ligados à identidade.

Em A3.2, embora o advérbio “sempre”, relativo ao predicado “achei a língua francesa bonita”, aplique sentidos de longinquidade à sua percepção – como algo contundente e impossível de se delimitar no tempo –, combinado às marcas de enunciação explícitas no uso da primeira pessoa “eu” e “achei” – criando a ilusão de uma individualização, de um simples gosto pessoal –, essa formulação remete-nos ao lugar que a língua francesa ocupou no Brasil e que, de certa forma, ainda ocupa. Esse papel de prestígio

que o francês desempenhava no Brasil até pouco tempo (e que estudos mais recentes poderiam refutar ou ainda reafirmar, como no caso do estudo empreendido por Vergueiro (2009), é explicado por dito autor a partir do fato de que no início do século XX havia no Brasil uma imagem idealizada da França, que se tornou modelo em todas as esferas: culinária, educação, moda, artes, penteado etc., campos que constroem o imaginário de sofisticação. Assim, “as elites falavam francês, liam revistas e livros lançados em Paris, a classe dominante devia falar francês para continuar no poder” (MELLO, 2004 *apud* VERGUEIRO, 2009, p. 30).

Isso significa que, no mercado linguístico do Brasil, o francês possui um grande valor – fato observável por meio das leis educacionais que conferiam destaque à língua francesa –, por estar ligado tanto à função de língua de cultura quanto à função de língua instrumental para o contato com a Europa. Mesmo tendo perdido esse *status* (instrumental de acesso para o mundo europeu) para o inglês, conservou-se no imaginário social brasileiro como língua de requinte. Além disso, saber francês não é somente símbolo de sofisticação pelo que a cultura francesa ainda representa, mas, sobretudo, pelo que o **inglês** representa: uma língua que, pelo discurso da utilidade, tem se tornado banal, um conhecimento que todos deveriam ter.

Geralmente, aqueles que buscam os cursos de francês já se comunicam em inglês, assim, o francês cumpre a função de língua de distinção, como observa Bourdieu (2000), quando diz que o lucro da distinção resulta do fato de que a oferta do produto (falantes de francês, no caso), precisa corresponder a um nível determinado de desqualificação. Assim, se todos os indivíduos pudessem se beneficiar das mesmas condições de aquisição das línguas, a lei do mercado não se manteria: “o lucro acha-se logisticamente distribuído em função das oportunidades de acesso, em função da posição ocupada na estrutura social” (BOURDIEU, 1998, p. 43).

Desse modo, podemos pensar que a grande maioria dos brasileiros falantes de francês está em dupla vantagem na relação de poder do nosso mercado linguístico: por já serem falantes de inglês (exercendo o poder sobre aqueles que não o falam) e por manterem seu capital linguístico valorizado com o francês – tanto pela memória discursiva do que significou o modelo da França no Brasil, quanto pelo seu acesso restrito, uma vez que o francês significa mais pelo que ele não é, do que pelo que ele já foi ou pelo que simboliza: língua não acessível a todos, já que não está mais presente nos currículos básicos. Os valores que possuem as línguas num mercado linguístico específico fazem com que o sujeito adote uma atitude específica para com essas línguas que vão marcando a sua subjetividade. As línguas que os sujeitos falam ou não falam os ligam a grupos e os distinguem de outros.

Além de apontar o francês como língua de seu interesse – por uma concepção “estética” – em A3.2, a participante também enuncia a sua afinidade com o alemão por questões de identidade (um *habitus* constituído e mantido na família). No entanto, de maneira diferente, lhe faltam palavras para explicar seu vínculo com o inglês: “e o inglês... eu

não sei... desde pequena eu sempre tive... sempre foi mais forte do que eu... assim... sempre parece que estava junto... eu e o inglês assim". Quando interpretamos essa fala pela teoria da AD, a sua afinidade com o inglês não é fato inexplicável, como pensa ser o sujeito. Essa é também uma relação sócio-historicamente construída, pois, como diz Celada (2002), não existe um "puro desejo" de aprender uma língua, pois este desejo está submetido às condições que lhe impõe a história. Sobre isso, as autoras Cox e Assis-Peterson (2007, p. 5) expõem que

Antes de falar inglês, o mundo falou latim e francês. Contudo, diferentemente do que ocorrera com o latim e o francês, línguas usadas, sobretudo, para a enunciação da alta cultura e, portanto, domínio restrito de uma elite intelectual e dirigente, nos tempos da globalização, o inglês se dissemina por todas as esferas de atividades sociais. Em nenhum outro tempo da história da humanidade, os homens precisaram tanto de uma língua comum como agora, ao serem reunidos pelo/no ciberespaço.

Houve um tempo em que as fronteiras somente eram atravessadas literalmente, "a ritmos dos pés humanos, dos cavalos e das canoas" (*ibidem*) e, portanto, a interação entre falantes de diferentes línguas se dava exclusivamente face a face (agraciada pelos recursos gestuais e pelas línguas de fronteira, que pela certa proximidade linguística facilitavam a comunicação). Na medida em que se aperfeiçoam os meios de transporte e os meios de comunicação (escrita, telefone, internet), surgem novas facilidades e necessidades, permitindo que pessoas de diferentes partes do globo se comuniquem e, segundo as autoras, "o único embaraço a esse meio de comunicação sem fronteiras é o gueto da língua materna, quando essa língua materna não é o inglês" (*ibidem*, p. 6).

No mercado linguístico, os diferentes discursos criam e mantêm uma memória discursiva de que o inglês é uma língua útil, instrumental, moderna, franca e que deve ser falada e estudada, como também vimos nas Sequências 1, a ponto de "língua estrangeira" ser interpretada correlatamente ao inglês. Ser falante de inglês é obedecer a um padrão bem-visto socialmente, é estar do lado "correto", é um modo "normal" de ser sujeito. Essa naturalidade enunciativa de necessidade, aliada ao prazer de ser detentor desse saber, se constrói por uma trama de discursos outros, como o do mercado linguístico, que viemos discutindo e, também, pelo próprio dispositivo escolar.

No dispositivo escolar, é histórica a tentativa de transformar o inglês em LE digna de ensino por excelência, o que nos é comprovado se passarmos a uma breve análise das leis educacionais para o ensino de línguas no Brasil, ou seja, o que respalda essa memória discursiva mobilizada pelos sujeitos das entrevistas é o discurso jurídico, pois ele influencia diretamente o dispositivo escolar.

Olhando para a história das leis que dispõem sobre a LE nos currículos escolares, é desde o decreto n. 19.890, de 1931, que o inglês começa a se sobressair oficialmente na educação, se tornando língua obrigatória no ciclo fundamental, lugar que antes era reservado às

línguas “mortas”. Rodrigues (2010) faz a importante observação de que é esse decreto que vai trazer transformações na maneira de se conceber o aprendizado de línguas, apontando que começa a ser desenhada uma “visão instrumental do conhecimento de línguas que passam a ser valorizadas de acordo com o grau de garantia de acesso que podem oferecer a determinada área do saber” (2010, p. 7). É a partir de então que esse discurso se assenta como justificativa para o estabelecimento das línguas no currículo e vai se regularizar nas leis que vão se seguir, como na Lei nº 4.244, de 1942, conhecida como Reforma de Capanema, que acentua o caráter da instrumentalização da língua, dando importância maior ao inglês e ao francês (RODRIGUES, 2010).

Embora as Leis de Diretrizes e Bases (1961, 1971 e 1996) não impusessem a especificação da língua estrangeira para o ensino, as condições materiais para que o inglês fosse a língua escolhida pelos conselhos estaduais já estavam dadas desde a Reforma de Capanema: havia mais professores qualificados disponíveis, mais recursos didáticos com um mercado editorial consolidado e cada vez mais estudos em Linguística Aplicada sobre o ensino de inglês como LE. Além disso, também possuía o trunfo de poder basear a sua publicidade ancorada no discurso do mercado de trabalho (RODRIGUES, 2010).

Como podemos observar, a LE – pela maneira como sempre foi instalada no currículo escolar e como foi discursivizada juridicamente, por meio das leis e decretos – ajudou a institucionalizar um discurso para a comunidade escolar e para a sociedade em geral sobre o lugar e a importância da matéria de LE na formação dos estudantes. Assim, estas leis, além de determinarem o lugar das línguas no currículo, também assentam imagens sobre seu ensino, sobre o papel das línguas no imaginário social e sobre os sujeitos. É por meio do discurso jurídico que podemos começar a refletir como o inglês se estabelece no dispositivo escolar e no mercado linguístico como língua estrangeira por excelência, estabelecendo também a memória de que sinônimo de LE é o inglês, enquanto as outras línguas sofrem um silenciamento. Do mesmo modo, é o discurso jurídico, entre outros, que também possibilita enunciados sobre o espanhol, como uma língua que tem certa importância no Brasil, mas que não precisa ser estudada, por meio do sentido de desoficialização de seu ensino, textualizado nas leis, como logo discutiremos.

Assim, a proximidade que A3 sente com o inglês, como vimos na sequência discursiva A3.2, portanto, não é uma relação espontânea, nem manifestação do seu inconsciente (embora também possa ser). A relação que os sujeitos brasileiros estabelecem com o inglês possui bases materiais discursivas e históricas, relação bastante distinta da existente com o espanhol, como veremos a seguir em mais uma sequência discursiva, retirada de A3:

| Sequência discursiva 3:

A3.3	[Entrevistadora]: Tem outra língua na <escola anterior>?
	[A3]: Tem espanhol... mas espanhol é só do quinto ao sexto ano...
	[Entrevistadora]: Ah... e você fez também?
	[A3]: Eu fiz
	[Entrevistadora]: Do quinto ao sexto?
	[A3]: Do quinto ao nono... perdão ((risos))... é:: aí eu fiz e:: quando eu tive... é:: a primeira vez foi no quinto ano... aí eu fiquei nossa meu Deus que legal... mas aí foi chegando no final e eu fiquei... ah... não gostei... assim... eu fui muito bem no espanhol... nas provas... mas achava que não combinava comigo assim... não me atraí pela língua...
	[Entrevistadora]: Não tinha nada a ver com o professor?
	[A3]: Não... eu gostava do professor... mas...
	[Entrevistadora]: Não chamou a sua atenção
	[A3]: Não... na língua não... eu ficava tipo... ah... legal... parece com o português
	[...]
	[Entrevistadora]: E de onde que você acha que vem esse seu interesse por cursar Letras... por gostar tanto de línguas estrangeiras?
	[A3]: Ah eu tenho pessoas na minha família... eu tenho uma tia e um primo meu que se formaram em Letras... aqui na Unesp...

Caso a entrevistadora não tivesse indagado sobre sua escola anterior, haveria ocorrido um apagamento do espanhol, nas sequências discursivas de A3. Chama a atenção o fato de a aluna ter estudado essa língua por cinco anos e não ter se lembrado, ou melhor, ter apagado de sua enunciação, num primeiro momento, metade do período em que a estudou, revelando que esse evento não foi significativo para ela. Sua explicação para essa falta de interesse é a falta de atração para com a língua, bem diferente da relação que possui com o inglês, como vimos.

As sequências A3.2 e A3.3 são bons exemplos de como o sujeito supõe que as suas palavras são suas, de que o que enuncia possui uma transparência de sentidos. No entanto, de acordo com a AD, o sujeito não é a fonte dos sentidos, suas palavras sempre remetem a outras palavras. Deste modo, quando enuncia que o espanhol é fácil, que o francês é bonito e que o seu vínculo com o inglês é até difícil de explicar de tão íntima que se sente com essa língua, leva-nos novamente ao conceito de memória discursiva:

[...] o ato de enunciar sobre acontecimentos do presente é atravessado pelo modo como o sujeito imagina e constrói discursos a partir de redes de filiação e de inscrição histórica dos sentidos [em formações discursivas], sempre sustentadas pela memória discursiva. (ROMÃO, 2011, p. 147).

Sobre a questão da suposta facilidade do aprendizado de espanhol para brasileiros, há números suficientes de publicações acadêmicas como o de Santos (2002) e Villalba (2004) que, a partir de óticas diferentes, trabalham com as representações e crenças que aprendizes de espanhol têm da língua. Todos esses trabalhos apontam que o brasileiro percebe a língua espanhola como fácil, como língua que não precisa estudar. Celada (2002) também aborda, a partir de um viés discursivo, essa “ilusão de competência espontânea” que possuem os brasileiros.

A formulação da participante A3, em A3.3, pertence ao enunciado que Celada (2002, p. 31) apontou e que guia o posicionamento do brasileiro diante do espanhol: “Estudar espanhol?! Precisa mesmo?”, que pode ser representado pela equação: espanhol – língua parecida – língua fácil. A autora observa que, durante a década de 90, o espanhol ganhou espaço nas academias brasileiras como língua auxiliar e instrumental de leitura, uma vez que na bibliografia de muitos cursos, sobretudo das ciências humanas, não havia traduções para o português: “no entanto, é preciso dizer que essa falta de necessidade de estudo, em vez de ficar limitada à habilidade da prática de leitura garantida pela específica materialidade da escrita, estendeu-se [...] à língua espanhola como um todo” (CELADA, 2002, p. 35).

Outra contribuição para o estabelecimento dessa visão do espanhol é a imagem reducionista que diz que o único inconveniente está nos seus falsos cognatos, como se saber uma língua fosse saber as “palavras” desta língua. Seguindo essa ideia, conseguiríamos facilmente alcançar o nível de domínio de uma LE por meio do seu vocabulário: sendo a língua e a linguagem concebidas como uma nomenclatura. Se assim fosse, o estudo formal da língua espanhola seria desnecessário porque os possíveis problemas que o brasileiro pudesse enfrentar ao se comunicar seriam contornáveis com o uso de dicionários ou com a memorização de uma lista de falsos cognatos. Se tomássemos a língua como nomenclatura, também estaríamos pressupondo uma transparência na língua, um excesso de confiança que contribuiria para que o espanhol fosse uma língua que não valeria a pena ser estudada.

O imaginário de língua fácil, língua que não precisa ser estudada, sobre o espanhol não se dá somente pela base linguística aproximada, mas também pela falta de visibilidade que seu ensino sempre teve no dispositivo escolar. Segundo Celada, apesar de haver, nas décadas de 40 e 50, a integração do espanhol no currículo (na Reforma de Capanema), essa política nunca chegou a ter um peso que marcasse ou modificasse a relação do brasileiro com o espanhol, somente chegou a alcançar “paixões individuais” (CELADA, 2002, p. 32).

Parecia que a luta para se inserir como disciplina no currículo tinha sido finalmente viabilizada a partir da sanção da lei nº 11.161 de 2005, que a instituía como disciplina de oferta obrigatória, porém como matrícula facultativa ao aluno. No entanto, além de textualizada de maneira bastante controversa, aberta a brechas interpretativas para a sua não implementação (RODRIGUES, 2010), antes de chegar a se cumprir, foi revogada com a Reforma do Ensino Médio – que institui, definitivamente, o inglês como língua obrigatória a ser estudada (além de ter sofrido um apagamento na Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2018). É nesse sentido que afirmamos que o discurso jurídico, ao textualizar, em suas leis e decretos, os lugares para as línguas estrangeiras nos currículos – obedecendo ao mercado econômico e linguístico –, ajudou a construir uma memória para essas línguas no dispositivo escolar.

Na sequência A3.3 também podemos ver o funcionamento, no discurso, de outro tipo de capital simbólico: A3 desfruta das vantagens do capital social, uma vez que em sua rede familiar há uma tia e um primo formados em Letras. Além disso, o fato de sua família ser de origem alemã a torna mais predisposta ao *habitus* propício ao aprendizado de LE e das línguas que quer estudar, como o alemão e o inglês. Apesar de ter informado, ao longo da entrevista, que seus pais não falam fluentemente línguas estrangeiras, eles possuem ensino superior e trabalham em suas respectivas áreas de estudos; sua mãe, por exemplo, é professora e já trabalhou em escolas bilíngues. A partir do conceito de *habitus* de Bourdieu, podemos inferir que o contexto familiar, ao qual pertence, fomentado pelo capital econômico, cultural e social, dos quais dispõe a participante A3, lhe garante o desenvolvimento de certas práticas, de certos gostos, de suas vontades e planos em relação à língua estrangeira, que se torna cada vez mais possível de serem realizados a partir dos lugares que frequenta, como a escola privada e os cursos livres de idiomas, o que lhe garantirá uma certa relação de poder em relação a outros sujeitos que não desenvolveram o mesmo padrão de *habitus*.

| Considerações

Ao analisarmos as sequências discursivas dos alunos do ensino médio, pudemos identificar três elementos atuantes nas possibilidades de sua produção enunciativa: a posse ou ausência de capitais (o econômico e os simbólicos), as leis do mercado linguístico e o dispositivo escolar, com suas leis e instituições. Ao começarmos a entrevista com a indagação “qual é sua relação com a língua estrangeira”, cada participante mobilizou sentidos diferentes para o termo “língua estrangeira”, de acordo com os “já-ditos” que regulam seus dizeres, dependendo do lugar de onde esses sujeitos partem para enunciar, de acordo com suas possibilidades de acesso a diferentes tipos de capitais, de acordo com os lucros linguísticos de cada língua no mercado e com a instituição escolar na qual estudam. Assim, seus gostos, suas opiniões, impressões e emoções em relação ao tema não são formulações individualizadas, frutos do consciente (ou somente do inconsciente), mas são construídos historicamente, em meio a disputas pelo exercício de poder por meio da língua.

O estudante A1 começa a enunciar a partir de sua relação com os jogos, relação essa que vai estar presente durante muitos momentos da entrevista (assim como o estudante A2), mas logo, sem a intervenção da entrevistadora, parte para as críticas ao ensino de inglês na escola. Essa mesma inserção de crítica à escola estará presente logo no início das falas de A2 e A4, revelando a falta de identificação prazerosa ou, até mesmo, ausência de qualquer identificação, como nas sequências de A3, onde há um apagamento da escola em sua relação com as línguas, principalmente a língua espanhola.

No entanto, as alunas da escola privada A3 e A4 possuem um outro lugar de enunciação para as línguas: estudam ou estudaram em cursos privados específicos de inglês e é a partir desse lugar que emergem suas afinidades para com esta língua, além de citarem suas relações familiares como espaço de partilha pelo reconhecimento da importância e gosto pela aprendizagem de línguas.

As sequências dos alunos A1 e A2, da escola pública, ficaram restritas ao universo do entretenimento do jogo e às críticas à escola, enquanto para os participantes A3 e A4, outros universos foram explorados, principalmente o gosto pessoal por viagens, estudos e trabalho. Nesse sentido, podemos observar como os capitais simbólicos, sobre os quais nos fala Bourdieu (2000), entram em jogo no discurso dos estudantes. Quanto mais dispõem de diferentes tipos de capitais – o econômico, para pagar cursos privados; culturais e sociais para partilhar seus gostos, acessar ou continuar acessando certos bens simbólicos –, mais o *habitus* do gosto pelo aprendizado de língua estrangeira é desenvolvido, sendo textualizado como algo natural: os sujeitos se apropriam dos seus dizeres, se empolgam ao falar de línguas estrangeiras, de seus desejos por aprendê-las e por usá-las em diferentes situações comunicativas. Por outro lado, a falta do *habitus* e dos capitais necessários para a construção desse mesmo *habitus* tornam os sujeitos alheios a esses saberes, inclusive alheios à própria língua, como pudemos observar quando A1 e A2 colocam a língua portuguesa numa relação de outorização.

Além do acesso e gerenciamento que os tipos de capitais permitem a certos sujeitos usufruírem e se apropriarem das línguas estrangeiras como elemento de prazer, naturalidade e empolgação, vimos em nossas análises, a partir do olhar de Pierre Bourdieu (1983, 1998, 2000), que outro elemento também oferece as condições de produção para esses enunciados e provém do mercado linguístico, ou seja, ao valor que as línguas (e seus falantes) possuem na sociedade. Assim, emergiu em todas as entrevistas, tomando grande parte das enunciações, o reconhecimento do inglês como sinônimo, por vezes exclusivo, de língua estrangeira. Para trazer para a materialidade as outras línguas estrangeiras que emergiram, foi necessária, em três das quatro entrevistas, uma interpelação explícita da entrevistadora. No mercado linguístico brasileiro, as línguas estrangeiras vão estabelecendo relações objetivas entre si, na medida em que funcionam como a “língua do mercado”, caso do inglês; a “língua da distinção”, caso do francês; a “língua de identidade e afeto”, como no caso das línguas de herança; e aquelas cujos vínculos de estudo e identificação são frágeis, como no caso do espanhol.

Somam-se a esses valores no mercado das línguas a atuação do dispositivo escolar, a partir, sobretudo, do discurso jurídico, na perpetuação do inglês como língua estrangeira por excelência e no apagamento das outras línguas, na medida em que é na escola que os sujeitos vão estabelecer o primeiro contato formal e metalinguístico com as línguas. É por meio das diferentes práticas e estratégias discursivas e não discursivas ali engendradas que vão sendo construídas verdades sobre e para os sujeitos aprendizes de língua, sobre o que é normal, como se deve pensar e se comportar enquanto aluno debutante de um novo conhecimento.

É geralmente no sexto ano do ensino fundamental, ao menos nas escolas públicas estaduais de São Paulo (SP), a primeira vez que os sujeitos são interpelados com discursos de e sobre pelo menos duas línguas: a oficial e a estrangeira⁹. É a partir desse momento que eles irão mobilizar diferentes sentidos discursivos ao pensar e agir na/sobre as línguas, uma vez que na escola não só são desenvolvidas habilidades comunicativas ou são obtidos conhecimentos linguísticos formais, mas é, sobretudo, o espaço onde os alunos adentram um novo terreno discursivo no qual têm a oportunidade de se reconhecerem enquanto aprendizes de LE, com uma memória que essa posição de sujeito acarreta.

É no dispositivo escolar, no espaço institucional e cotidiano, onde se constroem saberes sobre a LE de outra ordem que não a meramente formal, mas de âmbito ideológico, é também o lugar em que seremos atravessados por discursos vários como a importância de se aprender uma LE, por que deve ser determinada língua em vez de outra, por que a introdução dessa disciplina é feita naquele momento de nossas vidas, etc. Neste sentido, afirmamos que é o dispositivo escolar o principal possibilitador da constituição do sujeito que enuncia sobre as LEs no Brasil, pois ele tem o poder de pôr em prática, de materializar, o valor adquirido pelas línguas no mercado linguístico. É o dispositivo escolar que evidencia, manuseia, reproduz ou transforma o acesso aos capitais simbólicos na forma como são distribuídos socialmente.

| Referências

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, P. Las formas del capital: Capital económico, capital cultural y capital social. In: BOURDIEU, P. *Poder, derecho y clases sociales*. Bilbo: Desclée de Brouwer, 2000. p. 131-164.

9 Sabemos que, em muitos casos, a língua materna e a oficial não coincidem para os sujeitos. No entanto, para os sujeitos entrevistados neste trabalho, esses dois termos são intercambiáveis, uma vez que todos eles possuem a língua portuguesa como materna, num território onde ela é oficial.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BOURDIEU, P. O mercado lingüístico. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1983. p. 95-107.

CELADA, M. T. O que quer, o que pode uma língua? Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 145-168, 2008.

CELADA, M. T. *O espanhol para o brasileiro*. Uma língua singularmente estrangeira. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. Inglês em tempos de globalização: para além de bem e mal. *Calidoscópio*. v. 5, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/5616/2818>. Acesso em: 12 maio 2018.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 26. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2016.

FOUCAULT, M. Verdade e subjectividade. *Revista de Comunicação e linguagem*, Lisboa, n. 19, p. 203-223, 1993.

HERRERO VALEIRO, M. *A normalização linguística*. Uma ilusão necessária. Santiago de Compostela, Espanha: Através Editora, 2015.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Pontes da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, F. dos S. C. *Língua Viva, Letra Morta*. Obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro. 2010. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Espanhola) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROMÃO, L. M. S. Formação discursiva e movimento do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia. In: BARONAS, R. L. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2011. p. 147-159.

SANTOS, H. S. O papel dos estereótipos e preconceitos na aprendizagem de línguas estrangeiras. *Congreso Brasileño de Hispanistas*, 2. São Paulo: Associação Brasileira de Hispanistas, 2002. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000012002000100029&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 28 jan. 2019.

SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

VERGUEIRO, T. O. de N. *Professores de francês apesar de tudo: o papel das representações sociais nessa história de persistência*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

VILLALBA, T. K. O mito da “língua fácil” na aprendizagem de espanhol por falantes brasileiros – aspecto lexical. *Calidoscópio*, v. 2, n. 1, p. 101-108, 2004. Disponível em: www.revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6488. Acesso em: 12 jan. 2019.

Como citar este trabalho:

GALELLI, Cinthia Yuri; ROCHA, Nildiceia Aparecida. Mercado linguístico e capital simbólico no dispositivo escolar: um estudo discursivo sobre as línguas estrangeiras. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 126-148, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em “dia/mês/ano”. <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17002>.

A LINGUAGEM FAZ O CÉREBRO. MENTE SEMIOLOGAL EM CÉREBRO NEURONAL

LANGUAGE MAKES THE BRAIN. SEMIOLOGAL MIND IN NEURONAL BRAIN

Waldir BEIVIDAS¹

Resumo: O presente artigo procura avançar argumentos teóricos para interpor “razões semiológicas” da linguagem humana na construção e concepção do mundo, perante “explicações causais” dessa construção pela legião de neurônios do cérebro humano, provenientes das neurociências. Principia com reflexões sobre o conceito de “semiocepção” e implicações que pode gerar, no ambiente atual das interfaces da semiótica com a filosofia fenomenológica, perante o conceito de “percepção”, implicações que vêm induzindo a uma viragem fenomenológica da teoria semiótica em grande parte da reflexão de alguns pesquisadores. Em seguida, levanta inevitáveis confrontações que o conceito de semiocepção está destinado a ter com as neurociências, para as quais o cérebro neuronal detém o comando geral da concepção do mundo pelo homem – ao que chamo “neurocepção” – o que se traduz atualmente em forte pressão biológica, naturalista, materialista ou neurocientista, que o campo semiótico recebe, e se vê solicitado a discutir, de vez que tais proposições neurobiológicas da mente humana tangenciam de perto a emergência e a natureza do sentido (humano), tema crucial que vem desafiando a teoria semiótica desde suas origens.

Palavras-chave: Semiologal. Sentido. Percepção. Semiocepção. Neurocepção.

Abstract: This paper seeks to advance theoretical arguments to interpose “semiologal reasons” of human language in the construction and conception of the world before the “causal explanations” of this construction by the legion of neurons in the human brain, coming from the neurosciences. It begins with reflections on the concept of “semioception” and the implications it may generate, in the current environment of the interfaces between semiotics and phenomenological philosophy, in the face of the concept of “perception”, implications that have been inducing a phenomenological

¹ Docente da USP – Universidade de São Paulo. E-mail: waldirbevidas@gmail.com.

turn in semiotic theory in much of the reflection of some researchers. It then raises inevitable confrontations that the concept of semioception is destined to have with the neurosciences, for which the neuronal brain holds the overall command of man's conception of the world - what I call "neuroception" - which currently translates into strong biological naturalistic, materialistic, or neuroscientist pressure that the semiotic field receives, and is asked to discuss, as such neurobiological propositions of the human mind closely touch the emergence and nature of (human) sense, a crucial theme that has been challenging semiotic theory since its origins.

Keywords: Semiological. Sense. Perception. Semioception. Neuroception.

1. Introdução

Todo conhecimento possível do mundo provém do modo como ele faz sentido ao homem. A teoria semiótica se construiu, por décadas, como teoria da produção do sentido e de sua manifestação nas diversas práticas humanas, verbais, visuais, gestuais. Ultimamente vem sendo exigida sua atenção e seus posicionamentos para dar conta da emergência do sentido bem como de sua natureza, isto é, de seu ponto de origem, *a quo*².

Para a fenomenologia, segundo o viés merleauPontiano, esse ponto de origem está dado na **percepção**, como primeiro solo onde o sentido se doa. A percepção deteria a primazia da construção do mundo significativo para o homem. À sua vez, os estudos atuais da bioneurologia científica apontam o cérebro, mormente a equipagem neuronal de que dispomos como homens, como sede da construção do sentido. Se, como indica o exorbitante título da versão francesa da obra de V. Ramachandran, *Le cerveau fait de l'esprit* (2011), então nosso conhecimento do mundo proviria de uma **neurocepção**, neologismo inevitável sob o precioso apoio do étimo latino – *capio, cepi, captum, capere*, captar, apreender, e seu cognato *caput* (cabeça), tudo a indicar uma operação eminentemente mental – étimos que também se reverberam em percepção.

Ora, a teoria semiótica de Greimas e a teoria linguística de Saussure e de Hjelmslev, das quais procede, oferecem a robusta hipótese de que nosso conhecimento do mundo é peremptoriamente gerado nas malhas das linguagens. Este é um princípio **semiological**

2 O presente texto retoma, com modificações e expansões, comunicação apresentada em colóquio internacional, em 2018 (Toronto-Canadá), e publicada em versão sintética, na revista *Semiotica (online) Journal of the International Association for Semiotic Studies / Revue de l'Association Internationale de Sémiotique* (BEIVIDAS, 2020). A temática do colóquio versou sobre "Pontos cegos e pontos caolhos em semiótica. Conceitos impensados ou a pensar". Dentre suas demandas figurou aquela voltada às "inovações conceituais" no campo da teoria semiótica francófona.

dessas teorias, em sua vertente imanentista³. Fundada no ato semiológico arbitrário das linguagens, uma operação de **semiocepção** comandaria toda a operação mental da percepção humana, ela própria, com prevalência e antecedência. Por sua vez, a semiocepção poderia ser teorizada, igualmente, como indutora das operações neuronais do espírito. Não é o cérebro que faz o espírito; é a linguagem que “faz” o cérebro humano no que tange à natureza e emergência do sentido. Em sua plasticidade neuronal, o cérebro se curva, resiliente, às coerções estruturais e funcionais das linguagens humanas para a produção do sentido e, por decorrência grandiosa, de todo o mundo cultural, simbólico, imaginativo e criativo do homem comum, do homem de ciência, do homem das artes. É nesse horizonte epistemológico de reflexão, e de desafio, que este artigo propõe a dar sua contribuição aos estudos atuais sobre a natureza e emergência do sentido humano⁴.

| Semiocepção vs. percepção

Semiocepção é conceito que dá nome à operação do ato semiológico derivado do “princípio da arbitrariedade” do signo linguístico, proposto por Saussure na base de sua teoria (2005)⁵. A experiência teórica para levar a cabo o conceito foi a de tomar o princípio do arbitrário e levá-lo à sua radicalidade extrema. Era o desafio de evitar o risco, muito

3 O neologismo “semiologia” – aplicado ao subtítulo deste artigo – provém da aguda reflexão de Claude Zilberberg (1981), um dos mais profícuos seguidores da semiótica greimasiana em sua vertente imanentista. Sugeriu o termo para reverberar com ele a força constitutiva que funda as “virtudes teológicas” da Igreja católica. Por essa reverberação, os princípios semiológicos definem a base primeira, irrevogável, sobre a qual está constituída a linguagem: os dois planos do signo (significado/significante; forma/substância), a arbitrariedade, a imanência. O grande ganho do termo é poder abranger não apenas a semiótica narrativa, mas também toda e qualquer teoria semiótica, semiologias, teorias do discurso, filosofias da linguagem que concebam o lugar da linguagem como o epicentro do conhecimento humano, e não apenas como simples instrumento de comunicação ou de expressão do pensamento, ou ainda de mera representação de uma realidade do mundo suposta independente e externa à linguagem.

4 De modo que o título deste artigo – “A linguagem faz o cérebro” é uma espécie de “provocação” – no sentido benfazejo de convite ao diálogo – que o campo das teorias da linguagem pode fazer ao campo das neurociências, as quais entendem, via de regra, que é o cérebro humano o criador da linguagem, a bem dizer, o criador de “tudo”, conforme o título também exuberante do último livro de nosso renomado cientista, Miguel Nicolelis: *O verdadeiro criador de tudo. Como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos* (2020).

5 O conceito de semiocepção foi lançado, em esboço inicial, num artigo em homenagem a Greimas dos pesquisadores latino americanos (BEIVIDAS, 2003). Foi desenvolvido mais amplamente em uma tese acadêmica, em 2015, publicada na França, sob o título *La semiologie de Saussure et la sémiotique de Greimas comme épistémologie discursive. Une troisième voie pour la connaissance* (2017), e em seguida no Brasil, sob o título *Epistemologia discursiva. A semiologia de Saussure e a semiótica de Greimas como terceira via do conhecimento* (2020). Este último está disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/522>

bem apontado por R. Amacker (1975), de que qualquer atenuação ou apequenamento do princípio significa de imediato decair explícita ou difusamente em nomenclaturismos realistas ou referencialistas, de diversos graus e gêneros. Esse nomenclaturismo, que Saussure ironizava como concepção “adâmica” do mundo – a linguagem nada mais faria do que dar nome aos objetos do mundo, como o teria feito primeiramente nosso pai Adão – revela-se atualmente, pouco mais pouco menos, como a concepção realista e naturalista do mundo, nomeada por Hjelmslev “realismo ingênuo” (1971), ou por Greimas “realismo positivista” (1983), concepção vigente na maioria das ciências exatas e ciências neurobiológicas da mente: o real estaria dado inteira e integralmente por Dama Natureza, prévio e independente da linguagem humana.

O outro lado do risco, este não apontado por Amacker, está em que atenuar o efeito radical do princípio semiológico do arbitrário das linguagens significa decair num idealismo transcendental: conceber o real do mundo como derivado de constructos da mente, do espírito, do pensamento, a linguagem permanecendo nisso como mero instrumento de expressão e comunicação desses constructos. Em diferente gradação, e em que pesem as exceções, a maior parte das filosofias aí se enquadra.

Evitar esses dois riscos – realismo positivista e idealismo transcendental – requer que entendamos o ato semiológico, fundado no arbitrário do signo (a solidariedade expressão/conteúdo), não como um ato local, limitado à construção do signo, meramente para defini-lo como objeto da linguística. Bem mais do que isso, trata-se de ato **epistemológico**, basal, de conhecimento: o mundo real, da objetividade das grandezas da natureza, e o mundo fenomenológico da subjetividade, consciente e inconsciente do homem, resulta da complexa maquinaria sintático-semântica das linguagens. Do fonema mínimo ao discurso máximo, em língua natural; das grandezas mínimas às cadeias sintagmáticas máximas, em demais linguagens, científicas ou não, tudo compõe a “macrossemiótica do mundo natural”, na expressão feliz de Greimas (1983), isto é, um mundo internalizado, imanente à linguagem humana.

Nesse entendimento, a semiocepção significa o conceito pelo qual se reconhece que a linguagem cria os existentes do mundo; cria nossa maneira de perceber e conceber o mundo, objetivo ou subjetivo. É uma operação integralmente inscrita no âmago da linguagem, *lato sensu*, a englobar a língua natural, a linguagem gestual, as linguagens visuais, as linguagens somáticas (do semblante, das posturas, dos movimentos corporais), enfim, das práticas humanas significantes. A expressão “no âmago da linguagem” significa que tal operação semioceptiva está submetida peremptoriamente ao princípio do arbitrário do signo, da linguagem como Instituição humana, **instituição sem análogo**, segundo o Saussure dos *Escritos* (2002).

Esquecemo-nos frequentemente do peso semântico da expressão Instituição. Instituir significa estipular, fixar, determinar, instaurar, estabelecer, determinar. A linguagem cria, portanto, signos instituintes dos objetos do mundo e não apenas seus representantes. Na rede desses signos instituintes, todo ato semiológico decorrente do âmago da

linguagem, assim compreendido, impõe ao sujeito a maneira pela qual ele vai finalmente conceber o mundo. É ato de con-cepção – outro cognato “ceptual” – do mundo, via linguagem, via semiose símica, portanto ato de semiocepção. Tal conceito tende a dar uma demonstração reforçada à tese maximalista de Hjelmslev (1971, p. 173): “a linguagem/ língua (*Sprog*) é a forma pela qual concebemos o mundo”.

Nenhuma novidade há no conceito de semiocepção que já não estivesse contida no ato semiológico desde Saussure, salvo o fato de o novo termo estar recuperando e resgatando o anterior de uma espécie de limbo, tal o modo como ficou adormecido o termo Semiologia; salvo o fato de ele estar entrando a disputar espaço, desta feita não metodológico, a pensar a disciplina da semiologia, mas antes epistemológico, a rivalizar em gnoseologia em outras arenas, a da fenomenologia e a das neurociências.

No espaço que cabe a um artigo, não há como evitar o uso de formulações assertivas: a semiocepção impõe ao sujeito o modo como ele está, por assim dizer, “condenado” a **conceber** o mundo sob a paleta da linguagem; o modo como estará condenado a **ver** o mundo dessa e não daquela maneira, condenado a **perceber** o mundo sob a condição de possibilidade que lhe instaura a linguagem. Nossa visão está angulada semioceptivamente. Nossos ouvidos se aprumam semiologicamente perante os vários ruídos do mundo. Nosso tato não transduz cifras sinápticas entre tecidos nervosos, ele qualifica semioticamente o que toca. De modo que os sentidos todos se regulam semioceptivamente. Por fim, e principalmente, nossa percepção já leva de antemão o cunho semiotizante da linguagem; está semiotizada desde sua origem. Não é uma percepção bruta a partir de propriedades, capacidades, mecanismos, equipagem provindos do mundo animal. É um tudo proveniente de sua semiotização, uma percepção imediatamente semioceptiva.

O ato semiológico ou de semiocepção – eis o coração da hipótese – impõe a toda captação sensória, a todo ato perceptivo, uma transformação colossal: uma apreensão dos dados brutos provenientes do mundo, originalmente registrada e quantitativamente cifrada pelos órgãos captadores – sejam eles de fora do corpo (estímulos exteroceptivos), sejam do interior do corpo (estímulos propioceptivos e interoceptivos) –, tal apreensão se **reforma de imediato** em uma apreensão significativa, imposta qualitativamente ao mundo, portanto semioceptiva. É assim que o mundo das quantidades “estúpidas” da matéria física e biológica se torna doravante o mundo “inteligente” da vivência humana. O mundo se torna então **fenomenológico** à escala humana, termo que a coerência das coisas obriga a precisar: o mundo se torna, antes, **semiológico**. Toda fenomenologia humana não tem como evitar de ser semiológica.

Dito em outros termos, a semiocepção de uma linguagem acarreta um metamorfismo generalizado da percepção, que passa a ser teleguiada pela semiocepção. Tudo se passa como se uma “lesão languageira” infringisse ao cérebro, a seus dispositivos sensoriais e perceptuais, uma rede de categorias de linguagem. É assim que o sujeito perceberá, no sentido forte da palavra, as cores do arco-íris, tal como o pacto semiológico de sua língua

lhe proporciona. Sujeitos de línguas diferentes perceberão diferentemente as cores do arco-íris, não importa que tenham um mesmo sistema neuroperceptivo geral⁶. É assim também que um maestro perceberá uma única nota dissonante numa orquestra de dezenas de instrumentos, guiado agudamente pela sua alta competência em semiologia musical, perante uma plateia, extasiada, a qual certamente “não escutará” tal desafino, embora tendo o mesmo sistema neuroperceptivo de audição que o maestro.

E o mesmo valerá para quaisquer experiências semiológicas de especialistas ou do cidadão comum. Por exemplo, o crítico das artes pictóricas, *expert* em semiologia na matéria, *verá*, por sua semiocepção, inúmeras regras de composição de cores, de profundidades, de intensidades, de perspectivas, de linhas, onde o cidadão comum apenas enxergará figuras, cores e traços gerais. Por sua vez, o especialista em semiótica da dança extrairá semioceptivamente dos movimentos dos corpos uma infinidade de tipos de saltos, de viragens alentadas ou aceleradas, de posicionamentos corporais, onde o cidadão comum, extasiado, verá tão somente belos movimentos corporais. Um tenista *expert*, isto é, adestrado semiologicamente nesse jogo, verá estratégias de posicionamentos das raquetes, de movimentações na quadra, de ataques, efeitos e direções inusitadas da pequena bolinha, enquanto o não especialista, mesmo movido com todo o arsenal da percepção ingênua de sua vista, verá apenas uma bolinha que dança “prá cá e prá lá”, até mesmo, enfadonhamente.

Uma anedota pessoal: admiro muito as soluções incríveis das posições da mão esquerda de João Gilberto e das batidas de bossa-nova de sua mão direita, umas mais sofisticadas do que outras. E me irrita bastante ouvir gente dizer: “ele toca e canta sempre do mesmo jeito”. Minha pouca *expertise* de violonista amador, de semiologia musical, me possibilita ainda assim ouvir muito mais matizes do que um “cantar do mesmo jeito”. E todos temos os mesmos dotes perceptuais, caso o consideremos ante-linguagem, ante-semiologia, ante-semiocepção.

Ora, o que tudo isso quer dizer se não que, pelo adestramento semioceptivo de cada um, *vemos* e *ouvimos* a realidade das coisas de modo completamente diferente, uns dos outros!

Nesse entendimento, o ato semioceptivo tem primazia heurística, para além e para aquém do ato perceptual. No sentido que é pela semiose conveniada que o sujeito descobre

6 Não fosse assim, sem a sistematização da paleta de cores pela semiologia das linguagens, todo o sujeito estaria prisioneiro do exemplo ilustrado por Cassirer (1933, p. 27-28) sobre paciente acometido por amnésia de cores. Ele distingue nuances detalhistas, um mundo super colorido “mais rico e mais concreto”, mas sem coordenar as cores em suas tonalidades básicas, um mundo super matizado (*bariolé*), mas sem organização sistemática. É como se tal paciente “visse” diretamente todas as nuances de cores do mundo, sem uma organização “semioceptiva”. Conclui Cassirer: “se não me engano, esse caso particular contém toda uma teoria geral”. É uma teoria para essa temática que os argumentos aqui brevemente desenhados perseguem.

ou inventa o mundo que se torna então seu mundo percebido. É por essa semiocepção conveniada que o sujeito cria ou descobre seu corpo próprio, que sente a gama de suas dores e de seus afetos. A semiocepção, pactuada em semiose do ato semiológico, guia a apreensão (dos sentidos) e a reforma em percepção significativa, semiotizada de pronto. Noutros termos, o sujeito percebe não pela caução de seus órgãos sensoriais, ou pelos seus equipamentos perceptuais, mas pelo arbitrário das formas imanentes da linguagem (no conteúdo e na expressão); percebe o que as linguagens o levam a categorizar sobre um *continuum* de fenômenos substanciais. Enfim, percebe, vê, sente, apreende segundo aquilo que sua linguagem o leva a fazer.

Nesse contexto, vale a pena recuperar a reflexão de Saussure, quando diz com a simplicidade profunda do sábio: “dizemos homem e cachorro porque antes de nós disseram homem e cachorro” (2005, p. 108). Um timbre fenomenológico à expressão e ela se torna epistemologicamente mais abrangente: nós **vemos** homem e cachorro, nós **percebemos** homem e cachorro, porque antes de nós nos **ensinaram** (semiologicamente) homem e cachorro. É muito instrutiva a etimologia do latim vulgar, sobre o termo *in-signare*: apor uma marca, colocar sob signo, assinar.

Para compreender o lugar de emergência do sentido da vivência humana, para compreender as implicações do metamorfismo qualitativo operada sobre o contínuo que os dados brutos, quantitativos e amorfos do real do mundo e do real do seu corpo apresentam ao sujeito; para que tais dados amorfos possam tornar-se então seu mundo humano, o mundo de seus afetos, o único meio, sem entremeio, sem metáforas ou analogias – e sobretudo sem descarregar nos ombros da percepção atributos criacionistas, faculdades não se sabe vindas de onde, nem quando, nem como – não é inválida a hipótese languageira de entender a percepção como constantemente induzida e guiada pela ação permanente e recorrente do ato semiológico do sujeito. A percepção vem fundada e guiada pelo pacto semiológico, por sua vez, deduzido do princípio do arbitrário, o que faz dela uma percepção fundamentalmente semiologizada ou semiotizada, numa palavra, a faz revelar-se, antes, como semiocepção.

O semioceptual parece passível de ser demonstrado como tendo estatuto epistemológico superior ao perceptual. Para além da percepção do mundo – humano, bem entendido – no sentido forte, corporal, encarnado, isto é, fenomenal, de Merleau-Ponty, à semiocepção deveria ser atribuída verdadeira primazia epistemo-(lógica) – se todavia tivesse de haver alguma disputa entre o fenomeno-(lógico) do filósofo e o semio-(lógico) de Saussure. De outro modo será difícil reconhecer a legitimidade teórica, em semiótica e em epistemologia geral, de uma percepção humana que apreende de maneira significativa o mundo, isto é, que seja uma ante-sala doadora do sentido, sem ter ela própria passado pelo crivo de um pacto semiológico, peremptório, que a tenha dotado de recortes diferenciais, valenciais, opositivos, tensivos, para o mundo que percebe, mundo único e singular de valores significantes que se abre assim ao sujeito.

A filosofia fenomenológica de Merleau-Ponty se construiu parametrada criticamente perante a psicologia da Gestalt e a psicologia Experimental. Sua leitura de Saussure, sem demérito algum pelo que foi, sobretudo porque precoce, não teve como evitar, dado o contexto seu, a insuficiência e certa precariedade. E nos anos em que esteve mais próximo da leitura saussuriana, o ambiente linguístico pouco lhe podia oferecer além das interpretações canônicas do *Curso de Linguística Geral*, sendo, à sua vez, Hjelmslev quase completamente ignorado nos meios linguísticos de então, consequentemente também pelo filósofo. Aos especialistas a tarefa de contra-argumentar e nos revelar um Merleau-Ponty mais radicalmente saussuriano sob o ângulo semiológico, e também epistemológico das argumentações que aqui se põem.

Importa, por fim, ressaltar que a rivalidade que o conceito de semiocepção começa a criar perante o de percepção da fenomenologia – a meu ver manuseado com boa dose de leniência, sem criticidade mais empenhada no campo semiótico – encontra precioso e inusitado apoio no próprio campo da filosofia fenomenológica, ou ao menos num de seus autores importantes. Trata-se da afirmação enérgica de Jan Patočka, em dissonância perturbadora perante o coração das hipóteses fenomenológicas de M. Ponty e inúmeros seguidores:

A linguagem não é de maneira nenhuma um degrau superior de nossa vida no mundo entre as coisas, cujo nível elementar seria o da percepção. A linguagem, em sua possibilidade profunda, é **condição de possibilidade da percepção humana ela própria**. O campo primário do mundo é o da linguagem. (PATOČKA, 1995, p. 140-141, tradução e ênfase nossas)⁷.

Percepção ou semiocepção? Eis alguns argumentos conceituais novos a possibilitar uma reavaliação do *tournant phénoménologique* da semiótica. Eles sugerem antes uma viragem semiotizante para a própria fenomenologia, a cargo de filósofos porventura interessados pela radicalidade das proposições saussurianas, hjelmslevianas e greimasianas.

| Semiocepção vs. neurocepção

Num sobrevoo breve do campo da neurobiologia e neurociências, a literatura disponível nos mostra bastante bem que, desde finais do século XIX e inícios do século XX, um otimismo crescente dos estudos fisiológicos e neurobiológicos dita a passos largos um itinerário reto, rumo a uma concepção inteiramente materialista e naturalista do espírito humano. Nos anos 1920, H. Piéron resume o otimismo. Em apreciação irônica e crítica, a teoria behaviorista lhe parecia anunciar como divisa, em tom demiúrgico:

7 No original : « Le langage n'est en aucune façon un degré supérieur de notre vie au monde parmi les choses dont le niveau élémentaire serait celui de la perception. Le langage, dans sa possibilité profonde, est condition de possibilité de la perception humaine elle-même. Le champ primaire du monde est celui du langage ».

“dai-me um nervo e um músculo e eu vos farei um espírito” (PIERON, 1922, p. 230). Meio século depois, anos 1970, os estudos neuronais começam a ganhar relevo no ambiente das ciências naturais e mesmo humanas, a permitir a J.P. Changeaux propor, com igual audácia, que “o homem nada mais tem a fazer com o ‘espírito’, basta-lhe ser um Homem Neuronal” (1991, p. 174). Todas as nossas ações, pensamentos e emoções se explicariam em grafos e configurações de populações bilionárias de neurônios com suas sinapses trilionárias. A ironia de Pieron poderia ser retomada e atribuir nova divisa a Changeux: “dai-me dois neurônios e uma sinapse e eu vos farei um espírito”.

Tais gestos demiúrgicos assustam o semiótico, entre fascínio e perplexidade. Ele prefere Valéry (*apud* ZILBERBERG, 1988, p. 41): “as palavras fazem parte de nós mais do que os nervos”. A expressão, mais terrena e justa a seus olhos, no entanto, não responde com suficiência à pressão materialista e monista das neurociências e suas concepções sobre o advento do espírito, portanto, de sua proeza maior, o sentido.

Atravessado um século de visão **localizacionista** do cérebro – esquadrinhamento geográfico e minucioso em áreas, corticais, subcorticais, tálamo, hipotálamo, áreas de Broca, de Wernicke... – as pesquisas da neurobiologia vêm tomando recentemente um rumo, antes, **distribucionista**: os neurônios não têm lugares tão fixos, transitam um pouco mais fluidamente no cérebro. Para Nicolelis (2011, p. 19), notabilizado pela façanha de ter feito a intencionalidade de um paraplégico sair de seu cérebro, comandar um exoesqueleto robótico e abrir uma copa futebolística com um chute de bola; para esse neurobiólogo, todas as árduas tarefas neuronais são executadas “por meio do trabalho coletivo de grandes populações de neurônios distribuídos por múltiplas regiões cerebrais, capazes de participar da gênese de várias funções simultâneas”. As áreas cerebrais localizacionistas ou distribucionistas disputam e partilham ultimamente de espaço conceptual com o advento de uma **tipologia neuronal**: neurônios cognitivos, emotivos, neurônios-espelho ou miméticos, neurônios da leitura, da atenção, neurônios táteis, gustativos.

Por sua vez, a legião de bilhões de neurônios, com suas não menos trilhões de sinapses, recebe dos neurocientistas de hoje explicações rivalizantes: para uns, trata-se de um poderoso **sistema computacional** de milhões de algoritmos gerados ao logo da filogenia das espécies (MINSKY, 1988, p. 112); para outros, trata-se de um **cérebro relativista**, cito novamente Nicolelis (2011, p. 434): “[a] nova abordagem visa traçar os caminhos pelos quais o pensamento é esculpido, momento a momento, por uma dinâmica relativística que permite a fusão do espaço e do tempo neuronais”; para terceiros, as operações mais nobres geradas pelo cérebro são de natureza **quântica**. A consciência humana não pode ser descrita em termos de cálculos dos algoritmos computacionais, cito Roger Penrose (1995, p. X – tradução nossa⁸):

8 No original : « la pensée consciente met nécessairement en jeu des éléments qu’aucune procédure de calcul ne peut même simuler, et qu’un calcul, par lui-même, peut encore moins susciter des intentions ou des sentiments conscients. Ainsi l’esprit est nécessairement indescriptible en termes de calcul ».

[...] o pensamento consciente põe necessariamente em jogo elementos que nenhum procedimento de cálculo pode sequer simular, e que um cálculo, por si próprio, pode menos ainda suscitar intenções e sentimentos conscientes. De modo que o espírito é necessariamente indescritível em termos de cálculo.

O controle das atividades sinápticas entre neurônios se efetuará num nível mais profundo, continua Penrose, que parece corresponder a uma importante atividade física situada na fronteira que separa o mundo clássico do mundo quântico.

A leitura desses autores e da história e constituição das neurociências é fascinante. E não traz nenhum incômodo ao semiótico se o cérebro é melhor visto cartografado em áreas corticais, se os neurônios se deixam ver distribuídos, se estão tipificados em cognitivos, emotivos, especulares, táteis, ou mesmo nas particularidades de um “neurônio da vovó” – responsável pelas nossas mais remotas lembranças visuais de infância. Nem mesmo incomoda o semiótico se a vasta galáxia em rede dos neurônios bilionários e das suas sinapses possam ser explicadas em termos computacionais, algorítmicos, relativísticos ou quânticos. A essas explicações o semiótico fica a observar como um expectador atento, interessado e fascinado, conquanto não competente na matéria.

Também não lhe incomoda o quanto a literatura desse campo divulga a enorme quantidade de experiências neuronais bem localizadas, em laboratórios altamente técnicos, mormente praticadas com pequenos animais ou animais de maior porte e mais próximos evolutivamente do homem – algumas espécies de macacos. Nessas experiências, os neurocientistas cartografam minuciosamente os fluxos e circuitos neuronais, com aparelhagem sofisticada de imagens e ressonâncias. Com isso, conseguem interceptar os potenciais elétricos dos neurônios que brilham nas telas dos computadores e pipocam (*spike*) nos altofalantes aí acoplados, soando-lhes uma bela “sinfonia neuronal”. O brilho e a sinfonia das atividades neuroelétricas traduzem para eles, de imediato, a intencionalidade desses animais dada pelos movimentos musculares de seus braços, de suas pernas, de seu olhar. Também aqui o semiótico só tem a admirar os avanços tecnológicos da área e a alta criatividade dos neurobiólogos, seus protagonistas.

A perplexidade surge quando, não importa se localistas, distribucionistas, computacionais, relativistas ou quânticas, as formulações dos neurocientistas, a partir e baseadas nessas experiências laboratoriais com pequenos animais, vêm apresentadas, unânimes, num triunfalismo um tanto apressado, a generalizar e expandir, de chofre, seus resultados, localmente adquiridos, para a globalidade do espírito humano: se os neurônios do comando intencional do braço do macaco geram seus movimentos musculares, então **se deduz** diretamente disso que o cérebro também gera, produz, cria a intencionalidade e o espírito humano na sua globalidade. O cérebro esculpe, dirige, causa a consciência, o pensamento, as emoções, a linguagem e *tutti quanti*. Essa generalização e amplificação são recorrentes no campo, quase profissão de fé. Vejamos alguns exemplos:

Sem nenhuma dúvida compreenderemos melhor como o cérebro humano produz o espírito se conseguirmos compreender os cérebros mais simples que não produzam nem espírito nem consciência. (DAMASIO, 2011a, p. 44, tradução nossa)⁹;

Seguramente é bastante mais complicado, com efeito, mas mesmo assim iremos nos interessar por esse pequeno pedaço de matéria cinza, essa pequena zona, esse microterritório: por exemplo, tentar compreender como um sapo vê passar uma mosca e decide lançar-se sobre ela. A partir daí, aumentaremos a complexidade e talvez consigamos entender gradativamente o funcionamento do próprio humano. (ANDRÉ *et al.*, in EERSEL, 2012, p. 138, tradução nossa)¹⁰.

Será exagero entender que a primeira citação admite ainda não se ter conseguido compreender nem mesmo os cérebros mais simples? A segunda confessa expressamente ainda “tentar compreender” o gesto de predação do sapo e coloca no horizonte a tarefa de “talvez” conseguir entender o humano. Não obstante tamanha incipiência, o triunfo do resultado já é dado por certo. Algumas dessas formulações, elas são legiões, impressionam pela assertividade e certezas (as ênfases são todas minhas):

Segundo Miguel Nicolelis (2011):

Redes neuronais microscópicas são na verdade as únicas responsáveis pela **geração** de cada ato de pensamento, criação, destruição, descoberta, ocultação, comunicação, conquista, sedução, rendição, amor, ódio, felicidade, tristeza, solidariedade, egoísmo, introspecção e exultação jamais perpetrado por todo e qualquer um de nós. (p. 18-19);

Todas as manifestações culturais, científicas e artísticas produzidas por nós no presente e por nossos futuros descendentes **emergiram, emergem e emergirão** do mesmo substrato orgânico: a implacável e incansável confabulação dinâmica de populações de neurônios. (p. 36);

Duas das mais preciosas possessões do ser humano – seu senso de eu e sua imagem corporal – não passam de **criações** fluidas e altamente plásticas, edificadas e mantidas pela mobilização de microeletricidade e um punhado de moléculas, pelo bendito cérebro de cada um de nós. (p. 38-39);

9 No original : « Sans nul doute comprendrons-nous mieux comment le cerveau humain produit l'esprit conscient si nous parvenons à comprendre les cerveaux plus simples qui ne produisent ni esprit ni conscience ».

10 No original : « C'est sûrement beaucoup plus compliqué, en effet, mais nous allons quand même nous intéresser à ce petit bout de matière grise, cette petite zone, ce microterritoire : par exemple, tenter de comprendre comment une grenouille voit passer une mouche et décide de se jeter dessus. À partir de là, nous grimperons en complexité et pourrons peut-être appréhender peu à peu le fonctionnement de l'humain lui-même ».

O cérebro desempenha o papel de protagonista na **criação** das tristezas e vicissitudes de toda uma vida; o cérebro **esculpe** ativamente nosso senso de eu e o embala como um corpo físico; nossos pensamentos **emanam** de um emaranhado de fibras nervosas; a atividade elétrica de populações distribuídas de neurônios se mistura para **dar à luz** nossos pensamentos; nosso cérebro **dá à luz** nosso sempre em ebulição senso de ser e existir.

O autor acompanha proposições de John D. Barrow (1998) para endossar que “a consciência [humana] é a propriedade emergente mais espetacular, jamais **gerada** por um sistema complexo”, isto é, por

[...] mecanismos fisiológicos que **dão à luz** o pensamento, o mais refinado subproduto **gerado** pelas vastas galáxias neuronais que **definem** o universo interior consciente que existe dentro de nossa cabeça [...]. Essa nova abordagem visa traçar os caminhos pelos quais o pensamento é **esculpido**, momento a momento, por uma dinâmica relativística que permite a fusão do espaço e do tempo neuronais. (NICOLELIS, 2011, p. 434).

Para Vilayanur Ramachandran, neurocientista indiano, diretor do Centro do Cérebro e da Cognição da Universidade da Califórnia, será tarefa da ciência neste século “afrontar um de seus maiores mistérios: a natureza do eu [...] Mais misterioso, seu cérebro se observa a si próprio para **gerar** o sentimento de consciência de si” (2011, p. 286):

A linguagem complexa, manipulação de símbolos, pensamento abstrato, metáfora e consciência de si [...]. Tenho argumentado que essas funções **emanam** de estruturas especializadas, tais como o giro angular e a área de Wernicke. (NICOLELIS, 2011, p. 335, tradução e ênfase nossas)¹¹.

Fazendo coro com esses renomados neurocientistas, Antonio Damasio, médico português, diretor do Instituto do Cérebro e da Criatividade na Universidade da Califórnia, notabilizado desde os anos 1990 por seu livro *L'erreur de Descartes* (2010 [1994]) relata que seu livro mais recente – *L'autre moi-même* (2010) – trata duas questões básicas: primeiro, como o cérebro “constrói a mente”, segundo, “como a torna consciente”. Segundo o autor, estudos pioneiros conduzidos na América do Norte e Itália teriam levado um grupo de investigadores a identificar “com impressionante certeza” uma área do cérebro – o tronco cerebral – “inequivocamente reconhecida” como ligada à produção da consciência (p. 12-13). Desse modo, a consciência é vista como uma organização de conteúdos mentais “centralizados no organismo que os produz e os motiva”: toda atividade da mente “é **causada** pelos eventos cerebrais que a precedem, é claro (p. 17, 24, ênfase nossa).

11 No original : « Le langage complexe, la manipulation de symboles, la pensée abstraite, la métaphore et la conscience de soi [...]. J'ai avancé que ces fonctions émanaient de structures spécialisées, comme le gyrus angulaire et l'aire de Wernicke ».

Curioso e imperioso, é de se notar, ao longo da apresentação desse livro, que Damásio emite uma formulação a exigir profunda reflexão: “e foi apenas quando este cérebro desenvolveu a linguagem que nos apercebemos da sua existência” (p. 25). Mas não tira nenhuma consequência epistemológica disso. Ao contrário, vai adiante, rapidamente, a contabilizar mais algumas façanhas do cérebro: produzir a “mais-valia” que se põe como “o protagonista dentro de nós”: o eu (p. 25-26); a exaltar a “maquinaria do tronco cerebral” que será a responsável pelos nossos sentimentos:

O cérebro não começa a **formar** a mente consciente no nível do córtex cerebral, mas no nível do tronco cerebral. Os sentimentos primordiais não são apenas as primeiras imagens **geradas** pelo cérebro, mas também a manifestação imediata do sentimento. (p. 31, tradução e ênfases nossas);

O comportamento e a mente, conscientes ou não, e o cérebro que os **engendra** recusam-se a revelar seus segredos quando a emoção e os muitos fenômenos que estão por trás desse nome não são levados em conta como deveria. (p. 135, tradução e ênfase nossas);

Como é que os bilhões de neurônios dentro do cérebro humano e os trilhões de sinapses que formam conseguem **produzir** não só as ações que compõem o nosso comportamento, mas também a mente da qual todos podem estar conscientes e que pode dar origem a culturas? (p. 363, tradução e ênfase nossas)¹².

A pergunta colocada é apenas retórica. É antes simples exclamação do poder do cérebro, pois a resposta já está dada. Isto é, colocadas suas proposições, todo o quadro indica que a atividade de certas células do organismo, chamadas neurônios, permite finalmente **formar** a mente, o espírito humano:

O nosso quadro indica a localização das regiões envolvidas na **formação** da mente, numa base de cérebro inteiro, e sugere como as regiões cerebrais seleccionadas podem trabalhar em conjunto para **produzir** o eu [...] [Esse quadro] **postula** a

12 No original : « Le cerveau ne commence pas à former l'esprit conscient au niveau du cortex cérébral, mais à celui du tronc cérébral. Les sentiments primordiaux ne sont pas seulement les premières images engendrées par le cerveau, mais aussi la manifestation immédiate de la sensibilité ».

No original : « Le comportement et l'esprit, qu'ils soient conscients ou non, ainsi que le cerveau qui les engendre refusent de livrer leurs secrets lorsque l'émotion et les nombreux phénomènes qui se cachent sous ce nom ne sont pas pris en compte comme il se doit ».

No original : « Comment les milliards de neurones qui se trouvent à l'intérieur du cerveau humain et les milliards de milliards de synapses qu'ils forment réussissent-ils à produire non seulement les actions qui constituent nos comportements, mais aussi l'esprit dont chacun peut être conscient et qui peut donner naissance à des cultures ? ».

equivalência dos estados mentais com certos estados de actividade cerebral regional. **Supõe** que em certas intensidades e frequências de disparo neuronal em pequenos circuitos de neurónios, e quando alguns deles são activados de forma síncrona e certas condições de conectividade são satisfeitas, **resulta** uma “mente dotada de sentimentos”. (p. 28-29, tradução e ênfases nossas)¹³.

Em suma, Damasio (2011a, p. 364) apresenta, ao final de sua volumosa reflexão nesse livro, a incontestada certeza de que é o cérebro, tecido neural, feito de células como quaisquer tecidos vivos, células específicas chamadas neurónios, é esse cérebro que com exclusividade “forma a mente”: “os neurónios representam a unidade cerebral crítica no que tange ao comportamento e à mente”.

Por sua vez, outros renomados neurocientistas alongam o cortejo. Christophe André, Boris Cyrulnik e Jean-Michel Oughourlian foram alguns dos entrevistados pelo jornalista e escritor Patrice Van Eersel para a composição de um livro cujo título exorbita de laudação ao cérebro: *Votre cerveau n’a pas fini de vous étonner* (EERSEL *et al.*, 2012). André testemunha que formulações tais como acima citadas são compartilhadas pela “maioria dos cientistas contemporâneos”, que se reconhecem no paradigma materialista e admitem que seja o cérebro que “produz a consciência” (p. 154); Cyrulnik, promotor do famoso conceito de “resiliência”, pretende indicar as amígdalas como a base neurológica precisa da “emoção, da raiva, do medo, das emoções intensas” (p. 34), e Oughourlian deposita no cérebro e seu sistema límbico, hipotálamo e hipófise, o “núcleo de nossos humores”:

É dele que depende o fato de estarmos deprimidos ou excitados, ansiosos ou serenos. É ele quem colore todas as nossas emoções e sensações, mas também, por repercussão, todas as ideias, conceitos e sentimentos que podem habitar o neocórtex. (2012, p. 115)¹⁴.

As formulações desses neurocientistas, cuja lista de citações e proposições poderia formar o caudal de um rio, podem ser sumariamente sintetizadas: o cérebro **causa** a mente, o espírito. Num vetor de mão única desenha-se assim uma **causalidade ascendente** que parte do microuniverso celular, de microestruturas neuronais – em

13 No original : « Notre cadre indique l’emplacement des régions impliquées dans la formation de l’esprit, à l’échelle du cerveau tout entier, et suggère de quelle façon les régions cérébrales sélectionnées peuvent fonctionner de concert pour produire le soi [...]. [Ce cadre] [...] postule l’équivalence des états mentaux avec certains états de l’activité cérébrale régionale. Il suppose que, à certaines intensités et fréquences d’allumage neuronal dans de petits circuits de neurones et lorsque certains d’entre eux sont activés de façon synchrone et que certaines conditions de connectivité sont remplies, il en résulte un « esprit doté de sentiments » ».

14 No original : « C’est de lui que dépend le fait que nous sommes déprimés ou excités, angoissés ou sereins. C’est lui qui colore toutes nos émotions et sensations, mais aussi, par ricochet, toutes les idées, concepts et sentiments qui peuvent habiter le néocortex ».

que pese o fantástico número de participantes em sua “ciranda” sináptica – e atinge o comando das macroestruturas da mente, da inteligência humana.

E nos bem raros casos em que se referem a como o cérebro cria eventos mentais como a linguagem, o fazem na base da concepção adâmica de Saussure, ou do realismo ingênuo de Hjelmslev. Em sua maioria anglofonamente formados, os neurocientistas têm uma concepção reduzida de linguagem, limitada à semântica referencialista, à sintaxe proposicional ou à teoria chomskyana, já há muito incrustada em solo angloamericano. Compreendem a gramática de uma língua, e se bastam disso, como um conjunto de regras de composição de substantivos, adjetivos, advérbios arranjados sintaticamente, simplesmente a serviço da expressão de um pensamento totalmente **gerado** no cérebro de cada um. A vertente saussuriana, não referencialista e imanentista, que abandonou essa gramática milenar e se construiu como teoria do signo evoluída para as mais finas estruturas enunciativas do discurso, de Saussure, Hjelmslev, Benveniste a Greimas e seguidores, é integralmente desconhecida no ambiente neurocientista, via de regra. E isso é bem derrotante.

Porém, em que tudo isso obste, ainda assim, ultimamente, vem ganhando corpo no âmbito das mesmas neurociências alguma chance de contraposição ao vetor único da causalidade ascendente: depoimentos e sugestões, ainda tímidos, mal percebidos nas suas radicais implicações, viabilizam a hipótese de uma **causalidade descendente**, expressão provisória, à espera de melhor cabimento. Mas o que pode ser entendido com isso?

A descoberta ou evidenciação do que se dissemina nesse âmbito como plasticidade cerebral e resiliência neuronal faz o semioticista reavaliar o desconforto e recompor o elã. Essas duas características cerebrais – extrema plasticidade e resiliência do cérebro – sugerem fortemente um vetor de causalidade descendente: vicissitudes e infortúnios da vida cotidiana, normais e patológicos em maior ou menor grau, assim como casos de acontecimentos traumáticos em maior ou menor escala **infletem** constantemente novas reestruturações neuronais para se ajustar ao novo quadro, ao novo meio, aos eventos tidos na vivência do sujeito. Basta que fiquemos atentos não às linhas, mas às entrelinhas do que lemos e ouvimos de alguns desses neurobiólogos.

Por exemplo, quando o jornalista Patrice Van Eersen introduz um primeiro capítulo do livro a preparar a abertura das entrevistas que estabelece com renomados pesquisadores, tais como os acima indicados, o título do capítulo é já alvissareiro: “Nossos neurônios se **remodelam** e se reconectam até o fim de nossa vida”:

Em pouco tempo, sob a influência de emoções, imagens, pensamentos, ações diversas [...] novos neurônios podem nascer no nosso cérebro; nossos neurônios podem crescer (até dez vezes mais) e multiplicar as suas sinapses (ou, pelo contrário, murchar se não fizermos nada); as nossas redes de neurônios podem adaptar-se a novas missões [...] enfim, todo o nosso cérebro pode reorganizar-se

completamente, por exemplo, após um acidente [...]; as nossas trilhões de ligações sinápticas (que unem os neurônios) constituem uma selva cheia de flores, que podemos influenciar e “jardinar”, até redesenharmos as suas estruturas básicas. (p. 16-21)¹⁵.

Eersel termina seu curto e tocante capítulo introdutório às entrevistas com uma observação digna de interesse, no presente contexto de reflexões: por sua “plasticidade vertiginosa”, expressão com que abre as primeiras linhas do capítulo, os neurocientistas que a isso se dedicam, chamados “neuroplásticos” pelo psiquiatra Norman Doidge, autor de *O cérebro que se transforma* (2011), demonstram que a “imagem que temos de nosso cérebro muda a sua estrutura”. Claro está que “imagem” aqui não é tomada na sua literalidade material, imagem gravada nas telas computacionais, mas sim como a remodelagem cerebral obtida em decorrência das intercorrências e vivências do sujeito. E assim conclui: “por outras palavras, ao ler este artigo, você muda seus neurônios” (EERSEN, 2012, p. 27).

Para o caso em que um jornalista não especialista não convença plenamente, a mesma dedução pode ser obtida do neurólogo brasileiro, Nicolelis, numa entrevista recente (2018) dada ao jornalista Fernando Morais (Blog Nocaute) assim se expressa, em síntese aproximativa:

[O cérebro] é a única máquina do universo que a gente conhece cuja estrutura, cuja microestrutura é transformada pela informação [...] A nossa conversa está mudando nossos dois cérebros e vai mudá-los para o resto da vida e cada nova conversa vai atualizá-lo [...]. A plasticidade neuronal significa alterações a partir de uma simples conversa. Os neurocientistas sabem disso. O cérebro adapta-se às novas informações onde a questão da educação ganha relevância.

Mais contundente e pungente, ouçamos o relato de B. Cyrulnik, um dos promotores do conceito de resiliência neuronal, na entrevista com Eersen:

Colocados em situação de isolamento e totalmente desprovidos de afeto, os órfãos que descobri na Romênia – mas também na Colômbia ou na França – apresentavam severa atrofia neuronal. Uma garotinha tinha estado isolada há

15 No original : « En peu de temps, sous l’influence d’émotions, d’images, de pensées, d’actions diverses [...] nouveaux neurones peuvent naître dans notre cerveau; nos neurones peuvent se développer (jusqu’à décupler leur taille) et multiplier leurs synapses (ou au contraire se ratatiner si on ne fait rien); nos réseaux de neurones peuvent s’adapter à de nouvelles missions [...] enfin, l’ensemble de notre cerveau peut entièrement se réorganiser, par exemple à la suite d’un accident [...] nos dix à cent mille milliards de connexions synaptiques (qui joignent les neurones) constituent une jungle grouillante, que nous pouvons influencer et « jardiner », jusqu’à en redessiner les structures de fond ».

meses: sua mãe a colocava em uma banheira e desaparecia. A criança não havia morrido, mas ela havia sido “criada” em um ambiente neutro, branco e mineral. A mãe de outra criança a trancava em um armário e desaparecia também. Ela cresceu em um universo completamente escuro. Quando conseguimos fazer tomografias de algumas dessas crianças, as imagens ainda mostravam atrofia frontal e límbica significativa. O equivalente a uma lobotomia. Todos aqueles que tratei tinham-se tornado pseudo-autistas. A interpretação equivocada de muitos colegas (há apenas vinte anos) era esta: “É porque eles tinham uma má formação cerebral que seus pais os abandonaram”. As pessoas diziam isso para se desculparem. Mas nós demonstrávamos que era justamente o contrário: uma atrofia fronto-límbica havia aparecido **porque** eles estavam em carência afetiva”. Se ninguém fala com você ou brinca com você, se nada o estimula, seus dendritos se deitam, como um campo de trigo que não é regado. Ao contrário, basta conversar com você, ficar com raiva, rir e entrar em contato com você para que os dendritos de seus neurônios se ergam e saiam em busca de novas conexões. É exatamente isso que acontece quando o processo de resiliência ocorre no cérebro de uma criança que é acolhida em um novo ambiente”. (2012, p. 42-45, tradução e ênfase nossa)¹⁶.

Passadas por quase completamente despercebidas por ambos os neurocientistas ou psiquiatras, e o mesmo vale para quase todo o campo das neurociências, tanto a remodelagem cerebral a partir de uma **conversa** com Nicoletis como a recomposição dos dendritos de Cyrulnik gerados na **fala** de acolhimento afetivo às crianças pseudo-autistas são nada mais nada menos do que a **ação da linguagem** nos cérebros. A presença e ação da linguagem no cérebro humano passa-se no ambiente das neurociências como algo trivial, secundário.

16 No original : « Placés en situation d’isolement et totalement privés d’affection, les orphelins que j’ai découverts en Roumanie – mais aussi en Colombie ou en France – présentaient des atrophies neuronales sévères. Une petite fille avait été ainsi isolée pendant des mois: sa mère la mettait dans une baignoire et disparaissait. La gamine n’était pas morte, mais elle avait été “élevée” dans un milieu neutre, blanc, minéral. La mère d’un autre enfant l’enfermait dans un placard et disparaissait elle aussi. Lui avait grandi dans un univers complètement noir. Lorsqu’on a pu faire des scanners à certains de ces enfants, les images montraient toujours d’importantes atrophies frontales et limbiques. L’équivalent d’une lobotomie. Tous ceux dont je me suis occupé étaient devenus pseudo-autistes. Le contresens de beaucoup de confrères (c’était il y a vingt ans à peine) était celui-ci: « C’est parce qu’ils avaient une malformation cérébrale que leurs parents les ont abandonnés ». Les gens disaient ça pour se déculpabiliser. Mais nous démontrions que c’était précisément le contraire: une atrophie fronto-lobique était apparue parce qu’ils étaient en carence affective » [...] Si personne ne vous parle ni ne joue avec vous, si rien ne vous stimule, vos dendrites se couchent, tel un champ de blé qui ne serait pas arrosé. À l’inverse, il suffit de vous parler, de vous énerver, de rire et d’entrer en relation avec vous pour que les dendrites de vos neurones se redressent et partent à la recherche de nouvelles connexions. Voilà exactement ce qui se passe quand le processus de résilience se produit dans le cerveau d’un enfant qu’un nouveau milieu accueille ».

Mas a hipótese imanentista da semiótica implica justamente isto: a linguagem humana é o maior evento jamais acontecido na história do homem e em contínua ação e intervenção no cérebro. O cérebro não se transforma a si próprio, como diz o título do livro de Doidge (acima). É a linguagem, sob todas as formas de sua ação na vida do portador desse cérebro que o transforma, continuamente. Toda a cultura humana, todo o conhecimento filosófico, científico, artístico, todo o universo simbólico das sociedades, os acontecimentos traumáticos mais abrangentes de uma vida humana se dão *via linguagem*.

Evidentemente à parte todo o metabolismo corporal, proprioceptivo, do batimento cardíaco ao crescimento (e queda) dos cabelos são efetivamente uma operação fantástica do cérebro, gerenciadas exclusivamente pelos neurônios concernentes. Mas o impacto da linguagem nesse mesmo cérebro é de outra natureza. Não é o cérebro que impõe as tarefas para a linguagem. Ao contrário, tudo se passa como se a linguagem dissesse à assembleia dos neurônios: “senhores, eis as regras, ao trabalho!”.

Há, portanto, uma tarefa de envergadura para semioticistas imanentistas: de levar ao campo das neurociências o fato maior, imperativo, isto é, as razões languageiras que ditam ao cérebro o desafio e as imensas operações neuronais que terão de fazer para o acolhimento resiliente e plástico das estruturas languageiras que dirigem soberanamente todas as atividades intersubjetivas da sociedade e todas as atividades intrassubjetivas do indivíduo na sua vivência singular. De modo que a hipótese imanentista tem em seu horizonte a tarefa de reverter a comodidade de entendimento das neurociências, expressa em formulações demiúrgicas sobre o cérebro, como a de Nicolelis – “o verdadeiro criador de tudo” – como a de Ramachandran – “o cérebro faz o espírito” – ou como a das entrevistas de Leersen – “vosso cérebro não pára de vos surpreender”.

No ambiente das reflexões atuais da semiótica imanentista, há condições de demonstrações robustas para a reversão. Não é o cérebro que faz o espírito, ou que cria o mundo. Antes, é a linguagem que opera o cérebro na criação da realidade: pelo ato arbitrário do signo, criam-se os objetos do mundo tais como podem unicamente ser conhecidos e percebidos pelo homem e suas ciências. Retirada a linguagem da mente cerebral dos homens, nada existirá, tudo será uma imensa “nebulosa amorfa” – metáfora saussuriana (2005); tudo será um *continuum* amorfo, “sem existência científica”, expressões hjelmslevianas (1971); o mundo “é uma linguagem, não uma coleção de objetos”, na proposição de Greimas (1987). Com proposições e argumentos dessa ordem é possível legitimar nova formulação: a linguagem **refaz** o cérebro.

A ser paulatinamente melhor conhecida e reconhecida em todas as sutilezas de suas estruturas, dos níveis elementares das suas grandezas mínimas, fonêmicas, até suas estruturas macrodiscursivas da enunciação – caso das línguas naturais, mas extensível às demais linguagens humanas – um dia, as neurociências terão de reconhecer que “a linguagem não pára de surpreender nosso cérebro”. E até mesmo o adágio antigo, dos mais sedimentados na mente dos homens, será passível de ajuste: “cada cabeça

uma sentença”, haverá que restituir para a expressão seu efetivo sentido: cada mente (semiologal), um cérebro (neuronal).

Referências

AMACKER, R. *Linguistique saussurienne*. Genève: Dros, 1975.

BEIVIDAS, W. *Epistemologia discursiva. A Semiologia de Saussure e a Semiótica de Greimas como terceira via do conhecimento*. São Paulo: FFLCH-Humanitas, 2020. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/522>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BEIVIDAS, W. La nature du sens: Neuroception, perception ou sémioception? *Semiotica (online) Journal of the International Association for Semiotic Studies / Revue de l'Association Internationale de Sémiotique*, v. 234, p. 1-14, 2020. Disponível em : <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sem-2018-0125/html>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BEIVIDAS, W. *La sémiologie de Saussure et la sémiotique de Greimas comme épistémologie discursive : une troisième voie pour la connaissance*. Limoges : Lambert-Lucas, 2017.

BEIVIDAS, W. Corpo, semiose, paixão e pulsão. *Semiótica e metapsicologia. Perfis Semióticos*, Merida (Venezuela): Publicaciones del Rectorado, v. 1, p. 43-61, 2003.

CASSIRER, E. Le langage et la construction du monde des objets. *Journal de psychologie normale et pathologique*, n. 30, p. 18-44, 1933.

CHANGEUX, Jean-Pierre. *O homem neuronal*. 2. ed. Dom Quixote : Lisboa, 1991.

EERSEL, Patrice van et al. *Votre cerveau n'a pas fini de vous étonner*. Paris: Albin Michel, 2012.

DAMASIO, A. *Self comes to Mind: Constructing the conscious Brain*. New York: Pantheon & Random House, 2010.

DAMASIO, A. *L'Autre moi-meme. Les nouvelles cartes du cerveau, de la conscience et des émotions*. Paris: Odile Jacob, 2011a.

DAMASIO, A. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Cia das Letras, 2011b.

DOIDGE, N. *O cérebro que se transforma*. São Paulo: Record, 2011.

GREIMAS, A. J. Mis à la question. In : ARRIVÉ, M. ; COQUET, J.-C. *Sémiotique en jeu. À partir et autour de l'oeuvre d'A. J. Greimas*. Paris-Amsterdam : Hadès-Benjamins, 1987. p. 301-329.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.

HJELMSLEV, L. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 1971.

MINSKY, M. *La société de l'esprit*. Paris: Interéditions, 1988.

NICOLELIS, M. *Muito além do nosso eu*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

NICOLELIS, M. Entrevista a Fernando Morais (*Blog Nocaute*). 24.04.2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bhDKs7GwwuA&t=72s>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PATOČKA, J. *Papiers phénoménologiques*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 1995

PENROSE, R. *Les ombres de l'esprit. À la recherche d'une science de la conscience*. Paris: InterÉditions, 1995.

PIERON, H. Généralités. Traités. Méthodologie et Histoire. Théories. *L'année Psychologique*, v. 23, p. 223-240, 1922. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/psy_0003-5033_1922_num_23_1_29800. Acesso em: 21 nov. 2022.

RAMACHANDRAN, V. S. *The tell-tale brain*. New York: W. W. Norton, 2010.

RAMACHANDRAN, V. S. *Le cerveau fait de l'esprit. Enquête sur les neurones miroirs*. Paris: Dunod, 2011.

SAUSSURE, F. de. *Écrits de linguistique générale*. Simon Bouquet & Rudolf Engler (éd.). Paris: Gallimard, 2002.

SAUSSURE, F. de. *Cours de linguistique générale*. Tullio de Mauro (éd.). Paris: Payot, 2005.

ZILBERBERG, C. *Essais sur les modalités tensives*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.

ZILBERBERG, C. *Raison et poétique du sens*. Paris: PUF, 1988.

Como citar este trabalho:

BEIVIDAS, Waldir. A linguagem faz o cérebro. Mente semiológica em cérebro neuronal. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 149-169, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17049>.

O CIÚME NO CONTO “OS DOZE PARAFUSOS”, DE MOREIRA CAMPOS

JEALOUSY IN THE SHORT STORY “OS DOZE PARAFUSOS”, BY MOREIRA CAMPOS

Gustavo de OLIVEIRA¹

José LEITE JR.²

Como ciumento, sofro quatro vezes: porque sou ciumento, porque me reprovo por sê-lo, porque temo que meu ciúme fira o outro, porque me deixo sujeitar por uma banalidade: sofro por ser excluído, por ser agressivo, por ser louco e por ser comum.

(Roland Barthes, *Fragmentos de um discurso amoroso*.)

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de analisar a paixão do ciúme em um conto do escritor cearense Moreira Campos, intitulado “Os doze parafusos”. Ao analisar como uma paixão aparece discursivizada em um texto específico, mostraremos assim a principal característica da abordagem semiótica de paixões: a sintagmatização destas no discurso. Para tanto, utilizar-nos-emos do aporte teórico de Greimas e Fontanille (1993) e das contribuições da vertente tensiva, a partir de Fontanille (1993, 2015), Fontanille e Zilberberg (2001), Zilberberg (2006, 2011) e Tatit (2010a, 2010b). Ao fim deste percurso de análise, acreditamos poder mostrar não só a “imagem” que Moreira Campos cria do ciúme em seu conto, mas também o quanto as sutilezas do estilo moreiriano, e do discurso literário em geral, estão a serviço da abordagem de paixões.

Palavras-chave: Semiótica das paixões. Ciúme. Moreira Campos. Literatura.

Abstract: The present work aims to analyze the passion of jealousy in a short story by the Ceará writer Moreira Campos, entitled “Os doze parafusos”. By analyzing how a passion appears discursive in a specific text, we will thus be showing the main characteristic of the semiotic approach to passions: the syntagmatization of these in the discourse.

¹ Doutorando da USP – Universidade de São Paulo. E-mail: gustavomaciel08@hotmail.com

² Docente da UFC – Universidade Federal do Ceará. E-mail: leiteufc@gmail.com

For that, we will use the theoretical contribution of Greimas and Fontanille (1993) and the contributions of the tensive aspect from Fontanille (1993, 2015), Fontanille and Zilberberg (2001), Zilberberg (2006, 2011), and Tatit (2010a, 2010b). At the end of this path of analysis, we believe that we can show not only the “image” that Moreira Campos creates of jealousy in his short story but also how the subtleties of the Moreirian style, and literary discourse in general, are at the service of approaching passions.

Keywords: Semiotic of passion. Jealousy. Moreira Campos. Literature.

1. Introdução

Podemos dizer que, dentre outros fatores, foi também pelo contato constante com o texto literário, que possui uma dimensão estética, artística, que a semiótica passou, principalmente a partir da última década do século XX, a buscar lidar com aspectos mais da ordem do *sensível* no que concerne ao sentido, tais como: intensidade, estesia, paixões. Para perceber isso, basta ver o quanto a presença de poetas como Baudelaire, Rimbaud e Paul Valéry se faz constante na obra de um autor como Claude Zilberberg, ou de como se fazem presentes, no livro *Semiótica das Paixões* (1993), autores como Shakespeare, Alain Robbe-Grillet e Marcel Proust.

Os três últimos autores citados, por sinal, servem, na referida obra, justamente como meio para a reflexão sobre uma paixão: o ciúme. É assumindo uma postura similar à de Greimas e Fontanille que estaremos aqui também inquirindo tal paixão em um texto literário. Para nossa empreitada, escolhemos um texto do escritor cearense Moreira Campos (1914-1994), o conto “Os doze parafusos”, a princípio, incluído no livro homônimo, de 1978, e depois presente também na coletânea de contos reunidos no volume *Dizem que os cães veem coisas* (2002).

Não ignoramos que já há até uma tradição de trabalhos sobre o ciúme em semiótica, o que se pode constatar nos trabalhos de Baldan (2007) e Cortina (2004) e, obviamente, em Greimas e Fontanille (1993). Por ser o discurso o lugar da singularidade e das “seleções” do enunciador (GREIMAS; COURTÉS, 2016), abordaremos a paixão do ciúme a partir da análise de um outro texto que não os analisados pelos referidos autores, a bem de ver como a paixão se comporta de modo específico na materialidade discursiva engendrada por Moreira Campos.

Ao analisar como uma paixão aparece discursivizada em um texto específico, mostramos a principal característica da abordagem semiótica das paixões: a sintagmatização destas no discurso. Antes de passar à análise do conto, porém, traremos alguns elementos elencados por Greimas e Fontanille (1993) sobre o ciúme, e, de nossa parte, algumas questões relativas à tensividade, necessárias também para abordar tal paixão.

2. A configuração do ciúme: perspectiva semiótica

Um primeiro ponto a frisar, em nossa discussão, é que as paixões são vistas, na semiótica, como um produto da práxis enunciativa, situadas no nível semionarrativo do percurso gerativo do sentido, “local” onde se depositam os produtos estereotipados, potencializados e *conotados* pelos usos de uma língua e de uma cultura (GREIMAS; FONTANILLE, 1993). A partir do percurso gerativo do sentido, um simulacro teórico que serve para a descrição da significação e que dá coerência e acomoda os componentes da teoria semiótica, as paixões são vistas como dispositivos modais e como disposições, possuidoras de uma aspectualização e ligadas a *estilos semióticos* (tensivos), estes últimos convocados somente após a discursivização.

Greimas e Fontanille (1993), após fazerem uma reflexão epistemológica sobre a temática, e sobre a paixão da avareza, no primeiro e segundo capítulo do livro *Semiótica das Paixões*, respectivamente, fazem uma série de considerações sobre o modo como se organiza o ciúme. A reflexão dos autores se tece sobre a paixão vista como configuração sintática e semântica – ou intersecção de configurações semânticas – e estabilizada numa cultura, o que se expressa no “discurso” lexicográfico e em discursos de filósofos e pensadores. Neste último caso, um exemplo é a figura de Roland Barthes e sua obra sobre o discurso amoroso.

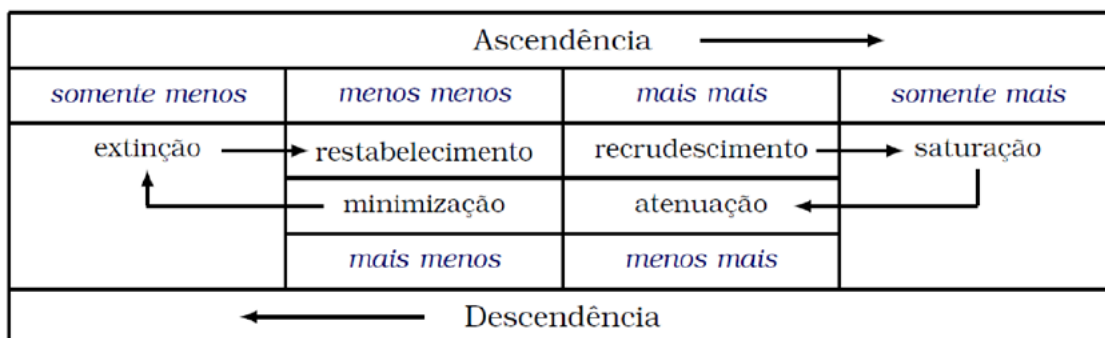
O primeiro ponto abordado pelos autores é o fato de o ciúme estar entre as configurações da rivalidade e a do apego. Desse modo, o sujeito ciumento se encontra entre uma relação de apego intenso em relação ao objeto desejado, ao mesmo tempo em que se sente ameaçado pela “sombra” de um rival, ou seja, um terceiro actante que representa uma ameaça ao programa de conjunção do sujeito ciumento. Não obstante, a relação entre essas duas configurações, a do apego e a da rivalidade, não se coloca como uma mera conexão de isotopias, mas a partir de uma modificação que as duas exercem entre si, sendo “o apego reforçado pela rivalidade”, bem como “a rivalidade se aguça pelo apego que a motiva” (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p. 173).

Essa relação entre as duas configurações nos leva a pensar em uma espécie de relação de *aumentos* e *diminuições*, o que demonstra estarmos em um território de oscilações de intensidade. Com o tempo, ao perceber esses elementos nos textos, a semiótica foi tratando desses pontos, já que a dimensão passional do discurso sempre estava aliada a oscilações desse teor. Foi assim que Zilberberg (2006, 2011) cunhou termos como *mais* e *menos*, chamados “células tensivas”, o que estabeleceu, assim, um “refinamento” da abordagem semiótica dos discursos em sua dimensão *patêmica*, “passional”.

Quanto aos *mais* e aos *menos*, eles possuem a função de “mensurar” o encadeamento de uma grandeza contínua e, no caso de nossa análise, podem servir como formas de lidar com as oscilações tensivas dos “estados de alma” do sujeito ciumento. No esquema abaixo, expresso em Tatit (2010), podemos ver, em termos gerais, como se pode analisar

essas possíveis oscilações de intensidade, que não se aplicam somente à correlação entre as configurações da rivalidade e do apego, mas a qualquer grandeza que solicite uma abordagem tensiva:

Figura 1 – Direções tensivas



Fonte: Tatit (2010b, p. 15)

Diante disso, no que tange à relação entre a configuração da rivalidade e do apego na paixão do ciúme, o que podemos depreender é que teremos uma correlação, de ordem conversa (ZILBERBERG, 2011) aqui entre um *aumento* do apego (acréscimo de *mais*) e um *aumento* da rivalidade. Isto, porém, pensando-se em uma orientação ascendente, ou seja, marcada por aumentos. O inverso também pode se dar, ou seja, ainda em correlação conversa, mas em uma orientação em termos de *descendência*, e não de *ascendência*, uma *diminuição* (retirada de um *mais*) implica a *diminuição* do outro. Uma mensuração como essa já aponta para uma previsibilidade relativa às reações do sujeito ciumento ante a ameaça “impactante” de um rival³.

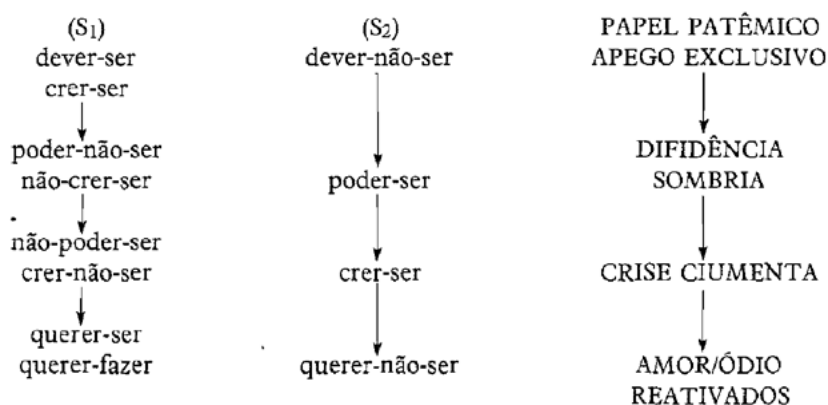
Esses dados nos mostram as possíveis relações entre as configurações semânticas, mas ainda há outros elementos sobre o ciúme apontados por Greimas e Fontanille (1993): a sua dimensão eminentemente sintática e intersubjetiva. Segundo os autores, na “trama ciumenta”, há uma *interação* entre diferentes actantes, marcada por simulacros, acordos fiduciários, quebras de contratos, manipulações, contramanipulações. Nesse contexto, a paixão do ciúme, altamente calcada em uma dimensão fiduciária, põe sempre em jogo as relações de confiança entre os diferentes actantes envolvidos em seu desenrolar, representados no triângulo S1/S2/O-S3.

3 Um bom exemplo que se aplicaria aqui estaria no modo como Luís da Silva, no romance *Angústia*, de Graciliano Ramos, narra as aparições de Julião Tavares em seu campo de presença. O impacto da aparição do rival (Julião Tavares) se dá na mesma orientação de intensidade do apego de Luís da Silva ao sujeito-objeto amado (Marina), apego de ordem sobretudo sexual, e que é tão intenso ao modo de virar uma dependência (/dever-ser/, “necessidade”) em relação ao objeto.

Desdobrando a relação desse “triângulo”, vemos que a relação entre S1 (sujeito ciumento) e o O-S3 (objeto-sujeito amado) é de apego e a relação S1 com S2 (rival) é de rivalidade. S1 busca estar conjunto a um objeto, mas sente-se *inquieto* e preocupado ante a ameaça, ainda que possa ser somente imaginária, do rival. A inquietude, nessa configuração, se apresenta como o pressuposto *fórico* do ciumento, e, ligada ao apego, aparece como preocupação relativa à *possibilidade* de S1 não estar mais conjunto com O, S3 e ser o S2, ou seja, o rival, a estar conjunto com o objeto-sujeito amado por S1.

É a partir das mudanças da relação de confiança do sujeito que se tece a “história modal” do sujeito ciumento. É neste ponto que Greimas e Fontanille (1993) afirmam que o sujeito do ciúme passa por duas transformações fiduciárias: ele passa da confiança à deferência, ou seja, o que marca o seu cessar de ser um sujeito confiante, surgindo a mencionada preocupação, inquietude; e da dúvida à desconfiança, já que o sujeito ciumento (S1) começa a vislumbrar provas (reais ou imaginárias) da relação entre sujeito-objeto amado (O, S3) e sujeito rival (S2). Esse “jogo” é assim expresso pelos autores, em um esquema presente na página 231:

Figura 2 – “Projeções” modais do sujeito ciumento



Fonte: Greimas e Fontanille (1993, p. 231)

Os autores dão ênfase aqui ao ponto de vista do sujeito ciumento, já que é o que interessa. Por sinal, este é um elemento importante a se frisar: a paixão do ciúme é demarcada por uma variedade de jogos actanciais, mas o que vai caracterizá-la como ciúme, além de tudo o que já foi dito, é o fato de se considerar o ponto de vista de S1, ou seja, do sujeito ciumento, uma vez que o ciúme se dá a partir da óptica do ciumento. Ainda que em um determinado texto, haja, por exemplo, uma ênfase no ponto de vista do objeto-S3, como diz Baldan (2007), ainda assim o ciúme provém de S1, estando esse ponto relacionado a questões de discursivização do ciúme⁴.

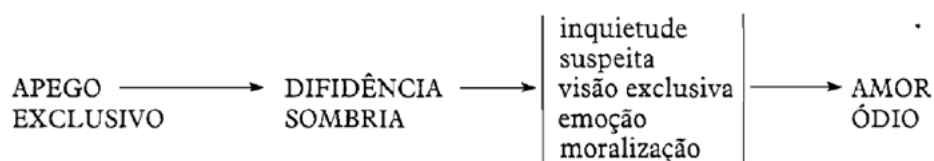
4 Importante não confundir aqui a noção de ponto de vista relacionada à enunciação e a noção de ponto de vista como consideração da “visão” do ciumento. Interessante também lembrar o que desse ponto se pode depreender, ou seja, que estas questões de ponto de vista podem ser levadas em conta por um enunciador e isso delimitar toda a veridicção do texto, como no caso de Bentinho, em Dom Casmurro.

Voltando às modalidades apresentadas no esquema acima, vemos que elas mostram justamente um processo de “projeções modais”, simulacros imaginários, que o sujeito ciumento tece. É assim que, numa fase inicial do processo, caracterizada como de apego exclusivo, o /dever-ser/ do apego com o objeto pressupõe um /dever-não-ser/ de S2 em relação a esse objeto. Já numa fase de desconfiança, depois que o ciumento passa a ser um difidente, sua relação com o objeto já é caracterizada, por exemplo, por um /poder-não-ser/ e, simultaneamente, a relação de S2 com S3 passa a ser marcada por um /poder-ser/. A fase da crise ciumenta é justamente a do momento em que S1 passa a se ver ante a impossibilidade de conjunção com o objeto (/não-poder-ser/, /crer-não-ser/) e a crença (/crer-ser/) da conjunção do objeto (O, S3) com S2, o rival.

Essa ilustração, a partir do esquema, serve para mostrar tanto os dispositivos modais presentes na paixão do ciúme como para ilustrar como a semiótica se serve das modalidades (querer, dever, poder, saber, crer) para realizar uma análise das paixões no discurso. As paixões, portanto, são complexos modais, muitas vezes conflituais ou paradoxais, que se cifram a partir da relação dos sujeitos e os objetos-valor que eles buscam. A trajetória do sujeito patêmico, portanto, apresenta-se de modo diferente em relação a uma trajetória em vista de um fazer, pois, ainda que possa estar relacionada com o fazer, a busca do sujeito patêmico se dá em vista de sua *existência modal*, de uma imagem-fim, um simulacro existencial “criado” pelo sujeito.

Outro ponto interessante no dispositivo modal que colocamos anteriormente, e que é expresso por Greimas e Fontanille (1993, p. 242), é o fato de ele trazer, de certo modo, uma figuração do esquema passional canônico. Greimas e Fontanille (1993, p. 242) destacam uma das colunas do dispositivo, referente aos papéis patêmicos ligados às modalidades. Esses papéis patêmicos representam a macrossequência e a microssequência que caracterizam o ciúme. É nessa organização, formada por “inquietação, suspeita, visão exclusiva, emoção, moralização”, que se esboça a “lógica patêmica” que caracteriza o ciumento e que torna o ciúme específico, por isso “identificável” e também “narrável”.

Figura 3 – Macrossequência e microssequência do ciúme



Fonte: Greimas e Fontanille (1993, p. 242)

Apontar que a paixão é “narrável” é indiciar que a esquematização da qual se serve o discurso mostra que as paixões — e o ciúme também se inclui nessa lógica — são frutos de, digamos, uma memorização discursiva e cultural, como já indicamos ao mencionar o efeito do uso e da práxis enunciativa. Essas fases da crise ciumenta se dão não só como crises individuais de um sujeito, mas como observáveis e *moralizáveis*. As paixões

são vistas, logo, como regidas por taxionomias de ordem cultural e discursiva, que delimitam o que há de esquematizado nas formas de “sentir” do humano. Além disso, elas estabelecem que as paixões podem se dar via percursos sintagmáticos:

A paixão em discurso remete-se ao “vivido”, ao sentir: com relação à presença, ela é uma intensidade que afeta o corpo próprio, eventualmente uma quantidade que se divide ou se une na emoção. No entanto, da mesma maneira que as outras dimensões do discurso, a dimensão passional é esquematizada pela práxis enunciativa, e essa esquematização permite-lhe escapar do puro sentir. A esquematização torna a dimensão passional inteligível e permite-lhe inscrever em formas culturais que lhe dão seu sentido. (FONTANILLE, 2015, p. 130).

É por isso que se pode pensar em um percurso canônico do sujeito ciumento, em uma “sintagmática canônica”, donde se pode extrair uma microssequência que expressa o ciúme em sua especificidade “modelar”. No último esquema mostrado, Greimas e Fontanille (1993, p. 243-245) apontam os elementos dessa microssequência do ciúme como sendo “inquietação” e “suspeita”, que caracterizam a “desconfiança”; a “visão exclusiva”, a indiciar a necessidade de o sujeito ciumento ter seu objeto somente para si, o que conflitua com a possibilidade de que outros o possam ter; isto o faz entrar em crise passional, o que se expressa na emoção e na provável identificação e moralização “conotada” de seu comportamento. O esquema ainda prevê, também, a possibilidade de o ciumento desdobrar-se em percursos de amor e ódio.

Em linhas gerais, o que temos é uma espécie de sintagmática “paradigmatizada”, que expressa o percurso do ciumento. Tendo esta esquematização uma feição de modelo, vejamos como esses conceitos, aliados à questão da tensividade – já que a oscilação fórica expressa e começada na “inquietação” passa a ser marca do percurso do sujeito (FONTANILLE, 2015) –, podem ser abordados em uma análise, ou seja, em uma discursivização específica. É por tal motivo, pois, que doravante, veremos como esses pontos elencados aparecem discursivizados no conto de Moreira Campos que enseja nosso desiderato. Continuemos.

4. O conto “Os doze parafusos”

O conto “Os doze parafusos” começa de um modo que é bem comum em Moreira Campos: um universo debruado enunciativamente. Por sinal, chama-nos atenção o fato de que, na coletânea do livro *Dizem que os cães veem coisas*, muitos contos começam com o pronome de terceira pessoa, seja no plural, no singular ou flexionado em gênero. Há ainda uma ocorrência, no conto “A Mosca, a Pasta e os Sapatos”, em que somente um “quando” antecede o referido pronome: “Quando *ele* sentiu que ia morrer [...]” (CAMPOS, 2002, p. 95, *itálico* nosso).

Esse apontamento mostra a tendência do discurso de Moreira Campos de tentar estabelecer um efeito de afastamento do narrador em relação à instância do enunciado,

— ou seja, o narrador não se “enuncia” no discurso —, o que pode lhe dar mais “liberdade” para as manipulações dos mecanismos de ponto de vista (observador) em suas obras. Além disso, como veremos, tal escolha faz com que os direcionamentos que o narrador constrói na narração sejam sugeridos sutilmente, como se recuperados “cataliticamente”, o que gera o efeito de que há algo de *misterioso* na narrativa, algo nas entrelinhas ou marcado pela ambiguidade.

No conto “Os doze parafusos”, este início em terceira pessoa, além dessas possíveis questões, serve para pôr o leitor a par de uma figura, na verdade, em termos semióticos, um ator: a cunhada velha. Temos aqui um enfoque inicial nesta personagem justamente porque ela representa, ou sincretiza, alguns papéis actanciais importantes: o de uma espécie de destinador-julgador, uma vez que sanciona ao dizer “a cunhada nova era doida” (CAMPOS, 2002, p. 91), bem como parece representar o papel de uma espécie de antissujeito “velado”, ao ser denominada como “megera” e pela oposição “velha”, “nova”, o que, ao contrário do que a *igual*a à outra, ou seja, o termo “cunhada”, a diferencia, ponto que nos faz pensar até numa espécie de “duplo”.

Como dissemos, esse fazer sancionador se volta para outro actante do enunciado, este que representará o sujeito acometido pelo ciúme na trama. No terceiro parágrafo do texto, já vemos indícios, inquietações, desta personagem, a partir da observação da cunhada velha: “Referia-se aos ciúmes da outra, que era agitada. Atirava-se numa cadeira, tremia desesperadamente a perna, roendo as unhas: cuspiam pedaços de esmalte” (CAMPOS, 2002, p. 91). O que podemos ver é que, neste início do conto, já encontramos indícios da identificação da paixão (moralização, portanto), já que ela é denominada por um observador (a cunhada velha) e de crises passionais marcadas pelo comportamento excessivo “observável”, no caso, os termos “agitada”, “tremia desesperadamente”, “roendo as unhas”.

O interessante dos termos “agitada” e das tremuras é o fato de eles expressarem uma espécie de oscilação fórica, de aceleração. Tal momento é aquele em que o sujeito demonstra certa “imersão” na tensividade fórica, caracterizado pelos autores do *Semiótica das Paixões* como *reembreagem sobre o sujeito tensivo*, espécie de “volta” do sujeito para uma dimensão similar a das precondições do sentido, marcada pela tensividade e que se caracterizaria por apresentar uma oscilação rítmica, tal como uma aceleração do *andamento* (nos termos de ZILBERBERG, 2011), como aparece no trecho, ou por certa falta de polarização da foria. Segundo os autores, é o momento em que o sujeito lembra que tem um “corpo”.

Mas há outro ponto interessante a ser frisado ligado ao elemento “agitada”: ele vem precedido do verbo “ser”, e não do verbo “estar”, bem como aparece no pretérito imperfeito, o que significa que as crises passionais eram algo marcado pela “duratividade” e pela “iteratividade”, algo cotidiano, pois. Além disso, o que se pinta é que tal iteratividade pode se alçar ao grau de atributo da personagem, e não somente a um estado momentâneo. É a repetição constante desses acentos, as inúmeras ocorrências, que faz que os

momentos de crise alcem a imagem de uma “desequilibrada”, de uma “doida”, termos estes que aparecem lexicalizados no começo do conto e que, obviamente, remetem a um observador.

Depois, com a utilização de um verbo em mais-que-perfeito (“encontrara-a”), ou seja, um “passado do passado”, vemos a “história” que *gera* isso, bem como a aparição dos outros actantes da trama: o marido (O, S3, objeto-sujeito amado) e a amante recente (S2, rival). Quando vamos ao seguinte enunciado: “A frase envolvia o marido e a amante recente”, vemos a configuração da paixão do ciúme, que já fora mencionada em linhas anteriores, começar a se delinear de modo mais claro em sua dimensão interacional. É neste ponto que vemos aparecer outros atores e se prenunciar também a difidência e a desconfiança, até mesmo uma sanção negativa: a cunhada nova, que chamaremos de S1, tem *certeza* (/crer-ser/) de que seu marido, O, S3, tem uma amante, S2.

Sendo as crises algo durativo e iterativo, o conto, que começou pela *moralização* e pelos indícios de crise passional, se organizará justamente a partir do pressuposto relatividade à iteratividade dessas crises no passado marcado pelo imperfeito, mostrando indícios dessas fases precedentes da microsequência do sujeito ciumento, ou seja, quando a cunhada nova “crê” estar S2 conjunto com O, S3, mas também dos desdobramentos posteriores, calcados na relação “amor e ódio”. A iteratividade parece se indiciar, ou ficar subentendida, também no adjetivo “recente”, que especifica a amante. Dizer que é recente é apontar que já houve outras e que esta é somente a mais nova.

Nesse ponto da narrativa, a cena no escritório, em que o marido apresenta a esposa à possível amante, e o diálogo respondido de modo vago por S1, expresso em debreagem de segundo grau (discurso direto), parecem ser um momento em que de alguma forma S1 teve contato com a possível amante. Esse ponto é também um momento a se erigir a imagem do marido como um manipulador por excelência, ao pegar o cigarro para ela (S1). Importante lembrar também, voltando à mencionada debreagem de segundo grau, que a utilização de um tal mecanismo enunciativo “figurativiza”, “teatraliza” o diálogo de S1 e expressa a sua conduta, ou “suspeita”.

O interessante também é que a figura do marido, que estamos chamando de S3, passa a ser vista em uma espécie de “híbrido” do ponto de vista do narrador com o de S1, algo como um discurso indireto livre, que representa uma fusão entre a fala do narrador e o pensamento da personagem. Essa artimanha discursiva é importante para mostrar o seguinte ponto: no prosseguimento da narração, o narrador manipula o observador — a partir dessa utilização do discurso indireto livre — sincretizando-o com o sujeito ciumento, o que faz com que, por alguns momentos, os elementos da narrativa sejam vistos do ponto de vista do ciumento.

No trecho “O marido tinha muitas manhas, cavilações, improvisava-se rápido. Depois tornara-se *cínico*” (CAMPOS, 2002, p. 91, *itálico nosso*), vemos isso, em que o marido é tachado por S1 como um sujeito que não se preocupa com as possíveis

incompatibilidades entre /ser/ e /parecer/ nem com a sua fidelidade. Esse ser cínico de S3 se coloca até mesmo como uma estratégia manipulatória em relação a S1, como no seguinte trecho “Fitava-se desafiador e irônico, contendo na boca aberta a fumaça azulada do cigarro: uma *provocação*. Apanhava a outra no automóvel, iam ao cinema, jantavam no restaurante da praia.” (CAMPOS, 2002, p. 91-92, *itálico nosso*). Além disso, ainda vemos no trecho a aparição desse “*crer*” do sujeito ciumento, que fica “*vendo*” a conjunção do rival com o sujeito amado.

As interações, o foco na relação entre S1 e O, S3, nos aponta para o fato de que, dentre as possibilidades de discursivização no texto das relações intersubjetivas do ciúme, o conto parece dar mais ênfase à relação entre esses dois actantes. Não temos aqui, logo, um foco na relação de rivalidade entre S1 e S2, por exemplo. Constatando isso, vemos que o marido, de certo modo, exerce um “fazer-sofrer” dirigido a S1, marcado pela sua ironia e provocação. Isto se configura como indícios de manipulação de caráter passional, segundo termos de Greimas e Fontanille (1993, p. 216): “Em vez de incitar o sujeito manipulado a realizar um programa pragmático, o manipulador o ‘apaixona’ de maneira a fazê-lo realizar um programa tímico”.

Podemos dizer que a conduta do marido, marcada pela ironia, pelo parecer ou até por certa indiferença, é que motiva (faz-fazer) S1 a começar o seu próprio programa de fazer *tímico*, contramanipulatório, numa espécie de *querer-fazer-sofrer* o próprio marido. O S1, portanto, vai em busca de inverter os papéis e dá indícios de que é um sujeito de alguma forma “ativado” (atualizado), o que já se indiciava no enunciado “— Acho-te uma graça, acho-te uma graça!” (CAMPOS, 2002, p. 91), em que S1 ironiza a figura do marido, como a insinuar que ele “esperasse” algo, alguma forma de “retribuição”, algo como uma vingança. Vejamos, no trecho a seguir, o momento da iniciativa de contramanipular o marido:

Ela também agora ia dar uma de doida, de vampe. Entregava a cozinha à empregada nova, livrava-se do avental, o resto de roupa ensaboada das crianças ficava esquecido no tanque. Ele fosse comer no inferno! Não era criada dele, não. Então, só servia para criada? [...] Metia o vestido que lhe parecia o melhor, embora fosse um pouco espalhafatoso. Queria-o assim, o início dos seios à mostra, a carne alva pelo desuso. Teimava em puxar o decote frente ao espelho: os seios de fora, num começo de sedução. Tentar os homens, embora soubesse, por antecipação, que sempre os temeria. Provocá-los. (CAMPOS, 2002, p. 92).

Neste trecho, marcado pela utilização do discurso indireto livre, já aparecem lexicalizadas duas palavras que remetem a tipos de tentativa de manipulação: sedução – não necessariamente no sentido semiótico – e provocação. O componente de sedução é munido de um viés sensual e erótico, por causa de termos como os “seios de fora”, “calcinhas” – que trazem semas de teor sexual que podem até se transferir para o termo “chupam” –, uma vez que S1 quer conquistar os possíveis *rivals* que ela projeta para seu marido. Não obstante, essa projeção, típica do imaginário passional, fica bem demarcada

quando aparecem uma marca de verbo no futuro do pretérito, que assinala situações hipotéticas em que S1 exerceria o seu fazer: “Iria ao cinema ou à sorveteria da praia” (CAMPOS, 2002, p. 92).

O sujeito projeta uma série de programas narrativos em vista de um fazer geral, que é “virar o jogo”, estabelecer a contramanipulação a que temos aludido. Todavia, o programa de fazer se apresenta somente como uma projeção, uma vez que S1 não persevera em seus atos “sedutores”. O intento de inverter os papéis, ou seja, de fazer-se de si o sujeito-objeto do ciúme, e do marido, o sujeito ciumento, não continua. Além disso, no parágrafo posterior, quando busca refúgio nos próprios filhos, intentando agora outro programa, também não prossegue.

Tal “desistência” vem logo após a seguinte frase “Provocar os homens... ou seu próprio homem?”, acompanhada de um querer: “Queria desistir, tirar o vestido.” (CAMPOS, 2002, p. 92). O sujeito oscila, então, entre um estado de intensidade de querer, um *aumento* do querer instaurar uma busca, e um estado de desistir desse programa de fazer, abdicando da estratégia de manipulação em relação a S3, o que demarca uma *atenuação* rápida. É neste ponto que a cunhada nova vai ao psiquiatra, onde, para a causa da sua oscilação emocional, a personagem busca uma *atenuação*: “Contorcia as mãos junto à porta. Pousar as mãos trêmulas, aqueles dedos terrivelmente incontrolados, sobre o aparelho de choque, e aliviar-se.” (CAMPOS, 2002, p. 92).

Os sucedâneos do conto também vão demarcando que os programas “aliviadores” se configuram como inúteis: “Inútil a sorveteria na manhã de sol, absurdo o cinema, como num túnel, ausente.” (CAMPOS, 2002, p. 93) e desembocam na própria visão constante do simulacro de conjunção entre S2 e S3, que se figurativiza na tela do cinema, justamente nos momentos em que ela tentava amenizar o sofrimento: “O marido e a amante se interpunham na tela, ocupavam o lugar dos artistas, cancelavam o enredo. Estariam num quarto qualquer de apartamento, num motel.” (CAMPOS, 2002, p. 93).

Além dessa própria enumeração de tentativas de lutar contra o ciúme, o que podemos constatar é que S1 “vê” “cenar”, “imagens” de conjunção entre o sujeito amado e o rival, em toda uma “criação” de *simulacros figurativos* que abundam nesses elementos do texto e que brotam da própria passionalidade de S1, que rebaixa o “mundo” (estado de coisas) aos seus “estados de alma”. A intensidade estabelece, portanto, uma *triagem* das ideias no eixo da extensidade, e o sujeito só consegue pensar em “uma coisa”: a conjunção da qual ele está excluído. Greimas e Fontanille (1993), no que se refere a esse ponto, citam um trecho dos *Fragmentos de um discurso amoroso*, para falar dessa característica do ciumento. Vejamos o trecho em Roland Barthes (2003, p. 211):

No campo amoroso, os ferimentos mais profundos vêm mais daquilo que vemos do que daquilo que sabemos [...] A imagem se destaca; é pura e nítida como uma letra: é a letra daquilo que me machuca. Precisa, completa, minuciosa, definitiva, não me deixa qualquer lugar: dela sou excluído como da cena primitiva, que

existe talvez apenas na medida em que recortada pelo contorno da fechadura. Eis aqui portanto, finalmente, a definição da imagem, de toda imagem: a imagem é aquilo de que sou excluído.

Os autores, ao ilustrarem essa reflexão de Roland Barthes, colocam esta cena como bem típica da paixão do ciúme, ou seja: o sujeito ciumento projeta, figurativiza uma imagem, uma cena de conjunção entre o rival e o objeto-sujeito amado, cena da qual ele, o sujeito ciumento, está excluído. Este momento em que o sujeito ciumento vê a conjunção temida entre o objeto e o rival é colocado, como afirmam os autores do *Semiótica das Paixões* — o que é expresso também por Roland Barthes — como a transformação passional central do ciúme, ou seja, que instaura a crise do sujeito ciumento.

É neste ponto que, por exemplo, fazendo referência novamente ao dispositivo modal presente em Greimas e Fontanille (1993, p. 231), o sujeito ciumento se vê constantemente ante a fase da crise ciumenta, cume da intensidade, quando ele se dá conta (/crer-não-ser/) da impossibilidade (/não-poder-ser/) de sua conjunção com o objeto, bem como quando projeta uma conjunção entre o rival e o objeto (/crer-ser/). A cena figurativizada no conto de Moreira Campos ilustra, portanto, que S1 não consegue escapar das crises intensas e repetitivas de ciúmes.

A constante reincidência em crises passionais nos aponta também para o próprio caráter “ativado”, ou “reativado” da cunhada nova. O que queremos dizer é que o sujeito ciumento, ao mesmo tempo que convive com as crises passionais, se encontra em programas que visam de alguma forma reparar a falta, retribuir a falta cotidiana gerada pelo marido. Estaríamos no âmbito do que, no esquema da figura 3, está representado como amor e ódio, o que se indicia quando, ao ver todo o tempo o simulacro de conjunção do sujeito 2 com o sujeito 3, o sujeito 1 adquire um *querer-ser* ou um *querer-fazer* que o faz reagir, ou ter intenções de fazer algo. Vemos isto expresso no ódio da cunhada nova contra o marido:

Um dia na sala do apartamento tentara cuspir-lhe na cara. Babava de ódio. Alcançou-o no peito da camisa imaculada. Ele recuara na sua elegância. [...] - - Louca!

- Cretino!

Tornara a trancar-se no quarto, onde mordida o travesseiro: ele era encontrado amassado na cabeceira da cama e grudado de baba... ou de lágrimas? (CAMPOS, 2002, p. 93, *itálicos nosso*).

Como sucedâneo final dessa “ativação” do sujeito, vemo-la se trancar no quarto. Mais um indício de iteratividade aparece no enunciado “numa dessas crises”, esta que aponta para as anteriores e agora para a “crise final”, já que estamos no final do conto, que é marcado por um desfecho trágico, em que a cunhada nova retira os parafusos — ao todo 12, daí o nome do conto — e se joga do oitavo andar do edifício. O ato é o desfecho da crise passional.

Considerando-se que o suicídio é um desdobramento do ciúme, ele também parece se configurar, pelo seu “exagero”, como uma espécie de estratégia de comunicação, a bem de que o culpado de tal ato visse a que grau de afetação ela chegara, a ponto de morrer de modo trágico, sofrido e exagerado: “O esforço deveria ter sido enorme. Os parafusos eram velhos e atarraxados. Alguém lhe examinara os dedos: dilacerados, feridos, sobras de esmalte nas unhas.” (CAMPOS, 2002, p. 94).

Nesse contexto final do conto, além desse suicídio “exagerado”, chama atenção o fato de que volta a aparecer a figura da “megera”, a cunhada velha. O interessante é o modo como este ator “cunhada velha” é pinçado: está num outro apartamento, ao lado do que é da cunhada nova, a colocar a boca na mão “com os dedos ricos de anéis”. É a mesma imagem do início do conto, a única coisa que muda é a fala dela dizendo que o irmão era um mártir, em discurso direto, marcada no início por um “é” (verbo no presente), e que, nesse final do conto, passa a ser marcada com um “foi” (pretérito perfeito), ou seja, temos a mesma imagem sendo colocada como um “antes” e um “depois”.

Essa série de sutilezas parece estabelecer um jogo de implícitos no conto, por isso mencionamos constantemente a figura do narrador, bem como a do observador, todos esses elementos relacionados às escolhas do enunciador também no conto, o que recuperamos por catálise. Quanto a isso, afirmamos: ao se dar ênfase a essa figura que, depois de ter aparecido no início da narrativa, ficara meio que com uma presença *potencializada*⁵, é dar ênfase à função que ela teve no começo da narrativa, ou seja, a de moralização e realçar a possibilidade de que, além disso, ela possa ser uma espécie de antissujeito da trama. Estaria aqui, portanto, um indício de que, “silenciosamente”, o narrador está a direcionar rumos interpretativos “misteriosos” para a narrativa?

Há um ponto que queremos frisar: o fato de uma isotopia da loucura aparecer desde o começo no conto (“Já estivera internada no hospital para tratamento de choque”) (CAMPOS, 2002), assim como na página 93, em trecho citado por nós, no qual vemos o marido chamar sua esposa de louca, o que já aparecera no começo do conto, quando a cunhada velha a chamara de “doida”. Além disso, há o fato de ir ao médico (psiquiatra), o que dá indícios de patologia também, bem como as manias. Todavia, levando-se em conta a figura da cunhada velha e sua atribuição de loucura à cunhada nova, nos perguntamos: o excesso do comportamento passional do sujeito 1 (cunhada nova) é alcunhado como “louco” pelo seu excesso em si, ou isso está relacionado também ao modo como ela é observada?

Pensemos bem: sendo a cunhada velha o principal responsável pela moralização da cunhada nova, o que se depreender dessa contraposição entre “velha” e “nova”, que estabelece uma diferença, mas que, como já dissemos, também coloca as duas cunhadas

5 Termo retirado de Fontanille e Zilberberg (2001) e inspirado na formulação (explicação) de Tatit (2010a).

em relação?⁶ O que pode haver aqui é uma contraposição entre o velho e o novo, que nos leva ao seguinte pensamento: não seria a cunhada nova uma nova “desequilibrada”, a qual a cunhada velha, também “desequilibrada”, vê? O que se configura como uma espécie de sanção guardaria, portanto, uma espécie de “ponto de vista” da “megera”, como se a cunhada velha fosse só uma versão “velha” da cunhada nova, e a cunhada nova, uma versão “projetada” da cunhada velha. Se isto procede, não haveria uma espécie de inveja, ou de ciúme por parte da cunhada velha, ciúme que tem como objeto-amado o seu irmão, ou mesmo uma repressão ante a figura da cunhada nova?

Estes pontos parecem ser indícios de uma estrutura “espelhada” entre as duas cunhadas, ou seja, a cunhada nova seria um “duplo” da cunhada velha, o que é delineado sutilmente pelo enunciador. Quanto a esse ponto, interessante é perceber que é comum nos duplos a “face outra” ser reprimida, daí que possamos depreender uma opressão por parte da cunhada velha frente a nova, o que se indicia pela sanção positiva a seu irmão e que poderia dar sentido até mesmo para o atributo dos “dedos ricos de anéis”, além do qualificativo “megera”. Isso poderia dar indícios até mesmo do porquê a cunhada nova se suicida com tanto exagero, afinal, seria um ato em prol de algo a ser comunicado?

Essa possibilidade de leitura só é possível por causa das sutilezas do narrador, que joga com implícitos, com ambiguidades, com “omissões”. Tudo isso fica, pois, no terreno do sutil, do implícito e da conjectura, o que acreditamos ser o efeito intentado pelo enunciador do texto. Neste ponto, por fim, vemos que a beleza do estilo moreiriano nos aponta para a consideração de que o observador, ou seja, aquele que identifica e moraliza a paixão, é sempre algo relevante a se considerar no universo do discurso passional. Podemos dizer ainda que o próprio observador também pode estar “apaixonado” ou, generalizando ainda mais, que qualquer observador é sempre de alguma forma “enviesado”, posto que é um narciso a enxergar e projetar no *outro* o que há ou não há do ponto de vista moral, seja algo de ordem cultural ou social, seja algo de ordem estritamente passional. É algo a se pensar.

| Referências

BALDAN, M. L. O. G. O ciúme entre a semiótica e a literatura. In: CARMELINO, A. C.; PERNAMBUCCO, J.; FERREIRA, L. Ao. (org.). *Nos caminhos do texto: atos de leitura*. Franca: Editora UNIFRAN, 2008. v. 2, p. 235-250.

BARTHES, R. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAMPOS, M. *Dizem que os cães veem coisas*. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

6 Poderíamos ver aqui também a própria possibilidade de se extrair conotações sociais e culturais em relação a esses termos “velha” e “nova”.

- CAMPOS, M. *Os doze parafusos*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- CORTINA, A. A paixão do ciúme: análise semiótica do discurso. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 79-94, 2004.
- FONTANILLE, J. Le schéma des passions. *Protée*, Québec, v. 21, n. 1, p. 33-41, dez. 1993.
- FONTANILLE, J. *Semiótica do Discurso*. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2015.
- FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e Significação*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das Paixões: dos estados de coisa aos estados de alma*. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin/EdUSP, 2014.
- RAMOS, G. *Angústia*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- TATIT, L. *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010a.
- TATIT, L. A canção e as oscilações tensivas. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 14-21, nov. 2010b. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es>. Acesso em: 03 set. 2022.
- ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- ZILBERBERG, C. *Razão e poética do sentido*. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: EdUSP, 2006.

Como citar este trabalho:

OLIVEIRA, Gustavo de; LEITE JR., José. O ciúme no conto “Os doze parafusos”, de Moreira Campos. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 170-184, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em “dia/mês/ano”. <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17165>.

DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO ÀS PRÁTICAS: UM DIÁLOGO ENTRE BNCC E SEMIÓTICA

FROM FIELDS OF ACTION TO PRACTICES: A DIALOGUE BETWEEN BNCC AND SEMIOTICS

Renata Cristina DUARTE¹

A semiótica didática deve ser uma arte de dar à luz as mentes, de lhes ajudar a identificar e a exprimir seus conhecimentos. (FONTANILLE, 2021, p. 147).

Resumo: Os debates atuais sobre educação ressaltam, sobretudo, a importância de se pensar um ensino pautado nas necessidades de aprendizagem colocadas pelas práticas sociais. Baseado nisso, e para garantir que os alunos vivenciem experiências significativas e relacionadas às diferentes esferas da ação humana, a Base Nacional Comum Curricular designou cinco campos de atuação social, os quais devem ordenar as práticas de linguagem trabalhadas pelo componente curricular Língua Portuguesa. Desse modo, pressupõe-se um trabalho que estimule a vivência pelos estudantes de experiências significativas com as práticas de linguagem contextualizadas por diferentes campos de atividade humana. Fundamentado nesses pressupostos, o presente trabalho pretende, por meio do referencial teórico-metodológico da Semiótica francesa – mediante especialmente conceitos que compõem o arcabouço da Semiótica discursiva e o modelo dos níveis de pertinência da análise semiótica, proposto por Jacques Fontanille –, estabelecer um diálogo entre a noção de prática semiótica e as categorias organizadoras da BNCC. Logo, almeja-se fornecer recursos para um trabalho produtivo a partir dessas categorias, garantindo o desenvolvimento de competências e habilidades que se espera que todos os alunos adquiram ao longo da escolaridade básica e possibilitando, por fim, o cumprimento do compromisso escolar de estimular a reflexão e a atitude crítica dos estudantes.

Palavras-chave: Semiótica francesa. Práticas semióticas. Campos de atuação. BNCC.

¹ Pós-doutoranda da USP – Universidade de São Paulo. E-mail: duarte.renatac@gmail.com

Abstract: Current debates on education emphasize, above all, the importance of thinking about education based on learning needs posed by social practices. Given this, and to ensure that students live meaningful experiences related to different spheres of human action, the Base Nacional Comum Curricular designated five fields of social action that should order the language practices worked by the Portuguese Language curricular component. Thus, it is assumed that the work will encourage students to live significant experiences with language practices contextualized by different fields of human activity. Based on these assumptions, the present work intends, through the theoretical-methodological framework of French Semiotics - especially through concepts that compose the framework of discursive Semiotics and the model of pertinence levels of semiotic analysis proposed by Jacques Fontanille - to establish a dialogue between the notion of semiotic practice and the organizing categories of the BNCC. Therefore, the aim is to provide resources for productive work based on these categories, guaranteeing the development of skills and abilities that are expected from all students to acquire throughout basic schooling and, finally, enabling the fulfillment of the school commitment to stimulate the reflection and the critical attitude of students.

Keywords: French semiotics. Semiotic practices. Fields of action. BNCC.

| A BNCC e os campos de atuação

Os debates atuais sobre educação salientam, especialmente, a importância de se pensar um ensino contextualizado, coerente com os desafios impostos pelo avanço tecnológico e baseado nas necessidades de aprendizagem colocadas pelas práticas de linguagem contemporâneas, as quais envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos. Esses princípios são fundamentais para garantir a equidade entre os cidadãos e para assegurar que os estudantes completem sua formação providos de competências que lhes permitam interagir em sociedade de forma reflexiva, crítica e consciente. Nessa perspectiva, a nova conjuntura educacional

[...] requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2018, p. 14).

Baseados nisso, os documentos oficiais da educação brasileira, mais precisamente os documentos curriculares da área de Linguagens, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), se orientam, desde o final dos anos 1990, por uma concepção enunciativo-discursiva que estabelece o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa assentado em práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística), o que se mantém na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC é um documento de caráter normativo que “define o conjunto orgânico e progressivo de *aprendizagens essenciais* que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 7, grifos do autor). Assim, o documento estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Todavia, o documento reitera, em diferentes momentos, a importância de considerar as habilidades a partir de práticas, as quais se relacionam com diferentes gêneros, contextualizados pelas esferas da atividade humana.

Tal realce tem como intuito, sobretudo, evidenciar uma perspectiva de ensino em que diferentes situações de uso da linguagem, ou ainda diversas práticas sociais de uso da linguagem, sejam contempladas. Em outras palavras, trata-se de pensar o ensino fundamentado nas necessidades de aprendizagem colocadas pelas práticas sociais bem como por todas as condições essenciais para que o sujeito possa delas participar.

Diante disso, o documento, cuja versão final foi homologada em 14 de dezembro de 2018, traz novas categorias organizadoras do currículo de Língua Portuguesa, os “campos de atuação”, nos quais as práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) devem ser ordenadas. Segundo a BNCC (BRASIL, 2018, p. 501), são considerados para o Ensino Médio o Campo da vida pessoal, o Campo artístico-literário, o Campo das práticas de estudo e pesquisa, o Campo jornalístico-midiático e o Campo de atuação na vida pública. A escolha por esses campos deu-se por entender que eles contemplam dimensões formativas importantes de uso da linguagem, as quais não se restringem ao ambiente escolar, mas dizem respeito também a espaços externos à escola.

O primeiro deles, o **campo da vida pessoal**, está voltado para questões que propiciam uma “reflexão sobre as condições que cercam a vida contemporânea e a condição juvenil no Brasil e no mundo” (BRASIL, 2018, p. 488), bem como para temas que influenciam a vida desses alunos. As aprendizagens desenvolvidas nesse âmbito têm como finalidade embasar a construção da identidade e do projeto de vida dos jovens. O **campo artístico-literário** refere-se à esfera de circulação das mais variadas manifestações artísticas e culturais. O trabalho com este campo visa não só à ampliação do contato do aluno com essas expressões, mas, sobretudo, ao desenvolvimento de métodos para uma análise crítica, bem fundamentada e da fruição estética. O **campo das práticas de estudo e pesquisa** abarca textos e discursos da esfera escolar e acadêmica e tem como objetivo despertar a curiosidade intelectual, a conscientização da importância dos estudos e pesquisa assim como a autonomia de pensamento. Para tal, prioriza o aprimoramento de “habilidades envolvidas na leitura/escuta e produção de textos de diferentes áreas do conhecimento” e “as habilidades e procedimentos envolvidos no estudo” (BRASIL, 2018, p. 504). O **campo jornalístico-midiático** contempla textos informativos que circulam na mídia em diferentes fontes e veículos – impresso, televisivo, radiofônico e digital – e, igualmente, textos publicitários a fim de tornar os estudantes competentes para atuar

de maneira crítica e exigente em práticas relativas ao trato de informações e opiniões. O **campo de atuação na vida pública** volta-se para obras normativas, legais e jurídicas, textos responsáveis pela estruturação da vida social. Sua investigação intenta consolidar competências necessárias para agir nas diferentes instâncias da vida pública e social e para lidar de maneira ética com direitos e deveres inerentes a todo cidadão.

A organização das práticas de linguagem por campos de atuação, conforme a BNCC (2018, p. 84), “aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes”, considerando sua capacitação para além dos muros escolares. Sendo assim, na medida em que se volta para as práticas de linguagem em circulação na vida social, a BNCC propõe que os campos de atuação social, uma novidade do documento em termos de organização da área, sejam um dos seus principais eixos organizadores. Isso porque, como explicam Jacqueline Peixoto Barbosa e Roxane Rojo (2019, p. 285), as esferas ou campos de atividade humana ou de circulação dos discursos – considerando que toda atividade humana, independentemente de sua materialidade, se constitui como enunciados e discursos – são a instância organizadora da produção, da circulação e da recepção dos textos/discursos na vida social e, por essa razão, apresentam-se como um organizador importante para as reflexões e aprendizagens escolares.

Em outras palavras, os campos de atuação, ou ainda as esferas ou campos de atividade humana, referem-se às áreas sociais em que cada uma das práticas de linguagem pode se realizar por intermédio dos textos e aos espaços de circulação de discurso, visto que toda atividade humana se constitui através de discursos. Nesse sentido, os campos de atuação são, como explica Rojo (2014, verbete “esferas ou campos de atividade humana”), “os campos das atividades humanas centrais que organizam as ações humanas em sociedade, por meio dos discursos e práticas”. Eles se referem aos espaços sociais de produção, de circulação e de recepção de discursos e às esferas de concepção de ações tipificadas de linguagem (ou seja, de práticas de linguagem), e de modos de organização dos gêneros do discurso.

Assim, os campos revelam as dimensões de organização das práticas de linguagem bem como são fundamentais para o estudo e a classificação dos gêneros discursivos, os quais “são reconhecidos tanto pela forma de composição dos textos a eles pertencentes como pelos temas e funções que viabilizam e o estilo de linguagem que permitem” (ROJO, 2014, verbete “gêneros do discurso”). Na base dessa definição, está o postulado de Mikhail Bakhtin (2011) sobre os gêneros, de acordo com o qual eles se estabilizam segundo uma temática, uma composição e um estilo. De modo geral, tal noção pode ser compreendida como formas de dizer parcialmente estáveis em uma cultura. Nessa direção, Rojo (2014, verbete “esferas ou campos de atividade humana”) afirma que “os gêneros discursivos integram as práticas sociais e são por elas gerados e formatados” e, assim sendo, os textos pertencentes a um determinado gênero é que possibilitam os discursos de um campo social. Logo, determinadas práticas de linguagem, como

de leitura e interpretação, serão desenvolvidas de acordo com os gêneros a serem trabalhados em cada esfera de ação humana. A prática de leitura e de checagem de informação, a título de exemplo, pode ser trabalhada por meio de textos como notícias, reportagens, editoriais, gêneros que circulam no campo jornalístico-midiático; enquanto a prática de leitura e fruição estética pode ser desenvolvida com auxílio da análise de gêneros que transitam no campo artístico-literário, tais como contos e poemas.

Dessa maneira, compreende-se que as práticas de linguagem, como de leitura, de pesquisa, são acionadas a depender dos gêneros discursivos, textos materializados, relativamente estáveis e reconhecidos em culturas específicas, ou seja, temos práticas de linguagem em gêneros. Esses gêneros circulam e são contextualizados pelos campos, esferas sociais que organizam as atividades humanas e, por isso, eles se ajustam ao funcionamento das suas esferas de origem, sejam elas do âmbito particular, social, cotidiano, artístico, acadêmico, político, científico, dentre outros. Para ilustrar, pode-se pensar que na esfera acadêmica uma das práticas mais recorrentes é a de pesquisa e de produção de textos científicos a fim de socializar o conhecimento. Essa prática, instalada nesse campo particular, determina a produção e a circulação de gêneros específicos, tais como artigos, resenhas, dissertações e teses, e suprime outros, como um romance.

Portanto, os gêneros, sejam eles impressos ou digitais, orais, escritos ou multissemióticos, fazem sentido em um determinado contexto, orientados pelos campos de atuação, afinal, as interações são diferentes a depender da situação comunicativa. Baseado nisso, é importante compreender o funcionamento desses campos sociais e como os gêneros se adaptam a cada um deles para de fato desenvolver habilidades de leitura e interpretação e não apenas de decodificação. A finalidade é desenvolver práticas de linguagem produtivas, competencializando o aluno não para simplesmente identificar a forma de composição de um gênero, mas antes para ler, compreender, apreender os valores que o texto constrói e então ser capaz de atuar em relação àquele conteúdo.

Com esse intuito, a escola precisa possibilitar o contato com uma grande variedade de enunciados, elaborados em práticas diversas de uso da linguagem e pautados por princípios definidos por uma esfera da ação humana particular. Assim, o trabalho com os campos de atuação, enquanto categoria organizadora do currículo, mostra-se produtivo na medida em que é responsável por orientar a seleção de gêneros, práticas, atividades e procedimentos que devem ser desenvolvidos em cada esfera da ação humana, conforme aponta o documento (BRASIL, 2018, p. 84-85), visando à formação integral do sujeito e sua competencialização para agir no mundo. Isto posto, compreende-se a relevância dessa noção como organizadora do componente Língua Portuguesa, pois

[...] os campos de atuação permitem considerar as práticas de linguagem – leitura e produção de textos orais e escritos – que neles têm lugar em uma perspectiva situada, o que significa, nesse contexto, que o conhecimento metalinguístico e semiótico em jogo – conhecimento sobre os gêneros, as configurações textuais e os demais níveis de análise linguística e semiótica – deve poder ser revertido para situações significativas de uso e de análise para o uso. (BRASIL, 2018, p. 85).

Por conseguinte, a consideração desses campos possibilita aos alunos vivências situadas das práticas de linguagens, pois envolve conhecimentos e habilidades mais contextualizados e complexos. Nesse sentido, a abordagem do componente Língua Portuguesa por meio dos campos de atuação possui uma função didática que visa à compreensão de que os textos circulam em diferentes esferas, seja no ambiente escolar ou na vida social. Tal ponto de vista contribui para a organização dos saberes sobre a língua e sobre as outras linguagens nos tempos e espaços escolares, de modo que a instituição escolar mantenha seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo trabalhado.

| Sobre as práticas semióticas

Como foi apontado, a BNCC defende um trabalho que estimule a vivência pelos estudantes de experiências significativas com as práticas de linguagem contextualizadas por diferentes campos de atividade humana. Assim, a importância do trabalho com essa categoria está justamente na abordagem da diversidade das manifestações culturais humanas, uma vez que elas viabilizam uma compreensão mais ampla das produções sociais, as quais sofrem as coerções e adquirem um valor relativo no domínio em que são elaboradas, seja na esfera da literatura, da ciência, da política, da mídia, da educação, adquirindo um modo próprio de refratar a realidade em seus diversos aspectos.

E é justamente aqui que a noção de **campo de atuação** converge para a de **prática semiótica**, definida, por Fontanille (2008), como sendo o nível de pertinência da análise dos fenômenos significantes que permite integrar o contexto, ou melhor, a situação semiótica² ao objeto analisado, a qual não se situa nem aquém, nem além dele, isto é, não é exterior ao objeto, manifestando-se, ao contrário, em seu interior como um conjunto signifiante suscetível de ser submetido a uma análise semiótica. Fontanille declara, em uma entrevista a Portela (2006, p. 181), que:

Uma prática é constituída em sua superfície por um conjunto de atos, cuja significação raramente é conhecida de antemão, e que se constrói “em tempo

² É importante destacar que o conceito de “situação semiótica”, trabalhado por Landowski (1992), não se refere ao contexto, o qual supõe um acréscimo exterior ao texto. Uma situação semiótica é, na verdade, “uma configuração heterogênea que comporta todos os elementos necessários à produção e à interpretação da significação de uma interação comunicativa” (FONTANILLE, 2005, p. 24). Assim, do ponto de vista semiótico, não se trata de ultrapassar o âmbito do objeto de análise e mergulhar no seu contexto, exterior ao objeto propriamente dito. Trata-se, mais precisamente, de uma mudança de objeto e de domínio de pertinência, que nos faz considerar que “todos os elementos que concorrem para o processo de significação pertencem de direito ao conjunto signifiante, isto é, ao discurso” (FONTANILLE, 2011, p. 92). A questão é, portanto, estender a noção de texto de modo que ela possa recobrir as entidades semióticas possíveis e necessárias à análise do objeto de estudo.

real” por adaptações desses atos em relação uns aos outros. Ela se define também por sua temática principal, que fornece o “predicado” central da prática, ao redor do qual se organiza um dispositivo actancial que compreende um operador, um objetivo e, sobretudo, outras práticas com as quais a prática de base interage.

Baseado nisso, pode-se compreender uma prática como esquematizações emergentes do uso, regidas por princípios pré-definidos (normas, procedimentos e deontologia própria). Para que se torne visível o processo, é preciso então observar a prática desenvolver-se em uma cena, que é aquilo que se pode efetivamente observar. Por isso, a prática pode ser considerada como processos cenarizados compostos por uma estrutura predicativa, ou seja, ela se institui por meio de uma cena narrativa típica de uma dada prática semiótica. Essa cena narrativa é regida por uma temática específica, por um fazer, um ato característico, pelos sujeitos operadores responsáveis e pelas outras práticas com as quais a prática principal se relaciona de modo estratégico.

Nessa perspectiva, a prática semiótica é definida como um “processo aberto circunscrito em uma cena: trata-se de um domínio da expressão apreendido em seu movimento de transformação, mas que toma forma enquanto cena” (FONTANILLE, 2008, p. 26, tradução nossa³). Será, então, a cena “enquanto narrativa estereotipada” que vai atuar “como uma moldura-limite, um roteiro fechado que permite identificar a extensão da prática” (PORTELA, 2008b, p. 51). Tem-se, assim, com a instauração da cena, a possibilidade de apreender a expressão tomada no seu próprio movimento de transformação.

Dessa maneira, mediante uma “programação prévia que prevê sucessivas adaptações (ajustamentos) e combinações com outras práticas, a cena predicativa estabiliza o sentido de significação valendo-se de uma narrativização da situação semiótica, que faz as vezes de ‘contexto’ do texto prático” (PORTELA, 2008a, p. 105). Posto isto, a prática é compreendida como um processo semiótico que tem seu sentido estabilizado, para fins analíticos, em uma cena predicativa. A forma sintagmática da prática deve ser então delimitada e suas relações constitutivas, circunscritas: o limite é aquele da cena predicativa elementar de cada prática e suas relações constitutivas, aqueles que garantem a consistência dessa cena (os atos, os actantes e as propriedades dos atos e dos actantes).

Portanto, a cena prática, ou melhor, a cena predicativa das práticas, enquanto narrativa estereotipada, é o centro organizador da prática semiótica. Esta cena é constituída por, ao menos, quatro instâncias: (i) o ato principal, ou o **ato prático**, o predicado organizador (ler, interpretar, pesquisar); (ii) o operador, o praticante, ou o **actante operador**; (iii) o **objetivo** visado, o resultado (aprender, apreciar, verificar uma informação); (iv) o **outro e o horizonte referencial e estratégico**, ou seja, o “outro” no horizonte, sobretudo os

3 No original : « processus ouvert circonscrit dans une scène : il s’agit donc d’un domaine d’expression saisi dans le mouvement même de sa transformation, mais qui prend forme en tant que scène ».

outros praticantes, as outras práticas e seus agenciamentos estratégicos, a relação com outras práticas e com outros atores.

Ao pensar em uma prática didática, o **ato prático** seria propriamente a enunciação do discurso didático; o **actante operador**, o próprio professor conjunto da competência necessária para a realização da prática pedagógica; o **objetivo** seria a transformação, o desenvolvimento ou ainda a competencialização do aluno; **o outro e o horizonte estratégico** refere-se àquilo que, mesmo sendo exterior ao campo didático, interage com a cena didática, ou seja, outras práticas, outros interesses do aluno que interferem na prática principal (como questões relacionadas às cenas cotidianas dos estudantes), o que demanda estratégias, ajustamentos permanentes e capacidade tática por parte do operador para o sucesso na realização do ato prático.

Tendo em vista todas essas colocações, compreende-se que a teoria semiótica possui um aparato teórico-metodológico pertinente e eficiente para auxiliar o ensino de Língua Portuguesa. Ela se apresenta não só como uma teoria que pode auxiliar na leitura e compreensão de textos, mas, como afirma Fontanille (2021, p. 151), ela pode colaborar também com a “reflexão sobre as situações pedagógicas, sobre a conformação dos conhecimentos disponíveis em ‘saberes didáticos’ e especialmente sobre um projeto ao mesmo tempo social, educativo e político de intervenção nas e sobre as práticas didáticas”. O próximo tópico deste artigo pretende explorar isso por meio de um exemplo de aplicação do conhecimento sobre as práticas semióticas na relação com os campos de atuação propostos pela BNCC.

| Entre campos e práticas: uma abordagem possível

Ao longo de suas páginas, a BNCC destaca a importância de superar a fragmentação do ensino na exposição dos conteúdos, bem como a premência de estimular a aplicação do conhecimento escolar às situações reais na vida dos estudantes. Por isso, o documento destaca a importância do contexto para dar sentido àquilo que é ensinado e também do protagonismo do aluno em sua aprendizagem e na construção do seu projeto de vida. Para cumprir com esses propósitos, assume-se um compromisso com a educação integral, o qual se refere à “construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (BRASIL, 2018, p. 14); isso pressupõe considerar diferentes culturas juvenis bem como seu potencial de conceber novas formas de ser.

As práticas de linguagem contemporâneas relacionadas à cultura juvenil ganham destaque, visto que essas formas de expressão podem ser abordadas como uma forma de valorizar, de dar voz aos estudantes e de possibilitar que esses jovens possam atribuir sentido às aprendizagens sem ignorar suas referências identitárias. Isso não significa anular o que já está estabelecido ou postular que o letramento da letra ou os letramentos convencionais não devem ser privilegiados nas aulas de Língua Portuguesa. Trata-se, ao

contrário, de redimensionar o que é trabalhado em sala de aula, considerando também os letramentos constituídos por outras linguagens e mídias (multiletramentos) e aqueles, em geral, ausentes da escola, sobretudo os que constituem as formas de expressão e as práticas socioculturais dos grupos juvenis. Do mesmo modo, para além do trabalho com textos literários consagrados, é possível dar visibilidade a autores, obras e gêneros contemporâneos, marginais, emergentes e em renovação.

Sendo assim, a escola tem como responsabilidade ampliar as referências culturais que circulam neste espaço para além das que são tradicionalmente valorizadas, integrando práticas próprias das culturas juvenis a fim de possibilitar uma formação para a diversidade tal qual preconizado pelos documentos oficiais da educação. E nesse sentido o campo artístico-literário, enquanto espaço de circulação das mais variadas expressões artísticas, deve ser privilegiado. Almeja-se, neste campo, ampliar o contato dos alunos com as manifestações culturais e artísticas em geral, reconhecendo a diversidade e a multiculturalidade, e também otimizar uma análise fundamentada dessas formas diversas de produção de obras artísticas e produções culturais. Trata-se, principalmente, de ampliar o repertório artístico dos alunos e oferecer recursos para que eles apreendam os níveis de leitura de diferentes textos e possam assim desfrutar dos recursos estéticos propostos.

O trabalho neste campo deve ser capaz igualmente de resgatar a historicidade do texto por meio do diálogo entre obras e tempos históricos em seus movimentos de manutenção da tradição ou, ao contrário, de ruptura, considerando as tensões entre códigos estéticos. A partir disso, espera-se que os leitores sejam competentes para reconhecer expressões artísticas com crítica cultural e política, reconhecendo na arte não só suas potencialidades estéticas, mas também sua capacidade de representar e analisar aspectos sociais.

Com esse propósito, as práticas artísticas exploradas neste campo devem abordar desde obras da tradição literária brasileira e da língua portuguesa até produções artísticas contemporâneas próximas da realidade dos alunos. É necessário diversificar, apresentando diferentes gêneros literários e artísticos, diferentes culturas e temas, aproximando-se das culturas juvenis contemporâneas. Isso significa contemplar tanto os letramentos tradicionalmente valorizados pela escola, como os letramentos relacionados a práticas culturais e a gêneros de menor prestígio. Além dos cânones e dos clássicos, é preciso considerar igualmente a literatura marginal, assim como outras produções envolvendo diferentes mídias e linguagens. Nessa perspectiva, uma das habilidades, conforme a BNCC (BRASIL, 2018, p. 525), previstas nesse campo é:

(EM13LP49) Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura.

O planejamento da aula deve considerar, então, as produções artísticas e culturais que circulam no espaço onde a escola está inserida com o propósito de abranger as formas de expressão das culturas locais e das culturas juvenis para poder exercitar o diálogo cultural e aguçar a perspectiva crítica dos alunos. Tendo isso em vista, uma das possibilidades é o trabalho em sala de aula com um fenômeno não só cultural, mas também social como o das inscrições urbanas, fato complexo de ser analisado, pois muito mais do que o texto-enunciado, com suas formas e cores, esse objeto envolve aspectos dinâmicos e variados e, por isso, solicita outros níveis de análise.

De acordo com Thiago Moreira Correa (2016), as inscrições urbanas podem ser compreendidas como um conjunto de práticas semióticas cuja abordagem coloca em evidência a interdependência entre diferentes níveis de análise, como o do texto-enunciado, o do suporte e o das cenas práticas. Isso porque essas práticas podem ser transformadas a depender do suporte em que esses textos estejam inscritos, seja, por exemplo, um muro ou uma tela, ocasionando igualmente uma adequação plástica das obras. Por esse motivo, a exploração do suporte é responsável pelo impacto na plasticidade dos textos-enunciados e por desencadear reflexões sobre o valor e o reconhecimento das inscrições urbanas na sociedade.

Posto isso, reconhece-se que a prática das inscrições urbanas foi se modificando através dos tempos e foi se reordenando em função tanto de seus próprios valores e objetivos quanto em razão das imposições artísticas e sociais. Logo, o suporte em que essas inscrições são realizadas, o lugar onde são colocadas, o grupo social que realizou tal *performance*, todos esses elementos influenciam na valorização ou na desvalorização social da expressão artística. Como explica Correa (2021a, p. 73), enquanto práticas semióticas, as variações desse movimento artístico-social “são criadas ou conservadas na relação com as normas da própria prática e com as coerções externas (normas do sistema da arte ou as coerções sociais) em função da busca de reconhecimento, que motiva todas as práticas”, tendo em vista também que a apreciação do público se altera e o que era rejeitado em um momento pode ser aceito com o passar dos anos.

Assim, no presente contexto, a pichação, associada muitas vezes a formas tipográficas realizadas em espaços não autorizados, é rejeitada tendo em vista que a transgressão de sua estrutura se opõe às normas sociais; o grafite, por outro lado, é socialmente aceito, pois integra as normas e os padrões artísticos que circulam na esfera social, visto que combina formas e cores artisticamente reconhecidas em seus desenhos e é elaborado em lugares acordados. Todas essas questões são pertinentes para serem analisadas no ambiente escolar e espera-se, com isso, contextualizar as reflexões sobre os objetos artísticos e culturais, visto que se trata de assuntos mais próximos da realidade de muitos alunos, e, conseqüentemente, construir uma perspectiva mais reflexiva e crítica nos estudantes sobre os fenômenos culturais.

Com base nisso, para além dos cânones das artes, é importante uma reflexão sobre as manifestações artísticas marginais realizadas em espaços não-convencionais e um

debate sobre o valor cultural, social e político atrelados a cada uma dessas expressões artísticas. Nesse sentido, pode-se escolher como objeto de reflexão para a sala de aula textos produzidos através de práticas como a da pichação e a das inscrições políticas, manifestações transgressivas que se opõem às normas sociais, bem como a do grafite e a da arte urbana, formas artísticas socialmente aceitas. Para problematizar essa investigação, é necessário que o professor conduza o olhar dos alunos e os leve a considerar: os actantes operadores de cada uma dessas práticas de inscrições urbanas, isto é, os grupos sociais ligados a cada uma dessas produções; os objetivos almejados por cada uma dessas práticas e também o horizonte estratégico relacionado, principalmente, ao modo como essas práticas ajustam normas sociais e normas artísticas para conquistar seu valor. Ou seja, para lidar com esses objetos, é necessário muito mais do que uma análise textual, visto que há um conjunto de fatores para a realização seja da pichação ou do grafite, os quais influenciam a análise.

Ao tratar desses objetos em sala de aula, pode-se observar, por exemplo, que a prática das inscrições políticas produz textos de engajamento político e foi muito reconhecida, sobretudo, durante a ditadura militar. Os actantes operadores têm como objetivo, portanto, o protesto e a afirmação da liberdade de expressão e, por isso, esses textos pressupõem uma grande visibilidade para comunicação com os destinatários.

Essa visibilidade voltada às pessoas em geral delimitava o uso do suporte material, bem como as coerções sociais do período: escrever tais inscrições contra o regime militar poderia trazer sérias consequências à vida do inscrito, caso ele fosse flagrado pela polícia. Por isso, muros em lugares públicos eram privilegiados pela prática, pois atingiam grande número de pessoas, permitiam maior possibilidade para fugas e para a vigia. O *spray* era o instrumento mais eficiente devido ao seu fácil manuseio e à rapidez de execução. Essa imposição da prática restringia as escolhas enunciativas sobre o suporte material para a produção da inscrição. No plano da expressão visual, as letras bastão com pouca elaboração formal e o uso de frases curtas davam conta da necessária agilidade do ato e da comunicação direta com o público. (CORREA, 2021a, p. 74).

Já a pichação, de maneira geral, isenta-se da transmissão de mensagens específicas e privilegia a expressão tipográfica, mesmo que isso torne o conteúdo ininteligível para grande parte da recepção pública. A rapidez na execução, devido à ilegalidade, por essa prática ser entendida como um ataque contra o patrimônio público ou privado, faz com que a escolha por formas simples seja determinante. Os actantes operadores dessa prática, normalmente pessoas pertencentes a classes marginalizadas e sem prestígio social, têm como objetivo imprimir suas marcas, por isso o espaço e o objeto de inscrição são importantes. Há, então, a exploração de espaços metropolitanos de difícil acesso, que oferecem riscos e, ao mesmo tempo, de destaque para o público, como o topo de prédios. A ilegitimidade da prática de pichação faz com que seus operadores tenham que lidar com outras práticas concorrentes como a da invasão de espaços não autorizados e a de fuga para não serem sancionados negativamente.

À vista disso, a pichação esteve, durante muito tempo, associada à criminalidade e à forma de vida transgressiva, mas a discussão sobre essa forma de expressão possibilitou que outras práticas de inscrição urbana, como a do grafite e a da arte urbana, recebessem certo reconhecimento social. Correa (2021b, p. 61) reitera que “na medida em que o grafite e, por extensão, a arte urbana vão sendo cada vez mais aceitos pela sociedade (normas sociais), a pichação vai pelo lado oposto, sendo rechaçada” e isso acontece “devido às estratégias enunciativas de cada prática”, ou seja, devido, sobretudo, à incorporação das condutas sociais. A inserção do grafite no sistema da arte ocasionou, então, uma mudança no suporte, utilizando agora não só os muros, mas também as telas e os museus e as galerias.

Devido a essa incorporação social, as coerções à prática bem como os ajustamentos com práticas externas concomitantes diminuíram, o que possibilitou aos actantes operadores, agora artistas reconhecidos, explorarem mais as potencialidades do objeto-suporte. As condições de produção das obras tornaram-se mais cômodas aos praticantes e isso viabilizou maior acabamento formal e, conseqüentemente, mais qualidade artística, percebida no uso das formas e das cores, na exploração das materialidades e na organização topológica. O objetivo da prática não se restringe apenas ao reconhecimento, mas assume aspectos mercadológicos. Por fim, a integração dessas práticas de inscrição urbana ao corpo social bem como sua aceitação pelo grupo levou à expansão da arte urbana e estreitou os laços entre a cultura urbana e a das belas artes. Conforme Correa (2021a, p. 78):

O ingresso no sistema da arte proporcionou à arte urbana certa liberdade na escolha do suporte material, que deveria obedecer às práticas de mercado que resultam em objetos comercializáveis, além de um desenvolvimento do suporte formal, exigência essencial para a originalidade artística. Em decorrência dessa expansão, os estilos dos textos-enunciados são mais individualizados que nas demais práticas, mais coletivas. O uso exclusivo do espaço público abre-se para as paredes e telas de museus e galerias: perde-se em transgressão e ganha-se em aceitação social.

Ao analisar a mudança no tratamento das inscrições urbanas, percebe-se, portanto, que os actantes envolvidos no ato prático bem como os objetos-suportes foram se alterando em razão dos objetivos relacionados a cada uma das práticas descritas. A escolha do suporte bem como sua exploração estão diretamente relacionadas às normas e às coerções dessas práticas e esses fatores influenciam no desenvolvimento e na qualidade artística das obras, refletindo, por fim, no reconhecimento e na incorporação dessas manifestações, segundo os usos cristalizados de um grupo social.

Tendo em vista todos os elementos apontados, muito mais do que selecionar objetos artísticos próximos à realidade e à época de uma parcela dos alunos, é fundamental elaborar um trabalho embasado e orientado a fim de despertar o senso crítico e reflexivo para compreender a apreciação ou, ao contrário, a depreciação social das

manifestações culturais. Para uma atividade como a sugerida no escopo deste artigo, é preciso, portanto, que o professor, ao tratar das inscrições urbanas, chame a atenção para o trabalho com as formas e as cores, os lugares onde essas produções estão inscritas, os grupos responsáveis por sua produção e os objetivos visados por eles, a recepção desses objetos pelo corpo social. A análise dos textos sob esse ponto de vista permitirá que os alunos compreendam a diferença existente entre a pichação e o grafite, por exemplo, bem como o reconhecimento social de cada uma dessas manifestações, exercitando o ponto de vista analítico e indagador dos estudantes.

Logo, para o professor trabalhar com essas manifestações em sala de aula, ele deve estar preparado para analisar não só aspectos relacionados aos textos-enunciados, pois é preciso considerar a dinamicidade desse fenômeno e os elementos que concorrem para o processo de significação. Assim, muito mais do que analisar o resultado, o texto em si, deve-se expandir o olhar e abarcar o processo, de modo que uma análise crítica dos fenômenos culturais precisa considerar toda a situação semiótica. Somente assim, a escola poderá cumprir com seus objetivos, como o de formar sujeitos competentes para viver e atuar de forma responsável no mundo.

| Considerações finais

Aspirando a um ensino contextualizado e eficiente, capaz de tornar os alunos sujeitos de seus percursos de ensino-aprendizagem, é necessário que os jovens, ao final de seus estudos, sejam capazes de desempenhar, de forma significativa, diferentes práticas sociais que envolvam a linguagem, coordenando gêneros textuais/discursivos que circulem nas diversas áreas da vida humana. A fim de efetivar esses objetivos, o professor precisa de suporte à sua prática didática, por exemplo, ter à disposição recursos teóricos e metodológicos para planejar e conduzir suas aulas. Nesse ponto, a Semiótica se apresenta como uma teoria produtiva, pois dispõe de recursos pertinentes ao exame dos mais variados tipos de textos, sejam eles verbais, não-verbais ou mesmo sincréticos. Para mais, a teoria considera outras instâncias participantes da produção do sentido, como os objetos-suporte, as práticas nas quais eles se integram, as estratégias que gerenciam todo o processo e as diferentes formas de vida que podem se manifestar em certo contexto sócio-histórico-cultural.

Assim sendo, a teoria semiótica deve ser, conforme Fontanille (2021, p. 147), um adjuvante, visto que sua mobilização tem como objetivo reconfigurar ou ainda “influenciar um exercício próprio a esta ou àquela disciplina (explicação ou comentário de textos, resolução de um problema matemático, leitura de cartas ou de fotografias etc.) para fazer advir à mente do aluno essas ‘formas significantes’ emergentes”. Não se trata, portanto, de identificar e denominar termos técnicos da teoria, mas sim de oferecer uma metodologia que auxilie e complete a prática pedagógica. Dito de outro modo, delineia-se “uma semiótica que não se preocupa nem com sua própria transmissão, nem com a análise do discurso didático, mas que se esforça para intervir na prática pedagógica e modificar ou reconfigurar as situações e os exercícios que ela propõe” (FONTANILLE,

2021, p. 147-148, grifos do autor). A Semiótica, como instrumento teórico e metodológico, oferece subsídios para a prática docente e possibilita ao professor, a partir daí, conduzir os alunos na compreensão dos textos e do próprio mundo.

| Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 261-306.

BARBOSA, J. P.; ROJO, R. Campos de atuação, letramentos e gêneros na BNCC. In: NASCIMENTO, Elvira Lopes; CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes; LOUSADA, Eliana (org.). *Gêneros de texto/discurso: novas práticas e desafios*. Campinas: Pontes editores, 2019. p. 271-299.

BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24201_12678.pdf. Acesso em: 16 maio 2019.

CORREA, T. M. *Inscrições Urbanas: abordagem semiótica*. 2016. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-02122016-134016/pt-br.php>. Acesso em: 21 dez. 2020.

CORREA, T. M. Mudanças de suporte na história das inscrições urbanas. *Estudos Semióticos* [online], São Paulo, v. 17, n. 1, p. 72-81, abr. 2021a. Dossiê especial: GT de Semiótica da ANPOLL "Semiótica e vida social". Disponível em: www.revistas.usp.br/esse. Acesso em: 15 jun. 2021.

CORREA, T. M. Sincretismo verbal e a pichação. In: SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira; PORTELA, Jean Cristtus; DONDERO, Maria Giulia (org.). *Linguagens sincréticas: novos objetos, novas abordagens teóricas*. Campinas: Pontes, 2021b. p. 49-65.

FONTANILLE, J. *Significação e visualidade: exercícios práticos*. Tradução de Elizabeth Bastos Duarte e Maria Lília Dias de Castro. Porto Alegre: Sulina, 2005.

FONTANILLE, J. *Pratiques sémiotiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2011.

FONTANILLE, J. Semiótica discursiva e ensino: educação como desafio político e social entrevista com Jacques Fontanille. *Acta Semiotica et Lingvistica*, v. 26, n. 2, p. 144-159, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/60300>. Acesso em: 16 fev. 2022.

LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica*. São Paulo: EdUC/Pontes, 1992.

PORTELA, J. C. *Práticas didáticas: um estudo sobre os manuais brasileiros de semiótica greimasiana*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2008a.

PORTELA, J. C. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In: DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva; PORTELA, Jean Cristtus (org.). *Semiótica e Mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: Unesp/FAAC, 2008b. p. 93-113.

PORTELA, J. C. Conversations avec Jacques Fontanille. *Alfa*, São Paulo, v. 50, n. 1, 2006. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1401/1101>. Acesso em: 09 maio 2016.

ROJO, R. Esferas ou campos de atividade humana – Verbete. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça Ferreira da; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). *Glossário CEALE: termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores*. Belo Horizonte: CEALE/FaE, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/esferas-ou-campos-de-atividade-humana>. Acesso em: 8 maio 2022.

ROJO, R. Gêneros do discurso – Verbete. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; COSTA VAL, Maria da Graça Ferreira da; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro (org.). *Glossário CEALE: termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores*. Belo Horizonte: CEALE/FaE, 2014. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/generos-do-discurso>. Acesso em: 8 maio 2022.

Como citar este trabalho:

DUARTE, Renata Cristina. Dos campos de atuação às práticas: um diálogo entre BNCC e semiótica. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 185-200, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i2.17246>.